FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Data base: 31/12/2009

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº. 60.894.730/0001-05
NIRE 313.000.1360-0

USIMINAS

Índice

1. Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário 3
2. Auditores 4
3. Informações financeiras selecionadas 6
4. Fatores de riscos 11
5. Riscos de mercado 31
6. Histórico do emissor 36
7. Atividades do emissor 45
8. Grupo econômico 86
9. Ativos relevantes 89
10. Comentários dos diretores 99
11. Projeções 121
12. Assembleia geral e administração 121
13. Remunueração dos administradores 149
14. Recursos humanos 157
15. Controle 162
16. Transações com partes relacionadas 178
17. Capital social 189
18. Valores mobiliários 192
19. Planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria 210
20. Política de negociação de valores mobiliários 213
21. Política de divulgação de valores mobiliários 215
22. Negócios extraordinários 217

Identificação	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 60.894.730/0001-05 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 313.000.1360-0.
Sede	Rua Prof. José Vieira de Mendonça, nº 3.011, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.
Diretor de Relações com os Investidores	Sr. Ronald Seckelmann, com endereço comercial na sede da Companhia, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. O telefone do Departamento de Relações com Investidores é +55 (31) 3499-8775, o fax é +55 (31) 3499-8771 e o e-mail é investidores@usiminas.com
Auditores Independentes	PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes
Banco Escriturador	Bradesco S/A Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Escriturador").
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	Ações ordinárias e preferenciais, American Depositary Receipts (ADR), American Depositary Shares (ADS) e debêntures.
Jornais nos quais a Companhia divulga suas informações	As informações referentes à Companhia são publicadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Estado de Minas e Valor Econômico.
Site na Internet	www.usiminas.com. As informações constantes do *website* da Companhia não integram o presente Formulário de Referência e não devem ser a ele incorporadas por referência.
Atendimento aos Acionistas	O atendimento aos acionistas da Companhia é efetuado pelo departamento de Relações com Investidores localizado na sede da Companhia. O telefone, fac-símile e e-mail da Companhia são +55 (31) 3499-8856, +55 (31) 3499-9357 e bruno.fusaro@usiminas.com, respectivamente. Os acionistas também são atendidos pelo departamento de acionistas do Escriturador. O telefone, fax e e-mail do Escriturador são +55 (11) 3684-9413, +55 (11) 3684-2811 e 4010.acecustodia@bradesco.com.br, respectivamente.

1. Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário

1.1. Declaração do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores

Eu, Wilson Nélio Brumer, Diretor Presidente da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S. A. - Usiminas, declaro que revi o Formulário de Referência, que todas as informações contidas neste formulário atendem ao disposto na Instrução CVM n.º 480, em especial aos artigos 14 a 19 e que, o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Eu, Ronald Seckelmann, Vice Presidente de Finanças, Relações com Investidores e Tecnologia da Informação da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas, declaro que revi o Formulário de Referência, que todas as informações contidas neste formulário atendem ao disposto na Instrução CVM n.º 480, em especial aos artigos 14 a 19 e que, o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

2. Auditores

2.1 Em relação aos auditores independentes

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2009:

Nome Empresarial: Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes

Responsável: Carlos Augusto da Silva

CPF: 507.225.816-53

Telefone: (31) 3269-1507

Email: carlos_augusto.silva@br.pwc.com

Data de contratação dos serviços: 01 de abril de 2008.

Descrição dos serviços contratados:

- Exame e auditoria externa do Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa da Companhia bem como as Demonstrações Financeiras Consolidadas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2009 e revisão especial das Informações Trimestrais – ITR - a partir do 2º trimestre de 2008, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- Revisões das bases de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS da Companhia e suas empresas controladas, referente aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2009.

- Laudo de Avaliação patrimonial das empresas Rio Negro, Dufer e Zamprogna, para efeitos de Estruturação Societária da Soluções Usiminas, efetuado em dezembro de 2009.

- Laudo de Avaliação Patrimonial da Empresa Cosipa, para incorporação à Usiminas efetuado em março de 2009.

- Prestação de serviços profissionais de diagnóstico das principais diferenças e ajustes necessários para convergência das Práticas Contábeis Brasileiras para as Práticas Contábeis Internacionais (IFRS), durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 e trimestre findo em 31 de marco de 2008:

Nome Empresarial: Ernst & Young Auditores Independentes

Responsável: João Ricardo Pereira da Costa

CPF: 722.071.677-04

Telefone: (31) 3261-7787

Email: joão.r.costa@br.ey.com

Data de contratação dos serviços: 31 de maio de 2004

Descrição dos serviços contratados:

- Exame e auditoria externa do Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxos de Caixa da Companhia, bem como as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 e revisão especial das Informações Trimestrais – ITR – dos trimestres do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 e do trimestre encerrado em 31 de março de 2008, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- Revisões das bases de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS da Companhia e suas empresas controladas.

- Relatório de procedimentos previamente acordados conforme as exigências dos contratos de financiamentos (covenants).

- Relatório de revisão das Demonstrações Financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (USGAAP).

- Relatório de revisão de cumprimento das normas relativos ao FCVS – Fundo de Compensação Variação Salarial

Substituição do auditor:

A Companhia celebrou Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria com a PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, a serem prestados a partir do 2º trimestre de 2008.

A substituição do auditor independente deu-se nos termos do artigo 31 da Instrução Normativa CVM 308/99, a rotatividade dos auditores independentes deve ocorrer em prazo não superior a cinco anos, o qual seria atingido no ano de 2009.

Assim, a substituição promovida considerou a necessidade de adaptação às práticas internacionais que, pela sua complexidade e peculiaridade, deve ser feita de forma sequencial e sem solução de continuidade, objetivo que não seria alcançado caso se promovesse a rotatividade em 2009.

Cumpre-nos, ainda, enfatizar que a Companhia considera plenamente satisfatórios os serviços de auditoria independente prestados pela Ernst & Young, reconhecendo em tais serviços os mais altos padrões de qualidade, independência e ética profissional.

2.2. Informar montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados

A remuneração dos auditores independentes no último exercício social foi de R$ 1.448.000,00, relativos aos honorários de serviços de auditoria.

Para os outros serviços prestados no ultimo exercício social, a saber: Laudo de Avaliação patrimonial das empresas Rio Negro, Dufer e Zamprogna; Laudo de Avaliação Patrimonial da Empresa COSIPA; Diagnóstico das principais diferenças e ajustes necessários para convergência das Práticas Contábeis Brasileiras para as Práticas Contábeis Internacionais (IFRS), foram gastos o montante de R$ 850.000,00.

2.3. Outras informações que a Companhia julga relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3. Informações financeiras selecionadas

3.1. Com base nas demonstrações financeiras ou, quando o emissor estiver obrigado a divulgar informações financeiras consolidadas, com base nas demonstrações financeiras consolidadas, elaborar tabela informando:

Valores em reais mil, exceto quando mencionado de outra forma

		Consolidado		
		31/12/2009	**31/12/2008**	**31/12/2007**
a)	Patrimônio líquido	15.218.798	15.028.943	12.474.331
b)	Ativo total	25.747.333	27.580.053	20.698.749
c)	Receita líquida	10.924.140	15.706.529	13.824.843
d)	Resultado bruto	2.080.662	6.008.143	4.888.349
e)	Resultado líquido	1.343.580	3.224.433	3.171.895
f)	Número de ações, ex-tesouraria	493.599.583	493.599.583	493.599.583
g)	Valor patrimonial da ação	R$ 30,83	R$ 30,45	R$ 25,27
h)	Resultado líquido por ação	R$ 2,72	R$ 6,53	R$ 6,43

i) Outras informações contábeis selecionadas pela Companhia

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.2. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida/EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir/EBIT (lucro antes de juros e imposto de renda) o emissor deve:

a) Valor das medições não contábeis; e b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

Demonstração do EBITDA ajustado

Valores em Reais mil, exceto quando mencionado de outra forma

		Consolidado	
		Exercício social encerrado em 31/12/2009	**Exercício social encerrado em 31/12/2008**
	Lucro operacional	1.890.136	4.248.015
(+/-)	Participação em sociedades controladas e coligadas	(167.558)	(457.882)
(+)	Resultado financeiro	(803.537)	1.187.901
(+)	Depreciação e amortização	817.366	873.067
(+/-)	Outras adições / exclusões	(250.859)	157.327
	EBITDA ajustado	1.485.548	6.008.428
	EBITDA / Receita líquida (Margem %)	13,6%	38,3%

c) Explicações sobre os motivos pelos quais a Companhia entende que tal medição é mais apropriada para correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA ajustado – Lucro operacional antes das despesas financeiras, da participação em sociedades controladas e coligadas, mais depreciação e adições e exclusões que não afetam

caixa, este indicador financeiro é utilizado pela administração da Companhia como uma medida de desempenho, por esta razão a Companhia entende ser importante esta informação no Formulário de Referência.

O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados.

EBITDA ajustado não é uma medida de mensuração conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e por isso não deverá ser considerado como uma medida alternativa para o lucro líquido, como indicador do nosso desempenho operacional ou como alternativa para o fluxo de caixa como fonte de liquidez.

Nossa definição de EBITDA ajustado pode não ser comparável com o EBITDA, por definição, com outras companhias.

3.3. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras consolidadas de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Exploração de minério de ferro

O Conselho de Administração da Usiminas, em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2010, autorizou a Diretoria Executiva a desenvolver alternativas para a otimização e agregação de valor aos negócios relacionados à exploração de minério de ferro e atividades logísticas correlatas. Nestas alternativas, deverá ser considerada a segregação dos ativos que compõem estes negócios em uma sociedade controlada pela Usiminas. A estrutura de capital da sociedade poderá contemplar a participação de investidores estratégicos e, posteriormente, o eventual registro da sociedade como companhia aberta.

A definição e implementação das medidas acima deverão ocorrer ao longo de 2010.

Contrato de associação com as sociedades Codepar S.A. e Isa Participações S.A.

Alinhado ao seu plano estratégico de agregar valor aos seus produtos e aos seus eixos de negócios, a Usiminas celebrou, em 24 de fevereiro de 2010, um Contrato de Associação com as sociedades Codepar S.A. e Isa Participações S.A., estabelecendo as bases para a subscrição, pela Usiminas, de ações de emissão das Companhias Codeme Engenharia S.A. e Metform S.A. ("Companhias Investidas"), conferindo à Usiminas a participação equivalente a 30,7692% do capital de cada uma das Companhias Investidas. Fato Relevante acerca desse novo investimento foi divulgado pela empresa e amplia a participação da Usiminas de forma significativa no mercado de construção civil.

O preço de subscrição das ações das Companhias Investidas é de R$129,6 milhões, fixado com base nas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2009, ajustado pelas variações do capital de giro e dívida líquida consolidada até a data do balanço de fechamento auditado, ou seja, 28 de fevereiro de 2010. Tal valor será integralizado ao capital das Companhias, sendo 25% aportado em moeda corrente nacional e 75% em fornecimento de aço.

3.4. Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:

a) Regras sobre retenção de lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, CAPÍTULO VI, parágrafo 3º do artigo 24, as cláusulas estatutárias determinam que:

O Conselho de Administração poderá propor, e a Assembleia deliberar, deduzir do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, uma parcela em montante não superior a 50% para a constituição de uma Reserva para Investimentos e Capital de Giro, que obedecerá aos seguintes princípios: a) sua constituição não prejudicará o direito dos acionistas em receber o pagamento do dividendo obrigatório previsto no parágrafo 4° do artigo 24 do Estatuto Social; b) seu saldo não poderá ultrapassar a 95% do capital social; c) a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos do capital

de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento; iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; iv) na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em ações novas.

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

Não houve alteração nas regras sobre retenção de lucros nos últimos 3 exercícios sociais.

b) Regras sobre distribuição de dividendos

Aos acionistas, é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da lei societária, e ajustado na seguinte forma: **i**) o acréscimo das seguintes importâncias:- resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; - resultantes da realização, no exercício, de lucros que tenham sido transferidos anteriormente para a reserva de lucros a realizar; ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal, de reservas para contingências e da reserva de lucros a realizar. O valor assim calculado poderá, a critério da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, ser pago por conta do lucro que serviu de base para o seu cálculo ou de reservas de lucros preexistentes. Os titulares de ações preferenciais recebem dividendos 10% maiores do que os dividendos destinados às ações ordinárias. Adicionalmente, o valor calculado poderá, a critério da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, ser pago por conta do lucro que serviu de base para o seu cálculo ou de reservas de lucros preexistentes. A constituição de reservas não poderá prejudicar o direito dos acionistas em receber o pagamento do dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício.

O valor dos juros pagos ou creditados, a título de remuneração de capital próprio nos termos do artigo 13, letra "s", do Estatuto Social, poderá ser imputado ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

Não houve alteração nas regras sobre distribuição de dividendos nos últimos 3 exercícios sociais.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A periodicidade em que a Companhia distribui dividendos é anual. O conselho de administração da Companhia poderá, ainda, deliberar a distribuição de dividendos à conta de lucro apurado com base em balanço semestral ou intermediário levantado pela Companhia.

Não houve alteração na peridiocidade das distribuições de dividendos nos últimos 3 exercícios sociais.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostos por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a sua condição financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir seu parecer sobre a recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar justificativa para a suspensão à CVM dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da companhia o permita. Não houve alteração nas regras sobre restrições à distribuição de dividendos nos últimos 3 exercícios sociais

Alguns dos contratos de empréstimos e financiamentos celebrados pela Companhia (incluindo sem limitação as debêntures de 4ª e 5ª emissão descritas no item 18.5. deste formulário de referência) prevêem que, na hipótese de inadimplemento de suas obrigações , a Companhia é obrigada a restringir a pagamento de dividendos ao mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado. Atualmente, a Companhia entende que não está em inadimplemento em nenhum dos contratos que prevêem tal restrição.

Não há restrição à distribuição de dividendos impostas por decisões judiciais, administrativas e arbitrais envolvendo a Companhia.

3.5. Em forma de tabela, indicar, para cada um dos 3 últimos exercícios sociais:

	Valores em Reais mil, exceto quando mencionado de outra forma		
	2009	**2008**	**2007**
Lucro líquido do exercício	1.303.092	3.248.781	3.187.417
Constituição da reserva legal (5%)	(65.155)	(162.439)	(159.371)
Base de cálculo dos dividendos	1.237.937	3.086.342	3.028.046
Juros s/ capital próprio intermediários pagos			
Valor global	89.884	383.002	331.000
Valor por ação ON	R$0,17358	R$0,73964	R$1,43823
Valor por ação PN	R$0,19094	R$0,81360	R$1,58206
Data de declaração de pagamento aos acionistas	22/07/2009	13/08/2008	08/08/2007
Data de início do pagamento	18/08/2009	02/09/2008	22/08/2007
Juros s/ capital próprio complementares a pagar			
Valor global	308.001	375.002	314.001
Valor por ação ON	R$0,59480	R$0,72419	R$0,90958
Valor por ação PN	R$0,65428	R$0,79661	R$1,00054
Data de declaração de pagamento aos acionistas	23/12/2009	13/11/2008	27/03/2008
Data de início do pagamento	03/05/2010	02/04/2009	09/04/2008
Dividendos intermediários pagos			
Valor global	-	145.227	174.306
Valor por ação ON	-	R$0,28046	R$0,75738
Valor por ação PN	-	R$0,30850	R$0,83312
Data de declaração de pagamento aos acionistas	-	13/08/2008	08/08/2007
Data de início do pagamento	-	02/09/2008	22/08/2007
Dividendos complementares a pagar			
Valor global	72.367	233.844	296.288
Valor por ação ON	R$0,13975	R$0,45159	R$0,85827
Valor por ação PN	R$0,15373	R$0,49675	R$0,94410
Data de declaração de pagamento aos acionistas	25/02/2010	19/02/2009	27/03/2008
Data de início do pagamento	03/05/2010	02/04/2009	09/04/2008
Total	**470.252**	**1.137.075**	**1.115.595**
Lucro líquido do exercício / total de ações ON (- em tesouraria)	0,005158	0,12860	0,018925
Lucro líquido do exercício / total de ações PN (- em tesouraria)	0,005125	0,12777	0,018804
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos em relação ao lucro líquido ajustado do exercício	37,9%	36,9%	36,9%
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos em relação ao lucro líquido do exercício	36,1%	35%	35%
Patrimônio líquido	15.218.798	15.028.943	12.474.331
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido	3,09%	7,57%	8,94%
Lucro liquido retido	832.840	2.111.706	2.071.822
Data de aprovação da retenção	**30/04/2010**	**25/03/2009**	**29/04/2008**

3.6 Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Não houve declaração de dividendos nos últimos 3 exercícios sociais à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 Em forma de tabela, descrever o nível de endividamento do emissor: (a) montante total de dívida, de qualquer natureza; (b) índice de endividamento (passivo circulante mais o não circulante, dividido pelo patrimônio líquido)

	Valores em R$ mil, exceto quando mencionado de outra forma
	Passivo Circulante e Não Circulante Consolidado
Descrição da Conta	**31/12/2009**
Passivo Circulante	**3.237.817**
Empréstimos e Financiamentos	734.605
Debêntures	18.669
Passivo Atuarial	93.517
Tributos parcelados	70.087
Fornecedores	815.286
Impostos, Taxas e Contribuições	387.442
Dividendos a Pagar	383.119
Outros	735.092
Passivo Não Circulante	**6.935.312**
Empréstimos e Financiamentos	3.684.531
Debêntures	1.100.000
Passivo Atuarial	1.162.793
Tributos parcelados	85.859
Provisões	464.191
Outros	437.938
Part. de Acionistas Não Controladores	**355.406**
Patrimônio Líquido	**15.218.798**
Índice de Endividamento (passivo circulante + não circulante / Patrimônio Líquido)	**0,69**

c) Caso a Companhia deseje, outro índice de endividamento, indicando:

i) Método utilizado para calcular o índice

Dívida comparada com EBITDA ajustado

Empréstimos e Financiamentos por Indexador - Consolidado	
Valores em reaismil	**31/12/2009**
	TOTAL
Moeda Estrangeira (*)	**3.511.445**
TJLP	601.696
Debentures	1.118.669
Tributos Parcelados	155.946
FEMCO	259.768
Outros	305.995
Moeda Nacional	**2.442.074**
ENDIVIDAMENTO TOTAL	**5.953.519**
CAIXA E APLICAÇÕES	3.083.047
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	**2.870.472**

(*) 98% do total de moedas estrangeiras é US dolar

ii) Motivo pelo qual a Companhia entende que esse índice é apropriado para a correta compreensão da situação financeira e do nível de endividamento da Companhia

O EBITDA ajustado é utilizado pela administração da Companhia como uma medida de desempenho operacional. Sendo assim, a Companhia entende que o método "divida comparada com EBITDA ajustado", é um índice apropriado, porque é possível medir a capacidade da empresa de cumprir com seus compromissos em relação a sua geração operacional de caixa.

3.8. Montante de obrigações da Companhia de acordo com os prazos de vencimentos, separando por dívidas com garantia real, garantia flutuante e dívidas quirografárias

A Companhia não possui dívida com garantias de bens de terceiros.

Posição Consolidada em 31/12/2009 **Valores em reais mil**

	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano e inferior a 3 anos	Superior a 3 anos e inferior a 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Garantia Real	68.556	138.278	185.847	245.599	**638.279**
Garantia Flutuante	0	0	0	0	0
Dívidas Quirografárias	552.622	1.433.297	1.074.830	2.158.043	**5.218.792**
TOTAL	**621.178**	**1.571.576**	**1.260.677**	**2.403.641**	**5.857.071**

3.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Adicionalmente às informações prestadas acima, a Companhia entende não haver informações relevantes adicionais que devem ser prestadas neste item 3 do Formulário de Referência.

4. Fatores de risco

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a) Ao emissor

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser prejudicados se houver diminuição na demanda e/ou preço do aço, seja no Brasil ou no mundo.

A demanda por aço é cíclica tanto no Brasil quanto no exterior e uma redução na demanda do aço pode afetar adversamente a Companhia.

O Brasil produz mais aço do que o mercado doméstico brasileiro consome. Sendo assim, os resultados operacionais de companhias do setor siderúrgico e da Companhia poderão ser afetados pelas flutuações macroeconômicas dos mercados globais e das economias domésticas dos países consumidores de aço, inclusive a volatilidade nos setores automobilístico e de autopeças, eletrodomésticos, equipamentos elétricos e construção industrial, entre outros.

Os preços mundiais de aço variam em função da demanda. Nos últimos anos, a China foi a grande propulsora para o aumento da demanda por produtos siderúrgicos no mundo, entretanto, em 2006, a China tornou-se o maior produtor de aço do mundo e também um exportador líquido de produtos siderúrgicos.

A demanda por aço importado pela China começou a diminuir principalmente em virtude do aumento no fornecimento doméstico, devido às novas políticas adotadas pelo governo chinês, que impuseram alíquotas maiores de impostos sobre as exportações dos produtores chineses (principalmente produtos de aço longo) e fizeram com que muitos desses produtores aumentassem seu foco sobre o mercado siderúrgico doméstico.

Em geral, qualquer redução significativa na demanda e na oferta de aço nos mercados doméstico ou de exportação (inclusive da China) poderá ter um efeito adverso para a Companhia, (sendo que para fins desta seção do Formulário de Referência, quando for indicado um "efeito adverso" relacionado a um determinado fator de risco, deve considerar que poderá afetar ou afetará as atividades da Companhia e/ou suas controladas, sua condição financeira, seus resultados operacionais, suas perspectivas, seus negócios e/ou o preço de negociação as ações de sua emissão).

A exposição da Companhia à volatilidade dos custos de matérias-primas, particularmente os custos do carvão e do minério de ferro, poderá afetar adversamente a sua rentabilidade.

As principais matérias-primas utilizadas na produção de aço são o carvão e o minério de ferro. O preço e a quantidade para a aquisição de carvão são negociados anualmente com os fornecedores, de modo que os custos com a aquisição de carvão podem variar anualmente. Em caso de aumentos no preço do carvão devido à flutuação no valor do real frente ao dólar, o custo de importação do carvão poderá aumentar o custo geral de produção da Companhia, resultando na diminuição de sua rentabilidade.

Quase todos os produtores não integrados de aço do Brasil, inclusive a Companhia, dependem da Vale S.A., para o fornecimento de minério de ferro. A Vale S.A. controla em grande parte o fornecimento de minério de ferro no País e cobra um preço em dólares, baseado na média trimestral dos preços SPOT do minério negociado na China, descontado o custo de transporte e manuseio portuário, convertido em reais utilizando-se a taxa de câmbio do mês anterior, acrescido de custos com frete. A Companhia poderá ser afetada de maneira adversa na hipótese de aumento no preço do minério de ferro praticado pela Vale S.A., se não conseguir repassar os custos para seus produtos.

Em 2009, os custos das matérias-primas responderam por aproximadamente 40% dos custos de produção consolidados da Companhia. Poderão ocorrer aumentos nos preços das matérias-primas no futuro, o que resultará em redução da rentabilidade da Companhia, especialmente no mercado de exportação, onde as margens tendem a ser menores, se não conseguir repassar os custos para seus produtos.

A Companhia enfrenta forte concorrência, em relação a preços e a outros produtos, o que poderá afetar negativamente a sua rentabilidade e participação de mercado.

O setor siderúrgico é altamente competitivo em relação aos preços. O setor siderúrgico mundial foi prejudicado pela capacidade de produção excedente no mundo, refletindo a redução na demanda por aço nos países industriais ocidentais e os aumentos significativos na capacidade de produção de aço nos países não pertencentes à OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Adicionalmente, contínuos avanços científicos dos materiais deram origem a produtos como plástico, alumínio, cerâmica e vidro, que competem com o aço em diversos segmentos. Devido aos altos custos incorridos para o início das operações, o sistema para operação contínua de uma usina siderúrgica poderá fazer com que os operadores de usinas mantenham altos níveis de produção, mesmo em períodos de baixa demanda, o que resulta em maior pressão sobre as margens de lucro do setor. Adicionalmente, a pressão para diminuição dos preços do aço por parte dos concorrentes da Companhia poderá afetar a sua rentabilidade.

O setor siderúrgico é bastante competitivo também em relação à qualidade dos produtos e dos serviços prestados aos clientes, bem como em relação aos avanços tecnológicos que possibilitariam a um fabricante de aço diminuir seus custos de produção. Além disso, a maior parte dos mercados é atendida por diversos fornecedores, frequentemente de diferentes países. A forte competição dos produtores siderúrgicos no exterior poderá aumentar devido a aumentos na capacidade instalada de aço no exterior, valorização do real frente ao dólar e redução da demanda doméstica por aço em outros mercados.

Adicionalmente, diversos fatores influenciam a posição competitiva da Companhia, incluindo a eficiência e os índices operacionais, e a disponibilidade, qualidade e custo das matérias-primas e mão de obra. Alguns dos competidores globais da Companhia possuem maiores recursos financeiros e de *marketing*, uma maior base de clientes e uma oferta de produtos maior do

que a Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de se manter competitiva em relação a estes competidores, sua participação de mercado e desempenho financeiro poderão ser afetados de maneira adversa.

A Companhia está sujeita a uma série de regulamentos ambientais e sanitários cada vez mais restritivos e que poderão resultar em aumento dos passivos e de dispêndios de capital.

As instalações da Companhia estão sujeitas a leis, regulamentos e licenças federais, estaduais e municipais relacionadas à proteção da saúde humana e do meio ambiente. A Companhia poderá vir a sofrer penalidades civis, sanções criminais e liminares impositivas de encerramento das atividades pelo não-cumprimento desses regulamentos que, entre outras coisas, limitam ou proíbem a emissão ou derramamento de substâncias tóxicas produzidas em decorrência de suas atividades. Práticas atuais e passadas de remoção de detritos poderão fazer com que a Companhia seja obrigada a limpar ou recuperar suas instalações a um custo substancial, o que poderá resultar em prejuízos significativos.

As leis ambientais estão ficando cada vez mais restritivas no Brasil e, portanto, é provável que os montantes gastos com o meio ambiente e custos de conformidade com a regulamentação ambiental aumentem, talvez de maneira substancial. Além disso, tendo em vista a possibilidade de edição de novos atos normativos regulatórios não previstos ou outros tipos de acontecimentos, o valor de gastos ambientais futuros poderão variar significativamente em relação àqueles atualmente previstos. Qualquer investimento em meio ambiente poderá reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos.

Atualmente, as usinas de Ipatinga e Cubatão dependem praticamente de um único fornecedor de energia elétrica, que atende quase toda sua necessidade de energia elétrica.

Nos termos dos contratos de fornecimento de energia elétrica, a CEMIG deve fornecer praticamente toda a energia elétrica necessária para o funcionamento da usina de Ipatinga e parte da energia elétrica necessária para o funcionamento da usina de Cubatão até 31 de dezembro de 2014. Caso a CEMIG não forneça ou não possa fornecer toda a energia necessária para o desenvolvimento das atividades nas usinas da Companhia, ou se a CEMIG violar ou rescindir os contratos de fornecimento, as usinas da Usiminas podem ter que adquirir energia elétrica a preços maiores do que aqueles negociados com a CEMIG, o que poderá afetar adversamente os seus resultados.

Medidas anti-dumping poderão prejudicar a capacidade da Companhia de exportar seus produtos para importantes mercados, tais como EUA e Canadá.

Alguns dos principais mercados de exportação dos produtos da Companhia impuseram barreiras comerciais em resposta ao aumento da produção e exportação de aço por diversos países. Essas medidas poderão ter um efeito adverso sobre as exportações da Companhia. Por exemplo, no passado, já foram impostas certas cotas e tarifas sobre a importação de uma série de produtos siderúrgicos pelo governo norte americano. Atualmente dos processos oriundos de políticas restritivas às importações praticados pelos EUA, só resta o processo anti-dumping para bobinas laminadas a quente (BQ) implantado em 1998, o qual será revisto em 2010 havendo com possibilidades do caso ser terminado como já ocorreu para outros produtos. Apesar disso, não se pode assegurar que os Estados Unidos ou outros países não irão impor outras cotas e/ou tarifas e, caso isso ocorra, não é possível mensurar o impacto sobre as exportações e resultados operacionais da Companhia.

Acidentes ou falhas em equipamentos críticos das usinas de Ipatinga e Cubatão poderão levar à queda ou paralisação da produção, o que poderá reduzir as receitas operacionais da Companhia. Os seguros contratados pela Companhia podem não ser suficientes para cobertura dos prejuízos decorrentes de tais quedas e paralisações.

O processo de produção do aço depende de alguns equipamentos cruciais, como altos-fornos, convertedores e laminadores contínuos. Esses equipamentos poderão apresentar defeitos

graves ou avarias que podem gerar interrupções significativas do processo de produção nas usinas de Ipatinga ou Cubatão podendo, por sua vez, diminuir os volumes de produção da Companhia e, consequentemente, suas receitas operacionais.

As apólices de seguros contratadas pela Companhia para cobertura de perdas resultantes de riscos operacionais, cobrindo danos materiais às instalações (inclusive quebra de maquinário e bloqueio de porto) e interrupção das operações, poderão não ser suficientes para a cobertura integral de todos os passivos que poderão surgir em caso de queda ou paralisação da produção das usinas de Ipatinga e Cubatão, inclusive aqueles relacionados ao não atendimento aos pedidos de clientes no prazo acordado em virtude de tais eventos.

Adicionalmente, caso a Companhia não seja capaz de contratar seguros em termos comparáveis aos atuais no futuro, seus resultados operacionais e financeiros poderão ser adversamente afetados caso incorra em passivos que não estejam totalmente cobertos pelas suas apólices de seguro.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos relacionados com pendências judiciais, arbitrais e administrativas.

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais, arbitrais e processos administrativos, incluindo processos discutindo a cobrança de tributos, disputas trabalhistas, além de ações cíveis e civis públicas, algumas delas de difícil mensuração. Em 31 de dezembro de 2009, o provisionamento total realizado pela Companhia com relação a tais processos era de R$693milhões e o valor depositado judicialmente era de R$319 milhões.

Não é possível prever qual será o resultado desses processos. Caso parte substancial de tais processos ou um ou mais processos de valor relevante sejam julgados contrariamente à Companhia e não haja provisão em valor similar, os resultados da Companhia poderão ser adversamente afetados. Além disso, caso isso ocorra, mesmo que haja provisão suficiente, a liquidez da Companhia poderá ser adversamente afetada. Para maiores informações, vide item 4.3 a 4.8 deste formulário de referência.

A Companhia pode enfrentar dificuldades na implementação de seus projetos de investimento, o que poderá afetar o seu crescimento.

A Companhia tem investido e pretende continuar investindo para melhorar seu *mix* de produtos, sua eficiência, aumentar sua capacidade de produção e sua produtividade. Durante a implementação dos seus projetos de investimento, a Companhia poderá enfrentar diversos obstáculos, dentre os quais:

- falhas e/ou atrasos na aquisição de equipamentos ou nos serviços necessários para construção e operação dos projetos;
- aumento dos custos inicialmente estimados para a consecução dos projetos;
- dificuldades na obtenção das licenças ambientais necessárias para desenvolvimento dos projetos; e
- mudanças nas condições de mercado que tornem os projetos de investimento menos rentáveis do que o previsto inicialmente pela Companhia.

Caso a Companhia não consiga gerenciar tais riscos com sucesso, seu potencial de crescimento e lucratividade poderão ser adversamente afetados.

A Companhia depende de grandes volumes de água para a produção de aço e o Governo Federal poderá impor tarifas pelo uso da água.

A produção de aço requer grandes volumes de água. Na produção de aço, a água é utilizada como solvente, catalisador, agente de limpeza, agente de resfriamento e na diluição de poluentes. As únicas fontes de água da Companhia são os rios que passam perto de suas usinas siderúrgicas. A maior parte da água utilizada pela Companhia é recirculada dentro de suas instalações e, um volume menor de água, após processamento, é devolvido aos rios.

Uma lei aprovada em 1997 permite que o Governo Federal cobre pelo uso da água proveniente dos rios. Atualmente, o Governo Federal não cobra pelo uso da água proveniente dos rios utilizada pela Companhia. A Companhia não tem como prever se o Governo Federal passará a cobrar pelo uso da água e, na hipótese de cobrança, não pode mensurar o impacto dessa cobrança sobre seus resultados operacionais.

Flutuações no valor do real em relação ao dólar poderão prejudicar o desempenho financeiro e resultados operacionais da Companhia.

A variação cambial, especialmente a do real em relação ao dólar, pode ter um impacto significativo para a Companhia.

A Companhia não pode assegurar que conseguirá proteger substancialmente todas ou quaisquer de suas obrigações denominadas em dólares no futuro. A flutuação do real em relação ao dólar poderá impactar as despesas financeiras, os custos operacionais e as receitas líquidas de exportação da Companhia, o que poderá causar um efeito adverso sobre seus resultados operacionais e financeiros. Para mais informações, ver item 5.1. deste Formulário de Referência.

Elevações das taxas de juros local e internacional podem afetar negativamente os resultados da Companhia.

Parte substancial do endividamento da Companhia é atrelada a taxas de juros flutuantes. Dessa forma, elevações nas taxas de juros locais e/ou internacionais, especialmente TJLP e LIBOR, poderão afetar negativamente os resultados da Companhia. Para mais informações, ver item 5.1. deste Formulário de Referência.

Devido ao seu plano de negócios e investimentos, a Companhia talvez não seja capaz de implementar, em sua totalidade ou com sucesso, futuras aquisições, parcerias ou alianças que venha a celebrar no futuro, e talvez possa incorrer em custos adicionais para financiar tais projetos.

A habilidade da Companhia em implementar, em sua totalidade ou com sucesso, futuras aquisições, parcerias ou alianças que venha a fazer no futuro, dependerá de uma série de fatores, incluindo, mas não se limitando à sua capacidade de:

- identificar novas oportunidades de aquisições, alianças e parcerias locais e internacionais para alcançar sua presença no mercado internacional e/ou melhorar a eficiência de seus produtos, assim como reduzir seus custos;

- integrar com sucesso qualquer aquisição, aliança e parceria às já existentes linhas de produção e de negócios; e

- desenvolver apropriadamente e tomar vantagem da potencial sinergia ou das escalas de economias de qualquer aquisição, aliança e parceria.

A Companhia não pode assegurar que qualquer das opções supra citadas serão totalmente executadas ou executadas com sucesso. A Companhia pode não ser capaz de identificar potenciais aquisições, alianças ou parcerias que se encaixem em sua estratégia e/ou as adquira dentro de um prazo satisfatório, levando em conta o seu custo e retorno. A integração de qualquer transação também envolve riscos, dentre os quais podemos destacar:

- perda de consumidores ou empregados chaves;

- dificuldade de integração pessoal, consolidação de ambientes e infra-estruturas, padronização de informações e outros sistemas, além da coordenação da sua estrutura de logística;

- falha na manutenção da qualidade de seus produtos e serviços;

- custos não provisionados;

- dificuldade no controle interno de contas diversas; e

- desvio no foco de negócios diários pela direção da Companhia e suas controladas.

Mesmo que a Companhia venha a conseguir integrar com sucesso as operações futuras de aquisição, aliança ou parcerias, estas talvez não atinjam os objetivos esperados.

Uma falha na integração ou no alcance dos benefícios de uma aquisição, aliança ou parceria poderá impactar adversamente nas receitas e nos resultados das operações do da Companhia. Qualquer processo de integração deverá requerer significativo tempo de pesquisa e, mesmo assim, talvez não seja capaz de operar com sucesso. A Companhia talvez necessite incluir em suas despesas, recursos adicionais para possíveis aquisições, alianças ou parcerias. Um aumento significativo das dívidas da Companhia poderá ter consequências significativas, tais como:

- uma porção substancial do caixa que deveria ser utilizada para capital de giro pode ser utilizada para o pagamento dos montantes destinados aos novos projetos, consequentemente reduzindo os recursos disponíveis;

- menor flexibilidade no planejamento da Companhia, ou reação à mudanças nos negócios e na indústria em que opera, pois seu fluxo de caixa disponível, após ter pago o valor principal e o juros sobre suas proeminentes dívidas decorrentes de novos projetos, pode não ser suficiente para possibilitar essas mudanças;

- limitação de suas facilidades em captar recursos adicionais no futuro, para financiar capital de giro e novas aquisições; e

- maior exposição a aumentos na taxa de juros decorrentes de quaisquer empréstimos realizados à taxas de juros variáveis.

A estratégia de gerenciamento de risco da Companhia pode não ser eficaz, podendo afetar adversamente o fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia encontra-se exposta a riscos de mercado tradicionais, tais como flutuações de taxas de juros, taxas de câmbio e preços de *commodities*, conforme mais detalhado no item 5.1. deste Formulário de Referência.

A estratégia de proteção da Companhia pode não ser bem-sucedida em proteger a exposição do seu fluxo de caixa a essas flutuações e a Companhia pode não conseguir identificar correlações entre os diversos riscos de mercado aos quais está exposta.

Caso haja qualquer evento cuja política de gerenciamento de risco não atue de forma eficaz, o fluxo de caixa da Companhia poderá ser negativamente impactado, com efeitos adversos para a Companhia.

Uma eventual crise energética poderá reduzir a oferta de energia com possível imposição de racionamento e diminuição da atividade econômica.

A matriz de energia elétrica brasileira, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, é composta em grande parte, de geração hídrica, e o restante, principalmente, de origem térmica.

As mudanças estruturais e regulatórias implementadas no setor de energia elétrica, após a crise ocorrida em 2001, provocaram uma fase de transição de mercado, reduzindo os investimentos no setor de energia elétrica, de modo que o aumento da capacidade de geração não acompanha o crescimento econômico do País. Períodos de estiagem prolongados ou crescimento considerável de demanda por energia poderão causar situações de escassez e/ou de racionamento de energia. A acentuada escassez de energia elétrica poderá causar racionamento de energia elétrica.

Restrições impostas pelo Governo referentes ao consumo de eletricidade ou sua elevação de preços podem ter um impacto adverso sobre a economia brasileira, reduzindo o nível de atividade econômica e consequentemente a demanda por aço, afetando negativamente as operações, resultados e condição financeira da Companhia.

Ademais, a Companhia não é auto-suficiente em produção de energia e, como seus processos produtivos demandam grandes quantidades de energia, eventuais restrições ao consumo de eletricidade ou a elevação de preços podem afetar negativamente sua condição financeira.

b) A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas da Companhia.

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações e a época do pagamento de quaisquer dividendos. O exercício do poder de controle na forma descrita acima poderá diferir dos interesses dos acionistas minoritários da Companhia.

c) A seus acionistas

Não aplicável, pois não identificamos riscos relacionados aos acionistas da Companhia.

d) A suas controladas e coligadas

Vide fator de risco indicado no item 4.1. "a" acima sob o título *"A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos relacionados com pendências judiciais, arbitrais e administrativas".*

e) A seus fornecedores

Vide fatores de risco indicados no item 4.1. "a" acima sob o título *"A exposição da Companhia à volatilidade dos custos de matérias-primas, particularmente os custos do carvão e do minério de ferro, poderá afetar adversamente a sua rentabilidade."* e "*Atualmente, as usinas de Ipatinga e Cubatão dependem praticamente de um único fornecedor de energia elétrica, que atende quase toda sua necessidade de energia elétrica*".

f) A seus clientes

A Usiminas possui uma forte concentração por demanda de aço em determinados setores industriais, sendo que uma eventual redução nesta demanda poderia afetar adversamente seus resultados

Durante os doze meses de 2009, o setor automobilístico e o setor de auto-peças foram responsáveis, respectivamente, por 16% e 21% do volume de vendas da Companhia no mercado interno. Alterações na demanda por veículos e autopeças podem reduzir significativamente as vendas da Companhia, prejudicando seus resultados.

g) Aos setores da economia nos quais o emissor atue

Alterações em políticas fiscais brasileiras, bem como nas cobranças impostas ao setor siderúrgico, poderão causar um efeito adverso relevante na Companhia.

O Governo Federal poderá implementar no futuro, mudanças em suas políticas fiscais, bem como nas cobranças impostas ao setor siderúrgico, que poderão afetar a Companhia. Essas mudanças incluem alterações nas alíquotas de tributos e, ocasionalmente, o recolhimento de contribuições temporárias relacionadas a propósitos governamentais específicos. Algumas dessas medidas poderão resultar em um aumento de tributos e, nesse caso, a Companhia poderá ser incapaz de obter aumento proporcional de suas receitas, o que poderá causar um efeito adverso relevante.

Vide, ainda, fator de risco indicado no item 4.1. "a" acima sob o título *"A Companhia enfrenta forte concorrência, em relação a preços e a outros produtos, o que poderá afetar negativamente a sua rentabilidade e participação de mercado"*.

h) À regulação dos setores em que o emissor atue

Vide fatores de risco indicados no item 4.1. "a" acima sob o título "*A Companhia está sujeita a uma série de regulamentos ambientais e sanitários cada vez mais restritivos e que poderão resultar em aumento dos passivos e de dispêndios de capital" e "A Companhia depende de grandes volumes de água para a produção de aço e o Governo Federal poderá impor tarifas pelo uso da água".*

i) Aos países estrangeiros onde o emissor atue

Vide fatores de risco indicados no item 4.1. "a" acima sob o título *"Medidas anti-dumping poderão prejudicar a capacidade da Companhia de exportar seus produtos para importantes mercados, tais como EUA e Canadá".*

4.2 Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

São monitorados, constantemente, os riscos do negócio que possa impactar de forma adversa as operações e resultados, inclusive mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados no item 4.1 acima.

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas:

Esfera: (x) Administrativa ( ) Judicial ( ) Arbitral Natureza: ( ) Trabalhista ( ) Cível (x) Tributária ( ) Ambiental ( ) Outros:	
Nº. do processo	AI 3107238-0
Juízo	Tribunal de Impostos e Taxas - Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
Instância	2ª
Data de instauração	27.02.2009
Partes no processo	
Autor:	Usiminas S/A
Réu:	Estado de São Paulo - Fazenda Pública Estadual
Outros:	Não há
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 261.773.666,76

Principais fatos	O FISCO EXIGE O ESTORNO DE CRÉDITO DE ICMS DE MATERIAIS CONSIDERADOS COMO DE USO E CONSUMO (REFRATÁRIOS e OUTROS). 27.02.09 - Impugnação ao autos de infração protocolada. 12.03.09 - Proferida decisão pela DTJ julgando procedente o auto de infração e a imposição de multa. 22.04.09 - Protocolado Recurso Ordinário. 30.10.09 - Decisão do Tribunal de Imposto e Taxas mantendo o auto de infração. 28.12.09 - Protocolo de recurso especial. 25.02.10 - Recurso não conhecido. 15.03.10 - Baixa definitiva. FASE ATUAL: AGUARDANDO A INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA.
Se a chance de perda é:	( ) provável (x) possível ( ) remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Apenas o valor envolvido na demanda, o qual não está provisionado.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Esfera: ( ) Administrativa (x) Judicial ( ) Arbitral Natureza: ( ) Trabalhista ( ) Cível (x) Tributária ( ) Ambiental ( ) Outros:	
Nº. do processo	EF 04/2006
Juízo	3ª Vara do anexo fiscal de Cubatão
Instância	1ª
Data de instauração	15/03/2006
Partes no processo	
Autor:	Estado de São Paulo - Fazenda Pública Estadual
Réu:	Usiminas S/A
Outros:	
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$127.293.768,48
Principais fatos	O FISCO EXIGE O ESTORNO DE CRÉDITO DE ICMS DE MATERIAS CONSIDERADOS COMO DE USO E CONSUMO (REFRATÁRIOS e OUTROS). 15.03.2006 - Distribuição da ação. 02.08.2006 - Lavratura do termo de penhora. 31.08.2006 - Embargos à execução distribuídos. 06.04.2009 - Embargos à Execução Fiscal julgados improcedentes. 03.07.2009 - Interposição de apelação pela Usiminas. FASE: AGUARDANDO DESPACHO DE RECEBIMENTO DA APELAÇÃO.
Se a chance de perda é:	( ) provável (x) possível ( ) remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Apenas o valor envolvido na demanda, o qual não está provisionado.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Esfera: ( ) Administrativa (X) Judicial ( ) Arbitral Natureza: ( ) Trabalhista ( ) Cível (x) Tributária ( ) Ambiental ( ) Outros:	
Nº. do processo	Ação Ordinária 2000.38.00013335-0
Juízo	18ª Vara da Justiça Federal - Seção Judiciária de MG
Instância	2ª
Data de instauração	12/05/2000
Partes no processo	
Autor:	Usiminas S/A
Réu:	União Federal
Outros:	
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$80.312.000,00
Principais fatos	NÃO PAGAMENTO DE IRPJ SOBRE O SALDO DE LUCRO INFLACIONÁRIO. COMPENSAÇÃO DOS VALORES PAGOS EM 1993 DE ACORDO COM A LEI 8.200, POSTERIORMENTE REVOGADA. 19.06.2000 - Pedido de tutela antecipada deferido. 25.01.2002 - Publicada sentença julgando procedente o pedido. 30.01.2002 - Opostos Embargos de declaração pela Usiminas. 05.02.2002 - Embargos de declaração rejeitados. 19.03.2002 - Recurso de apelação interposto por ambas as partes (apelação da Usiminas: contra o critério de correção monetária aplicado pelo Juiz). 17.09.2002 - Recursos de apelação distribuídos à 8ª turma do TRF1. 16.03.2010 - Redistribuição por transferência ao Des. Souza Prudente. FASE ATUAL: AGUARDANDO JULGAMENTO.
Se a chance de perda é:	(x) provável ( ) possível ( ) remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	O valor encontra-se provisionado e depositado, portanto não haverá impacto financeiro ou contábil.
Valor provisionado, se houver provisão	R$80.312.000,00

Esfera: (X) Administrativa ( ) Judicial ( ) Arbitral	
Natureza: ( ) Trabalhista ( ) Cível (x) Tributária ( ) Ambiental ( ) Outros:	
Nº. do processo	MPF 0610100-2003.00579-8/ PTA 13.603000422/2006-31
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
Instância	2ª
Data de instauração	12/04/2006
Partes no processo	
Autor:	Usiminas S/A
Réu:	União Federal
Outros:	
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$57.531.259,31

Principais fatos	O FISCO ALEGA DIFERENÇA ENTRE O VALOR ESCRITURADO E O VALOR PAGO EM VIRTUDE DE COMPENSAÇÕES COM CRÉDITOS RELATIVOS À AMORTIZAÇÃO DO DESÁGIO E SALDO NEGATIVO DA CSL EM PERÍODOS ANTERIORES. DIVERGÊNCIA QUANTO À POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO. 12.04.06 - Impugnação ao auto de infração protocolada. 13.10.06 - Intimação acerca da decisão que: 1) reuniu os autos de infração 13.603.000421/2006-31 (IRPJ) e 13.603.000422/2006-31 (CSLL), bem como da manifestação de inconformidade relativa ao processo 10.680.016230/2004-74 (IRPJ), para julgamento; 2) não homologou o pedido de compensação; e 3) julgou procedente em parte o lançamento, determinando a redução da multa isolada de 75% para 50%. 13.11.06 - Protocolo de recurso voluntário pela Usiminas. 03.11.09 - Processo aguardando julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. FASE ATUAL: AGUARDANDO JULGAMENTO DO RECURSO.
Se a chance de perda é:	( ) provável ( ) possível (x) remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Apenas o valor envolvido na demanda, o qual não está provisionado.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Esfera: ( ) Administrativa (x) Judicial ( ) Arbitral Natureza: ( ) Trabalhista ( ) Cível (x) Tributária ( ) Ambiental ( ) Outros:	
Nº. do processo	Ação Ordinária 20083800015615-4
Juízo	5ª Vara da Justiça Federal - Seção Judiciária de MG
Instância	1ª
Data de instauração	16/06/2008
Partes no processo	
Autor:	Usiminas S/A
Réu:	União Federal
Outros:	
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$65.861.000,00
Principais fatos	Ação proposta em conjunto com a empresa de auditoria De Biasi para questionar a não homologação de compensação de IRPJ decorrente da revisão do LALUR referente ao ano de 1995, realizada pela empresa contratada. 16.06.08 - Pedido de tutela antecipada deferido. 05.11.08 - Decisão deferindo o pedido da Usiminas de perícia contábil. 04.11.09 - Publicada vista às partes sobre o laudo pericial (favorável à Usiminas). 09.11.09 - Apresentada manifestação do nosso assistente técnico corroborando as conclusões do laudo pericial. 09.12.09 - A União requereu a suspensão do processo por 30 dias a fim de aguardar a manifestação da Receita Federal. 08.04.10 - Pedido de suspensão indeferido. FASE ATUAL: AGUARDANDO MANIFESTAÇÃO DA UNIÃO FEDERAL.
Se a chance de perda é:	( ) provável (x) possível ( ) remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Apenas o valor envolvido na demanda, o qual não está provisionado.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Esfera: ( ) Administrativa (x) Judicial ( ) Arbitral Natureza: ( ) Trabalhista (x) Cível ( ) Tributária ( ) Ambiental ( ) Outros:	
Nº. do processo	1997.50.01.009362-5
Juízo	Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Instância	2ª
Data de instauração	10.11.1997
Partes no processo	
Autor:	Ministério Público Federal (MPF)
Réu:	Usiminas
Outros:	Gerdau Açominas e ArcelorMittal Comercial
Valores, bens ou direitos envolvidos	Direito de Exploração do Terminal Portuário Privativo de Praia Mole
Principais fatos	10.11.1997 – Processo distribuído 17.02.1998 – Negada a liminar solicitada pelo MPF, que objetivava retirar das empresas o controle sobre o Terminal. 09.11.2007 – Sentença favorável às empresas. Pedidos do processo julgados totalmente improcedentes. 08.04.2008 – Apresentado recurso pelo MPF 25.06.2008 – Processo remetido à segunda instância para julgamento do recurso do MPF.
Se a chance de perda é:	( ) provável ( ) possível (x) remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	A ação objetiva o reconhecimento da nulidade dos contratos que formalizam a concessão. Se a ação for julgada procedente, a Usiminas perde o direito de exploração do Terminal Portuário Privativo de Praia Mole.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Esfera: ( ) Administrativa (x) Judicial ( ) Arbitral Natureza: ( ) Trabalhista (x) Cível ( ) Tributária ( ) Ambiental ( ) Outros:	
Nº. do processo	538.000.2008.133751-7
Juízo	17ª Vara Cível de São Paulo
Instância	1ª
Data de instauração	07.04.2008
Partes no processo	
Autor:	IPS Port Systems Ltda. e IMPSA Port Systems Ltd.
Réu:	Usiminas Mecânica S/A
Outros:	Não há
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 200.807.967,58

Principais fatos	Ação Cível na qual os autores pleiteiam ressarcimento e indenização por prejuízos alegadamente experimentados em razão de suposta inconformidade na fabricação de guindastes (objeto do contrato de fornecimento). Foi oferecida contestação, datada de 31 de julho de 2008. Em 9 de setembro de 2009, o juiz do feito acolheu a preliminar de conexão e determinou a redistribuição do feito para a comarca de Ipatinga, MG, e mandou que se inutilizasse a Carta Rogatória requerida pela autora nos autos da Medida Cautelar 583.00.2008.141190-7. Dessa decisão, as autoras interpuseram agravo de instrumento. Julgados os agravos em 15 de dezembro de 2009, um dos agravos não foi conhecido e o outro, conhecido, teve negado provimento. Embargos de declaração foram opostos. A expectativa é de que os autos sigam para a comarca de Ipatinga, MG.
Se a chance de perda é:	( ) provável (x) possível ( ) remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	O valor envolvido na demanda, o qual não está provisionado.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas:

Além dos informados abaixo, a Companhia não possui outros processos judiciais, que tenha como parte contrária administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

Esfera: ( ) Administrativa (x) Judicial ( ) Arbitral Natureza: ( ) Trabalhista (x) Cível ( ) Tributária ( ) Ambiental ( ) Outros:	
Nº. do processo	Ação Cautelar (AC) nº 000.01.306.967-5
Juízo	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP)
Instância	33ª Vara Cível do Foro da Comarca da Capital
Data de instauração	09/11/2001
Partes no processo	
Autor:	Emblema Imóveis S.A. Geraldo Lemos Filho *Pedro Maurício de Oliveira Lemos* Phillip Edwin Followes Samule Brener SMA - Factoring Fomento Ltda. Vicente de Paulo Cobucci Junior
Réu:	Usiminas e Cosipa
Outros:	Alexandre Nunes Antônio de Pádua de Abreu Valadares Antônio Eustáquio Resende Machado Guilherme Nunes Henrique Nunes José do Carmo Nagem Marco Antônio Lacerda Nélio Carvalho Paulo Henrique de Morais Matos Paulo Márcio Marino de Lima Samule Brener SMA - Factoring Fomento Ltda. João Moreira Filho Vinicio Hargraves Tiso Luís Stuhlberger

	Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 10.000,00
Principais fatos	Os autores, ex acionistas da Cosipa, visam a obter a suspensão dos efeitos das deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da COSIPA realizada em 08.11.2001, que homologou o aumento de capital da COSIPA, em razão da conversão, em ações, de debêntures por ela emitidas e de propriedade da USIMINAS. 13.11.2001 - Deferida a liminar (revogada pela decisão proferida no AI nº 277.435.4/5). 23.08.2004 - Sentença julgando improcedentes os pedidos dos autores. 30.09.2004 - Opostos embargos de declaração (ED) pela COSIPA (honorários advocatícios). 19.10.2004 - Sentença rejeitando os ED. 04.11.2004 - Interpostos recursos de apelação pelos autores. 29.10.2004 – Interpostos recurso de apelação pela COSIPA.22.02.2005 - Celebrado acordo entre as rés e alguns dos autores.
Se a chance de perda é:	( ) provável (x) possível ( ) remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	A medida cautelar visava à suspensão da deliberação que tratava da conversão das debêntures em ações. Como a conversão foi implementada, entendemos que a referida medida liminar perdeu objeto.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Esfera: ( ) Administrativa (x) Judicial ( ) Arbitral Natureza: ( ) Trabalhista (x) Cível ( ) Tributária ( ) Ambiental ( ) Outros:	
Nº. do processo	Ação Ordinária (AO) nº 000.01.325.989-0
Juízo	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP)
Instância	33ª Vara Cível do Foro da Comarca da Capital
Data de instauração	13/12/2001
Partes no processo	
Autor:	Emblema Imóveis S.A. Geraldo Lemos Filho *Pedro Maurício de Oliveira Lemos* Phillip Edwin Followes Samule Brener SMA - Factoring Fomento Ltda. Vicente de Paulo Cobucci Junior
Réu:	Usiminas e Cosipa
Outros:	Alexandre Nunes Antônio de Pádua de Abreu Valadares Antônio Eustáquio Resende Machado Guilherme Nunes Henrique Nunes José do Carmo Nagem Marco Antônio Lacerda Nélio Carvalho Paulo Henrique de Morais Matos Paulo Márcio Marino de Lima Samule Brener SMA - Factoring Fomento Ltda. João Moreira Filho Vinicio Hargraves Tiso Luís Stuhlberger Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 2.000.000,00

Principais fatos	Os autores, ex acionistas da Cosipa, visam a obter a condenação da co-ré USIMINAS a formular oferta pública para aquisição de ações dos acionistas minoritários da COSIPA, nos termos do art. 12 da Instrução CVM n° 299/99, uma vez que a Usiminas manifestou a sua intenção de converter as debêntures de sua titularidade. Requerem, ainda, os acionistas minoritários seja condenada a co-ré COSIPA a observar o requisito da prévia formulação pela USIMINAS de oferta pública para a efetivação do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, abstendo-se de dar cumprimento à deliberação assemblear de 08 de novembro de 2001 enquanto não atendida referida exigência legal. 23.08.2004 - Sentença julgando improcedentes os pedidos dos autores. 30.09.2004 - Opostos embargos de declaração (ED) pela COSIPA (honorários advocatícios). 19.10.2004 - Sentença rejeitando os ED. 04.11.2004 - Interposto recurso de apelação pelos autores e pela COSIPA. 29.10.2004 - Celebrado acordo entre as rés e alguns dos autores. Aguarda-se decisão de 2ª instância.
Se a chance de perda é:	( ) provável (x) possível ( ) remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	O Valor envolvido na demanda, o qual não está provisionado.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.

Não aplicável, pois não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, inexistindo dessa forma, possíveis impactos.

4.6. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros:

Esfera: ( ) Administrativa (x) Judicial ( ) Arbitral Natureza: ( ) Trabalhista ( ) Cível (x) Tributária ( ) Ambiental ( ) Outros:	
Valores envolvidos	R$ 597.956.000,00
Valor provisionado, se houver	Não há.
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	EXIGÊNCIA DE ICMS NA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS CONSIDERADOS COMO SEMI-ELABORADOS PELO FISCO (ANTES DA EC 42/03). Anulação dos lançamentos fiscais decorrentes dos autos de infração nº.: I - 1902-v e 1903-v, II – 241911 e III – 243084.Autuações do Estado de São Paulo sob a alegação de que a Usiminas teria promovido, no período de maio de 1991 a fevereiro de 1994, saídas de mercadoria destinadas ao exterior de produtos semi-elaborados. Contudo, as mercadorias exportadas se tratavam de produtos industrializados e como tais, imunes ao ICMS na exportação, razão pela qual a empresa não recolheu o respectivo tributo.
Nº. de processos	3
Nº. do(s) processo(s)	I - Cautelar 583.53.2008.11562-8 e Ação Ordinária 583.53.2008.120242-1(Auto de infração nº. 1902-v e 1903-v e processo administrativo DRT-2- 1204/94). II - Cautelar 053.04.020.022-4 e Ação Ordinária 053.04.025.121-0(Auto de infração nº. 241911 e processo administrativo DRT-2- 935/97).

	III - Cautelar 053.05.015.824-7 e Ação Ordinária 053.05.019.200-3(Auto de infração nº. 243084 e processo administrativo DRT-2- 936/97).
Juízo	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO I - 4ª VFP II - 2ª VFP III - 4ª VFP
Instância	I - 1ª II - 2ª III - 1ª
Data de instauração	I - 02.07.2004 e 22.09.2004 II - 9.07.2005 e 24.08.2005 III - 25.04.2008 e 28.05.2008
Partes no processo	
Autor:	Usiminas S/A
Réu:	Estado de São Paulo
Outros:	
Chance de perda:	( ) provável (x) possível ( ) remota
Principais fatos	*I - Cautelar 583.53.2008.11562-8 e Ação Ordinária 583.53.2008.120242-1* *Cautelar 583.53.2008.115628* 25/04/2008 - Distribuição da ação. 06/05/2008 - Concedida a liminar para suspender a exigibilidade do débito tributário apurado no processo administrativo nº DRT-2-1204/94.. 12/06/2008 - Agravo de instrumento contra a decisão que deferiu a liminar interposto pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo, perante o Tribunal de Justiça de São Paulo (2ª instância). 16/12/2008 - Negado o provimento ao agravo de instrumento da Fazenda Pública do Estado de São Paulo no Tribunal de Justiça de São Paulo -TJSP. 25/05/2009 - Recurso Especial interposto pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo. 22/09/2009 - Recurso Especial da Fazenda Pública do Estado de São Paulo inadmitido. 16/12/2009 - Agravo de Recurso Especial interposto pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo . 11/03/2010 - Negado provimento ao Agravo de Recurso Especial. 25/03/2010 - Trânsito em julgado da decisão, ficando mantida deste modo a decisão liminar que suspendeu a exigibilidade do débito *Ação Ordinária 583.53.2008.120242-1* 28/05/2008 - Distribuída a ação. FASE ATUAL: AGUARDANDO PRODUÇÃO DE PROVA.
	II - Cautelar 053.04.020.022-4 e Ação Ordinária 053.04.025.121-0 *Cautelar 053.04.020.022-4* 02/07/2004 - Distribuída a ação. 14/07/2004 - Decisão indeferindo pedido liminar que requereu a suspensão da exigibilidade do débito tributário apurado no processo administrativo nº DRT-2-935/97. 23/07/2004 - Agravo de Instrumento contra a decisão que indeferiu a liminar, interposto pela Usiminas. 25/08/2004 - Antecipação da tutela recursal até o julgamento do recurso de agravo, concedida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. 21/02/2005 – Recurso de agravo de instrumento provido. 22/07/2005 - Publicado despacho nos autos da origem informando a ciência da decisão do Tribunal e que a ação será julgada simultaneamente com a ação principal. 27/10/2005 - Recurso Especial da Fazenda Pública do Estado de São Paulonão admitido 17/11/2005 - Protocolado agravo de recurso especial pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo. 03/03/2006 - No STJ, negado seguimento ao agravo de instrumento de recurso especial.

	21/03/2006 - Trânsito em julgado da decisão. Envjo dos autos do agravo à 1ª instância de julgamento. *Ação Ordinária 053.04.025.121-0* FASE ATUAL: AGUARDANDO PRODUÇÃO DE PROVA.
	III - Cautelar 053.05.015.824-7 e Ação Ordinária 053.05.019.200-3 *Cautelar 053.05.015.824-7* 19/07/2005 - Distribuída a ação. 19/07/2005 - Decisão indeferindo pedido liminar que requereu a suspensão da exigibilidade do débito tributário apurado no processo administrativo nº DRT-2-936/97.. 03/08/2005 - Agravo de Instrumento contra a decisão que indeferiu a liminar, interposto pela Usiminas. 05/08/2005 - Decisão liminar do Tribunal nos autos do agravo de instrumento deferindo o pedido de efeito suspensivo e suspendendo a exigibilidade do crédito tributário. 30/09/2005 - Agravo de instrumento parcialmente provido. 27/06/2006 - Recurso extraordinário interpostos pela Usiminas. 19/10/2006 - Em sede de 1ª instância, os autos da Cautelar foram redistribuídos à 2ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo por prevenção (os autos estavam inicialmente na 6ª Vara). 03/04/2007 - Sentença julgando procedente a Cautelar. 19/04/2007 - Na instância superior, a Usiminas protocolou petição informando a perda de objeto dos recursos especial e extraordinário. 17/05/2007 – Em sede de primeira instância, recurso de Apelação interposto pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo contra a sentença que julgou a ação procedente FASE ATUAL: APELAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO DISTRIBUÍDA AO TRIBUNAL. AGUARDANDO JULGAMENTO. *Ação Ordinária 053.05.019.200-3* 24/08/2005 - Distribuída a ação. 14/02/2006 - Ação julgada procedente. 12/09/2006 - Apelação interposta pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo. 27/09/2006 - Contra razões à apelação da Fazenda Pública do Estado de São Paulo protocolada pela Usiminas. 24/05/2007 - Despacho reconsiderando a decisão anterior que recebeu a a apelação em seu duplo efeito, para receber apenas no efeito devolutivo. FASE ATUAL: APELAÇÃO DISTRIBUÍDA AO TRIBUNAL. AGUARDANDO JULGAMENTO.

Esfera: (x) Administrativa ( ) Judicial ( ) Arbitral Natureza: ( ) Trabalhista ( ) Cível (x) Tributária ( ) Ambiental ( ) Outros:	
Valores envolvidos	R$ 393.752.152,23
Valor provisionado, se houver	Não há.
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A empresa (Usina II) deixou de vincular as notas fiscais de remessa para o recinto alfandegado em Cubatão com as notas de remessa para exportação (período: 08 a 12/2004).
Nº. de processos	2
Nº. do(s) processo(s)	I - AI 3117744-0 II - AI 3119695-0
Juízo	I/II - Tribunal de Impostos e Taxas - Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
Instância	I/II - 2ª
Data de instauração	I - 28.08.09 II - 24.09.09

Partes no processo	
Autor:	Usiminas S/A
Réu:	Estado de São Paulo - Fazenda Pública Estadual
Outros:	
Chance de perda:	( ) provável ( ) possível (x) remota
Principais fatos	*I - AI 3117744-0* 28.08.09 - Impugnação ao auto de infração protocolada. 05.01.10 - Julgamento desfavorável: mantido o auto de infração e a imposição de multa. 05.02.10 - Protocolo de Recurso Ordinário. 22.02.10 - Recurso Ordinário admitido. 26.02.10 - Remessa ao Tribunal de Impostos e Taxas. 02.03.10 - Distribuição do Recurso Ordinário. FASE ATUAL: AGUARDANDO JULGAMENTO DO RECURSO. *II - AI 3119695-0* 24.09.09 - Impugnação ao auto de infração protocolada. 28.01.10 - Julgamento parcialmente favorável: reduzido o valor do auto de infração e da multa. 28.01.10 - Protocolo do Recurso de Ofício. 22.02.10 - Recurso de Ofício admitido. 25.03.10 - Protocolo de Recurso Ordinário. 06.04.10 - Entrada no Tribunal de Impostos e Taxas. 06.04.10 - Recurso Ordinário admitido. FASE ATUAL: AGUARDANDO O JULGAMENTO DOS RECURSOS.

Esfera: ( ) Administrativa (x) Judicial ( ) Arbitral Natureza: ( ) Trabalhista ( ) Cível (x) Tributária ( ) Ambiental ( ) Outros:	
Valores envolvidos	R$67.472.000,00
Valor provisionado, se houver	
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Exigência de recolhimento das contribuições previdenciárias sobre a participação nos lucros e resultados pagos nos anos de 1995 a 1998. A Usiminas não recolheu tais contribuições.
Nº. de processos	2
Nº. do(s) processo(s)	I - Cautelar 2006.38.00.034607-9 e Ordinária 2006.38.00.038786-2 II - Cautelar 2006.38.00.033730-2 e Ordinária 2006.38.00.038787-6
Juízo	JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS I - 14ª Vara Federal II - 6ª Vara Federal
Instância	1ª
Data de instauração	I - 01.11.2006 e 12.12.2006 II - 23.10.2006 e 12.12.2006
Partes no processo	
Autor:	Usiminas
Réu:	União Federal
Outros:	
Chance de perda:	( ) provável (x) possível ( ) remota
PRINCIPAIS FATOS	*Cautelar 2006.38.00.034607-9* 01/11/2006 - Distribuição da ação. 01/11/2006 - Pedido de depósito judicial deferido, suspendendo-se a exigibilidade do débito. 07/11/2006 - Depósito judicial no valor de R$ 44.539.737,63 efetuado pela Usiminas. 14/03/2007 - Sentença favorável, determinando a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa pelo INSS.

	28/06/2007 - Apelação interposta pela União Federal. 27/07/2007 - Protocolo de recurso pela Usiminas. 23/11/2007 - Distribuição do recurso ao Tribunal. FASE ATUAL: AGUARDANDO JULGAMENTO DOS RECURSOS DE APELAÇÃO. *Ordinária 2006.38.00.038786-2* 12/12/2006 - Distribuída a ação. 17/10/2007 - Despacho determinando a especificação de provas. 29/10/2007 - A Usiminas requereu que fosse determinada a apresentação da cópia do processo administrativo pela União Federal, para fins de cópias. 09/07/2009 - Cópia da NFLD anexada ao processo. 01/02/2010 - Autos com o juiz para para sentença. FASE ATUAL: AGUARDANDO SENTENÇA.
	Cautelar 2006.38.00.033730-2 23/10/2006 - Distribuição da ação. 27/10/2006 - Liminar deferida determinando ao INSS que expeça a certidão positiva com efeito de negativa após a comprovação do depósito integral do débito. 06/11/2006 - Depósito judicial no valor de R$20.716.612,87 efetuado pela Usiminas. 13/09/2007 - Contestações apresentadas pelo INCRA, FNDE, SESI, SENAI E INSS. 11/01/2008 - Impugnações às contestações do INCRA, FNDE, SESI, SENAI E INSS protocoladas. 23/10/2009 - Processo suspenso: aguardando o julgamento da ação principal. FASE ATUAL: PROCESSO SUSPENSO: AGUARDANDO O JULGAMENTO DA AÇÃO PRINCIPAL. *Ordinária 2006.38.00.038787-6* 12/12/2006 - Distribuída a ação. 13/11/2007 - Contestações apresentadas pelo INCRA, FNDE, SESI, SENAI E INSS. 11/01/2008 - Impugnações às contestações do INCRA, FNDE, SESI, SENAI E INSS protocoladas. FASE ATUAL: AGUARDANDO SENTENÇA.

Esfera: ( ) Administrativa (X) Judicial ( ) Arbitral Natureza: ( ) Trabalhista ( ) Cível ( ) Tributária ( ) Ambiental (X) Outros: Defesa da Concorrência	
valores envolvidos	R$ 86.451.934,80
valor provisionado, se houver	Não há.
prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Ações propostas pela Usiminas e pela extinta Cosipa requerendo a anulação de decisão do CADE que impôs, à referidas companhias, multas em face de suposta prática infracional contra a ordem econômica (formação de cartel) em conjunto com a CSN.
Fase Atual	Em primeira instância a condenação foi mantida. As empresas recorreram e os recursos aguardam julgamento no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Chance de perda:	( ) provável (x) possível ( ) remota

Esfera: ( ) Administrativa (x) Judicial ( ) Arbitral Natureza: (x) Trabalhista ( ) Cível ( ) Tributária ( ) Ambiental ( ) Outros:	
Valores envolvidos	R$57.000.000,00
Valor provisionado, se houver	R$57.000.000,00
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Os processos discutem divergência com relação a adicionais relativos a periculosidade, insalubridade, salário família e diferenças salariais.
Nº. de processos	121
Autor:	Ex-empregados
Réu:	Usiminas S/A
Outros:	
Chance de perda:	(x) provável ( ) possível ( ) remota

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

Ações Tributárias Ativas	
Descrição:	01) EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO – ELETROBRÁS (Usina I e II) A COMPANHIA BUSCA RECEBER DA ELETROBRÁS A CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL (SEM OS EXPURGOS DOS PLANOS ECONÔMICOS) E OS JUROS SOBRE O EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO COBRADO DE 1978 A 1994 DOS GRANDES CONSUMIDORES INDUSTRIAIS DE ENERGIA ELÉTRICA NAS DÉCADAS PASSADAS. VALOR = R$442.000.000,00 CHANCES DE ÊXITO: PROVÁVEL
Descrição:	02) EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS (Usina I) A COMPANHIA BUSCA OS VALORES PAGOS NOS ANOS ANTERIORES REFERENTES AO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS. VALOR = R$110.500.000,00 CHANCES DE ÊXITO: PROVÁVEL
Descrição:	03) AÇÃO MOVIDA CONTRA A UNIÃO FEDERAL EM QUE SE BUSCA A EXCLUSÃO DAS RECEITAS DE EXPORTAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CSLL. VALOR = R$221.000.000,00 CHANCES DE ÊXITO: PROVÁVEL

4.8. Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e as regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

Não aplicável, tendo em vista a Companhia não ser emissor de origem estrangeira.

5. Riscos de mercado

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e taxas de juros.

As atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão ser impactados por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como taxas de juros, taxa de câmbio, inflação, liquidez dos mercados financeiros e preços de *commodities*. Alterações nestes fatores influenciam os resultados da Companhia.

Em relação a preços de *commodities*, a Companhia está exposta basicamente aos preços relacionados a carvão e minério de ferro, os quais representam 29% do custo de produção consolidado da Companhia.

A Companhia apresenta parte de seu endividamento denominado em moeda estrangeira, principalmente em dólares norte americanos, enquanto parte significativa de suas receitas é em reais.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava grande parte de suas dívidas totais consolidadas denominadas em moeda estrangeira, principalmente em Dólares, no valor de R$ 3.511.445 mil, correspondendo a 59% do total consolidado. Em contrapartida, as exportações da Companhia, em sua maioria em Dólares, representavam, aproximadamente, 13% de suas receitas totais. Diante de tal fato, a exposição cambial da Companhia implica em riscos de mercado associados às oscilações cambiais do real em relação ao dólar.

Parte significativa das receitas da Companhia é denominada em Reais e parte significativa de sua dívida é denominada em Dólares, de modo que uma desvalorização do real frente a moedas estrangeiras (particularmente em relação ao Dólar) poderá aumentar o endividamento em reais da Companhia, com consequente efeito adverso sobre seus resultados e sua condição financeira.

Elevações das taxas de juros local e internacional podem afetar negativamente os resultados da Companhia.

Parte substancial do endividamento da Companhia é atrelada a taxas de juros flutuantes. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava parte de suas dívidas totais consolidadas em taxas de juros flutuantes, principalmente em TJPL e Libor, sendo R$ 601.696 mil em TJLP e R$ 2.297.605 mil em Libor, correspondendo, respectivamente, a 10,87% e 41,49% de suas dívidas totais consolidadas.

Dessa forma, elevações nas taxas de juros locais e/ou internacionais, especialmente TJLP e Libor, poderão afetar negativamente os resultados da Companhia.

O Governo Federal tem exercido e continua a exercer significativa influência sobre a economia brasileira. A conjuntura econômica e política brasileira têm um impacto direto sobre as atividades da Companhia.

O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e por vezes altera de maneira significativa as políticas monetária, fiscal e de crédito, entre outras, para influenciar o curso da economia. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação e influenciar outras políticas podem ser implementadas mediante controle de preços e salários, depreciação do real, controles sobre a remessa de recursos ao exterior, alteração da taxa básica de juros, bem como outras medidas, como o congelamento das contas bancárias em 1990.

As medidas adotadas pelo Governo Federal em relação à economia poderão ter efeitos importantes sobre as companhias e outras entidades no Brasil, inclusive a Companhia, e sobre as condições de mercado e os preços dos valores mobiliários brasileiros. Por exemplo, no passado, o Governo Federal manteve controles de preços domésticos, inclusive controles de preços de produtos siderúrgicos, e a Companhia não pode assegurar ao investidor que esses

controles de preços não serão novamente impostos sobre os produtos siderúrgicos no futuro. A Companhia poderá ser adversamente afetada pelas mudanças nas políticas do Governo Federal, bem como por outros fatores econômicos, tais como:

- inflação;
- estagnação da economia;
- flutuações nas taxas de câmbio e desvalorização da moeda;
- liquidez do mercado de valores mobiliários e de empréstimos locais;
- instabilidade social;
- instabilidade dos preços;
- escassez de energia elétrica e programas de racionamento (como aquele ocorrido em 2001);
- política de controle ambiental; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que afetem o País.

Historicamente, o cenário político influencia o desempenho da economia brasileira. No passado, crises e escândalos políticos abalaram a confiança dos investidores e do público em geral, afetando adversamente o desenvolvimento da economia e o preço de mercado das companhias abertas.

Um exemplo recente de modificação legal foi a imposição de IOF/Câmbio sobre os valores ingressados no País por investidores não residentes no País para aplicações no mercado financeiro e de capitais, à alíquota de 2%, a partir de 20 de outubro de 2009. A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil. Sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades, os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia não pode prever que políticas fiscais, cambiais, monetárias, previdenciárias, entre outras, serão adotadas pela atual ou futura administração do Governo Federal, nem se essas políticas resultarão em consequências adversas para a economia do País, nossos negócios, nossos resultados operacionais, nossa situação financeira ou nossas perspectivas.

Esforços do governo para combater a inflação podem retardar o crescimento da economia brasileira e prejudicar os negócios da Companhia.

No passado, o Brasil sofreu taxas de inflação extremamente altas e, consequentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo. Entre 2004 e dezembro de 2009, a taxa SELIC variou entre 19,77% e 8,64% ao ano. A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre os negócios da Companhia.

As rigorosas políticas monetárias com altas taxas de juros podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. De modo inverso, políticas governamentais e monetárias mais brandas e a diminuição das taxas de juros podem desencadear aumentos das taxas inflacionárias e, em consequência, a volatilidade do crescimento e a necessidade de súbitos e significativos aumentos das taxas de juros. Além disso, podemos não ter condições de ajustar os preços praticados para compensar os efeitos da inflação na estrutura de custos da Companhia. Qualquer destes fatores poderia afetar os negócios da Companhia negativamente.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira, bem como a Companhia.

Durante as últimas décadas, a moeda brasileira teve frequentes e substanciais variações em relação ao dólar americano e a outras moedas estrangeiras. Entre 2000 e 2002, o Real

desvalorizou-se consideravelmente em comparação ao Dólar, chegando a uma taxa de R$ 3,53 por US$ 1,00 no final de 2002. Entre 2003 e meados de 2008, o Real valorizou-se significativamente em relação ao Dólar, impulsionado pela estabilização do ambiente macroeconômico e por um forte aumento dos investimentos estrangeiros no Brasil, com a taxa de câmbio atingindo R$ 1,56 por US$1,00 em agosto de 2008. No contexto da crise que atinge os mercados financeiros globais desde meados de 2008, o Real desvalorizou-se 31,9% em relação ao Dólar ao longo de 2008, alcançando a taxa de R$ 2,337 por US$ 1,00 no final de 2008. Em 31 de dezembro 2009, a taxa de câmbio era de R$ 1,74 por US$ 1,00.

A desvalorização do Real em relação ao Dólar poderia criar pressões inflacionárias no Brasil e causar o aumento das taxas de juros, o que, por sua vez, poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira de modo geral e prejudicar tanto a situação financeira como os resultados operacionais da Companhia, além de restringir o acesso aos mercados financeiros internacionais e determinar intervenções governamentais, inclusive por meio de políticas recessivas. Além disso, a desvalorização do Real em relação ao Dólar poderia, como no contexto da atual desaceleração da atividade econômica, levar à redução do consumo, a pressões deflacionárias e a um menor crescimento da economia de modo geral. Por outro lado, a valorização do Real em relação ao Dólar e a outras moedas estrangeiras poderia resultar na piora da balança comercial brasileira, bem como refrear o crescimento baseado nas exportações. Conforme indicado acima neste item, a Companhia mantém operações com base na variação cambial. Dependendo das circunstâncias, a desvalorização ou a valorização do Real poderia ter um efeito adverso relevante e negativo no crescimento da economia brasileira, bem como nos negócios da Companhia.

Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, principalmente em países emergentes, podem afetar adversamente o valor de mercado de valores mobiliários brasileiros e o preço das ações de emissão da Companhia.

O mercado para os valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em certa medida, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive de outros países da América Latina e de outros países emergentes.

Embora as condições econômicas desses países sejam diferentes das condições econômicas do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das ações de emissão da Companhia. Eventuais crises em outros países emergentes podem reduzir a demanda de investidores por valores mobiliários de companhias brasileiras, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia. Esses fatos poderão afetar adversamente o valor de mercado das ações de emissão da Companhia, que, se reduzido, pode dificultar ou mesmo impedir o acesso da Companhia ao mercado de capitais e o financiamento de suas operações no futuro.

A relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais.

Além disso, a Companhia não pode assegurar liquidez das ações de sua emissão. Esses fatores podem limitar consideravelmente a capacidade do detentor de ações de emissão da Companhia de vendê-las pelo preço e na ocasião desejados.

5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

a) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca reduzir a exposição cambial à volatilidade de moedas, preços de *commodities,* e taxas de juros. A Companhia não adota proteções específicas relacionadas à inflação ou à liquidez de mercado.

b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Para proteger o Balanço Patrimonial, em relação à exposição a dívidas e fornecedores em moeda estrangeira, a Companhia possui alguns ativos também atrelados à moeda estrangeira, para ter o respectivo *hedge* contábil. Estes ativos incluem caixa investido em moeda estrangeira, recebíveis oriundos de exportações e a participação na empresa Ternium no exterior.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os instrumentos utilizados pela Companhia são operações de: (i) swap de moeda, substituindo a exposição cambial de moeda estrangeira para Reais; (ii) operações de NDF (*Non Deliverable Forward*) com o objetivo de fixar a taxa da moeda estrangeira a ser adquirida pela Companhia para pagamento de suas obrigações em moeda estrangeira; (iii) swap de taxa de juros, substituindo taxa flutuante por taxa fixa; e (iv) hedge de *commodities*, evitando oscilações bruscas em seus preços.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento destes riscos

A Política Financeira da Companhia, que abrange também as suas controladas, estabelece os seguintes parâmetros:

- são estabelecidos critérios para a seleção dos bancos e para a escolha dos investimentos permitidos.

- são estipulados os objetivos das operações de derivativos e limites permitidos.

e) Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Conforme descrito na letra "c" acima, os instrumentos utilizados são instrumentos financeiros de derivativos com o objetivo de proteção (*hedge*), reduzindo a exposição da Companhia à volatilidade de moedas, preços de *commodities* e taxas de juros.

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A execução das atividades de controle é de responsabilidade de todos os colaboradores da Companhia com base nas normas corporativas aprovados e amplamente divulgados dentro da Companhia. Para garantir o cumprimento das diretrizes e objetivos estabelecidos na Política Financeira, a Companhia criou um Comitê Financeiro que se reúne mensalmente e acompanha as posições financeiras, e também a área de Auditoria Interna que periodicamente realiza trabalhos para verificar o atendimento ao que foi estabelecido pela Política Financeira.

Subordinada diretamente ao Conselho de Administração, a Superintendência de Auditoria Interna da Companhia auxilia as decisões dos conselheiros sobre auditoria e gestão de riscos.

Em 2009, a Superintendência zelou pela manutenção dos níveis de Governança Corporativa e pela maturidade na utilização da metodologia de Auditoria Baseada nos Riscos. Essa metodologia proporcionou maior eficácia à Auditoria Interna no cumprimento de sua missão de avaliar os controles da Companhia, atuando preventivamente e propondo medidas para

controle e redução de riscos que pudessem ter impacto sobre o patrimônio, os interesses ou a imagem da Companhia.

Foram priorizados os processos de maior risco à execução dos objetivos estratégicos da Companhia, com base em métricas estruturadas, tendo como fatores de avaliação: relevância estratégica, materialidade financeira, riscos de fraudes, riscos legais e de imagem. As ações acompanharam os cenários econômico e empresarial, englobando processos operacionais e de *compliance*, bem como de novos negócios. Além do controle e redução dos riscos à Companhia, são atribuições da Superintendência: desenvolver os planos e projetos de auditoria, reportando as conclusões e recomendações ao Conselho de Administração e à Diretoria; propor medidas para prevenção; controlar e reduzir os riscos que possam ter impacto sobre a Companhia; avaliar negócios da Companhia com partes relacionadas; avaliar as ocorrências especiais e potenciais fraudes; acompanhar e garantir a implementação das ações de melhoria recomendadas às áreas. O Plano de Auditoria Interna 2010, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 30/12/2009, solidifica a continuidade no aprimoramento das práticas de Governança Corporativa da Companhia.

Em 2010, a Companhia dará início ao projeto de Avaliação dos Controles relacionados aos Relatórios Financeiros Sarbannes-Oxley ("Projeto SOX"), com duração de três anos. Além de promover maior transparência e introduzir procedimentos requeridos para uma futura internacionalização da Companhia, o projeto contribui efetivamente para ampliar a disseminação do conceito de risco na organização e a Gestão de Riscos Corporativos, dando maior clareza dos papéis, responsabilidades e autoridade entre níveis hierárquicos. O Projeto SOX equipara a Companhia ao padrão de governança corporativa das melhores práticas de mercado. De acordo com a preocupação em prevenção aos riscos, a Usiminas dedica-se também ao monitoramento:

Adicionalmente, em linha com a constante busca pela minimização dos riscos, a Companhia criou, em 2009, o Comitê de Estratégia e Investimento e definiu uma norma específica para regular seus investimentos. Essa medida torna ainda mais robusto o sistema de mapeamento dos riscos da Companhia e a verificação da eficácia das ações de controle, que fazem parte da política preventiva à exposição a fatores críticos.

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que a estrutura operacional e os controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos estão adequados e encontram-se em processo de melhoria continua, já que a Companhia se empenha na implementação das medidas propostas pelos Comitês Internos e pelas Auditorias no que diz respeito à adequação da política de gerenciamento de riscos, bem como à prevenção, controle e redução dos riscos que possam ter impacto sobre a Companhia.

Além disso, como já comentado no item "f" acima, em 2010, a Companhia dará início ao Projeto SOX, o que contribuirá consideravelmente no aprimoramento dos controles e na Gestão dos Riscos.

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

O ano de 2009 foi influenciado pela crise financeira, aprofundada a partir de setembro de 2008.

A redução na atividade econômica em todo o planeta causou a queda da demanda por minérios e *commodities* e por aço e seus derivados. Índia e China mantiveram o crescimento econômico, mas em um patamar inferior ao registrado nos anos anteriores. A China recuperou o ritmo de expansão somente no último trimestre de 2009.

No Brasil, considerado o último país a entrar na crise e o primeiro a sair, as previsões de crescimento do PIB anual de 5% foram reduzidas de forma relevante para -0,2%. Apesar do fraco desempenho da economia, alguns fatores foram decisivos para amortecer os impactos da

crise: a reação rápida das empresas que se apressaram em implementar programas de redução de custos, entre outras iniciativas, e as ações do governo federal de incentivo à produção.

No final do ano, o cenário apresentou melhora e o país deu sinais de saída da crise. A agência internacional de classificação de riscos Moody's classificou o Brasil como de baixo risco, significando aprovação a investimentos no país.

O Ibovespa teve seu melhor desempenho desde 2003 e foi o índice com a maior valorização no ano entre todas as bolsas do mundo. E o mercado automobilístico brasileiro foi um dos três a crescer no mundo em 2009.

Para 2010, as projeções indicam queda no desemprego e aumento da demanda, e o Banco Central estima crescimento econômico e redução da relação dívida/PIB.

O mercado interno, que absorve cerca de 80% da produção da Companhia, deverá crescer. No entanto, medidas de médio e longo prazos podem impactar a demanda interna. Uma possível elevação na taxa de juros ainda em 2010 significará redução da produção e alta do custo do crédito.

O grande desafio da Companhia será, portanto, atender à demanda, mantendo a queda de custos para poder manter seu nível de competitividade no Brasil e no exterior.

O câmbio apreciado, como ocorreu em 2009, pressiona a política de preços da Companhia. Espera-se que em 2010 e nos anos seguintes o real não repita sua trajetória de valorização sobre o dólar.

Das grandes economias mundiais, a moeda brasileira foi a que mais se valorizou frente à moeda norte-americana em 2009.

5.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Devido às ações de prevenção, a Companhia mantém uma base sólida de informações para orientar a tomada de decisão e, por exemplo, enfrentar as oscilações da economia, sem comprometer os níveis de investimento. Da mesma forma, o endividamento é permanentemente mantido em patamares controlados e seguros.

A partir de uma visão de melhoria contínua, todas as áreas encarregadas de implantar os processos empresariais apresentam, anualmente, recomendações de aprimoramentos nos sistemas de controle, a fim de mantê-los atualizados e capazes de enfrentar novos desafios mercadológicos.

6. Histórico do emissor

6.1. Com relação à constituição do emissor, informar:

a) *Data*: 25/04/1956

b) *Forma*: Sociedade Anônima

c) *País de constituição*: Brasil

6.2. Informar prazo de duração do emissor

Indeterminado

6.3. Breve Histórico do emissor

Presente em toda cadeia produtiva do aço, a Usiminas é hoje o maior e mais moderno complexo siderúrgico de aços planos da América Latina. Fundada há 53 anos, a Companhia

iniciou em 2008 um grande processo de renovação, para prepará-la para o futuro, a fim de potencializar a estrutura de atendimento aos clientes, multiplicar oportunidades de negócios, fazer investimentos crescentes em inovação, verticalizar os processos e vender produtos com valor agregado cada vez maior.

Em 2009, a Usiminas redefiniu valores, visão e sua identidade corporativa. Além de consolidar o agrupamento de suas operações em quatro grandes eixos de negócios:

1. Mineração e Logística;
2. Siderurgia;
3. Transformação do Aço;
4. Bens de Capital.

Ciclos da História da Companhia

FORMAÇÃO (1956-1958)

Em um cenário de otimismo gerado pelo Plano de Desenvolvimento do governo do presidente Juscelino Kubitscheck - JK, a Companhia é fundada em 25 de abril de 1956. Em junho de 1957, o acordo Lanari-Horikoshi consolidou a participação japonesa na empresa, que recebeu o aporte financeiro dos governos de Minas Gerais, do Brasil e do Japão. Em 16 agosto de 1958, JK crava a estaca inicial para a construção da usina em Ipatinga, então um vilarejo com 300 habitantes.

CONSTRUÇÃO (1959-1962)

Ipatinga carece de infraestrutura para abrigar os 10 mil trabalhadores previstos para as obras de construção da Companhia, que elabora um plano de urbanização da cidade e cria condições para alojar tanto os funcionários quanto os empregados da construção civil. No dia 26 de outubro de 1962, o presidente João Goulart acende o primeiro alto-forno e inaugura a usina, então, com uma capacidade de produzir 500 mil toneladas de aço por ano.

INVESTIMENTO SOCIAL (1965)

O ano é um marco para a atuação socialmente responsável da Companhia. Em 1º de maio de 1965, a Companhia inaugura o Hospital Márcio Cunha. No mesmo ano, a população de Ipatinga recebe as instalações de um centro de pneumologia, um centro de medicina preventiva, três ambulatórios com gabinetes dentários, um pronto-socorro – localizado dentro da usina – e um posto de puericultura.

1º CICLO DE EXPANSÃO (1969-1974)

O Brasil vive um período de forte crescimento econômico e a Companhia dá início ao seu primeiro ciclo de expansão, que eleva a capacidade produtiva para 1,4 milhão de toneladas por ano. Em 1970, com a fundação da Usiminas Mecânica, passa a atender os setores de construção civil e de mecânica. No ano seguinte, o Centro de Pesquisa passa a desenvolver projetos próprios e a atuar na transferência de tecnologia. Em 1974, com a inauguração do alto-forno 3, a capacidade de produção anual chega a 3,5 milhões de toneladas de aço.

VENCENDO A RECESSÃO (1980)

A Companhia reage à crise financeira vivida pelo País com um programa de economia interna, colocando em prática um novo sistema de gerenciamento inteligente e mais flexível, melhorando a utilização de recursos físicos, financeiros e humanos. A empresa muda o escritório central para o novo edifício-sede, na região da Pampulha, em Belo Horizonte.

INVESTIMENTO AMBIENTAL (1984)

De forma pioneira no Estado de Minas Gerais, a Companhia inicia o Projeto Xerimbabo, que no idioma tupi significa "animal de estimação", que tem como objetivo o desenvolvimento de cursos, seminários e exposições com foco na educação ambiental.

PRIVATIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO (1991)

Em 24 de outubro de 1991, a Companhia torna-se a primeira empresa estatal a ser privatizada pelo Programa Nacional de Desestatização. Logo recebe investimentos de US$ 2,1 bilhões em atualizações tecnológicas, para ampliar e otimizar a produção, bem como potencializar a

proteção ambiental. Em novembro daquele ano, as ações da empresa passam a ser negociadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

INCORPORAÇÃO E PIONEIRISMO (1993-1996)

A Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), uma das maiores usinas do País, localizada em Cubatão (SP), é adquirida pela Companhia, que faz investimentos de atualização tecnológica, recuperação ambiental e segurança. Ainda em 1993, é inaugurada a galvanização eletrolítica, com investimento de US$ 228 milhões. Em 1996, a usina de Ipatinga torna-se a primeira do Brasil e a segunda do mundo a ser certificada na norma ISO 14001, sobre respeito ao meio ambiente e proteção ambiental.

REESTRUTURAÇÃO (1998-2001)

A Usiminas, em sua composição societária atual, é resultado de um processo de reestruturação societária ocorrido entre 1998 e 2001, envolvendo a Usiminas e a Cosipa, por meio do qual a Usiminas se tornou a única acionista da Cosipa. A reestruturação compreendeu a realocação de ativos e passivos entre a Usiminas e a Cosipa, de modo que ao final do processo a antiga Usiminas foi incorporada pela antiga Cosipa, que alterou sua denominação e sede social, dando origem à atual Usiminas, e os principais ativos da antiga Cosipa foram transferidos para uma nova sociedade, que atualmente é a Cosipa.

Foram concentrados na Usiminas o direito à utilização do Terminal de Cubatão e atividades relacionadas, o direito de uso da planta de oxigênio e exploração de gases gerados no processo siderúrgico desenvolvido em Cubatão, bem como a assunção de dívidas de curto prazo, além da emissão, pela Cosipa, de debêntures conversíveis em ações, que foram subscritas pela Usiminas e convertidas em ações em outubro de 2001, com a conseqüente elevação de sua participação de 32% para 93% do capital total da Cosipa.

Em 1999, após o investimento de US$ 852 milhões, inaugura a mais moderna linha de laminação a frio do País – a Laminação a Frio 2, com capacidade produtiva anual de 1 milhão de toneladas. No mesmo ano, é criada a Unigal Usiminas Ltda ("Unigal Usiminas"), empresa de galvanização de chapas de aço para a fabricação de automóveis.

INTEGRAÇÃO (2005-2006)

A Usiminas conduziu uma oferta pública de aquisição das ações remanescentes de emissão da Cosipa, detidas por seus acionistas minoritários, realizada por meio de leilão na BOVESPA e concluída em 18 de março de 2005, com o fim de cancelar o registro de companhia aberta da Cosipa. A Cosipa teve seu registro de companhia aberta cancelado em 5 de abril de 2005.

Com o fechamento de capital, a Cosipa passa a ser subsidiária integral da Companhia. Também em 2005, anuncia a parceria com o Grupo Techint e a participação de 14,2% na siderúrgica Ternium, compondo uma empresa com capacidade instalada de 12 milhões de toneladas/ano. Em novembro de 2006, é assinado o novo acordo de acionistas, que fortalece o grupo de controle e reafirma o compromisso com a melhoria contínua do seu processo produtivo.

2º CICLO DE EXPANSÃO (2007-2015)

Anunciado em 2007, o Projeto de Expansão - Visão 2015, que prevê o investimento de US$ 9 bilhões, o maior da siderurgia brasileira, com vistas à ampliação e à modernização de sua capacidade produtiva, gerando empregos e desenvolvimento para o País. Em 2008, esse valor é revisto para US$ 14 bilhões e a empresa anuncia a entrada no setor de mineração e adquire um terreno na Baía de Sepetiba/RJ para a construção de um terminal portuário. Ao final do ano, o ritmo dos investimentos é adequado às condições de mercado.

Diante da retração econômica e a consequente queda de demanda na cadeia do aço em 2009, a opção da Companhia foi priorizar os investimentos estratégicos nos segmentos com maior potencial de desenvolvimento, perenidade e penetrabilidade no mercado e fazer cortes pontuais. O principal ajuste de investimento foi o adiamento da construção da usina de Santana do Paraíso. O projeto deve voltar à agenda do Conselho de Administração ainda em 2010.

No dia 18 de março de 2009, a Usiminas anuncia o lançamento de uma nova marca, dando início a grande reformulação na arquitetura de seus negócios. A nova marca integra o processo de autorrenovação da Usiminas, iniciado em 2008 com a implementação de um modelo diferenciado de gestão e a reformulação da estrutura de negócios da Companhia.

Incorporação da Cosipa

Em 1° de maio de 2009, a Companhia incorporou ao seu patrimônio a Cosipa, que foi extinta em decorrência da referida incorporação. A totalidade das ações de emissão da Cosipa também foram extintas, sendo substituída, no patrimônio da Companhia, pelos diversos elementos ativos e passivos que faziam parte do patrimônio da Cosipa. A incorporação da Cosipa não acarretou aumento de capital nem a emissão de novas ações, e não deu ensejo a alteração do estatuto social da Companhia.

Ainda em 2009, a Companhia consolidou o agrupamento de suas áreas de atuação em quatro Unidades de Negócios: Mineração e Logística, siderúrgica, Transformação do Aço e Bens de Capital.

Em 2010 a Companhia dando continuidade ao plano de otimização e agregação de valor aos negócios relacionados à exploração de minério de ferro e atividades de logística relacionadas, autorizou a Companhia, em reunião realizada na data de 29 de junho de 2010, a implementar as seguintes operações: 1) Transferência do conjunto patrimonial de titularidade da Usiminas relacionado às atividades de mineração para a empresa Mineração Usiminas S.A., controlada pela própria Companhia e conjunto patrimonial de titularidade da Usiminas relacionado às atividades de logística ferroviária, para a Usiminas Participações e logística S.A. A Sumitomo Corporation, adquirirá 30% do capital social da Mineração Usiminas, através da subscrição de novas ações, pelo preço total de até US$ 1.929 milhões, dos quais US$579 milhões estão condicionados à confirmação de eventos futuros. A formalização da subscrição de ações da Mineração Usiminas pela Sumitomo Corporation está sujeita à assinatura dos contratos definitivos, com previsão para final de agosto deste ano, e à satisfação de determinadas condições.

6.4. Data de registro na CVM

11/04/1994

6.5. Descrever os principais eventos societários, tais incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições de ativos importantes, pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas nos últimos 3 exercícios sociais:

No exercício social a encerrar em 31 de dezembro de 2010

a) Evento	Otimização e agregação de valor aos negócios relacionados à Mineração
b) Principais condições do negócio	Para a Mineração Usiminas S.A. ("Mineração Usiminas"), sociedade recentemente constituída e controlada pela Companhia, destaca-se a transferência dos seguintes ativos: Ativos minerários e participações societárias em terminais de embarque de minério na região de Serra Azul, MG; ii. Ações representativas de 49,9% do capital votante e 83,3% do capital total da UPL; iii. Terreno localizado em Itaguaí, RJ, após a finalização do processo de remediação, já autorizado. Aquisição, pela Sumitomo Corporation, de 30% do capital social da Mineração Usiminas, através da

	subscrição de novas ações, pelo preço total de até US$ 1.929 milhões, dos quais US$579 milhões estão condicionados à confirmação de eventos futuros. A formalização da subscrição de ações da Mineração Usiminas pela Sumitomo Corporation está sujeita à assinatura dos contratos definitivos, com previsão para final de agosto deste ano, e à satisfação de determinadas condições.
c) Sociedades envolvidas	Mineração Usiminas S.A.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da companhia	Não houve efeitos resultantes desta operação.
e) Quadro societário antes e depois da operação	Os Ativos minerários faziam parte do patrimônio da Usiminas, e após esta operação, a Companhia passou a ter 70% da empresa Mineração Usiminas S.A., sendo consequentemente controladora da mesma, e o restante tem como participante a Sumitomo Corporation.

a) Evento	Transferência da participação acionária detida pela Usiminas na MRS Logística S.A.
b) Principais condições do negócio	Para a Usiminas Participações e Logística S.A. ("UPL"), sociedade *holding* controlada pela Companhia, sem qualquer operação ou atividade anterior, será transferida a totalidade da participação acionária detida pela Usiminas na MRS Logística S.A., sujeita à aprovação prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.
c) Sociedades envolvidas	Usiminas Participações e Logística S.A. ("UPL") e MRS Logística S.A.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da companhia	Não houve efeitos resultantes desta operação.
e) Quadro societário antes e depois da operação	Após esta operação, a MRS Logística S.A, passou a ser controlada indireta pela Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009

a) Evento	Incorporação da Cosipa
b) Principais condições do negócio	Em 1° de maio de 2009, a Companhia incorporou ao seu patrimônio a Cosipa, que foi extinta em decorrência da referida incorporação. A totalidade das ações de emissão da Cosipa também foram extintas, sendo substituída, no patrimônio da Companhia, pelos diversos elementos ativos e passivos que faziam parte do patrimônio da Cosipa. A incorporação da Cosipa não acarretou aumento de capital nem a emissão de novas ações, e não deu ensejo a alteração do estatuto social da Companhia.
c) Sociedades envolvidas	Cosipa
d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da companhia	Não houve efeitos resultantes desta operação.
e) Quadro societário antes e depois da operação	Antes da incorporação, a Cosipa era uma empresa controlada pelaa Companhia, a qual tinha participação de 100% do capital social. Após a incorporação e extinção da Cosipa, a Companhia deixou de ter esta empresa como controlada.

a) Evento	Reestruturação da Soluções em Aço Usiminas S.A ("Soluções Usiminas")
b) Principais condições do negócio	Em de 27 de fevereiro de 2009, foi aprovado aumento de capital na controlada Usiminas Participações S.A. ("Usiminas Participações"), no montante de R$783.081 mil, mediante a emissão de 783.081 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$1,00) cada uma. Todas as ações foram subscritas e integralizadas pela Companhia sendo: (i) R$516.637 mil com valores anteriormente adiantados a título de adiantamento para futuro aumento de capital; (ii) R$115.990 mil mediante a transferência de ações representando 50% da Fasal S.A. Comércio e Indústria de Produtos Siderúrgicos; (iii) R$130.495 mil mediante a transferência da integralidade das ações da controlada Dufer S.A. ("Dufer"); e (iv) R$19.959 mil mediante a transferência de item específico do ativo imobilizado da Companhia. Em 3 de março de 2009, a Usiminas Participações adquiriu 100% das ações da Zamprogna NSG Tecnologia do Aço S.A ("Zamprogna"), a qual detém, por sua vez, 100% do capital da Tubomac S.A. – Tubos e Materiais de Construção. O valor de aquisição foi de R$ 90 milhões. Em 1º de julho de 2009, a Usiminas Participações S.A. teve alterada a sua razão social para Soluções em Aço Usiminas S.A. ("Soluções Usiminas"). O capital social e a quantidade de ações da empresa, bem como o seu

objeto social, não sofreram alterações.
Em 31 de julho de 2009, foi aprovado aumento de capital no montante de R$155.197 mil, mediante a emissão de 155.197 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$1,00 cada uma, mediante transferência de ações representando 65% da controlada Rio Negro S.A. ("Rio Negro"), pertencentes à Companhia.
Em 31 de agosto de 2009, a Rio Negro foi incorporada pela Dufer, subsidiária integral da Soluções Usiminas. Como consequência da citada incorporação, a Dufer passou a ter como acionista, além da Soluções Usiminas, com 70%, a empresa japonesa Metal One Corporation, com participação de 30%.
A Dufer , na mesma data, teve sua razão social alterada para Rio Negro Usiminas S.A. – Comércio e Indústria de Aço.
A empresa Rios Unidos Logística e Transportes de Aço Ltda., anteriormente subsidiária da Rio Negro (incorporada), passou a ser subsidiária da Rio Negro Usiminas S.A. (incorporadora).
Em 30 de setembro de 2009, foi aprovada a re-ratificação do aumento de capital da Companhia pela Assembleia Geral Extraordinária de 31 de julho de 2009, aumento este que passou a ser de R$165.188 mil no qual, foram emitidas, adicionalmente às 155.197.334 ações a que se refere a ata da AGE de 31 de julho de 2009, mais 9.991.081 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$1,00 cada uma. O capital social, portanto, foi elevado para R$948.270 mil.
Em 26 de outubro de 2009, foi aprovada a redução do capital da Soluções Usiminas para R$860.450 mil.
Em 30 de novembro de 2009, foi deliberada a redução do capital da Soluções Usiminas para R$852.990 mil mediante transferência da participação na Fasal Trading Brasil S.A. para Companhia.
Em 1º de dezembro de 2009, foi aprovada redução do capital da Soluções Usiminas para R$845.725 mil mediante transferência da participação na Usifast Logística, na Metalcentro e crédito de R$15 mil junto à Metalcentro para Companhia.
Em 30 de dezembro de 2009, a Soluções Usiminas incorporou as empresas Rio Negro Usiminas Comércio e Indústria de Aço S.A., Fasal S.A. Comércio e Indústria de Produtos Siderúrgicos e Zamprogna, em cujo capital já detinha participação (respectivamente 70%, 50% e 100%), bem como as empresas Usimpex Industrial S.A. ("Usial") e MO Rio Negro Participações Ltda., cujo capital era integralmente controlado pela Companhia e pela Metal One Corporation, respectivamente.
Como consequência, a Companhia passou a deter 68,88% do capital social da Soluções Usiminas. Os demais acionistas, Metal One Corp e Família Sleumer passaram a deter, respectivamente, 20% e 11,12% da Companhia.
Ainda como consequência das incorporações acima citadas, a Soluções Usiminas passou a deter, diretamente, 100% do capital da Rios Unidos e da

Tubomac.

c) Sociedades envolvidas	Rio Negro Comércio Indústria de Aço S.A.; Rios Unidos; Zamprogna ; Tubomac; Dufer S.A.; Fasal; Fasal Trading S.A.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	Não houve efeitos resultantes desta operação
e) Quadro societário antes e depois da operação	A Companhia detinha 66% de participação direta na empresa Rio Negro, e indiretamente na empresa Rios Unidos; Tinha participação direta de 100% nas empresas Zamprogna e Dufer e indiretamente na Tubomac. A Companhia ainda detinha 50% de participação direta na Fasal e indiretamente na Fasal Trading. Após o processo de reestruturação, a Companhia passou a ter uma participação de 68,9% na Soluções Usiminas, seguidos dos acionistas Metal One Corporation (20%) e a família Sleumer (11,1%).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008

a) Evento	Aquisição da Mineração J. Mendes Ltda. ("J. Mendes").
b) Principais condições do negócio	Em fevereiro de 2008, a Companhia adquiriu a totalidade das cotas representativas do capital social da empresa J.Mendes e suas controladas integrais Somisa – Siderúrgica Oeste de Minas Ltda. ("Somisa") e Global Mineração Ltda. ("Global Mineração"), pelo valor de R$ 1.628.277 mil. Em julho de 2008, a Companhia incorporou as referidas empresas. As operações de compra e incorporação acima descritas foram inicialmente registradas pelo valor contábil (custo). A Companhia contratou estudo técnico independente para levantamento do valor de mercado dos ativos e passivos das empresas adquiridas e incorporadas e efetuou alocação aos ativos e passivos identificados. No acervo líquido incorporado da J.Mendes foram adicionados aos investimentos da Companhia a participação nas empresas Modal Terminal e Terminal Sarzedo. A Companhia, como incorporadora, passou a deter, diretamente ou por intermédio de sua participação na J. Mendes e na Somisa, a totalidade das quotas representativas do capital das sociedades incorporadas. Em vista disso, a incorporação não acarretou aumento de capital da Companhia e tampouco a necessidade de emissão de novas ações. . As sociedades incorporadas foram extintas em decorrência da incorporação. Assim, a totalidade das quotas de emissão das sociedades incorporadas também foram extintas, sendo substituídas, no patrimônio da Companhia pelos diversos elementos ativos e passivos que compõem os patrimônios das sociedades incorporadas. Em virtude do exposto acima, a referida incorporação não acarretou a necessidade de qualquer alteração no estatuto social da Companhia.
c) Sociedades envolvidas	J. Mendes e suas controladas integrais Somisa e Global Mineração.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da companhia	Não houve efeitos resultantes desta operação.
e) Quadro societário antes e depois da operação	Antes da incorporação, a J. Mendes era uma empresa controlada da Companhia, a qual tinha participação de 100% do capital social. Após a incorporação e extinção da J. Mendes, a Companhia deixou de ter esta empresa como controlada.

a) Evento	Aquisição de Terreno na baia de Sepetiba/RJ
b) Principais condições do negócio	A Companhia adquiriu em junho de 2008, um terreno

	de 850 mil m² na Baía de Sepetiba, zona portuária do Rio de Janeiro, através de leilão da massa falida da Cia Mercantil e Industrial Ingá. O valor do investimento foi de R$ 72 milhões.
c) Sociedades envolvidas	Massa falida da Cia Mercantil e Industrial Ingá
d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da companhia	Não houve efeitos resultantes desta operação no quadro acionário da Companhia.
e) Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário da Companhia resultante desta operação.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, não houve eventos societários relevantes.

6.6. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor

Não houve pedido de falência nos últimos 3 exercícios sociais.

6.7. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Adicionalmente às informações prestadas acima, a Companhia entende não haver informações relevantes adicionais que devem ser prestadas neste item 6 do formulário de referência.

7. Atividades do emissor

7.1. Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

No ano de 2009, a Companhia redefiniu valores, visão e sua identidade corporativa, além de consolidar o agrupamento de suas operações em quatro grandes eixos de negócios:

5. Mineração e Logística;
6. Siderurgia;
7. Transformação do Aço;
8. Bens de Capital.

Na unidade de negócios de **mineração e logística** estão alocados os ativos minerários da mina de Serra Azul, localizada no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, e um terminal portuário previsto para ser construído na Baía de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro. A unidade de negócios ainda conta com a participação da Companhia na MRS Logística S.A. ("MRS"), uma concessionária que controla, opera e monitora a Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal.

A atividade de **siderurgia** conta com as usinas de Ipatinga (MG) e Cubatão (SP) e a participação na Ternium S.A. ("Ternium"), empresa na qual uma subsidiária da Companhia

possui 14,25% do capital total, e que é uma das maiores produtoras de aço das Américas, possuindo operações na Argentina e no México. Com capacidade nominal para produzir 9,5 milhões de toneladas de aço bruto por ano, a Companhia responde por aproximadamente 25% da produção brasileira de aço. Dois terminais marítimos privativos de uso misto também pertencem à unidade de negócios Siderurgia: o Terminal Privativo de Praia Mole (TPPM), no Espírito Santo, do qual a Companhia participa em condomínio, e o Terminal Marítimo Privativo de Cubatão (TMPC), em São Paulo, ambos localizados fora dos Portos Organizados de Vitória e Santos.

A unidade de negócios de **transformação do aço** engloba as empresas Soluções em Aço Usiminas S.A ("Soluções Usiminas"), Unigal Usiminas Ltda. ("Unigal Usiminas") e Automotiva Usiminas S.A. ("Automotiva Usiminas").

A Soluções Usiminas foi consolidada em 2009, a partir da união de Fasal S.A. Comércio e Industria de Produtos Siderúrgicos ("Fasal") à Rio Negro Usiminas S.A. (nova denominação da Dufer S.A. ("Dufer"), após a incorporação da Rio Negro Comércio e Indústria de Aço S.A.), Zamprogna NSG Tecnologia do Aço S.A ("Zamprogna") e Usimpex Industrial S.A. ("Usial"), as empresas de beneficiamento e distribuição de aço da Companhia, e da unidade industrial Usicort. O capital social da Soluções Usiminas está dividido entre a Companhia (68,9%), a Metal One Corporation (20%) e a família Sleumer (11,1%).

Joint-venture entre a Companhia (70% de participação) e a Nippon Steel Co. (30% de participação), a Unigal Usiminas Ltda processa bobinas galvanizadas por imersão a quente. O aço galvanizado é utilizado principalmente na indústria automobilística, de eletrodomésticos e construção civil.

A Automotiva Usiminas é a única a produzir, no setor de autopeças, conjuntos completos e cabines pintadas na cor final, tanto em cores sólidas como em metálicas. Por sua proximidade da indústria automobilística, desempenha também um importante papel de sensor desse mercado e de suas particularidades para a Companhia. Por meio dela, a Companhia está apta a atender às demandas do mercado e qualificada a desenvolver ações estratégicas para o futuro, além de promover a capacitação para oferecer produtos e serviços que vão desde o desenvolvimento da matéria-prima até o produto final, passando pelos processos de estamparia, solda, pintura e montagem final.

A Companhia atua no segmento de **bens de capital** por meio da Usiminas Mecânica S.A. ("Usiminas Mecânica"), maior empresa do setor no Brasil, que fornece produtos de alto valor agregado, como equipamentos industriais e estruturas metálicas, *blanks* e estampados, montagens diversas, fundidos e forjados para vários segmentos industriais.

Para mais informações a respeito das atividades das controladas da Companhia, ver item 9.1. "c" deste Formulário de Referência.

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar os produtos e serviços comercializados, receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia, e o lucro ou prejuízo do segmento e sua participação.

a) Produtos e serviços comercializados

Os produtos e serviços comercializados pelos segmentos são:

Mineração e logística: Neste segmento, comercializa-se minério de ferro e presta-se serviços de transporte ferroviário e logístico na região sudeste do Brasil.

Siderurgia: produz e vende chapas grossas, produtos laminados a quente, produtos laminados a frio, placas, que são os produtos não-revestidos e eletrogalvanizados e galvanizados por imersão a quente, que são os produtos revestidos.

Chapas grossa: As chapas grossas são resultantes do processo de laminação de placas de aço baixo-carbono, com baixo teor de liga e de aço soldável, que podem ser tratadas termicamente e que são produzidas com diferentes níveis de resistência. As usinas da Companhia produzem chapas grossas que variam de 6,0 milímetros a 101,6 milímetros de

espessura para material de 40 kgf/mm^2,e 76,20 milímetros para material de 50 kgf/mm^2. Dependendo da composição química, as chapas grossas podem ser resistentes à corrosão, abrasão e a baixas e altas temperaturas. As chapas grossas são normalmente utilizadas em empreendimentos de infra-estrutura, na construção naval, engenharia estrutural (inclusive pontes e prédios), plataformas, tubulação e usinas geradoras de energia elétrica.

Laminados a quente: Os produtos laminados a quente compreendem bobinas e chapas. Tais produtos possuem resistência que varia de intermediária a alta. As usinas da Companhia produzem uma ampla variedade de produtos laminados a quente. As bobinas laminadas a quente possuem espessura máxima de 13,0 milímetros e espessura mínima de 1,8 milímetro. Materiais com maior espessura estão sendo testados em clientes visando à ampliação da faixa de produtos fornecidos até 19 milímetros. Os produtos laminados a quente são produzidos em larguras que variam de 715 milímetros em bobinas e 690 milímetros em chapas a 1.870 milímetros. As bobinas são utilizadas para a fabricação de autopeças, tubos de pequeno diâmetro, estruturas industriais, produção de rodas, contêineres, estruturas para prédios, pontes e chassis para automóveis e caminhões.

Laminados a frio: As chapas finas laminadas a frio e bobinas laminadas a frio podem também ser fabricadas com baixo teor de carbono e com resistência que varia de média a alta. As usinas da Companhia produzem uma variedade completa de chapas finas e bobinas laminadas a frio, com espessuras que variam de 0,4 a 3,0 milímetros e largura mínima de 700 até a máxima de 1.860 milímetros. As chapas finas e bobinas laminadas a frio são utilizadas nas indústrias automobilística e de autopeças, que utilizam esses produtos na produção de uma ampla variedade de peças estampadas e painéis automotivos. Os produtos laminados a frio são utilizados também na produção de artigos domésticos, eletrodomésticos, embalagens, tubos de pequeno diâmetro, produtos do setor de construção civil e moveleiro.

Placas (Slabs): As placas são produtos siderúrgicos semi-acabados usados na produção de outros produtos, utilizadas pelas usinas da Companhia em seu processo produtivo ou vendidas para seus clientes. As placas são processadas no laminador de tiras a quente para produção de chapas e bobinas laminadas a quente ou em outro laminador para produção de chapas grossas. As usinas de Ipatinga e de Cubatão têm capacidade para produção contínua de placas com espessura de 200 a 250 milímetros, largura variando de 700 a 2.000 milímetros e comprimento variando de 2.450 a 9.600 milímetros. As placas são produzidas de acordo com as especificações de aço de médio e baixo carbono, aço microligado, aço de carbono ultra-baixo ou aço com os interstícios livres de carbono.

Galvanizados**:** Os produtos galvanizados são produzidos a partir do aço laminado a frio. A galvanização consiste no revestimento do aço com zinco, de um ou ambos os lados, aplicado por meio de um processo de imersão a quente (galvanizados por imersão a quente) ou eletrolítico (eletrogalvanizados). Os produtos galvanizados são extremamente versáteis e podem ser utilizados na fabricação de uma ampla variedade de produtos, inclusive chassis para automóveis e caminhões, dutos de ar e peças para sistemas de ventilação e refrigeração, aquedutos, eletrodomésticos e artigos eletrônicos, tanques de armazenamento, silos de grãos, equipamentos agrícolas e painéis de sinalização. Os produtos galvanizados por imersão a quente e os eletrogalvanizados são produzidos na usina de Ipatinga.

A galvanização é um dos processos mais eficazes e baratos utilizados para proteger o aço contra a corrosão causada pela exposição à água e à atmosfera. As chapas galvanizadas, pintadas e lisas, são utilizadas com freqüência na cobertura e revestimento de prédios industriais, calhas e descargas, interior de armários, entre outros. A Companhia produz chapas e bobinas galvanizadas em linhas contínuas de processamento de imersão a quente, com espessuras que variam de 0,40 milímetros a 2,30 milímetros. O processo contínuo resulta em produtos com revestimentos de zinco altamente aderentes, capazes de serem processados em quase todos os tipos de máquinas de arqueamento e prensa de estampagem. Os fabricantes automobilísticos e os setores de eletrodomésticos e de construção utilizam os produtos processados na prensa de estampagem (que conduz o processo de formação de desenhos no aço).

O valor agregado do processo de galvanização permite as usinas da Companhia obter uma margem de lucro maior com seus produtos galvanizados. Segundo estimativas da Companhia, os produtos galvanizados de valor agregado representam uma excelente oportunidade para

um crescimento lucrativo em virtude do aumento previsto na demanda no Brasil por tais produtos.

Estampados**:** Produtos estampados são, em sua maioria, chapas e bobinas laminadas a frio e eletrogalvanizadas, cortadas e estampadas em formatos especiais. Produtos estampados incluem peças automotivas internas e estruturas (chassis). Os produtos estampados representam outro nicho de mercado considerado altamente rentável pela Usiminas.

Blanks**:** *Blanks* são chapas, laminadas a quente ou a frio, eletrogalvanizadas ou bobinas cortadas em formatos especiais, geralmente destinadas a atender a necessidades individuais de consumidores que exigem produtos personalizados no seu processo produtivo. Os *blanks* são geralmente produzidos de acordo com contratos de fornecimento personalizados, utilizando chapas produzidas pela Companhia e beneficiadas nos centros de serviços da Companhia. Os *blanks* são utilizados para a fabricação de autopeças, botijões, cilindros, peças para tratores pesados e embarcações.

Outros Produtos**:** As usinas da Companhia vendem os chamados "produtos especiais", que são fundidos, forjados, não-laminados (como lamas e escórias), carboquímicos (benzeno-tolueno-xileno – BTX, amônia, piche, naftaleno e alcatrão), serviços de relaminação de placas e alienados (como motores velhos, sucatas não ferrosas, equipamentos desativados). A fundição da Companhia em Ipatinga é a maior fundição da América do Sul em tamanho de peças e produz peças sob encomenda para uso próprio e para clientes externos, abastecendo inclusive outras siderúrgicas. As peças fundidas são confeccionadas sob desenho para máquinas diversas de hidrelétricas, minerações, siderúrgicas, usinas de celulose, entre outras, em aço, ferro fundido e outros metais. A Companhia produz ainda, em Ipatinga, barras forjadas.

Transformação do aço:Industrialização e comércio de aços laminados industrializados, processados nas usinas, com característica de atender necessidades específicas dos clientes; Galvanização da bobina laminada a frio através do processo por imersão à quente, com a geração da bobina zincada; Estampagem de peças em aço ou alumínio; Montagem de conjuntos e cabines completas para caminhões e comerciais leves; Pintura de cabines completas e partes automotivas.

Bens de capital: Os produtos comercializados são equipamentos industriais, estruturas metálicas, pontes, fundidos, forjados, vagões ferroviários, *blanks* e estampagem. Este segmento ainda presta serviços de montagem e manutenção relativos a tais produtos.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor e c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

As tabelas a seguir apresentam a receita proveniente de cada segmento e a sua participação na receita líquida da Companhia, bem como no lucro ou prejuízo operacional resultante de cada segmento.

Em reais mil – Em 31 de dezembro de 2009	MINERAÇÃO	SIDERURGIA	TRANSFORMAÇÃO DO AÇO	BENS DE CAPITAL	AJUSTES	CONSOLIDADO COMPANHIA
Receita Líquida de Vendas	**406.913**	**9.700.866**	**2.117.447**	**952.447**	**(2.253.533)**	**10.924.140**
Mercado Interno	406.913	7.979.561	2.029.607	933.022	(2.253.533)	9.095.570
Mercado Externo	0	1.721.305	87.840	19.425	0	1.828.570
Custo Produtos Vendidos	**(161.370)**	**(8.405.563)**	**(1.848.647)**	**(770.060)**	**2.342.162**	**(8.843.478)**
Lucro Bruto	**245.543**	**1.295.303**	**268.800**	**182.387**	**88.629**	**2.080.662**
(Despesas)/Receitas	**(71.936)**	**(841.816)**	**(177.058)**	**(70.811)**	**0**	**(1.161.621)**

Operacionais

Lucro (Prej) Operacional antes Financ.	**173.607**	**453.487**	**91.742**	**111.576**	**88.629**	**919.041**
EBITDA	**201.874**	**911.067**	**152.026**	**131.951**	**88.629**	**1.485.547**
MARGEM EBITDA	**49,6%**	**9,4%**	**7,2%**	**13,9%**		**13,6%**
% Participação na Receita Líquida	**3,09%**	**73,62%**	**16,06%**	**7,23%**		

A Companhia estruturou suas operações por segmentação somente a partir do exercício de 2009, não tendo as separado as informações acima por segmento nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2008.

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2. , descrever:

Mineração e Logística

a) Características do processo de produção

O processo de produção consiste na extração (escavação, demolição e movimentação) e beneficiamento (britagem, lavagem, concentração) de minério de ferro. A tecnologia utilizada é nacional, oriunda da empresa J. Mendes e aprimorada pela Usiminas. A produção anual é de 7 milhões de toneladas, com capacidade instalada de 7,2 milhões de toneladas de minério de ferro. As máquinas, equipamentos e instalações da mineração estão amparados pela apólice corporativa da Companhia. As manutenções preventivas, com paralisação da produção, são realizadas uma vez por semana.

b) Características do processo de distribuição

N ano de 2009, 92,66% do total comercializado foi vendido para as Usinas de Ipatinga – MG e Cubatão – SP, pertencentes a Usiminas, sendo o remanescente comercializado sem intermédio de terceiros, comissionados ou revendedores. O processo de distribuição é efetuado através de transporte rodoviário contratado junto a transportadoras independentes e empresas de transporte da Companhia, até os terminais ferroviários localizados em Itaúna e Sarzedo, Estado de Minas Gerais. As demais etapas de distribuição são de responsabilidade do respectivo cliente.

c) Características dos mercados de atuação

O mundo global foi atingido por uma crise financeira em setembro de 2008. O primeiro semestre de 2008, portanto antes do início da crise, foi um semestre de ótimos resultados para o setor de mineração. A demanda encontrava-se bastante elevada, sendo a China o principal responsável pelo volume de importações de minério de ferro globalmente. O minério de ferro produzido e comercializado por produtores brasileiros tem um diferencial de qualidade frente aos principais países concorrentes. Este fator faz com que, apesar de uma maior distância marítima frente à Austrália e à África do Sul, apenas para citar dois dos principais concorrentes produtores de minério de ferro, o produto brasileiro é competitivo e bastante demandado pelo mercado consumidor. Em fevereiro de 2008 a Usiminas adquiriu minas de minério de ferro na região de Serra Azul (MG), focando em assim assegurar uma parte do abastecimento de sua operações siderúrgicas. Após o início da crise, o mercado de minério de ferro, e de siderurgia aguardavam as proporções que a mesma teria em seus respectivos negócios. O 4º trimestre de 2008 foi portanto de muito incerteza. Não obstante este cenário mundial, a produção das minas da Usiminas alcançou volumes superiores àqueles praticados

antes de compra, e obteve êxito pleno em sua colocação da produção na própria operação siderúrgica da empresa.

O mercado de minério de ferro iniciou o ano de 2009, vivendo um cenário de muita incerteza. O mundo de forma geral ainda buscava respostas para um crise financeira global de proporções comparáveis à Grande Depressão verificada nos EUA em 1929. Os compradores de minério de ferro não colocavam pedidos, e as grandes mineradores, por precaução, paravam unidades de sua cadeia produtiva, buscando assim controlar um pouco a oferta do produto. Para a atividade de mineração da Usiminas, a crise não foi tão fortemente sentida, isto porque o minério produzido nas minas da Serra Azul, de propriedade da Usiminas foi em sua grande maioria destinado para atender a demanda das usinas siderúrgicas da Usiminas, localizadas em Ipatinga (MG) e Cubatão (SP). Toda a produção de 5,5 milhões de toneladas foi escoada das minas para as Usinas anteriormente citadas. O mercado internacional começou a se recuperar a partir de final do 3º trimestre de 2009, dando sinais de reaquecimento e boas perspectivas para 2010.

O ano de 2010 começou com uma demanda muito aquecida. Os preço para os produtos de minério de ferro se recuperaram a níveis pré-crise e a metodologia de preço que antes era fixado com duração anual sofreu uma variação e passou a ser fixado com base em reajustes trimestrais, de modo assim a melhor espelhar as flutuações de demanda por minério de ferro. As margens para os produtores de minério de ferro subiram significativamente, quando comparadas ao período da crise, e isso fez com que os projetos de expansão voltassem à pauta de decisões para serem aceleradas. A Usiminas está da mesma forma atenta ao mercado e prevê produção de 7 milhões de toneladas de modo a atender suas próprias demandas e efetuar exportações de parte de sua produção.

A extração do minério ocorre em áreas de concessão mineral autorizadas pelo DNPM, em lavras próprias.

d) Eventual sazonalidade

Não há.

e) Principais insumos e matérias-primas

Os principais insumos e matérias-primas adquiridos são combustíveis (óleo diesel, gasolina), cujo mercado é regulamentado pela ANP - Agência Nacional de Petróleo, e explosivos de uso civil regulamentado pelo Ministério da Defesa.

i) Descrições das relações mantidas com os fornecedores, inclusive se estão a controle ou regulação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A companhia possui contratos de longo e de curto prazo com fornecedores de combustíveis não pertencentes ao Grupo de empresas da Usiminas para atender a todas as unidades das Empresas Usiminas, negociando melhores preços devido ao volume consumido. Em relação aos explosivos a companhia possui contratos de longo/curto prazo junto a fornecedores não pertencentes ao Grupo de empresas da Usiminas para fornecimento de grande parte destes insumos, e adquire uma menor parte de diversos fornecedores existentes no mercado. OS insumos estão sujeitos a regulamentação específica, sendo mercado de combustíveis (óleo diesel, gasolina), regulamentado pela ANP - Agência Nacional de Petróleo (Resolução ANP n.º 12, de 21 de março de 2007), e de explosivos de uso civil regulamentado pelo Ministério da Defesa (Decreto 3665 de 20 de novembro de 2000).

ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

O fornecimento dos insumos e matérias-primas de que a Companhia necessita é contratado junto a uma base dispersa de fornecedores. Por esta razão, a Companhia não está restrita a poucos fornecedores para adquirir estes insumos e matérias-primas.

iii) Eventual volatilidade em seus preços

Não há volatilidade relevante nos preços dos insumos e matérias-primas adquiridos pela Companhia.

Siderugia

a) Características do processo de produção

As Usinas de Ipatinga e Cubatão são usinas integradas. Segue abaixo um breve resumo do processo siderúrgico.

- Pátios de Matérias-Primas

As principais matérias-primas utilizadas na produção do aço em usinas integradas são carvão, minério de ferro, calcário, dolomita e manganês. O minério de ferro e o carvão são armazenados em pátios de matérias-primas. Em seguida, eles são homogeneizados, peneirados e calibrados para uso na usina de coque e nos altos-fornos.

- Coqueria

A mistura de carvões (alto, médio e baixo voláteis e carvões *soft*) é britada e aquecida em fornos verticais para a remoção de seus componentes voláteis. Esse processo de destilação transforma o carvão em coque, que é o combustível dos altos-fornos, fornecendo calor e agindo como redutor. Esse processo produz também gás na forma de subproduto, utilizado pelas usinas para queima em seus fornos, e como fonte de combustível para seus próprios geradores. Vide "Matérias-Primas".

- Usina de Sinterização

Após o processo de homogeneização e peneiração, o pó de minério de ferro e o pó de carvão são misturados a outros materiais (coque fino, calcário, dolomita, dunito e antracito) e processados de modo a criar um aglomerado chamado de sinter. Estas matérias-primas são misturadas e acomodadas em esteiras móveis, que na sua parte inicial possuem fornos de ignição, que dão início à combustão do coque e antracito da mistura. A seguir, por meio de sucção do ar, a combustão da mistura é mantida até sua queima total, quando também as partículas da mistura de minério de ferro fino e outras adições passam por uma fusão superficial, aglomeram-se e formam um bolo. Após britado e peneirado, este bolo vai produzir o sinter bitolado em dimensões adequadas para o uso nos altos-fornos, em conjunto com as pelotas de minério de ferro e o coque.

- Alto-forno

O alto-forno é carregado com sinter, coque, minério granulado e pelotas. Durante o processo, o ar é soprado por compressores especiais, passa por um processo de aquecimento em regeneradores de calor e é soprado no alto-forno através de ventaneiras especiais, promovendo a combustão do coque e do carvão injetado. Esta combustão gera principalmente o gás redutor monóxido de carbono que reagirá com o oxigênio dos óxidos de ferro (contidos no sinter, pelota e minério granulado) na parte superior do alto-forno, absorvendo o oxigênio, gerando dióxido de carbono e liberando o metal ferro. Na parte inferior do alto-forno, onde o coque e o carvão injetado são queimados, o ferro e as demais impurezas dos minérios são fundidos e se depositam em duas fases, o ferro gusa (composto principalmente de ferro e carbono) e a escória, constituída principalmente de óxidos de silício, alumínio, cálcio e magnésio. Ao composto formado principalmente pelo ferro e cerca de 4% de carbono que ele absorve em contato com o coque, dá-se o nome de ferro-gusa, principal matéria-prima para a fabricação do aço.

- Aciaria

Na aciaria, o ferro-gusa líquido, em conjunto com a sucata de gusa comprada, sucata de aço, além de outros aditivos em pequeno volume como minérios de manganês, níquel e alumínio, após serem carregados no convertedor, são submetidos ao sopro de oxigênio que efetua a combustão do carbono do ferro-gusa reduzindo assim o seu teor na liga ferro-carbono, e gerando calor para fundir as sucatas e outros aditivos. A liga com menos de 2% de carbono denomina-se aço. Normalmente este teor de carbono é da ordem de 0,0030 a 0,15%. Além do sopro no convertedor, existem outros processos metalúrgicos complementares, como a dessulfuração, desgaseificação, a dessiliciação, realizados em equipamentos específicos e

panelas, de acordo com as características metalúrgicas e mecânicas desejadas para o produto final. Nas aciarias, ocorre o lingotamento contínuo, onde o aço líquido é depositado para solidificação em mesas de rolos com sistemas de resfriamento especiais. Como o processo é todo refrigerado, ocorre uma solidificação superficial rápida do aço, formando placas com espessura da ordem de 200 a 250 milímetros sendo, então, escarfadas e estocadas. Dessa forma, o ferro-gusa líquido transforma-se em aço. O aço pode então ser refinado de acordo com as especificações padrão ou exigências dos clientes. Quando pronto, o aço é transformado em placas que serão laminadas ou exportadas como produtos semi-acabados.

- Linha de Laminação a Quente

Na linha de laminação a quente, as placas são reaquecidas e então processadas nos laminadores-desbastadores para redução da espessura das placas de 250 milímetros para espessuras que variam de 1,8 a 13 milímetros. As placas são então transferidas para o laminador a quente, onde o produto desbastado é rolado seqüencialmente em um conjunto de mecanismos de rolagem, formando uma longa faixa, que é transformada em bobinas e resfriada no final da linha de produção. A superfície das bobinas laminadas a quente podem ser limpas através de um processo químico na linha de produção ou as bobinas podem ser processadas na usina de acabamento para que sua superfície seja melhorada, tornando-se mais lisas. As bobinas podem então ser cortadas na linha de corte, sendo transformadas em chapas de acordo com as exigências dos clientes.

- Linha de Decapagem

Na linha de decapagem, as bobinas laminadas a quente passam por um processo de limpeza para remoção dos óxidos gerados devido à alta temperatura do processo de laminação através de um processo químico que utiliza ácido clorídrico. O material resultante pode ser vendido para uso específico (tal como relaminação) ou utilizado como matéria-prima no laminador a frio.

- Linha de Laminação a Frio

Antes de serem laminadas, as bobinas a quente são decapadas em ácido clorídrico e, então, enviadas para o laminador de tiras a frio, onde são desbobinadas, laminadas para redução de espessura, bobinadas e, se houver solicitação do cliente, passam por uma linha de limpeza eletrolítica e galvanização, sendo depois colocadas em fornos de recozimento. Podem ser vendidas como bobinas a frio ou cortadas em chapas finas a frio, galvanizadas ou não.

- Linhas de Revestimento (Galvanização)

Existem duas linhas distintas de galvanização. Na linha de galvanização eletrolítica, o material proveniente da laminação a frio já recozido é recebido e processado em banho de eletrólito, que pode ser aplicado em um ou ambos os lados da chapa, protegendo-a com um recobrimento de zinco. O produto final dessa linha é, portanto, material laminado a frio com revestimento de zinco em uma ou ambas as faces, denominado eletrogalvanizado. Por sua vez, na linha de galvanização por imersão a quente, o material laminado a frio não recozido (*full-hard*) é mergulhado em um banho de zinco fundido.

Ao sair do pote com zinco líquido, recebe, antes de sua solidificação, um jato de nitrogênio encarregado de ajustar a espessura de revestimento. Por se tratar de um processo de imersão, esse tipo de galvanização só permite revestimento de ambas as faces da chapa. Em seguida, o material passa por fornos especiais para cristalização do revestimento e recozimento da chapa.

- Manutenção

A usina siderúrgica passa regularmente por uma manutenção programada. Os laminadores e linhas de revestimento normalmente passam por manutenção semanal ou bimestral, ao passo que os altos-fornos e outros importantes equipamentos operacionais passam por manutenção mensal, semestral ou anual.

- Seguros

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia e algumas de suas controladas possuíam seguros para prédios, mercadorias e matérias-primas, equipamentos, maquinismos, móveis, objetos, utensílios e instalações que constituem os estabelecimentos segurados e respectivas dependências da Companhia, da Automotiva Usiminas, da Usiminas Mecânica, da Unigal e da Usiroll, tendo como valor em risco US$ 23.492.222 mil (31 de dezembro de 2008 – US$ 18.214.209 mil), uma apólice de seguro de riscos operacionais ("All Risks"), com limite máximo de indenização de US$800.000 mil por sinistro. A franquia máxima para danos materiais é de US$7.500 mil, e, para as coberturas de lucros cessantes (perda de receita), a franquia máxima é de vinte e um dias. O término desse seguro ocorrerá em 30 de junho de 2011.

- *Produção*

Em 2009, as usinas de Ipatinga e Cubatão produziram 5,6 milhões de toneladas de aço bruto. Em 2008 estas usinas produziram 8,9 milhões de toneladas de aço bruto, pouco acima da produção de 2007, que foi de 8,7 milhões.

O volume produzido no ano de 2009, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, mostrou significativa redução pelo momento conjuntural pelo qual passou a siderurgia no Brasil e no mundo em 2009.

As capacidades nominais de produção da Usiminas são distribuídas conforme tabela abaixo:

Produto	**Capacidade Nominal (mil ton/ano)**	
	Usina de Ipatinga	**Usina de Cubatão**
Chapas grossas	1.000	1.000
Laminados a quente	3.560	2.150
Laminados a frio	2.400	1.200
Placas	4.800	4.800
Galvanizados		
Eletrogalvanizados	360	-
Galvanizados por imersão a quente	480	-

b) Características do processo de distribuição

A Usiminas possui, atualmente, uma estrutura logística composta por sete centros de distribuição, sete depósitos fechados em clientes, além de dois portos e dois terminais de transbordo. Tais estruturas estão localizadas, em quase sua totalidade, nas regiões sudeste e sul, que são estratégicas para o atendimento eficiente dos principais clientes. Aliada à qualidade dos seus produtos e serviços, a estrutura de atendimento tem possibilitado a empresa se destacar como a maior fornecedora de aços planos para os principais segmentos consumidores do país.

Para atender o mercado interno, a empresa explora estrategicamente as malhas ferroviária e rodoviária brasileiras. A Usiminas conta com três grandes empresas ferroviárias, sendo elas a MRS logística S.A., a ALL – América Latina Logística e a Vale, esta com a FCA – Ferrovia Centro Atlântico e a Estrada de Ferro Vitória-Minas, e com aproximadamente 29 transportadoras rodoviárias, incluindo a Rios Unidos e a Usifast, empresas coligadas da Usiminas. As exportações dos produtos produzidos na usina de Cubatão são realizadas diretamente através do Terminal de Cubatão, enquanto os produtos produzidos na usina de Ipatinga são exportados por meio do Terminal de Praia Mole. Anualmente, a Usiminas transporta por volta de 3 mil toneladas de material siderúrgico na malha ferroviária e 2,5 mil toneladas na malha rodoviária, além de 1,5 mil via navio para exportação.

c) Características dos mercados de atuação

O foco principal dos negócios da Usiminas é o mercado interno (quadro abaixo), no qual atende a diversos segmentos industriais e distribuidores e centros de serviços. Nas vendas das usinas em 2009 houve redução em todos os segmentos do mercado, valendo destacar as menores quedas verificadas no segmento de utilidades domésticas (3%) e automotivo (17%), que neste período de crise foram beneficiados pela redução de IPI e pelas melhores condições de crédito (redução nas taxas de juros e ampliação dos prazos de financiamento).

As maiores retrações de vendas das usinas ocorreram nos setores de bens de capital, muito afetados pela redução dos investimentos e das exportações. Vale destacar a redução das vendas aos setores de máquinas agrícolas e rodoviárias (58%), tubos de grande diâmetro (57%), construção civil (42%), equipamentos eletrônicos (39%), tubos de pequeno diâmetro (38%) e equipamentos industriais (34%).

No setor de distribuição, as vendas das usinas tiveram queda de 21%, acompanhando o desaquecimento das atividades dos setores industriais que se abastecem suplementarmente na rede de distribuição. As vendas aos distribuidores foram também afetadas pelo aumento das importações, que apesar da crise cresceram 17% em 2009, e pelos elevados níveis de estoque, que começaram o ano com o equivalente a 6 meses de vendas

As importações de aços planos vêm apresentando um aumento expressivo desde 2007, em função da oferta crescente de produtos a preços competitivos no mercado internacional, especialmente originados de países como China, Rússia, Ucrânia, da valorização do Real e da ampliação do número de empresas importadoras (Distribuidoras e Tradings).

As importações diretas de aços planos, que representavam cerca de 2 a 3% do consumo aparente do país até 2006, passaram a ter uma participação mais expressiva em 2007 (5,1%), tendo em 2008 atingido 7,7% do consumo aparente do país, participação esta que atingiu 11,7% em 2009. Vale destacar, que mesmo num cenário de forte queda do consumo no mercado interno, as importações cresceram 17% em 2009.

Os efeitos da crise foram sentidos em todos os segmentos do mercado interno ao longo de 2009, o que resultou numa redução de 26% nas vendas internas das usinas brasileiras de aços planos e de 23% no consumo aparente do país (vendas + importações). Por sua vez, as vendas da Usiminas ao mercado interno apresentaram uma redução de 31,9% em comparação com 2008, sendo a maior queda verificada na linha de chapas grossas, cujas vendas caíram 66%, em razão do maior impacto da crise nos setores ligados aos investimentos, que são intensivos consumidores do produto. A redução mais expressiva da demanda de chapas grossas explica a maior retração das vendas da Usiminas em comparação com a redução média das vendas das demais usinas de aços planos do país.

Participação da Usiminas na demanda por setor (%):

Setor/Ano	2008	2009
	%	%
Tubos Grande Diâmetro	85	79
Tratores/Agrícola/Rodoviário	90	93
Automobilístico	50	45
Autopeças	60	57
Eletro-Eletrônico	70	65
Utilidades Domésticas	32	25
Construção Civil	38	36
Distribuição	41	41
Tubos de Pequeno Diâmetro	37	45
Embalagens e Recipientes	13	9
Naval	100	100
Equipamentos Industriais	95	81
Relaminação	9	12

Perfis	100	100
Outros	65	62
Total	**49**	**45**

Distribuição Regional das Vendas de Laminados Planos da Usiminas (%):

Discriminação	**2008**	**2009**
	%	**%**
Mercado Interno	**100**	**100**
São Paulo	56	59
Minas Gerais	19	15
Rio de Janeiro	3	2
Rio Grande do Sul	11	12
Paraná/Santa Catarina	8	8
Centro Oeste/ES	1	2
Norte/Nordeste	2	4

Distribuição Setorial das Vendas da Usiminas (%):

Mercados	**2008**	**2009**
	%	**%**
Distribuição	23	26
Automobilístico	13	16
AutoPeças	20	21
Tubos Gra. Diâ.	7	4
Eletrônico	4	3
Util. Domésticas	2	2
Recipientes	1	1
Construção Civil	7	5
Tubos Peq. Diâ.	7	7
Relaminação	0	1
Agrícola/Rodoviário/Tratores	4	3
Naval	1	1
Equip. Ind.	5	4
Cofres e Móveis	2	2
Perfis	3	2
Outros	1	1

d) Eventual sazonalidade

No mercado interno de aços planos, temos observado historicamente que nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro a demanda é um pouco menor em razão de paradas e férias coletivas que ocorrem em diversas empresas consumidoras de aço.

O período de março a novembro normalmente se caracteriza por uma demanda mais aquecida e equilibrada ao longo do período.

Como as vendas das empresas Usiminas estão sujeitas às sazonalidades descritas acima, o planejamento de vendas do Grupo Usiminas procura levar em consideração a compatibilização

dessas variáveis, ao mesmo tempo em que procura manter a produção estável, compensando oscilações internas com exportações para outros mercados.

Vendas Físicas (mil toneladas)

Mercado	1T09	2T09	3T09	4T09	2009
Mercado Interno	780	923	1.132	1.208	**4.043**
Mercado Externo	258	264	561	495	**1.578**
TOTAL	**1.038**	**1.187**	**1.693**	**1.703**	**5.621**
Participação dos mercados no acumulado vendido ao longo do ano:					
Mercado Interno	19,30%	22,80%	28,00%	29,90%	100,00%
Mercado Externo	16,40%	16,70%	35,60%	31,40%	100,00%
Participação Total	18,50%	21,10%	30,10%	30,30%	100,00%
Participação dos mercado em relação ao total vendido no período:					
Mercado Interno	75,10%	77,80%	66,90%	70,90%	71,90%
Mercado Externo	24,90%	22,20%	33,10%	29,10%	28,10%
TOTAL	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

e) Principais insumos e matérias-primas, informando:

i) Descrições das relações mantidas com os fornecedores, inclusive se estão a controle ou regulação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Em Relação a Energéticos (energia elétrica e gás), a Usiminas mantém um relacionamento de longo prazo com os fornecedores estratégicos de forma a manter o suprimento de energia elétrica e outros energéticos. Esses fornecedores são avaliados pelo seu desempenho no atendimento aos contratos e entrega dos produtos.

O suprimento de energia elétrica hoje é realizado no mercado livre de energia, que possibilita a compra de energia de qualquer gerador e ou comercializadora de energia, ficando responsável a distribuidora local a entrega do produto.

Por outro lado o suprimento do gás natural só é realizado somente pela concessionária local, a qual possui o direito de fornecimento do produto em sua região de concessão. Esse cenário poderá ser alterado com a nova lei do gás que irá alterar o mercado de gás para um mercado semelhante ao de energia elétrica.

O fornecimento de energia elétrica é regulamentado pelo governo federal através da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e controlados por outros órgãos/entidades, tais como: ONS (Operador Nacional do Sistema), CCEE (Câmera de Comercialização de Energia Elétrica), outros.

O fornecimento de gás natural é regulamentado por órgãos estaduais, que regularizam as tarifas do produto. Os outros energéticos não são regulamentados, entretanto, os fornecedores estão amarrados a um único produtor.

Em relação a Carvão/Coque, a Usiminas mantém contratos de longo prazo com fornecedores estratégicos de modo a suprir parte de sua cadeia de suprimentos relacionada aos combustíveis sólidos, tais fornecedores são avaliados quanto ao desempenho contratual global assim como a flexibilidade nas entregas. Por se tratarem de matérias-primas importadas, mantêm-se estoques de segurança para minimizar o risco de desabastecimento por eventuais impactos logísticos.

A importação de coque metalúrgico oriundo da China está sujeita à taxa de exportação (40%) que foi imposta pelo governo chinês desde 2008 e permanece em vigor até os dias atuais.

Em relação ao coque verde de petróleo, o abastecimento é realizado por um fornecedor doméstico e nos últimos meses têm ocorrido importações de fontes diversas.

Em relação a metais e outros insumos, buscamos manter um relação de parceria de longo prazo com os fornecedores, prezando pela boa relação e na continuidade do fornecimento. Pesquisamos continuamente novos agentes no mercado com o objetivo de manter a concorrência sadia e aproveitar as oportunidades. Todos os fornecedores são avaliados continuamente e sempre planejamos estrategicamente a melhor compra. Avaliamos os fornecedores quanto a capacidade de atendimento ao volume da Usiminas, qualidade/performance dos materiais, controles ambientais e condições de trabalho. Geralmente os fornecedores possuem estoques de materiais em suas fábricas para nos atender.

A Usiminas sempre esteve aberta a novos fornecedores e não temos problemas de fornecimento com os nossos parceiros.

ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Em Relação a Energéticos (energia elétrica e gás), o fornecimento de energia elétrica não possui dependência de um único fornecedor, entretanto a unidade consumidora deve celebrar contratos de uso do sistema elétrico com a distribuidora local caso esteja ligada a rede de distribuição ou com ONS caso seja ligado à rede básica.

Quanto ao suprimento dos demais energéticos, apesar de existir mais de um fornecedor, há uma grande dependência de um único produtor, a Petrobrás.

Em relação a Carvão/Coque, não há nenhuma dependência explícita com qualquer fornecedor específico. Entretanto, visamos desenvolver relacionamentos duradouros. Temos uma gama de fornecedores que possuem materiais de qualidade superior que tentamos privilegiar na nossa base de aquisição.

Em relação a metais e outros insumos, em alguns materiais específicos temos apenas 1 fornecedor, mas não são a maioria. Os materiais comprados sempre são materiais aprovados pela área técnica e desenvolvidos em conjunto. Há um investimento continuo na homologação de novos fornecedores e produtos. A maior parte do desembolso está concentrada em poucos materiais e geralmente estes materiais têm poucas opções de fornecimento.

iii) Eventual volatilidade em seus preços

Em Relação a Energéticos (energia elétrica e gás), os preços dos contratos de energia elétrica são negociados entre as partes e são reajustados anualmente com índices que medem a inflação (IGP-M e IPCA). Quanto às tarifas de uso do sistema, são regulamentadas pela ANEEL e são reajustas anualmente.

As tarifas praticadas para os demais energéticos são extremamente dependentes dos preços das refinarias da Petrobrás, por isso sua volatilidade está relacionada com os reajustes praticados pela Petrobrás as distribuidoras.

Em relação a Carvão/Coque, os contratos de carvão são reajustados anualmente de acordo com as características mercadológicas do momento. A partir deste ano, existe uma tendência mundial na mudança do mecanismo de reajustes desta categoria, passando tais reajustes a vigorar trimestralmente.

Em relação a metais e outros insumos, temos volatilidade nos preços da maioria dos materiais comprados. Os preços de muitos deles são atrelados aos preços do mercado internacional. Estamos fazendo "hedge" para minimizar este efeito e ter uma previsibilidade orçamentária melhor. Sempre buscamos negociações de maior prazo e preços fixos quando aplicável.

Transformação do Aço

a) Características do processo de produção

O processo de produção do segmento de transformação do aço ocorre da seguinte forma:

O segmento Transformação do Aço, está equipado para fornecer peças estampadas, componentes montados e/ou pintados, guilhotinas, *blanks* regulares e personalizados, vergalhões e outros serviços através de um sistema de entrega *just-in-time* ou programado.

Chapas grossas, produtos laminados a frio e a quente e aço galvanizado são cortados, pelos centros de serviços, em *blanks* redondos, regulares e personalizados para uso automobilístico e em eletrodomésticos. Adicionalmente, podem ser fornecidos *blanks* soldados a laser, que oferecem diversas vantagens à industria automobilística, além de bobinas de corte longitudinal, que são bobinas menores que simplificam a fabricação de produtos como tubos, equipamentos elétricos e motores, e peças de aço estampadas, que são entregues prontas para uso para o cliente e são utilizadas na fabricação de pára-choques, portas, capôs e rodas.

O segmento transformação do aço, agrega:

A Soluções Usiminas, maior empresa de distribuição do país, conta com 3 unidades de negócios – distribuição, serviços e tubos, e sua produção se dá pela industrialização e comercialização de aços laminados, processados dos metais das usinas, com característica de atender necessidades específicas dos clientes.

A Automotiva Usiminas é a única a produzir, no setor de autopeças, conjuntos completos e cabines pintadas na cor final, tanto em cores sólidas como em cores metálicas e está dividida nos seguintes setores de processo:

- Engenharia de desenvolvimento do produto;
- Parceiras com Ferramentarias;
- Desenvolvimento e produção de Estampados;
- Desenvolvimento e Produção de Subconjuntos Soldados;
- Pintura Completa – *e-coat* (KTL), *Surfacer* e Esmalte;
- *Trimming* Final;
- Integração Logística.

Dentre seus principais clientes, encontram-se as principais montadoras instaladas no País, como Ford, Mercedes-Benz, Volkswagen, General Motors e Iveco Fiat, dentre outras.

A Empresa, além de acompanhar o crescimento das operações dos atuais clientes, pretende conquistar novos serviços, agregando valor ao aço fornecido pelas Usinas, transformando as chapas em produtos como cabinas e componentes de caminhões, ônibus e comerciais leves, produzidos por sua unidade de Pouso Alegre – Minas Gerais.

Por sua proximidade da indústria automobilística, desempenha também um importante papel de sensor desse mercado e de suas particularidades para a Usiminas. Por meio dela, a Usiminas está apta a atender as demandas do mercado e qualificada a desenvolver ações estratégicas para o futuro, além de promover a capacitação para oferecer produtos e serviços que vão desde o desenvolvimento da matéria-prima até o produto final, passando pelos processos de estamparia, solda, pintura e montagem final.

A Unigal Usiminas efetua a galvanização da bobina laminada a frio através do processo por imersão a quente, com a geração da bobina zincada.

Este segmento possui contratos de curto e longo prazo para o fornecimento dos insumos necessários para sua produção. As empresas Automotiva Usiminas e Unigal Usiminas, participam da mesma apólice de seguro, conforme mencionado neste capítulo do Formulário de Referência item de siderurgia. A Soluções Usiminas possui apólice de seguros própria para seus equipamentos, prédios e demais ativos.

b) Características do processo de distribuição

Soluções Usiminas com capacidade de processar mais de 2 milhões de toneladas de aço por ano, suas 14 unidades industriais, estrategicamente distribuídas nos Estados de Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Pernambuco, atenderão os segmentos automobilístico, de autopeças, construção civil, distribuição, eletroeletrônico, máquinas e equipamentos, utilidades domésticas e outros. A Usiminas complementa assim sua presença nos diversos setores consumidores de aço através da ampliação do portfólio de produtos e serviços e, além do mais, permitirá um melhor entendimento das necessidades dos clientes e a captura de ganhos de eficiência.

O segmento Transformação do Aço conta com diversos centros de serviços que analisam as necessidades de cada cliente e oferecem a cada um deles um produto personalizado, o que agrega valor aos seus produtos. Os centros de distribuição oferecem entrega programada em linha com as necessidades específicas dos clientes. Foi implementado um serviço de logística e entrega *just-in-time*, o que permite que seus clientes disponibilizem espaço de armazenamento para a instalação de unidades de produção, mantenham níveis menores de estoque, reduzam custos de mão-de-obra e garantam a pontualidade da entrega.

Atualmente, a Companhia opera 14 centros de distribuição, que estão estrategicamente localizados próximos aos principais mercados consumidores do Brasil, possibilitando dessa forma entregas rápidas de acordo com as necessidades dos clientes.

A venda dos produtos e serviços no mercado doméstico é realizada por escritórios localizados em Belo Horizonte, São Paulo, Joinville, Porto Alegre e Recife. A entrega do produto pode ser diretamente da usina ou por meio de centros de serviço ou centros de distribuição da Usiminas localizados estrategicamente junto aos principais mercados consumidores.

Os centros de distribuição das empresas Usiminas estão localizados próximos aos clientes, de modo que os produtos são entregues diretamente em suas linhas de produção. O sistema de entrega *just-in-time* permite que as entregas sejam realizadas de acordo com a quantidade, qualidade e data desejada.

Adicionalmente, o sistema de entrega *just-in-time* oferece as seguintes vantagens aos clientes:

- redução do *lead time* (tempo entre a encomenda e a entrega);
- possibilidade de entrega/faturamento de pequenos volumes;
- redução dos estoques dos clientes;
- grande flexibilidade de atendimento;
- redução no tempo de transporte; e
- melhoria na qualidade do serviço.

Os produtos exportados são vendidos diretamente aos clientes finais ou por meio de *trading companies* exportadoras que atuam como intermediárias dos produtos das empresas Usiminas e administram o *marketing* no exterior. Algumas dessas companhias exportam produtos que são posteriormente processados para venda aos consumidores finais.

Na Automotiva Usiminas, o processo de distribuição é efetuado principalmente por transporte rodoviário, e, em sua maioria, pela Usifast Logística Industrial S/A, que é coligada da Usiminas.

Na Unigal Usiminas o processo de distribuição é feito pela Usiminas (empresa controladora), que é a proprietária da bobina zincada, cabendo a Unigal, somente despachar o material para o cliente da Usiminas.

c) Características dos mercados de atuação

Conforme descrito neste mesmo item do segmento de siderurgia.

d) Eventual sazonalidade

Conforme descrito neste mesmo item do segmento de siderurgia.

e) Principais insumos e matérias-primas

i) Descrições das relações mantidas com os fornecedores, inclusive se estão a controle ou regulação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Na Soluções Usiminas, *a* principal matéria-prima no processo de produção são as bobinas, adquiridas em sua quase totalidade de fornecedor Usiminas situado no próprio país.

Na Automotiva Usiminas, os principais insumos e matérias-primas são: aços planos, Alumínio, Tintas Automotivas e Componentes, fornecidos principalmente pela Usiminas.

Na Unigal Usiminas, os principais insumos são a bobina laminada a frio e o zinco para galvanização, além de energia e utilidades,fornecidos principalmente pela Usiminas.

Os fornecedores que atuam no segmento de transformação do aço são empresas da Usiminas, e que, portanto, propiciam um bom relacionamento entre as unidades produtivas e os respectivos fornecedores. Os insumos acima descritos estão sujeitos à mesmas autoridades e regulamentação descritas no item 7.5 deste Formulário de Referência.

ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Na Soluções Usiminas os principais insumos são adquiridos dos fornecedores Usiminas, situado no próprio país.

A Soluções Usiminas não depende de forma relevante de fornecedores não pertencentes a Usiminas, tampouco está sujeita a riscos de fornecimento relevantes.

Na Automotiva Usiminas, os aços planos são adquiridos em sua maioria da própria Usiminas que é controladora da empresa. As tintas são adquiridas principalmente da empresa Dupont, por exigência dos nossos clientes. A exigência não está prevista expressamente nos contratos celebrados pela companhia, mas decorre do fato de a Dupont ser fornecedora homologada por eles. A homologação do fornecimento de tinta, por sua vez, tem como escopo adequar as especificações dos insumos usados pelos clientes, o que possibilita ganho de escala no desenvolvimento de produtos para os mesmos. Desta forma, a compra de produtos de outro fornecedor é praticamente inviabilizada, haja vista que um eventual novo fornecedor teria que desenvolver o produto e passar por homologação de nossos clientes.

A Unigal Usiminas tem como principal fornecedor a Companhia, que fornece a bobina, o zinco, energia e utilidades, material de embalagem, etc. A Unigal Usiminas não depende de forma relevante de fornecedores não pertencentes a Usiminas, tampouco está sujeita a riscos de fornecimento relevantes.

iii) Eventual volatilidade em seus preços

Como na Soluções Usiminas, Automotiva Usiminas e Unigal Usiminas, o principal fornecedor é a sua controladora (Companhia). As eventuais volatilidades dos preços das mercadorias estão relacionados à oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção.

Bens de Capital

a) Características do processo de produção

A Usiminas Mecânica subdivide-se em sete unidades de negócio: Pontes e Estruturas, Equipamentos Industriais, Montagens Industriais, Fundição e Vagões, Óleo e Gás, Siderurgia e *Blanks* e Estampagem.

O processo de produção no segmento de bens de capital segue desde a especificação técnica e desenhos dos equipamentos, pontes, estruturas, e etc., até a sua montagem final, o que subentende-se cortes de chapas, soldas especiais, testes, montagens na fábrica, e se contratados, transportes e montagem na obra

Atualmente, a Usiminas Mecânica tem como expectativa quatro frentes de trabalho:

1) Petróleo e gás, principalmente com a produção de blocos navais e de módulos de processo destinado a plataformas marítimas para a produção de petróleo e gás para a Petrobras, grande compradora interna, ambos com regime de produção de Empreitada Global (EPC), com a implantação de uma fábrica a ser instalada ao lado do terminal marítimo privativo da Usiminas em Cubatão/SP;

2) Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas 2016; onde a Usiminas Mecânica tem trabalhado na captação de projetos executivos em estruturas metálicas que estejam direta ou indiretamente associados aos eventos globais copa 2014 e olimpíadas 2016. Basicamente o que já tem tramitado nos meios comercial e de concorrências públicas são os projetos executivos dos estádios, localizados nas cidades sede da copa 2014, sendo doze no total. Os projetos executivos então aprovados pela FIFA, propõem soluções diversas para os estádios, que por sua vez possuem características bem particulares. Portanto, cada um deles merece uma abordagem específica, tanto técnica como comercial, pois há casos de concorrências públicas, particulares, etc. Com relação às obras do entorno dos estádios, tais como infra-estrutura de trânsito, edificações, saúde pública, etc., a Usiminas Mecânica vem trabalhando para viabilizar a estrutura metálica sobre a estrutura de concreto convenciona;

3) Energia eólica; a Usiminas Mecânica participará mantendo o foco no fornecimento de blanks cortados e chanfrados para fornecimento às fábricas de torres eólicas;

4) Projetos de engenharia, entre eles a construção de hidrelétricas, com expectativa grande para o leilão de Belo Monte, uma usina quase do tamanho de Itaipu, além do complexo do Rio Madeira e de Pequenas Centrais Hidrelétricas. A Usiminas Mecânica já está trabalhando na fabricação de componentes de turbinas e geradores para as UHE Santo Antonio e Jirau, do projeto Rio Madeira, sendo responsável pelo fornecimento de aproximadamente 2.600 toneladas de equipamentos nos próximos três anos. Neste fornecimento, a tecnologia, o projeto e os desenhos de fabricação são de responsabilidade do cliente. Para o projeto Belo Monte, a Usiminas Mecânica já apresentou proposta para uma das empresas do consórcio formado pelas empresas Alstom-Voith-Andritz, também para fornecimento de componentes de turbinas e geradores. Assim como no projeto Rio Madeira, a tecnologia, o projeto e os desenhos de fabricação serão de responsabilidade do cliente. A Usiminas Mecânica depende que este consórcio seja adjudicado com o fornecimento dos equipamentos para fornecer os componentes ofertados. Para o mercado de pequenas centrais hidrelétricas, a Usiminas Mecânica tem como ofertar o fornecimento de condutos, grades e comportas com tecnologia, projeto e desenhos de fabricação próprios; além de fornecer componentes de turbinas e geradores com a tecnologia, o projeto e os desenhos de fabricação com responsabilidade por parte do cliente.

Em 2009, a Usiminas Mecânica concluiu duas obras importantes:

1. Fornecimento de estruturas, equipamentos e montagem da expansão da Refinaria do Consórcio Alumar, em São Luís (MA): a maior obra de sua história. A participação no projeto Alumar incluiu o fornecimento parcial, a montagem completa da planta de precipitação da unidade 2 e ampliação e reforma da planta de precipitação da unidade 1, compreendendo a montagem de tanques, precipitadores, equipamentos mecânicos, elétricos, bem como complexos sistemas elétricos, de tubulação e de instrumentação, atuando desde o detalhamento de partes do projeto até o fornecimento e montagem dos equipamentos. Somente a Superintendência de Montagem entregou 27 mil toneladas de peças. Desse total, mais de 60% saíram das fábricas da Usiminas. Foi superada a marca de 10 milhões de homens-horas trabalhadas e, no pico dos trabalhos, o efetivo passou dos 3.000 homens atuando na montagem.

2. Ponte da Passagem, em Vitória (ES): erguida com aproximadamente 1.700 toneladas de aço, a ponte, do tipo estaiada, é a primeira no país com torres metálicas. Imponente nos

seus 55 metros de altura, o que equivale a um prédio de oito andares, a obra já é considerada o mais novo símbolo da modernidade do Espírito Santo.

Em execução no momento, destacam-se os seguintes projetos de longo prazo:

- fornecimento de fornos, plataformas e torres para a Petrobras;
- fornecimento e montagem de tanques de armazenamento para a Petrobras;
- fornecimento de estruturas e montagem de equipamentos para a mina de níquel da Mineração Onça Puma Ltda.;
- *blanks* para torres eólicas, implementos agrícolas, rodoviários e indústria naval;
- fornecimento de estruturas do prédio da Aciaria para a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA);
- fornecimento de estruturas para a mina de níquel da Anglo American Ltda.

Em 2009 o segmento de bens de capital teve uma produção de 166.164 toneladas. Este segmento participa da apólice de seguro da companhia mencionada detalhadamente no segmento siderurgia deste item do Formulário de Referência, e a manutenção de seus equipamentos é feita periodicamente, de forma preventiva e diária.

b) Características do processo de distribuição

A distribuição neste segmento ocorre a medida em que o bem é fabricado, sendo entregue através das vias rodoviária, ferroviária e marítima. Os transportes são efetuados principalmente por empresas terceirizadas diversas, que não fazem parte das empresas Usiminas. A Rios Unidos que é uma das empresas da Usiminas, também efetua transportes para Usiminas Mecânica em volume não relevante. As vendas da Usiminas Mecânica são efetuadas por meio de área comercial própria, sendo dois escritórios de venda, um na sede da empresa em Belo Horizonte/MG e outro em São Paulo capital.

c) Características dos mercados de atuação, em especial

Conforme mencionado neste mesmo item para o segmento de siderurgia.

d) Eventual sazonalidade

A vendas da Usiminas Mecânica estão ligadas a demanda por infra-estrutura e bens de capital, e, portanto, depende do desempenho da economia, não havendo sazonalidade relevante.

e) Principais insumos e matérias-primas, informando:

i. Descrição das relações mantidas com os fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A principal matéria prima é o aço, e o principal fornecedor são companhias da Usiminas (controladora da Usiminas Mecânica), o qual adota práticas de mercado nas relações comerciais, e estão sujeitas a regulamentações da CVM, por exemplo, e auditorias independentes periódicas, responsáveis por avaliar a adequação das práticas contábeis em relação a essas relações e as demonstrações financeiras. Dado que os insumos são adquiridos em sua maioria de companhias pertencentes a Usiminas, a autoridade e legislação aplicáveis aos insumos são os mesmos aplicáveis à Companhia, conforme descito acima e no item 7.5. abaixo.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

O segmento de Bens de Capital depende principalmente de companhias pertencentes a Usiminas, para o fornecimento da principal matéria prima, que é o aço.Para os principais

insumos além do aço, tais como eletrodo e tinta, não existem dependência de poucos fornecedores.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

As eventuais volatilidades dos preços das mercadorias estão relacionadas à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Usiminas vende no mercado, isto porque as relações comerciais da Usiminas Mecânica com o seu controlador se dá nas mesmas condições praticadas no mercado.

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia não possuía nenhum cliente com participação superior a 10% de sua receita liquida total.

O montante total de receitas provenientes dos 10 maiores clientes da companhia foi de R$ 2.568.366, que equivalem a 23,51% da receita liquida total, sendo que o cliente com maior participação foi de 4%.

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia, comentando especificamente:

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Legislação Ambiental Brasileira

Segundo a lei brasileira, o meio ambiente é qualificado como patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido para uso da coletividade. Para tanto, o ordenamento jurídico arma-se de uma série de instrumentos de controle, através dos quais possa ser verificada a possibilidade e regularidade de toda e qualquer intervenção projetada sobre o meio ambiente considerado.

Enquadrando-se nas atividades tidas como de expressiva intervenção no meio ambiente, a exploração da indústria siderúrgica (e o comércio de seus produtos) obedece a preceitos legais, normas administrativas e rituais preestabelecidos, sendo imprescindíveis, na esfera administrativa, a obtenção de licenças ambientais para atividades de localização, instalação, ampliação e operação do empreendimento.

No caso de empreendimentos do porte de uma usina siderúrgica, a competência para o licenciamento ambiental é delegada ao órgão do poder público estadual. Assim, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, onde estão localizadas as plantas industriais da Usiminas, as autoridades estaduais regulam as operações das usinas de Ipatinga e Cubatão, aplicando às mesmas as normas ambientais diretamente vinculadas às suas licenças de operação.

Licenças Ambientais

O processo de produção das usinas siderúrgicas resulta em emissão de resíduos gasosos, líquidos e sólidos que podem ser prejudiciais ao meio ambiente, além do uso de bens ambientais. Cada Estado no qual as empresas Usiminas opera é responsável por suas licenças ambientais e pelo controle de atividades potencialmente poluidoras. As empresas Usiminas encontram-se devidamente licenciadas ou em processo de revalidação de licença, tendo plenamente autorizado seu funcionamento.

Ressalte-se que não somente a obtenção, mas a manutenção das licenças está sujeita ao cumprimento de certas condições específicas, monitoradas permanentemente pelas autoridades ambientais.

Em relação à usina de Ipatinga, as autoridades ambientais estaduais incluem: a Agência Estadual de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente - SEMAD, a Fundação Estadual de

Meio Ambiente - FEAM e o Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM e, em relação à usina de Cubatão, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) e a CETESB.

Atualmente, a usina de Ipatinga possui licença de operação para sua planta industrial, com prazo de validade até 17 de fevereiro de 2013 , com suas respectivas condicionantes.

Em 2008, a Usiminas obteve a licença de operação para implantação de uma usina de geração de energia termelétrica, com validade até 08 de outubro de 2016.

Em agosto de 2006, a Usiminas obteve junto ao COPAM a Licença de Instalação (LI n.º 113/2006) para implantação da Coqueria n.º 3 na usina de Ipatinga com capacidade de produção de 750.000 toneladas de coque por ano, com validade até 22 de agosto de 2009, que foi prorrogada em fevereiro de 2010, com o prazo de validade de 30/06/2010

As condicionantes desta Licença de Instalação serão cumpridas no prazo de validade desta. Salienta-se que algumas das condicionantes foram renegociadas com o órgão ambiental e solicitada a prorrogação até o vencimento da Licença de Instalação.

Em 18 de julho de 2006, foi assinado um TAC com o Ministério Público estadual de Minas Gerais contendo obrigações já inseridas como condicionantes na referida licença de instalação.

A usina de Cubatão, está devidamente licenciada pela CETESB possuindo 01 Licença de Operação Renovável englobando todas suas unidades, com validade até setembro de 2011.

Cadastro Técnico Federal

No âmbito federal, visando assegurar o controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais, as atividades da Usiminas são cadastradas como potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais, junto ao IBAMA. Desta forma, a Usiminas detêm Certificado de Registro – CR, emitido pelo IBAMA, válido para ambas as plantas.

Autorização para o Desenvolvimento de Propriedades de Mineração

As atividades de mineração estão sujeitas a limitações impostas pela Constituição Federal do Brasil e pelo Código de Mineração (Decreto-lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967) e estão sujeitas a leis, regras e outros regulamentos aplicáveis, especialmente as editadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

Dentre as exigências impostas, destacam-se as relacionadas (i) à maneira pela qual os depósitos minerais são explorados; (ii) à saúde e à segurança dos operários; (iii) à proteção e à restauração do meio ambiente; (iv) à prevenção da poluição; e (v) à promoção da saúde e da segurança das comunidades locais onde estão localizadas as minas. O Código de Mineração impõe também determinadas exigências sobre notificação e apresentação de relatórios.

De acordo com o Decreto n.º 97.632, de 10 de abril de 1989, os empreendimentos que se destinam à exploração de recursos minerais deverão ser submetidos à aprovação do órgão ambiental competente, juntamente com o plano de recuperação de área degradada, estudo de impacto ambiental - EIA e do relatório do impacto ambiental – RIMA. Eventual deficiência na recuperação ambiental poderá ser considerada crime de acordo com a Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. A Companhia obteve todas as autorizações necessárias e está adimplente com as obrigações perante o DNPM.

Regulamentação Antitruste

A Lei n.º 8.884/94 instituiu o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência ("SBDC"), composto pela Secretaria de Direito Econômico ("SDE") do Ministério da Justiça, pela Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE do Ministério da Fazenda, e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça.

Cabe ao SBDC a prevenção e repressão de atos de conduta anti-concorrencial e o controle de atos de concentração econômica. Nos termos da legislação antitruste, compete à SDE

promover averiguações preliminares e instaurar processos administrativos com vistas à apuração e repressão de infrações contra a ordem econômica. O CADE é o ente competente para julgar tais processos e, nos casos de condenação, aplicar multas e/ou outras penalidades administrativas como por exemplo, a proibição de contratar com instituições financeiras oficiais e participar de licitações públicas. Igualmente compete ao CADE examinar os atos de concentração realizados entre agentes econômicos que se enquadram nos requisitos legais, podendo, inclusive, impedir fusões, incorporações e cisões, ou ainda exigir a alienação de determinados ativos caso verifique prejuízos à concorrência.

A Usiminas, sempre que necessário, submete à análise do SBDC todas as operações que realiza e que podem ser considerados como atos de concentração.

Outorga para Uso da Água

Em 08 de março de 2006, o IGAM concedeu à Usiminas o direito de uso da água pública estadual do Rio Piracicaba, através da outorga de água, observado um volume de $3m^3/s$, com validade até 08 de março de 2011.

De acordo com a Portaria DAEE n.º 1678, o Departamento de Águas e Energia Elétrica autorizou a Usina de Cubatão a coletar a água nos seguintes pontos: Rio Quilombo, Fonte do Brites, Fonte de Morrão, Rio Mogi e Canal Mogi, até 15 de agosto de 2012, sendo os dois últimos utilizados apenas para uso industrial.

A Lei n.º 9.433, de 08 de janeiro de 1997 permite a cobrança pelo uso da água como um instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos. Entretanto, ainda não há cobrança efetiva pela água utilizada pela usina de Ipatinga, pois apesar de existirem os comitês de Bacias Hidrográficas, ainda não foram implementados os outros mecanismos para efetivar a cobrança como a agência e o Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas.

Atividades de Mineração

Conforme detalhado no item 9.1."b" deste Formulário de Referência, a atividade de mineração está sujeita à regulamentação do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, que concedeu à Usiminas 38 concessões de lavra para exploração de minério de ferronas áreas informadas no item referenciado.

Apesar da Usiminas já ter registro como empresa de mineração no DNPM desde a década de 70, somente com a aquisição da J. Mendes, em fevereiro de 2008, é que efetivamente começamos a ter um relacionamento com este órgão. No relacionamento com o DNPM desde a aquisição da J. Mendes, temos buscado agir de forma mais transparentemente possível para que possamos atender aos objetivos da Companhia.

b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Em 2009 a Usiminas começou a desenvolver um programa estruturado de monitoramento e redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e planeja, para 2010, a realização do inventário de todas as unidades de negócios, o que possibilitará o planejamento de uma estratégia para a redução das emissões de GEE, bem como a captura das oportunidades de negócios que permeiam o tema.

Reagrupada hoje em quatro unidades de negócios (Mineração e Logística, Siderurgia, Transformação do Aço e Bens de Capital) a Usiminas apresentou uma diretriz de sustentabilidade comum, que orienta seus negócios hoje e para o futuro, visando também a excelência ambiental em toda a Companhia. Com uma abordagem preventiva, a Companhia busca reduzir a geração de resíduos sólidos, emissões atmosféricas e ruídos, promover o uso racional da água, energia e insumos e otimizar a qualidade dos efluentes hídricos, como requisitos primordiais no desenvolvimento de todas as atividades. Pioneira do setor siderúrgico brasileiro e segunda no mundo a ser certificada pela ISO 14001, a Usiminas prioriza ações que vão da preservação e investimentos em tecnologia à educação ambiental.

Os produtos das duas usinas da Companhia cumprem as rigorosas exigências ambientais da Diretiva Européia Retriction of Hazardous Substances (RoHS) e End-of-life Vehicle Act (ELV), que verificam iniciativas de proteção do solo, da água e do ar contra a poluição, com a restrição do uso de determinadas substâncias, como chumbo, mercúrio e cádmio. A usina de Cubatão recebeu a certificação em 2009 e a de Ipatinga, que havia recebido em 2007, passou por um processo de auditoria em 2009 e foi aprovada novamente.

Logística Reversa

Um dos grandes investimentos da Companhia em 2009 e também uma das apostas para o futuro é a reabsorção do material não aproveitado pelos clientes. A logística reversa é uma demanda dos clientes, além de ser vista de forma estratégica dentro da Usiminas, podendo se tornar um novo negócio da Companhia, que tem potencial de ampliar de maneira significativa sua atuação no mercado brasileiro de reciclagem.

Atualmente, o eixo de negócios de siderurgia recicla 95% dos seus resíduos. Os outros 5% são descartados em ambientes preparados para recebê-los. A meta para 2010 é capturar a sucata dos 40 maiores clientes da Empresa, responsáveis pelo consumo de 60% de sua produção.

Construção Civil: mais segurança, menos poluição

O processo da construção tem um impacto muito significativo nos recursos ambientais, já que os resíduos gerados constituem uma enorme proporção no volume de aterros. Além disso, as emissões, poeiras e partículas geradas durante o processo construtivo aumentam a poluição do ar, que causa problemas de saúde pública. A Companhia investe na construção mista, que utiliza aço na estrutura e tem fechamento convencional em concreto. Na construção dos prédios, a Companhia utiliza o aço USI-SAC, que tem alta resistência à corrosão, o que garante a qualidade e a segurança das habitações. Além disso, a construção feita com a estrutura em aço apresenta uma série de vantagens ambientais, entre elas:

- Contribuição para um ambiente de trabalho mais limpo e seguro, em função de serem as estruturas pré-fabricadas;
- Redução de resíduos gerados durante a construção, em sua maior parte recicláveis;
- Redução de peso e volume dos materiais transportados, com consequente impacto no nível de emissões;
- O aço tem um longo ciclo de vida, permitindo amortizar facilmente os impactos ambientais, devido à sua fase de produção;
- As fontes de energias alternativas e/ou renováveis podem ser facilmente instaladas e adaptadas às estruturas metálicas;
- A construção em aço leve é constituída por materiais com baixos níveis de emissões;
- As estruturas metálicas podem ser facilmente adaptadas a novos requisitos funcionais durante o ciclo de vida de um edifício;
- A reabilitação de edifícios existentes é mais fácil com estruturas metálicas, conduzindo à preservação dos valores culturais e históricos;
- As estruturas metálicas têm uma excepcional durabilidade, com pouca manutenção, salvaguardando os recursos naturais.

Proteção do Solo e Bacias

A Usiminas iniciou em 2009 o trabalho de descontaminação do terreno na Baía de Sepetiba, no qual será instalado seu porto próprio em Itaguaí (RJ). Maior passivo ambiental assumido pela Companhia, a área adquirida de uma empresa de mineração em 2008 contém um lago contaminado de efluentes líquidos. Como parte do acordo de compra, o projeto de recuperação prevê a demolição da planta industrial ali abandonada, o armazenamento seguro da água contaminada, a construção de uma barreira hidráulica para contenção do fluxo do lençol freático, o tratamento dos efluentes líquidos e a implantação de um sistema de monitoramento. O custo total da recuperação será de R$ 40 milhões, e a descontaminação

deve durar de 15 a 18 meses. Concluída essa obra, a Usiminas dará andamento à instalação do terminal portuário. Quando estiver em operação, prevista para 2014, o Porto de Itaguaí será exemplo de excelência ambiental.

A Usiminas realizou em 2009 estudos e o planejamento necessários para implantar um sistema de gestão ambiental em sua mina de Serra Azul (MG), com o objetivo de obter a certificação ISO 14001 até 2011. Além disso, foi implantada uma rede de monitoramento hidrológico, que permite acompanhar a influência da mineração nas fontes hídricas. Será implantado até o final de 2010 um sistema de gestão de resíduos que permitirá à Companhia destinar corretamente e com segurança todos os resíduos produzidos dentro da mineração. O galpão de triagem começou a ser construído e será contratada uma empresa para gerenciar e destinar os materiais descartados.

Em Cubatão, houve a continuação da dragagem do Canal de Piaçaguera (SP), no Terminal Marítimo Privativo. O procedimento é feito seguindo cuidados ambientais, com destinação adequada do sedimento dragado e um sistema de tratamento de efluente que faz com que o excesso de água da dragagem seja tratado antes de retornar ao Canal. Já na usina de Ipatinga foram pavimentados os setores de coqueria e carboquímicos com impermeabilização das áreas de risco de contaminação, evitando que aconteça infiltração de produtos no solo.

Eficiência Energética

A Companhia investiu, em 2009, no aprimoramento da eficiência energética das usinas, na renovação de instalações para redução de emissão de gases, no aumento da recirculação de água, nos cuidados com resíduos e efluentes e na substituição de parte do transporte rodoviário pelo ferroviário.

Na usina de Cubatão, foi iniciada em 2009 a renovação da central termelétrica que operava havia 42 anos. As caldeiras 2, 3 e 4 da Central Termelétrica da Usina de Cubatão e seus periféricos serão substituídos para aumentar a segurança e a confiabilidade operacionais. Como os equipamentos modernos possuem elevada eficiência energética e podem ser dimensionados de modo a otimizar a matriz energética da Companhia, objetiva-se também os seguintes ganhos ambientais:

- Redução de emissões atmosféricas: as novas caldeiras da CTE atenderão aos padrões estabelecidos na resolução Conama 382, referente aos parâmetros material particulado e óxidos de enxofre (SOx). Para os óxidos de nitrogênio (NOx), em função de modernas tecnologias de queima, foi adotado o padrão de emissão de 100 mg/Nm³, que representa uma redução de 71% em comparação ao definido na legislação federal.

- Aumento de índice de recirculação de água de resfriamento sem aumento da captação de água: o condensador do novo turbogerador e o condensador do turbo soprador será resfriado por água salobra recirculada em torre de resfriamento e os demais equipamentos terão circuito primário selado com água desmineralizada e circuito secundário com água salobra recirculada.

- Aumento da geração elétrica interna: a aquisição de energia elétrica externa será reduzida com a otimização da matriz energética, viabilizando aumento da capacidade de geração da Central Termelétrica dos atuais de 27 MWh para 75 MWh.

Na usina de Ipatinga, as instalações começaram a ser adaptadas para o uso de Gás Natural (GN), o que permitirá a substituição do uso de óleo combustível, flexibilizando a matriz energética para a produção da usina. O gás natural é uma fonte de energia de menor impacto ambiental, com combustão limpa, reduzida emissão de poluentes e melhor rendimento térmico. Dessa forma, o uso de gás natural permite reduzir os níveis atuais de emissão de material particulado e SOx de Ipatinga, contribuindo para uma melhora da qualidade do ar. Vale destacar que, mesmo usando o óleo combustível, os índices de emissão já estavam dentro dos padrões exigidos pela legislação, tanto nas chaminés como na qualidade do ar.

Por apresentar baixos teores de dióxido de carbono (CO2), o uso de gás natural permite ainda uma redução dos gases agravantes de efeito estufa. A previsão é a disponibilidade de 30 mil m³/dia de GN já a partir de julho de 2010, em substituição ao Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) utilizado na aciaria.

As unidades de Laminação a Quente (laminação de tiras a quente e laminação de chapas grossas), Laminação a Frio (recozimento em caixa, fornos de recuperação de acido clorídrico e linha de recozimento contínuo) e Galvanização por Imersão a Quente 1 e 2, que utilizam óleo combustível, também farão uso do GN. A adequação do volume de GN necessário para a substituição do óleo combustível, bem como os estudos para as adequações técnicas das unidades, já estão em andamento. A expectativa é de que até o final de 2012, o uso de GN na matriz energética da Usina esteja consolidado.

Reciclagem de Resíduos

As usinas de Ipatinga e Cubatão adotam um Programa de Gestão de Resíduos Sólidos que utiliza o conceito 4 Rs: Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recuperar.

No processo de aciaria, é gerado um resíduo proveniente do sopro dos convertedores, que é denominado lama de aciaria. Esse resíduo era descartado em aterros industriais, mas a Usiminas desenvolveu um processo de reciclagem. Em função da composição química da lama de aciaria, cujo principal composto é óxido de ferro, realizou-se um estudo que permitiu a utilização do material nas sinterizações. Dessa forma, foi possível reciclar aproximadamente 3.000 toneladas/mês, minimizando a disposição em aterros. Além da reciclagem na sinterização, os resíduos também são comercializados para indústrias, como a de cerâmica.

Controle de Emissões e Efluentes

Na usina de Ipatinga, foi instalado novo carro de carregamento para coqueria 2, dotado de um sistema de controle de emissões de poluentes, para garantir que o enfornamento de carvão seja controlado, miminizando o vazamentos de gases durante a operação.

Um novo sistema de captação e tratamento de vapores orgânicos gerados na área de coqueria e carboquímicos passou a ser utilizado, impedindo que esses vapores propaguem-se pelo ambiente e afetem a saúde dos trabalhadores e a qualidade do ar. Para garantir esse monitoramento, foram instaladas, em Ipatinga, duas estações de medição da qualidade do ar.

Foi feita também a adequação das unidades de amônia e da estação de tratamento biológico das coquerias, com a finalidade de melhorar a qualidade dos efluentes finais, enquadrando os poluentes nas condições de lançamento previstas na Resolução Conama n.º. 357/2005 e Deliberação Normativa Copam n.º. 10/86. Além disso, essa adequação visa atender às demandas de tratamento de efluentes da coqueria 3.

Em Cubatão, teve início o projeto de modernização e ampliação da capacidade de filtragem dos Precipitadores Eletrostáticos das Sinterizações 2 e 3. Os precipitadores eletrostáticos de sinterizações são utilizados para despoeiramento das máquinas de sínter. Na sinterização 2, toda a parte interna do precipitador está sendo substituída; na sinterização 3, estão sendo criados mais dois campos eletrostáticos para coleta do pó.

Essa redução dar-se-á pela implantação de uma nova tecnologia, denominada Coromax, que consiste na instalação de sistemas de pulsos de microssegundo, aplicados para atingir uma precipitação mais eficiente, especialmente de pequenas partículas de pó de alta resistividade.

Os investimentos em transporte de produtos em 2009, principalmente na substituição do transporte rodoviário pelo ferroviário, além de reduzir os custos da Companhia, representam também expressiva diminuição do impacto ambiental. Para tanto, a Usiminas fechou contratos com a Vale S.A. e a ALL – América Latina Logística. Somente o acordo firmado com a Vale para abastecimento e escoamento da produção da usina de Ipatinga retira, em média, 770 caminhões por dia das estradas brasileiras.

Em 2009, 60% de matérias-primas e produtos da Usiminas foram transportados por ferrovia e 40% por rodovia. A meta é passar em dois anos essa proporção para 70% e 30%. Outro desafio para a Companhia é a medição das emissões de gases de todo o processo de logística das diversas empresas da Usiminas.

Cobertura Vegetal

Na área externa da usina de Ipatinga, a Companhia realiza manutenção em seus 2.946 hectares de áreas verdes destinadas à preservação ambiental, produção de mudas e manutenção do programa de apicultura. Foram plantadas 33.517 mudas de espécies nativas da Mata Atlântica em áreas da Companhia.

O viveiro de mudas do Parque Zoobotânico da Usiminas recebeu, em 2009, um cercamento em área complementar ao atual, além de materiais para manutenção civil, hidráulica e elétrica, manutenção de bombas e materiais para irrigação. A iniciativa resultou na produção de 101.824 mudas de espécies arbóreas nativas, frutíferas e ornamentais e plantio de 33.517 mudas de espécies arbóreas na região. O viveiro de mudas alimenta o programa de áreas verdes da Usiminas e da manutenção do paisagismo interno na área industrial. Em 2009, ele atendeu também a demandas da unidade de mineração da Companhia na região da Serra Azul (MG), para onde foram enviadas 10.700 mudas de espécies arbóreas nativas para recomposição da cobertura florestal.

Por meio do programa Mata Ciliar, a Usiminas apoiou a execução da manutenção da cobertura vegetal nas margens esquerdas dos rios Piracicaba e Doce, nos municípios de Coronel Fabriciano, Ipatinga e Santana do Paraíso, em uma área de 185 hectares. Ações desenvolvidas de acordo com o termo de compromisso firmado perante o Ministério Público e Instituto Estadual de Florestas (IEF). Resultado: plantio acumulado de 394.583 mudas desde o início do programa (1996).

Indicadores de Desempenho Ambiental

Materiais

Pela natureza de sua atividade, a Usiminas necessita intensamente de matérias-primas e insumos associados à preparação e beneficiamento do aço. Em 2009, foram consumidas cerca de 13,2 milhões de toneladas de matérias-primas, uma redução de 2,2% em relação aos 13,5 milhões de toneladas de 2008. Entre insumos e outros materiais não renováveis, foram necessários cerca de 186.632 toneladas, com destaque para os processados de laminados planos, aço e alumínio.

Automotiva

Principais matérias-primas e insumos da Companhia não renováveis	**(em ton)**
Aço e Alumínio	31.024
Argônio, Natural, GLP	2.093
Tintas, Solventes, Massas	713

Mecânica

Principais matérias-primas e insumos da Companhia não renováveis	**(em ton)**
Laminados Planos	58.656
Laminados Não Planos	15.115
Consumível de Solda	2.135
Tintas	76.896

Usiminas

Principais matérias-primas e insumos da Companhia não renováveis	Consumo de materiais por tipo (em ton)
Minérios	6.987.265
Cales e Fundentes	1.855.140
Carvão	3.528.931
Coque de Petróleo	575.586
Antracito	194.883
Coque	55.251
TOTAL	13.197.056

Foram considerados os maiores volumes adquiridos pela Usiminas, que correspondem às principais matérias-primas e insumos dos processos siderúrgicos.

Energia

A Companhia reduziu em 33% seu consumo total no ano em relação a 2008 (de 159 milhões de GJ para 119 milhões de GJ), e conseguiu cortar um quarto do consumo de carvão mineral, o que implica diretamente em menor emissão de gases de efeito estufa.

Uma parcela dessa redução deve-se ao esforço de racionalização no uso de energia. Com as grandes melhorias em conservação e eficiência do passado, a Usiminas alcançou uma economia de 580 mil GJ; só com as medidas de 2009, a economia chegou a 756 mil GJ, totalizando mais 1,3 milhão de GJ economizados.

A Companhia também vem diversificando sua matriz energética, para substituir gradualmente as fontes não renováveis por fontes de menor impacto ambiental, como o gás natural, e por fontes renováveis.

Consumo de energia elétrica (em Gjoules)	2009	2008
Energia elétrica adquirida	9.406.637	11.063.977
Energia elétrica gerada	2.145.340	2.281.623

Consumo de energia direta por fonte de energia primária (em GJoules)	2009	2008
Fontes não renováveis		
Carvão Usiminas	94.820.838	118.922.752
Petróleo Bruto Usiminas	0	0
Gasolina Usiminas	4.022	4.818
Diesel Usiminas	302.115	369.635
Óleo Combustível Usiminas	5.039.608	5.619.842
Gás Natural Usiminas	3.028.371	4.099.093
GLP Usiminas	273.642	402.957
Coque Comprado Usiminas *	10.230.622	22.585.672
Subtotal	113.699.218	152.004.769
Fontes renováveis		
Álcool Hidratado Usiminas	224	171
Oxigênio Usiminas	2.328.617	3.719.626
Nitrogênio Usiminas	2.489.507	3.148.613
Argônio Usiminas	66.012	86.714
Subtotal	4.884.360	6.955.124

Consumo Total de Energia Direta (GJoules)	2009	2008
	118.583.578	158.959.893

** Coque comprado = Coque Consumido - Coque produzido.*
A compra de coque metalúrgico varia em função da capacidade instalada de produção de coque e da produção de aço. No ano de 2009, a variação se deu em função da redução da produção de aço.

Recursos Hídricos

Devido ao volume de água necessário para resfriamento no processo siderúrgico, o que implica também em perdas por evaporação, a Usiminas tem investido em novos processos de recirculação e reuso da água para reduzir o consumo por captação. A Usiminas captou 236 milhões de m^3 de água, dos quais 108 milhões são de água salobra/salgada, captados na bacia do rio Morrão, próximo a Cubatão.

A Companhia tem outorgas legais para captação também nos rios Mogi e Quilombo, em São Paulo, e no rio Piracicaba, em Minas Gerais. Não fossem os processos de gestão racional da água, o consumo seria muito maior. O volume de água reciclada e reutilizada ultrapassa 1,3 bilhão de m^3.

Total de retirada de água por fonte

Consumo Total de Água por Fonte (m³)	2009
	Usiminas
Água de superfície, incluindo áreas úmidas, rios, lagos e oceanos	172.650.476
Água doce de superfície	62.369.479
Água subterrânea	1.150.377
Água de chuva coletada e armazenada	N/A
Efluentes de uma outra organização	82.451
Abastecimento municipal ou de outras empresas de abastecimento	81.809
Total	236.334.592

Obs. na unidade de Cubatão, a maior parte da água captada é água salobra/salgada, totalizando cerca de 108.269.000 m³. Para fins de cálculo de recirculação de água, são considerados apenas os valores referentes à água doce. Total de água doce da Usiminas - 64.950.353 m³.

Água reciclada e reutilizada	2009	2008
Total de água reciclada/reutilizada (m³)	1.300.289.600	1.369.376.217
% de água reciclada/reutilizada em relação ao total consumido	95,40%	95,30%

Em Cubatão: considerou-se a recirculação apenas de água doce na siderurgia, unidade de negócio que mais utiliza o recurso.

Uso Territorial

Com instalações diversas em oito Estados Brasileiros, a Usiminas mantém programas de preservação e conservação das áreas verdes, habitats de importância cultural e arqueológica. Em Ipatinga, a usina está instalada numa área de 10,5 km^2, adjacente à Unidade de Conservação de Proteção Integral - Parque Estadual do Rio Doce. A planta da usina de Cubatão ocupa 12,5 km^2 adjacentes ao Parque Estadual da Serra do Mar, contendo partes de área de proteção permanente (APP), que incluem margens de rios, topos e morros e o patrimônio arqueológico dos Sambaquis do Morro do Casqueirinho.

Emissões Atmosféricas

As atividades da Usiminas proporcionaram a emissão de 15,5 milhões de toneladas de CO^2 equivalente em 2009. Com o início da substituição de caminhões por transporte ferroviário, as emissões por transporte já começaram a cair, com previsões de novas reduções nos próximos anos.

Em 2009, a Usiminas deu início ao diagnóstico de oportunidades de mitigação dos efeitos dos Gases de Efeito Estufa por intermédio da contratação de consultoria para avaliar a eligibilidade da geração de energia por aproveitamento de gases de produção.

Esse projeto terá como desdobramento a avaliação das emissões das empresas da Usiminas, a ser realizada em 2010, buscando identificar as vulnerabilidades e oportunidades relacionadas aos Gases de Efeito Estufa. As informações coletadas darão subsídio para a consolidação de uma Política Corporativa de combate às Mudanças Climáticas.

Para outras formas de emissões atmosféricas, o monitoramento da qualidade do ar é feito nas instalações e no entorno das plantas siderúrgicas e metalúrgicas da Usiminas. Além de CO e CO^2, as principais emissões são os óxidos de nitrogênio e enxofre, as emissões de chaminé e fugitivas e os materiais particulados.

Qual a Metodologia Usada para Calcular o Volume de Emissões de Gases Agravantes de Efeito Estufa?	
Segundo Inventário Brasileiro de Emissões de GEE da Siderurgia -Metodologia: IPCC 2006 - Tier 2 - Coke Onsite, Iron & Steel, Sinter Production e Energy (IBS - 2008)	
Emissões diretas de gases de efeito estufa (t de CO^2 equivalentes)	**2009**
	Usiminas
Geração de eletricidade, calor ou vapor	1.332.527
Beneficiamento físico-químico	11.633.971
Transporte de materiais, produtos e resíduos	-275.382,01
Abertura de respiradouros	ND
Emissões fugitivas	ND
Total das emissões indiretas (conforme EN4) (Não considera aquelas provenientes de viagens)	ND
Total das emissões diretas e indiretas	12.691.116

Início de operação da Central Termelétrica 2 em Ipatinga, que visa aumentar o aproveitamento de gases siderúrgicos gerados no processo e aumentar a geração de energia elétrica interna. Projeto para aproveitamento do Gás de Aciaria, em Cubatão, visando reduzir o consumo de gás natural.

Emissões (em ton)	**Usiminas**
NOx	20.683
Sox	12.605
Poluentes orgânicos persistentes (POP)	ND
Compostos orgânicos voláteis (VOC)	327
Emissões de chaminé e fugitivas	10.535
Poluentes atmosféricos perigosos (HAP)	ND
Material particulado (PM)	12.386
TOTAL	56.536

*Os resultados de emissão apresentaram valores abaixo dos de anos anteriores, na siderurgia, em especial devido à parada de algumas linhas no primeiro semestre de 2009, como os altos-fornos 1 e 2, fornos de reaquecimento de placas e plantas de regeneração de HCl.

Efluentes

Aproximadamente 127 milhões de m^3 de água resultante dos processos industriais são descartados no rio Piracicaba, em Minas Gerais, e no Estuário de Santos, em São Paulo. Comprometida com seu alinhamento ambiental, a Usiminas submete tais efluentes a um rigoroso processo de tratamento antes de descartá-los. As etapas de tratamento incluem decantação, floculação e filtragem, para que o material descartado atenda as especificações dos órgãos reguladores federais dos dois Estados.

Descarte total de água por qualidade e destinação.

Na Automotiva Usiminas, a Companhia concluiu a modernização da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) físico-química, que melhorou a qualidade dos efluentes industriais, proporcionando o reuso, e efetuou melhorias no pátio de armazenamento de ferramentas, com impermeabilização do piso, cobertura da área, instalação de sistemas de contenção e modernização no lavador, o que proporcionou eliminação de contaminação de águas pluviais e solo.

Quantidade	
140.767.495 m³/ano	
Tratamento	**Qualidade**
Emissário Geral - Efluentes provenientes da Estações de Tratamento de Efluentes. Efluentes provenientes das Estações de Tratamento de Efluentes.	Atende a Conama 357 - art. 34, Decreto Estadual (SP) 8.468 - art. 18, Deliberação Normativa Copam /CERH-MG 01/2008 ou ao Plano de automonitoramento definido na licença de operação, de acordo com as exigências legais estipuladas pelos órgãos ambientais estaduais competentes, observando-se o valor mais restritivo.

Resíduos Sólidos

As atividades de siderurgia e metalurgia produzem quantidade importante de resíduos sólidos ao final do processo industrial. O descarte desses rejeitos pela Usiminas em aterros (sanitários ou industriais) e em armazenamento local, no entanto, é inferior a 1,3% da massa produzida de 5 milhões de toneladas. Cerca de 3 milhões de toneladas são comercializadas e 1,9 milhão são recicladas. Os resíduos perigosos somam 30 mil toneladas, que são integralmente coprocessados, reciclados internamente, tratados ou comercializados.

Resíduos Não Perigosos	**Por Disposição e Peso**	**(em t)***
Aterro Sanitário		20.350
Injeção Subterrânea de Resíduos		
Armazenamento no Local		13.642
Reutilização		
Reciclagem	Reciclado	1.896.006
Recuperação		
Outros (especificar)	Comercializado	3.096.042
	Aterro Industrial	30.631

Resíduos perigosos		
Coprocessamento		7.955
Reciclagem Interna		23.425
Tratamento		2.049
Comercializado		1.062
		5.091.162

Mitigação de impactos

Entre suas Diretrizes Corporativas de Sustentabilidade, a Companhia explicita sua preocupação com a prioridade para ecoeficiência em todos os processos e avaliação dos impactos na

disponibilização de longo prazo de recursos naturais renováveis e não renováveis. Para a Companhia, portanto, não há como dissociar os negócios dos processos de redução de impactos, e a gestão de impactos faz parte da gestão dos negócios.

Produto/Impacto	Iniciativa	Extentão de Impacto
Materiais	ND	ND
Água	Recirculação de água	95,4% da água recirculada
	Reutilização de efluentes em Cubatão	110 m^3/h
Emissões	Reforma de precipitadores eletrostáticos em Cubatão	Reduzindo a concentração de emissão de 70 mg/Nm^3 para 30 mg/Nm³ até 31/12/2010
	Entrada em operação de novo carro de carregamento CC n°.6 na coqueria 2	ND - objetivo de reduzir as emissões fugitivas
	Início da reforma total da coqueria 2 - bateria 3, no 2º semestre de 2010	ND - Adequar as emissões atmosféricas conforme os padrões da Resolução Conama 382/2006
	Adequação dos silos finais de reciclagem de pós-coletados nas sinterizações (dezembro/ 2010)	ND - objetivo de reduzir as emissões fugitivas
Efluentes	ND	ND
Poluição Sonora	NA	ND
Resíduos	Desenvolver aplicações	1.932.640 t

**Em 2009, em Cubatão, o foco dos projetos foi a redução do consumo de água . Quanto à poluição sonora, não há impactos significativos associados, não havendo medidas a serem adotadas para esse assunto. Em Ipatinga, buscou-se desenvolver aplicações interna e externa (reciclagem e comercialização de resíduos respectivamente) de forma a reduzir e/ou eliminar passivos ambientais. Foram consideradas as tonelagens recicladas e comercializadas na quantificação do resultado. Para as demais unidades, não houve o acompanhamento desse indicador. Para 2010, a Usiminas avalia implementação do indicador.*

Transporte

A Companhia incentiva e controla, por indicadores e metas vinculadas à remuneração do volume transportado, a priorização aos transportes por ferrovia e por cabotagem em relação ao rodoviário, devido aos seguintes benefícios à Companhia, ao país e ao meio ambiente:

a) redução do tráfego de caminhões nas rodovias;

b) redução do número de acidentes nas rodovias;

c) redução do consumo de combustível e emissão de gases poluentes dos caminhões;

d) aumento da produtividade no transporte.

A meta de 75,2% de participação de modais alternativos (ferroviário, ferroviário-rodoviário, rodoviário-ferroviário e cabotagem) em relação ao rodoviário nos fluxos de abastecimento e escoamento das usinas de Ipatinga e Cubatão, em 2009, foi atingida bem antes do final do ano e, em outubro, já chegava a 78,4%. Para 2010, a meta é alcançar 79,5%.

No transporte de efluentes, resíduos e produtos perigosos, a Companhia incentiva as transportadoras que apresentem projetos de sustentabilidade e medidas de segurança e mitigação.

Para o transporte de produtos siderúrgicos, berços de aço são usados para acondicionamento da carga, reutilizados constantemente e não descartados no meio ambiente. Caso chegue a um nível de inutilização, a base de aço é reaproveitada como sucata no processo siderúrgico.

Investimentos em Proteção Ambiental

As medidas tomadas ao longo dos anos atestam a seriedade da gestão ambiental da Usiminas, e os valores investidos são eloquentes a corroborar a dedicação cotidiana da Companhia ao tema. Dos R$ 2,1 bilhões investidos nos negócios em 2009, R$ 590 milhões, quase 30%,

foram em medidas de melhoria de processos de consumo, emissão, reuso ou descarte, tratamento ambiental, descontaminação, consultoria, certificação e educação ambiental.

Total de investimento e gastos em proteção ambiental, por tipo

Tratamento e Disposição de Resíduos, Tratamento de Emissões, Despesas com Compra e uso de Certificados de Emissão	
Investimentos em Engenharia	R$ 397.779.346
Custo Ambiental* - Preservação e Recuperação Ambiental	R$ 175.798.183
Disposição de Resíduos em Aterro Próprio	R$ 3.770.477
Descontaminação de Lâmpadas	R$ 51.639
Tratamento e Disposição de Resíduos	R$ 7.990.810
Educação e Treinamento, Serviços Externos de Gestão Ambiental, Certificação Externa de Sistemas de Gestão, Pessoal para Atividades Gerais de Gestão Ambiental, Pesquisa e Desenvolvimento	
Educação Ambiental	R$ 733.616
Certificação Externa	R$ 55.342
Consultorias Especializadas	R$ 3.668.743
Total	R$ 589.848.156
Educação e Treinamento, Serviços Externos de Gestão Ambiental, Certificação Externa de Sistemas de Gestão, Pessoal para Atividades Gerais de Gestão Ambiental, Pesquisa e Desenvolvimento	
Educação Ambiental	R$ 733.616
Certificação Externa	R$ 55.342
Consultorias Especializadas	R$ 3.668.743
Total	R$ 589.848.156

Custo Ambiental considerou - amostragens de chaminé, ensaios analíticos, publicações, solicitação de licenças e Cadri (Certificado de Destinação de Resíduos Industriais), taxas Ibama ; tratamento e disposição de resíduos - coprocessamento e aterro externo. No valor gasto com a Certificação Externa está incluído somente o custo do contrato com a certificadora.

c) dependência de patentes, marcas licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia.

A Companhia renovou contrato de assistência técnica com a Nippon Steel, uma das acionistas controladoras e principal fornecedora de tecnologia para a Companhia. Um exemplo da aplicação de técnicas da empresa japonesa é o resfriamento acelerado de chapas grossas, desenvolvido pela Nippon Steel e que será feito pela primeira vez em uma siderúrgica fora do Japão. A técnica possibilita a produção de aços de alta resistência com capacidade para fornecimento aos setores ligados à cadeia produtiva do pré-sal.

Além da Nippon Steel, a Usiminas também promove parcerias com instituições de pesquisa e universidades para desenvolvimento e pesquisa de produtos que sejam de interesse da Companhia. Recentemente, a Usiminas formalizou uma parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro - URFJ, que estabelece as bases para a construção de um centro de pesquisa e desenvolvimento de estudos referentes ao Pré-Sal no campus da Universidade. Conforme comentado no item 9 "b" deste formulário de referência, as marcas de propriedade da Companhia atualmente, limitam-se às identidades corporativas de suas empresas. Embora a Usiminas não dependa das marcas de que é titular para que suas atividades sejam desenvolvidas, esse ativo intangível é essencial para a percepção externa da qualidade e valores da Usiminas e tem um valor de alta relevância para a Companhia e sua identidade corporativa. O nome Usiminas é automaticamente ligado aos valores da marca: Consistência Técnica, Capricho e Abertura.

De acordo com as normas do INPI, a marca Usiminas é de alta notoriedade, razão pela qual nenhuma outra empresa pode registrar o nome Usiminas como empresa nos mesmos ramos nas quais a nossa marca atua. Essa mesma regra se expande para diversos outros países no mundo, conferindo assim um risco praticamente nulo de concessão ou posse desse nome por terceiros.

A Companhia depende de concessões de direitos minerários para o desenvolvimento de suas atividades de mineração, conforme mencionado no item acima e no item 9.1."b", que portanto são dependentes de forma relevante das concessões de lavra de que é titular.

7.6. Em relação aos países dos quais a Companhia obtém receitas relevantes, identificar:

a) a receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em 2009, o total da receita proveniente dos clientes no país sede da Companhia foi de R$ 9.096 milhões, o qual corresponde a 83,26% da receita liquida total.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em 31 de dezembro de 2009 a receita atribuída a cada país estrangeiro é a seguinte:

País	Receita Em R$ mil	% participação na Receita liquida total
China	257.828	2,36%
Coréia do Sul	162.744	1,49%
Chile	160.914	1,47%
EUA	160.914	1,47%
Argentina	146.286	1,34%
Espanha	124.343	1,14%
México	118.857	1,09%
Colômbia	87.771	0,80%
Peru	74.971	0,69%
Alemanha	71.314	0,65%
Outros	462.628	4,23%
Receita Liquida Mercado Externo	**1.828.570**	**16,74%**
Receita Liquida Mercado Interno	**9.095.570**	**83,26%**
Receita Liquida Total	**10.924.140**	**100,00%**

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Conforme informado no item acima, a receita total proveniente de países estrangeiros é de R$ 1.828.570 mil e corresponde a 16,74% da receita liquida total.

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida a Companhia está sujeita à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios da Companhia.

A Companhia tem as suas exportações bastante diversificadas e pratica políticas de preços que procuram capturar valores acima do mercado internacional de exportação de forma a não causar ameaças de processo *anti-dumping* nos países em que atua, em geral grandes importadores que não buscam adoção de práticas restritivas ao comércio internacional.

Dos processos oriundos de políticas restritivas às importações praticados pelos EUA hoje só resta o processo anti-dumping para BQ implantado em 1998. O processo será revisto em 2010 havendo com possibilidades do caso ser terminado como já ocorreu para outros produtos.

Os grandes mercados para os quais a Usiminas exporta como EUA, Europa, e muitos países da América Latina, tem tarifa zero de importação. Os países da América Latina que tem impostos de importação dão preferência tarifária ao Brasil por meio de acordos comerciais.

Em geral as exportações da Companhia não são afetadas por regulamentações dos países importadores sendo possível alocar os produtos nestes mercados dentro dos volumes que são destinados à exportações.

7.8. Descrição das relações de longo prazo relevantes da Companhia que não figurem em outra parte deste Formulário de Referência.

Poder Público

Ligada à Diretoria de Relações Institucionais, a Assessoria de Relações Governamentais mantém um diálogo transparente com o poder público, visando à defesa dos interesses da Empresa, do setor siderúrgico e das indústrias brasileiras. A Usiminas atua, individualmente ou por meio de entidades classistas e setoriais, na defesa de seus interesses perante o Executivo e o Legislativo Federal e dos Estados e Municípios onde está instalada, pautada pelo respeito ao ordenamento jurídico do país. Em 2009 conseguiu-se a retirada de produtos siderúrgicos da lista de exceção à TEC, atuou-se na defesa da produção siderúrgica nacional em questões fiscais, trabalhistas e na legislação de incentivos (cultura e esporte). Em 2010, pretende-se ampliar a participação em entidades representativas do setor e estreitar o relacionamento no Legislativo e Executivo das diversas Esferas de governo, atuando mais pro ativamente.

Participação Política

A Usiminas relaciona-se com todas as Esferas governamentais por meio das entidades nacionais, regionais e setoriais de representação (Confederação Nacional da Indústria, Federações Estaduais de Indústria, IABr, Ibram) e, em situações específicas, por meio de sua Assessoria de Relações Institucionais e de seu Departamento Jurídico. Dentro dos limites estabelecidos pela legislação específica e pelas normas emanadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, a Usiminas contribui no processo de financiamento de campanhas político-eleitorais a partir de diretrizes claras e definidas. Não houve doações para partidos políticos ou candidatos em 2009. Nas eleições de 2010, a Companhia participará do financiamento de candidaturas, observadas as disposições legais e normativas que regem o certame. Além de prestar contas aos órgãos legais, a Usiminas assume ainda o compromisso de prestar contas a seus *stakeholders*, por meio da página de sustentabilidade do seu portal www.usiminas.com. Coerente com seus valores, a Companhia observa os seguintes preceitos básicos ao contribuir com as candidaturas:

1. Estrito cumprimento da legislação vigente;
2. Compromisso dos candidatos/partidos aos Princípios do "Pacto Global";
3. Doações efetuadas apenas a candidatos ou partidos com comitê eleitoral registrado na Justiça Eleitoral;
4. Transparência e rastreabilidade das doações realizadas;
5. Busca da melhoria da governança pública nos três níveis de governo;
6. Comprometimento com candidatos que preconizem a promoção do desenvolvimento sustentável;
7. Fortalecimento da cidadania e dos valores democráticos.

Comunidade

A estrutura de relacionamento com as comunidades, localizada dentro da estrutura da Diretoria de Relações Institucionais, criada no final de 2008, teve seus primeiros impactos no início de 2009, confirmando sua importância no sentido de tornar mais transparente e justo o apoio aos projetos realizados pelas comunidades. A Companhia atua nas comunidades por meio de parcerias com governos e entidades sociais, além de desenvolver iniciativas próprias. Em 2009, mais de 170 mil crianças, de 29 cidades, foram beneficiadas por projetos financiados com recursos do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA). O valor investido pela Usiminas foi de R$ 5,2 milhões. Com isso, a Companhia atingiu praticamente todas as cidades onde tem operações significativas e também as imediações, onde residem muitos de seus funcionários. Com a criação da área de Relação com a Comunidade, o relacionamento deixou de ser personificado e passou a ser institucional e sistematizado, baseado em um processo estruturado de seleção de projetos. Em seguida, foi elaborada a norma de patrocínio da Empresa e desenvolvida a política de uso dos recursos. A Companhia repassa os recursos para conselhos locais, formados por representantes do governo e da sociedade civil, especificamente, para receber estes financiamentos. A Companhia verificou a existência legal desses Conselhos e, em 2010, representantes da Companhia devem visitar os projetos e os Conselhos, para monitorar o funcionamento de ambos. A perspectiva para 2010, no entanto, é de que os financiamentos sejam readequados, devido aos resultados de 2009, impactados pela crise.

Desenvolvimento Local

Ainda em 2009, as áreas de engenharia e suprimentos implementaram políticas para estimular a contratação de mão de obra local, beneficiando as comunidades onde atuam. Quando foi necessário, a Usiminas realizou a qualificação de possíveis funcionários, para que eles pudessem ser contratados pela Companhia. Para cargos operacionais e de nível técnico, a Usiminas Mecânica preferencialmente contrata profissionais do Vale do Aço. Em relação aos cargos de nível superior e gerenciais, a Companhia preferencialmente contrata moradores locais, contanto que possuam formação e experiência necessárias para o cargo, formando um quadro de colaboradores com 29% da alta gerência (coordenadores, gerentes, assessores, superintendentes e diretores) provenientes da própria região onde a Empresa está instalada. Para a Mineração, 16,6% dos cargos gerenciais são compostos por colaboradores das comunidades locais. Por conta da escassez de mão de obra especializada para suprir a demanda de contratação, a Companhia busca como meta manter o mesmo percentual local contratado.

Projetos

O investimento da Usiminas nas comunidades é feito preferencialmente em parceria com governos e com o terceiro setor, mas há alguns projetos próprios, entre os quais destacam-se:

- O Projeto Mantiqueira, iniciado em 2003, visa incentivar a cidadania das crianças e adolescentes da comunidade Pedreira da Mantiqueira, vizinha da usina de Cubatão, tornando-os cientes de seus direitos e deveres, dando-lhes condições de transformarem a realidade em que se encontram, a partir de si mesmos. São crianças e jovens residentes em área irregular de invasão, expostos a riscos físicos, sociais e de saúde e são membros de famílias com alto índice de vulnerabilidade, pais de baixa escolaridade e alto índice de desemprego. O trabalho é, ainda, estendido às famílias da comunidade, promovendo encontros mensais de orientação, cursos, palestras e oficinas. O Projeto Mantiqueira atende a cerca de 70 crianças, que são recebidas diariamente dentro da usina de Cubatão, usam uniforme do Projeto, recebem almoço, tomam banho e têm acompanhamento escolar.

- O Projeto Xerimbabo, cujo nome é uma palavra indígena que significa animal de estimação, foi criado em 15 de outubro de 1984. Suas ações visam à promoção da educação ambiental, à conservação da biodiversidade e ao lazer dos visitantes. Nos primeiros anos, promovia cursos de educação ambiental temáticos para crianças, pais e educadores no Centro de Biodiversidade da Usipa (Cebus). Os cursos duravam uma semana e incluíam visitas a reservas ambientais para familiarizar os alunos com a fauna e a flora da

região. Em 1987, foi montada a primeira exposição do Projeto, como complemento às demais atividades: seminários, palestras, visitas orientadas ao zoobotânico e concursos. Em 2009, o Xerimbabo completou seu 25º ano com o tema "Em busca de um mundo sustentável". A exposição do Projeto, um dos seus eventos de massa, esteve aberta durante três meses, de 9 de junho a 30 de agosto, no Centro de Biodiversidade da Usipa (Cebus) e recebeu mais de 100 mil visitantes de 77 cidades. Entre eles, o visitante que levou o Xerimbabo a completar a marca histórica de 2 milhões de visitas a suas atividades. A contagem dos visitantes teve início logo na primeira edição do Projeto – que reuniu 500 pessoas na abertura e 120 crianças nos cursos.

Instituto Cultural Usiminas

A Usiminas investe em cultura desde 1993 e em esporte desde 2007, por meio das leis de incentivo. A política de patrocínio cultural e do esporte da Companhia, planejada e executada pelo Instituto Cultural Usiminas, privilegia o investimento no desenvolvimento da cadeia produtiva da cultura e dos projetos de formação esportiva: infraestrutura (criação, manutenção, restauração ou revitalização de espaços culturais e esportivos); produção (investimento em pesquisa de novas linguagens, diversidade cultural, manutenção de grupos artísticos e desenvolvimento de práticas esportivas) e formação (capacitação de gestores e produtores culturais, formação de artistas e plateias, iniciação esportiva, com finalidade de desporto educacional e formação). Por crer que a arte pode desenvolver, formar e transformar vidas, histórias, pessoas e comunidades, a Usiminas criou seus próprios espaços culturais, por intermédio do Instituto Cultural Usiminas. São eles: Centro Cultural Usiminas e Teatro Zélia Olguin, ambos em Ipatinga (MG).

Investimento Cultural e Esportivo - Via Leis de Incentivo Em Reais Mil

Lei Rouanet	Lei Esporte	Lei Estadual	Total
4.053	1.009	7.599	12.661

Ação Educativa

Em 2009, a Usiminas, por meio de seu Instituto Cultural, realizou uma série de ações voltadas para o desenvolvimento da arte, da educação e do esporte na região do Vale do Aço, em Minas Gerais. A Ação Educativa – setor do Instituto Cultural Usiminas – desenvolve programas de estímulo à Cultura e à Educação para grupos escolares e de instituições culturais, educadores e classe artística.

Números dos Espaços Culturais Próprios - 2009

Espaço	Público
Teatro do Centro Cultural Usiminas	96.561 pessoas
Teatro Zélia Olguin	35.158 pessoas
Galeria Hideo Kobayashi	101.523 pessoas (8 exposições)
Biblioteca Central de Ideias	23.667 pessoas

Usiminas na Escola

O Programa Usiminas na Escola tem como objetivo contribuir para implantar um sistema de gestão de qualidade na educação nas escolas de ensino fundamental da Rede Pública Municipal em Santos, São Vicente e Cubatão. Implementando ações para otimizar os recursos disponíveis e sistematizar a gestão dessas instituições, a Companhia acredita que estará automaticamente investindo na melhoria da qualidade do ensino oferecido por elas. A atuação da Usiminas vai além da coordenação do Programa. A Companhia participa de discussões e ações nas Secretarias Municipais de Educação das cidades atendidas pelo Programa e envolve alunos, professores, universidades da região e a comunidade nas atividades do Usiminas na Escola, entre elas: educação pelo esporte, aperfeiçoamento do corpo docente, orientação profissional e motivacional, laboratório de informática e Donos da Escola.

Fundação São Francisco Xavier

Entidade filantrópica de direito privado, a Fundação São Francisco Xavier administra o Hospital Márcio Cunha, o Colégio São Francisco Xavier, o Centro de Odontologia Integrada e o Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT Coletivo), em Ipatinga (MG). O Hospital Márcio Cunha, centro de excelência em saúde na região do Leste de Minas Gerais, oferece atendimento médico, hospitalar e de diagnóstico com uma avançada estrutura física e excelentes recursos humanos e tecnológicos. O Colégio São Francisco Xavier foi a primeira instituição escolar do Brasil com ensinos Infantil, Fundamental e Médio certificados nas normas ISO. Em 2009, o colégio alcançou índice de aprovação em vestibulares de universidades federais e públicas de 70% e manteve 359 bolsas de estudos para crianças e jovens de famílias socioeconomicamente carentes. O SESMT Coletivo atende aos prestadores de serviços na área interna da Usiminas com serviços de medicina ocupacional e segurança do trabalho, de acordo com os critérios estabelecidos pela norma regulamentadora do Ministério do Trabalho. O SESMT realizou, em 2009, 21 mil exames ocupacionais e 50 mil exames complementares. Em junho de 2009, a Fundação São Francisco Xavier, a Usiminas e o Governo do Estado de Minas Gerais – por meio da Secretaria de Estado da Saúde – inauguraram as novas instalações no Hospital Márcio Cunha. O Hospital Márcio Cunha, Unidades 1 e 2, possui 456 leitos, atua em 45 especialidades médicas e atende a uma demanda hospitalar de 35 cidades, com uma população estimada em 790 mil habitantes. Em 2009, o Hospital realizou 216 mil consultas, aproximadamente 82 mil atendimentos no Pronto Socorro e mais de 1 milhão de exames.

Egressos do Sistema Prisional

Pelo Projeto de Reinserção de Recuperandos e Egressos do Sistema Prisional, ex-detentos que já cumpriram suas penas e condenados que estão cumprindo pena, mas foram considerados aptos a voltar para o mercado de trabalho, são contratados pela Usiminas por meio da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), de Itaúna (MG) e Nova Lima (MG). É uma oportunidade para iniciar ou retomar a vida profissional, permitindo a reinclusão social. Pela iniciativa pioneira, a Companhia recebeu, em dezembro de 2009, o prêmio Ser Humano na categoria Responsabilidade Social Corporativa da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-MG). A decisão de implementar o projeto dentro da Empresa foi do próprio presidente Marco Antônio Castello Branco, que integra o Instituto Minas pela Paz, grupo formado por presidentes das dez maiores empresas mineiras para estudar, elaborar e propor ao poder público ações preventivas contra a violência. Em 31 de dezembro de 2009, o Projeto contava com 17 egressos e recuperandos trabalhando na Mineração da Usiminas, em Itatiaiuçu (MG), após passarem por um curso de qualificação profissional, com duração de dois meses, dentro da Usina do Trabalho, iniciativa do governo de Minas Gerais. Não há uma identificação do empregado que mostre que ele faz parte do Projeto, permitindo que ele revele sua história por opção pessoal.

7.9. Outras informações que a Companhia julga relevantes.

A Companhia atua em diversos segmentos da cadeia siderúrgica. Entrega qualidade superior de produtos e serviços, integra soluções e traz mais valor para o cliente. Tem um jeito único de fazer as coisas com capricho. E esse capricho é o resultado de uma busca contínua pelo essencial, pela perfeição, pelo aprimoramento em tudo o que faz.

A Companhia domina o aço, das partes ao todo, desenvolvendo a técnica e aprofundando o conhecimento. Simplifica acessos e processos, equilibra eficácia e eficiência.

Tem uma atitude aberta e curiosa que impulsiona uma dinâmica perene de renovação.

Parceiro firme e consistente, a Companhia pauta relacionamentos pela confiança compartilhada com todos os seus *stakeholders*. Essa postura garante um posicionamento único e diferenciado, característico de quem dedica um olhar atento para as necessidades da sociedade e corajoso para os múltiplos caminhos que se desenham em direção ao futuro.

Pontos fortes

A Companhia entende que possui os seguintes pontos fortes:

Posicionamento único em relação à logística de transporte.

As usinas da Usiminas estão localizadas próximas a malhas ferroviárias e a instalações portuárias, que garantem o abastecimento de matérias-primas e o escoamento de sua produção e a facilidade de acesso aos seus principais clientes. A principal ferrovia utilizada para tais fins é detida em regime de concessão pela MRS. Além disso, a Usiminas opera os terminais portuários de Praia Mole, no Estado do Espírito Santo, e de Cubatão, no Estado de São Paulo, este último localizado dentro da área siderúrgica da usina de Cubatão e operado exclusivamente pela Usiminas. A localização estratégica de suas usinas permite a Usiminas o atendimento eficaz às demandas de seus clientes e a diminuição dos riscos e custos operacionais inerentes à atividade siderúrgica.

Diversificação de produtos e mercados.

As empresas Usiminas possuem a capacidade de produzir uma grande variedade de produtos siderúrgicos, o que lhe possibilita ajustar a sua produção à demanda por seus produtos no mercado interno e externo. Esse ajuste se dá particularmente em função da produção voltada ao mercado doméstico e à exportação, bem como da produção de itens de menor e maior valor agregado, o que permite as empresas Usiminas mitigar sua exposição às flutuações na oferta e na demanda de produtos nos mercados doméstico e internacional.

Gestão experiente e especializada no setor.

As empresas Usiminas possuem executivos com ampla experiência no setor siderúrgico, que evoluíram em conjunto com as empresas Usiminas, e possui baixos níveis de *turn over* em seus níveis gerenciais e administrativos. Os executivos da Companhia já enfrentaram inúmeros desafios e crises nacionais e internacionais, estando hoje aptos a enfrentar desafios futuros do setor. O investimento em treinamento e desenvolvimento profissional é prioritário para a administração das empresas Usiminas, e tem resultado na formação e manutenção de talentos, que contribuem para o aprimoramento de suas atividades, resultando em uma constante geração de valor aos acionistas.

Gestão estratégica

Diretamente ligado a grandes investimentos e à produção de bens de capital e ao fornecimento de matérias-primas para outros setores industriais, o setor siderúrgico foi impactado pela retração na economia mundial em 2009. Já no primeiro trimestre do ano, a queda nas vendas de siderurgia foi de 30%. Atenta à preservação de sua capacidade de investimento e de geração de valor, a Companhia pôs em prática ações para enfrentar a queda de demanda – como melhorias de produtividade, reestruturação da logística, redução de custos e replanejamento de investimentos.

Mesmo com os ajustes, a Companhia não abandonou, em 2009, a grande reorganização estrutural, iniciada em 2008, buscando modernizar processos e preparar a Companhia para o futuro, manter a liderança na produção de aços planos na América Latina, investir em novos negócios e verticalizar seus processos industriais para oferecer soluções e produtos de maior valor agregado. Assim, a Companhia promoveu uma grande reorganização de suas estratégias e objetivos, que foram descritos no seu Mapa Estratégico. A Companhia consolidou o agrupamento de suas áreas de atuação em quatro Unidades de Negócios: Mineração e Logística, Siderurgia, Transformação do Aço e Bens de Capital. Essa reestruturação teve início com a renovação da marca, que procurou trazer modernidade e unicidade à imagem da Companhia. O processo foi muito além de uma simples troca de logotipo. Enquanto se construía uma nova cultura organizacional, a identidade teve o importante papel de familiarizar os *stakeholders* com as mudanças que estavam em curso. Foram meses de estudos e pesquisas, seminários, conversas e encontros com colaboradores de diversas áreas.

Uma construção coletiva, em que foram ouvidas quase 3.000 pessoas, entre funcionários, clientes, outros *stakeholders* e consultores externos. Esse processo também permitiu que a Companhia definisse sua nova visão: ser um grupo siderúrgico de alcance global, inovador e crescer de forma sustentável, para se posicionar entre os mais rentáveis do setor.

Reagrupada em Unidades de Negócio, apoiada nos novos valores definidos e com uma nova visão, que projeta as aspirações da Companhia.

A Companhia também estabeleceu os seus direcionadores estratégicos, constituídos em cinco avenidas estratégicas que norteariam o caminho rumo à visão. As avenidas estratégicas são os caminhos que a Companhia escolheu percorrer e que direcionam seu crescimento e geração de valor:

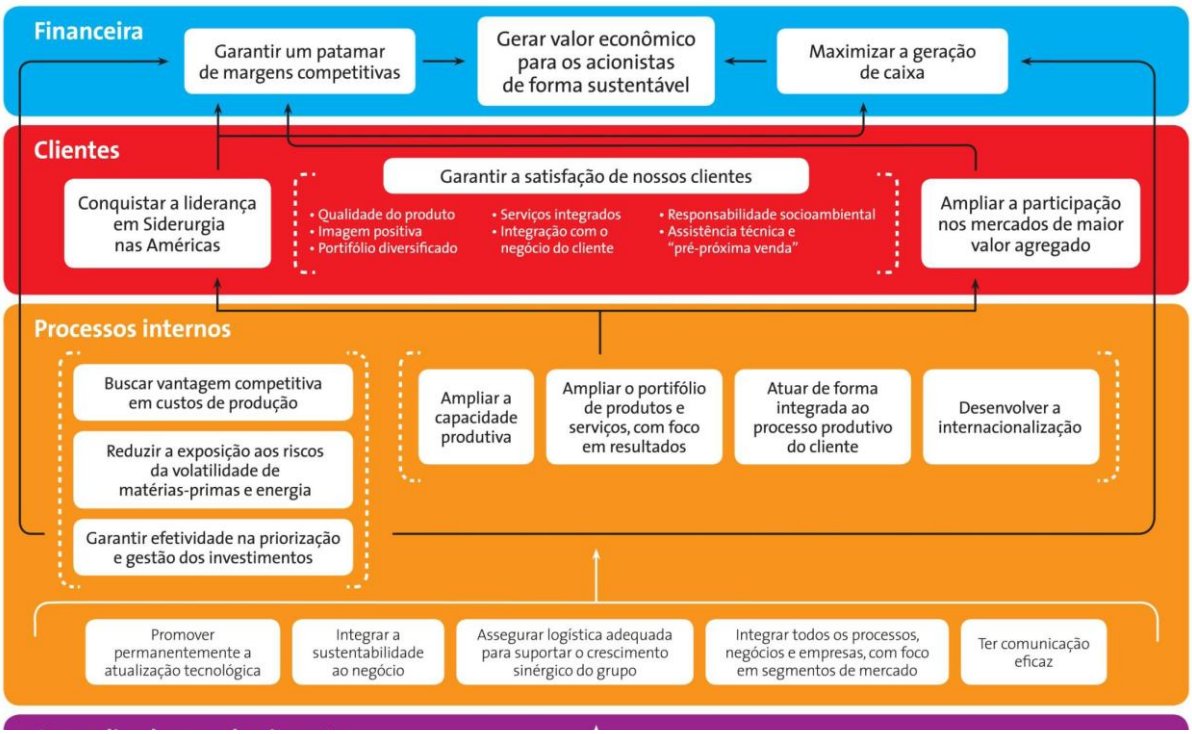
1. Expansão da capacidade doméstica – aumentar a produção e ser competitiva em custos.

2. Integração *upstream* (para trás na cadeia de valor) – assegurar a competitividade por meio do acesso às matérias-primas, criando *hedge* contra mudança na cadeia de valor.

3. Integração *downstream* (para frente da cadeia de valor) – garantir uma posição nos mercados em crescimento, integrando as empresas do Grupo e criando agregação de valor em novos mercados.

4. Expansão do portfólio de produtos e serviços – assegurar agregação de valor, reduzindo a dependência de poucas linhas de produtos e atingindo mercados em crescimento.

5. Internacionalização – atingir mercados atrativos fora do Brasil, acelerando o crescimento da Companhia. Para ajudar na compreensão das linhas que orientam a estratégia da Companhia, foi criada a imagem de um cubo, que acolhe, nas três faces aparentes, as Avenidas Estratégicas, as Unidades de Negócios e os Novos Valores da Companhia, como se permeassem toda a atuação da Empresa. As interseções entre os eixos de negócio, os valores e as avenidas estratégicas foram fundamentais para a definição dos 25 objetivos estratégicos explicitados no Mapa Estratégico Corporativo:



Ao mesmo tempo, uma série de iniciativas de gestão, como o Programa Produtividade e Ação, o Bolsa de Ideias, o Projeto Transformação, Remodelagem Organizacional e Desburocratização, buscaram reforçar o envolvimento dos funcionários no processo de renovação da Companhia, movimento que culminou com o lançamento do Usiminas em Frente, em 18 de novembro de 2009.

Usiminas em frente

Para disseminar e capilarizar essas inovações em todas as áreas e sites da Companhia, foi lançado, em novembro de 2009, o programa Usiminas em Frente, iniciativa que tem o propósito de tornar claro para todos os colaboradores e demais *stakeholders* a Visão, os Valores e o Mapa Estratégico. Além de comunicar os novos valores, visão e objetivos, o Usiminas em Frente também terá a função de alinhar todas as equipes no processo de renovação da Companhia. Será um suporte para os diretores, gerentes e gestores conduzirem suas equipes ao reposicionamento apresentado na visão e nos valores.

A ferramenta também permite orientar a implantação, execução e monitoramento de uma carteira composta de 110 projetos estratégicos em andamento na Companhia. Desses, 14 são de caráter estruturante e 96 são iniciativas de otimização, que buscam a geração de valor para os negócios da Companhia. Projetos estratégicos suportam os objetivos estratégicos do Mapa.

Valores da Companhia

Pessoas: A Companhia confia nas pessoas e aplica os conceitos de autonomia, cooperação e compromisso.

Consistência: A Companhia é crível, estável e firme. Tem continuidade em nossas ações e foco em resultados.

Técnica: A Companhia tem domínio do saber e do fazer, além do conhecimento profundo, experiência e destreza inquestionáveis para executar e solucionar os mais diversos desafios oriundos de suas atividades.

Capricho: O olhar da Companhia é particular, desde o detalhe ao todo. A Companhia provê o encontro do esforço e da dedicação com a delicadeza e a sensibilidade.

Abertura: A Companhia é receptiva e transparente. Tem curiosidade e disposição para a construção e a realização de idéias.

Sustentabilidade: A Companhia acredita que o futuro é construído com base nas decisões e ações de agora.

Resultados: A Companhia estabelece metas individuais e coletivas desafiadoras, que refletem o potencial da Companhia e contribuem para ampliar os resultados empresariais.

A Companhia utiliza em seus produtos as mais avançadas tecnologias siderúrgicas do mundo, mantendo processo contínuo de aquisição de novos modelos.

A Companhia possui uma das marcas mais reconhecidas do País e a 23ª mais valiosa da América Latina, segundo estudo de 2008 da consultoria Interbrand. Esse destaque é fruto de um histórico de oferta de produtos de alta qualidade, do domínio tecnológico e do compromisso com seus principais públicos, clientes, colaboradores, fornecedores, acionistas e comunidades. A marca, como expressão da identidade da Companhia, precisa evoluir em sintonia com o novo momento, a nova estratégia, a nova visão de futuro.

Assim, o processo de renovação da companhia deveria necessariamente passar pela revisão da apresentação da Companhia ao mercado e à sociedade. O objetivo foi ampliar as possibilidades de geração de valor para a Companhia e, em consequência, para seus acionistas.

Tendo como premissas o fortalecimento da corporação, a integração de marcas e a preservação da reputação, a Companhia fez um intenso trabalho para construir uma nova identidade que a diferencie no mercado. O projeto de *branding* não se limita a criar uma nova logomarca, mas sinaliza de forma enfática que a companhia está avançando rumo a uma

performance mais eficiente e a uma atuação mais dinâmica, com um comportamento proativo e contemporâneo, fortalecendo, assim, sua imagem.

Ao lado direito do nome Companhia, "Usiminas", um U estilizado lembra as panelas da aciaria que produzem o aço a altas temperaturas. Aliando simplicidade com robustez, a nova identidade visual permite também o inovador uso alternado de cinco cores: verde, azul, vermelho, laranja e roxa. A possibilidade de alternância reforça a imagem de empresa moderna, ágil, maleável e capaz de transformar a frieza do aço em produtos distintos e adaptados às necessidades do dia a dia. As cores remetem à multiplicidade de possibilidades que a Companhia proporciona, tanto em termos de produto, aplicações, indústrias, como em termos de atitude: fazer de cada detalhe um universo possível.

Os principais impactos esperados da nova marca são:

- Comunicar de forma clara para todos os públicos que a empresa está mudando,se reposicionando, evoluindo.
- Integrar os colaboradores, alinhar comportamentos e gerar performance.
- Fortalecer a imagem corporativa e integrar de forma definitiva as empresas da Companhia.
- Demonstrar valor agregado e distanciar a oferta do conceito de commodity.
- Reafirmar a relevância em um mercado dinâmico.
- Ampliar a projeção da empresa em âmbito global.
- Aumentar o valor da marca e o seu potencial de retorno.

Prêmios e Certificações

Em 2009, a Companhia conquistou os seguintes prêmios e reconhecimentos:

- Prêmio "Inovação" do IBGC - o investimento da Usiminas em promover seus valores, em especial o da abertura, e aprimorar suas práticas de governança corporativa rendeu à Companhia, em 2009, o prêmio na categoria Inovação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). O IBGC reconheceu a iniciativa pioneira da Companhia de informar, em seu relatório anual de 2008, os rendimentos individuais pagos aos diretores, presidente e integrantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.
- Troféu Transparência - pela sexta vez, a Usiminas foi uma das 10 finalistas do Troféu Transparência, XIII Prêmio Anefac - Fipecafi - Serasa Experian, na categoria empresa de capital aberto e destina-se às empresas que divulgam suas demonstrações contábeis com informações claras, precisas e transparentes.

Em 2009, a Companhia conquistou o Selo Anpei de Empresa Inovadora, que atesta o comprometimento da Companhia com o investimento de recursos e pessoal em pesquisa e inovação. Ao todo, 47 empresas e instituições de ciência, tecnologia e inovação receberam a qualificação da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei).

A Companhia obteve em 2009 a unificação dos certificados ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001 na Usiminas Mecânica, da unidade de negócios Bens de Capital. A Companhia também alcançou a recertificação nas unidades de negócios Siderurgia e Transformação do Aço na norma ISO/TS 16949 e nos laboratórios de Ipatinga e Cubatão pelo Inmetro, segundo a norma ISO/IEC 17025 (norma automotiva). Instalações fabris do segmento Transformação do Aço apresentam também a ISO 27001.

A linha de produtos de Cubatão recebeu o selo verde internacional da diretiva europeia RoHS (Restriction of Hazardous Substances) e ELV (End-of-Life Vehicle), pelo Bureau Veritas, e a usina de Ipatinga teve a renovação do mesmo selo, obtido em 2007.

A fim de conservar as certificações alcançadas, estender a toda a Companhia e conquistar novos selos, a Companhia promoveu a estruturação da área de assistência técnica corporativa e a formação de mais 17 Engenheiros da Qualidade aprovados pela American Society for Quality.

Em 2008, a Companhia conquistou os seguintes prêmios e reconhecimentos:

- Uma das 20 empresas-modelo do País segundo o Guia Exame de Sustentabilidade.
- Segundo lugar na categoria Readers Choice Awards da Global Reporting Initiative (GRI), organização não-governamental internacional que elabora diretrizes para a confecção de relatórios de sustentabilidade.
- Top5 do setor de infraestrutura do País no Prêmio Intangíveis Brasil 2008 (PIB 2008).
- 40° lugar no ranking global das 200 empresas mais respeitadas, elaborado pelo Reputation Institute (instituição mundial mais reconhecida no campo do estudo da reputação das empresas).
- Top 10 em Cidadania Corporativa pela revista Gestão & RH, após pesquisa entre as mil maiores e melhores empresas brasileiras (Critério Exame).
- As Melhores da Dinheiro 2008 - revista Isto É Dinheiro, premiada na categoria "Siderurgia e Metalurgia". A classificação envolveu as 500 maiores empresas do País e considerou, além do desempenho financeiro, os indicadores de gestão nas áreas de inovação, responsabilidade socioambiental, recursos humanos e governança corporativa.
- Prêmio Apimec-MG na categoria "Qualidade - Melhor Reunião" 2007/2008. Esta premiação é resultado de eleição direta entre todos os associados da Apimec (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais) de Minas Gerais, reconhecendo assim o comprometimento e esforços contínuos da Usiminas em fornecer informações claras, objetivas e precisas aos analistas, investidores e acionistas.
- Prêmio Qualitas Awards, concedido pela Fiat aos melhores fornecedores.
- Prêmio Global Supplier of the Year da General Motors na categoria de melhor fornecedor do setor metálico, conquistadopela terceira vez consecutiva. O feito jamais havia sido conseguido por qualquer das empresas que concorrem ao prêmio.
- Prêmio Volkswagen Supply Awards na categoria Redução dos Custos do Produto. O prêmio coroa um trabalho conjunto de vários setores da empresa como Programação de Produção, Metalurgia, Logística e Serviço de Atendimento,coordenados pela área de Vendas.
- Prêmio Caterpillar em gestão da qualidade e da pontualidade na entrega dos produtos.
- Prêmio Banas de Excelência em Metrologia, na categoria Industrial, que considerou aspectos de melhoria contínua, inovação, foco no cliente e resultados dentro das estratégias.

Em 2008, a Companhia foi recertificada em duas importantes normas (OHSAS 18001, de segurança e saúde ocupacional, e a ISO14001, de gestão ambiental) e realizou upgrade na certificação ISO 9001. As certificações foram concedidas pela DNV (Det Norske Veritas) – entidade que atua na identificação, avaliação e consultoria para a gestão de riscos – e são mais um atestado do compromisso da Companhia com seus públicos. Em sintonia com o ambiente competitivo e as inovações que afetam sua gestão empresarial, em dezembro de 2008, o Sistema de Gestão da Usiminas foi recertificado na norma ISO 9001:2008 pela Det Norske Veritas (DNV). A Companhia confirma seu pioneirismo no campo da qualidade sendo uma das primeiras empresas e a primeira siderúrgica no Brasil a ser certificada na versão 2008 dessa norma.

Dois importantes avanços marcaram a gestão social da Companhia em 2008. No âmbito interno, teve início a implantação de um novo modelo de gestão de recursos humanos,que privilegia a criação de espaços para o desenvolvimento e a atração dos talentos necessários para suportar o crescimento da Companhia. Trata-se de uma profunda mudança comportamental, que estimula a autonomia,o empreendedorismo, a responsabilização e a meritocracia.

Externamente, criou-se uma nova governança para o investimento social, cultural e em esportes. Foram instituídos os Comitês de Integração com a Comunidade e de Cultura e Esporte para a avaliação dos projetos a serem incentivados. Assim, os investimentos deixam de ser geridos pontualmente pelas unidades e passam a ser feitos de forma institucionalizada

pela Companhia, que passa a ter políticas e critérios claros, priorizando e maximizando os resultados nas comunidades onde atua.

8. Grupo Econômico

8.1. Descrição do grupo econômico em que se insere o emissor, indicando:

a) Controladores diretos e indiretos

A Companhia é controlada por (**i**) Grupo Nippon, composto por Nippon Usiminas Co Ltd. - Nippon e Nippon Steel Corporation - NSC, ambas sociedades constituídas de acordo com as leis do Japão; Mitsubishi Corporation do Brasil S.A., sociedade brasileira; Metal One Corporation, sociedade constituída de acordo com as leis do Japão; (**ii**) Grupo Votorantim e Grupo Camargo Corrêa (em conjunto, Grupo Votorantim/Camargo ou Grupo V/C), composto por Votorantim Participações S.A., Votorantim Siderurgia Participações S.A., Camargo Corrêa S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. e Camargo Corrêa Investimentos em Infra-estrutrutura S.A.; e (**iii**) Caixa de Empregados da Usiminas – CAIXA, conforme indicado no item 15.1 deste Formulário de Referência.

(i) Grupo Nippon:

Nippon Usiminas Co., Ltd., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Japão, com sede em 6-1, Otemachi 1-chome, Chiyoda-ku, Tókio 100-0004, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 005.527.337/0001-75, que reúne um consórcio de empresas japonesas e instituições do governo japonês com o propósito específico de possuir ações na Usiminas.

Nippon Steel Corporation, sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Japão, com sede em Marunouchi Park Bldg., 2-6-1, Marunouchi, Chiyoda Ward,100-8071, Tóquio, Japão, inscrita no CNPJ sob o n. 005.473.413/0001-07, integrante do Grupo Nippon Steel, é proprietária de 89,35% das ações ordinárias da Nippon Usiminas. Os principais acionistas que detêm participação no capital social da NSC, são: Japan Trustee Service Bank, Ltd. (10,0%) Sumitomo Metal Industries, Ltd. (4,2%), CBHK-Korea Securities Depository (3,5%), Nippon Life Insurance Company (3,4%) e The Master Trust Bank of Japan, Ltd. (3,2%), conforme descrito no item 15.1 deste Formulário de Referência**.**

Mitsubishi Corporation do Brasil Ltda., sociedade limitada brasileira, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 061.090.619/0001-29, com sede social na Av. Paulista, nº. 1294, 23º andar - sala 221 - Bela Vista, na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e uma subsidiaria integral de Mitsubishi Corporation.

Metal One Corporation, uma sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Japão, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 005.733.199/0001-80, com sede social em 23-1, 3-chome, Shiba, Minato-ku, Tókio 105-0014, Japão, e uma afiliada de Mitsubishi Corporation.

(ii) Grupo Votorantin/Camargo Corrêa:

Votorantim Participações S.A., sociedade brasileira por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 061.082.582/0001-97, com sede social na Rua Amauri, nº. 255, 10º andar, CEP 01448-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Hejoassu Administração S.A.

Votorantim Siderurgia Participações S.A., sociedade brasileira por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 008.380.790-90, com sede social na Rua Amauri, nº. 255, 10º andar, CEP 01448-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada indiretamente pela Votorantim Participações S.A.

Camargo Corrêa S.A., controlada pela Participações Morro Vermelho S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. e Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A., todas controladas pela Camargo Corrêa S.A., cada uma delas sociedade brasileira por ações, inscritas, respectivamente, no CNPJ/MF n. 001.098.905/0001-09,

061.522.512/0001-02, e n. 002.372.232 – 04, com sede social na Rua Funchal, nº. 160, CEP 04511-903, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

(iii) Caixa dos Empregados da Usiminas – CAIXA:

Caixa dos Empregados da Usiminas – CAIXA, uma entidade brasileira, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 016619488/0001-70, com sede social na Rua Prof. Vieira de Mendonça, nº. 3011, 3o andar, CEP 31310-260, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

b) Controladas e coligadas

Denominação Social	Sociedade	Participação no capital total da Companhia em 31/12/2009
Automotiva Usiminas S.A.	Controlada	100%
Cosipa Commercial Ltd.	Controlada	100%
Cosipa Overseas Ltd.	Controlada	100%
Soluções em Aço Usiminas S.A.	Controlada	68,877893%
Usiminas Commercial Ltd.	Controlada	100%
Usiminas Europa S.A	Controlada	100%
Usiminas International Ltd.	Controlada	100%
Usiminas Mecânica S.A.	Controlada	99,999%
Fasal Trading Brasil S.A.	Controlada	50%
Modal Terminal de Graneis Ltda.	Controlada	50%
Unigal Usiminas Ltda.	Controlada	70%
Usiroll Usiminas Court Tecnologia em Acabamento Superficial Ltda.	Controlada	50%
Rios Unidos Logística e Transportes de Aço Ltda.	Controlada	68,877893%
Tubomac S.A. – Tubos e Materiais de Construção	Controlada	68,877893%
Usiminas Portugal Ltda.	Controlada	100%
Metalcentro Ltda.	Controlada	97,5%
Usifast Logística Industrial S.A.	Coligada	25%
MRS Logística S.A.	Coligada	11,1343%
Terminal de Cargas Sarzedo	Coligada	22,222%
Ternium S.A.	Coligada	14,25%
Fasal Trading Corporation	Controlada	50%
Codeme Engenharia S.A.	Coligada	30,7692%
MetForm S.A.	Coligada	30,7692%
Mineração Usiminas S.A.	Controlada	70%

c) Participações do emissor em sociedades do grupo

A Companhia não participa em outras sociedades do grupo além das descritas acima.

d) Participações de sociedades do grupo no emissor

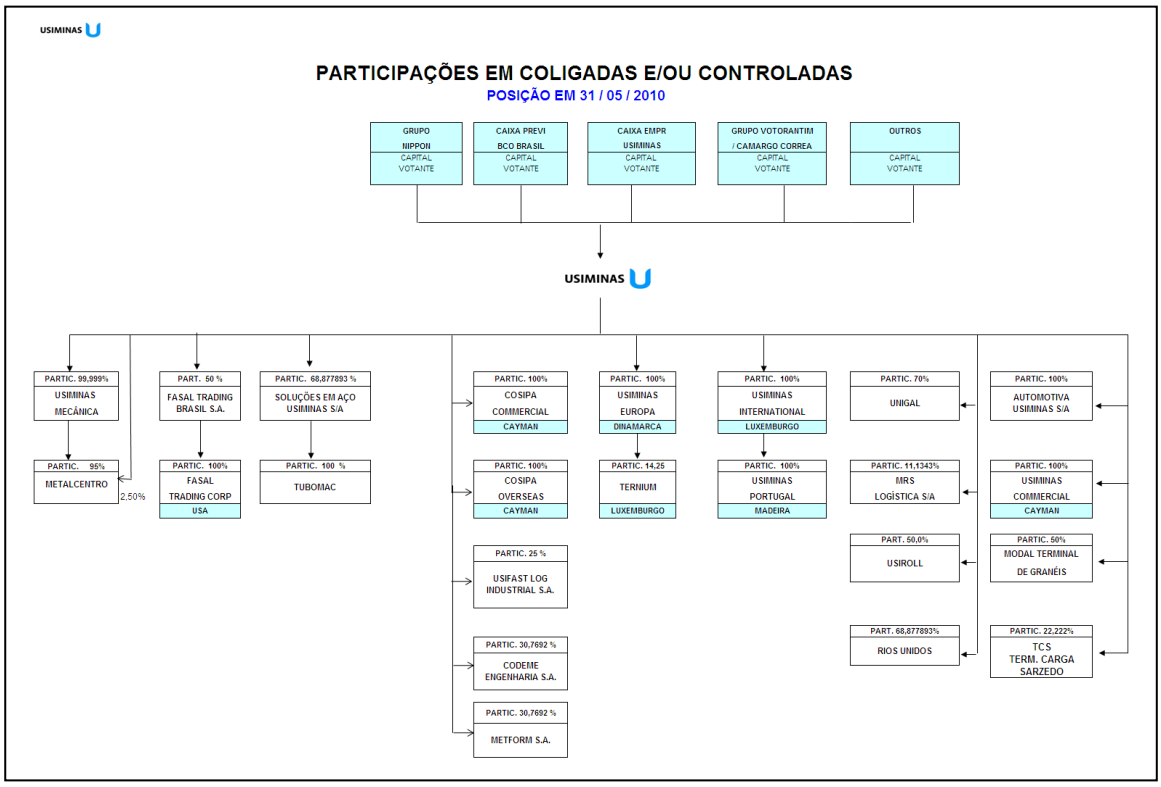
Não há participação de outras sociedades do grupo na Companhia em além das descritas acima.

e) Sociedades sob controle comum

A Companhia não participa de sociedades sob controle comum.

8.2. Organograma do Grupo Econômico

O organograma a seguir mostra a estrutura societária do grupo econômico da Companhia:



8.3. Operações de reestruturação, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário e aquisições e alienações de ativos importantes:

A respeito destas informações para os três últimos exercícios sociais, ver itens 3.3.(b), 6.3. e 6.5 deste Formulário de Referência.

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Adicionalmente às informações prestadas acima, a Companhia entende não haver informações relevantes adicionais que devem ser prestadas neste item 8 do formulário de referência.

9. Ativos Relevantes

9.1. Bens do ativo não circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia, indicando:

a) Ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando sua localização.

Tipo de Propriedade	Endereço da Propriedade	Município	UF	Área Total (Mil m²)	Área Construída (Mil m²)
EDIFÍCIO SEDE	RUA PROF. JOSÉ VIEIRA DE MENDONÇA, 3011	BELO HORIZONTE	MG	72,0	45,0
JAZIDA TAQUARIL	RODOVIA MG 7, KM 55	MATOZINHOS	MG	929,0	1,2
FEITOSA I, II, III	IPATINGA	IPATINGA	MG	10.579,0	0,0
LAGOA SILVANA	BR 458	CARATINGA	MG	6.120,0	0,1
TERRENO POÇO REDONDO	SANTANA DO PARAÍSO	SANTANA DO PARAÍSO	MG	2.276,0	0,0
ENTREPOSTO CAPITÃO EDUARDO	CIDADE INDUSTRIAL	SANTA LUZIA	MG	79,0	6,0
USINA INTENDENTE CÂMARA	RODOVIA BR 381, KM 210	IPATINGA	MG	10.500,0	1.100,0
CENTRO DE SERVIÇOS - TAUBATÉ - SP	AV. PROJETADA 1, S/Nº - B. PIRACANGAGUA	DIST. PIRACANGAGUA	SP	191,4	5,6
AEROPORTO	SANTANA DO PARAÍSO	SANTANA DO PARAÍSO	MG	703,0	0,0
USINA JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA	ESTRADA DE PIAÇAGUERA, KM6	CUBATÃO	SP	10.000,0	781,0
MINAS E JAZIDAS DE CALCÁRIO	CHÁCARA SANTA CATARINA S/N	SALTO DE PIRAPORA	SP	624,0	0,0
TERMINAL DE CUBATÃO	ESTRADA DE PIAÇAGUERA, KM 6	CUBATÃO	SP	194,0	0,0
TERMINAL DE TRANSBORDO UTINGA	AVENIDA DOS ESTADOS, N 3001	SANTO ANDRÉ	SP	124,0	6,0
USINA SANTANA DO PARAISO (PARTE)	SANTANA DO PARAISO	SANTANA DO PARAISO	MG	5.352.01	0,0
PORTO ITAGUAÍ/SEPETIBA	ITAGUAÍ	ITAGUAÍ	RJ	968,0	0,0
MINAS CENTRAL, OESTE E LESTE	ITATIAIUÇU	ITATIAIUÇU	MG	26.358,41	20,6

b) Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, informando: duração; território atingido; eventos que podem causar perda dos direitos relativos a tais ativos; possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia:

Patentes

Descrição das Patentes	i) Duração	ii)Território Atingido
APERFEIÇOAMENTO EM SISTEMA DE VEDAÇÃO DE TROCADORES DE CALOR	14/11/17	No País
APERFEIÇOAMENTO EM SISTEMA DE VEDAÇÃO HIDRÁULICA EM TUBULAÇÃO DE GÁS	09/05/16	No País
CÉLULA DE AJUSTE FINO DE ESPESSURA DE CAMADA DE REVESTIMENTO EM CHAPAS DE AÇO DURANTE PROCESSAMENTO EM LINHAS DE ELETROGALVANIZAÇÃO	22/06/19	No País
DISPOSITIVO AUXILIAR DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ROLOS DE MESA COMPONENTE DE INTERIORES DE FORNOS	29/05/12	No País
DISPOSITIVO FACILITADOR DO ENFORNAMENTO EM FORNOS DE COQUERIA	15/01/17	No País
DISPOSITIVO PARA DESMONTAGEM E MONTAGEM DE EIXOS DE SETORES DE MÁQUINAS DE SINTERIZAÇÃO	21/07/15	No País
DISPOSITIVO PARA TROCA RÁPIDA DE BIGORNA INFERIOR EM PRENSAS DE FORJARIA	12/06/17	No País
DISPOSITIVO REFRIGERADO PERMANENTE PARA INJEÇÃO DE CONCRETO REFRATÁRIO PARA REVESTIMENTO DE CUBA DE ALTO-FORNO	06/10/20	No País
DISPOSITVO PARA TROCA DE SETORES DE MÁQUINAS DE SINTERIZAÇÃO	12/12/16	No País
EMBALAGEM METÁLICA PARA BLANKS CIRCULARES	26/11/19	No País
EQUIPAMENTO PARA AVALIAÇÃO DA RESISTÊNCIA DE REFRATÁRIOS À OXIDAÇÃO	15/03/21	No País
EQUIPAMENTO PARA OTIMIZAÇÃO DA PERMEABILIDADE DE MISTURA DE SINTERIZAÇÃO	12/12/20	No País
EQUIPAMENTO PILOTO PARA DEPOSIÇÃO CONTROLADA DE ÓLEO EM CHAPAS	10/08/21	No País
ESCORREDOR DE ÁGUA DE COREIA TRANSPORTADORA	03/04/17	No País
ESTRADO METÁLICO PARA EMBALAGEM E TRANSPORTE DE BOBINAS COM EIXO NA VERTICAL	13/04/12	No País
MEDIDOR DE PERFIL DE VELOCIDADE DE FLUIDOS	27/11/16	No País
MÉTODO PARA VERIFICAÇÃO DE ESTANQUEIDADE EM TUBULAÇÕES DE GÁS DE SISTEMAS DE COMBUSTÃO DE FORNOS INDUSTRIAIS	12/12/20	No País
MISTURA PÁRA FABRICAÇÃO DE CONCRETO CELULAR AUTOCLAVADO	16/08/16	No País
PROCESSO PARA OBTENÇÃO DE PICHES DE ALCATRÃO DE HULHA PRECUSSORES DE PICHE MESOFÁSICO	27/11/16	No País
PROCESSO PARA UTILIZAÇÃO DE ESCORIA DE ACIARIA LD EM PROCESSO DE SINTERIZAÇÃO PARA PRODUÇÃO DE FERTILIZANTES AGRÍCOLAS TERMOFOSFATADOS	31/03/15	No País
RODA CHANFRADA COM LABIRINTO DESCARTÁVEL	12/12/16	No País
SAIA DEFLETORA PARA DIRECIONAMENTO DE GUSA LÍQUIDO VAZANTE DE CARROS TORPEDO	14/05/21	No País

SISTEMA PARA AMORTECIMENTO DE CARGAS HORIZONTAIS EM BALANÇAS INDUSTRIAIS DE PLATAFORMA MÓVE	07/07/20	No País
SISTEMA PARA DETERMINAÇÃO DE PERFIL TÉRMICO DE ALTOS-FORNOS	22/09/20	No País
SISTEMA PARA MEDIÇÃO CONTÍNUA DE TEMPERATURA DE METAL LÍQUIDO UTILIZANDO PROCESSO ÓTICO	27/09/21	No País
SISTEMA PARA REFRIGERAÇÃO E LUBRIFICAÇÃO DE CILINDROS DE LAMINAÇÃO	16/08/16	No País
SISTEMA PARA RETÍFICA DE RASPADOR DE SOLDA DE TIRA LAMINADA	17/07/17	No País
SUPORTE DE FIXAÇÃO DE ESTRADOS PARA TRANSPORTE DE CARGAS	23/05/16	No País
SUPORTE PARA FRESAMENTO DE CORPOS-DE-PROVA PARA ENSAIOS DE TRAÇÃO	17/07/17	No País
EQUIPAMENTO PARA SIMULAÇÃO DE CICLO TÉRMICO PARA AVALIAÇÃO DE FADIGA TÉRMICA DE ROLOS DE LINGOTAMENTO CONTINUO	19/12/13	No País
ESTRADO METÁLICO ARTICULADO PARA TRANSPORTE E ESTOCAGEM DE BOBINAS	20/01/06	No País
MÉTODO PARA SUBSTITUIÇÃO DE DORMENTOS SEM INTERRUPÇÃO DO TRÁFEGO DA COMPOSIÇÃO FERROVIÁRIA	20/04/19	No País
SISTEMA REGULÁVEL DE NIVELAMENTO PARA MÁQUINAS DE SINTERIZAÇÃO	20/04/19	No País
AÇO LAMINADO A FRIO RESISTENTE AO ENVELHECIMENTO POR DEFORMAÇÃO E SEU PROCESSO DE PRODUÇÃO	21/11/16	No País

iii) Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos.

Os direitos de propriedade industrial são válidos por 20 anos, segundo legislação brasileira. O privilégio ou direitos sobre o objeto da carta de patente encerra-se após esse prazo, quando então torna-se de domínio público. Não existem inadimplementos ou litígios em que a Companhia esteja envolvida que possam culminar na perda de direitos das patentes relacionadas acima.

iv) Possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor

O licenciamento ou a comercialização das patentes da Usiminas trazem benefícios de duas maneiras: (a) royalties com a comercialização da patente licenciada, quando ocorre vendas a terceiros; (b) ou desconto na compra de insumos fornecidos por parceiros no desenvolvimento do objeto da patente.

Em relação às patentes de titularidade da Companhia, em caso de perda dos direitos sobre estas patentes, a Companhia não sofreria impactos financeiros relevantes, uma vez que os valores envolvidos não são relevantes.

Marcas

A Companhia e suas sociedades controladas, coligadas e sob controle comum atualmente utilizam 8 marcas trabalhadas, registradas e divulgadas: Usiminas, Automotiva Usiminas, Usiminas Mecânica, Unigal Usiminas, Saúde Usiminas, Previdência Usiminas, Instituto Cultural Usiminas e Soluções Usiminas**.** Estas marcas são de titularidade da Companhia e foram registradas sob as classes relevantes relativas às atividades desempenhadas pela Companhia e suas sociedades controladas, coligadas e sob controle comum.

A marca "Usiminas" tem um valor estimado de R$ 654.000.000,00 (conforme cálculo realizado pela consultoria Interbrand no ano de 2008) e é a 10ª marca mais valiosa do país e 23ª mais valiosa da América Latina de acordo com o Ranking Interbrand de 2008. É, portanto, um dos ativos mais valiosos da empresa.

Marca	Número de Registro	Classe	Natureza (figurativa, nominativa ou mista)	Status	Data de Depósito / Registro
CANAL ABERTO	812990293	11:10	Nominativa	Arquivado	01/12/1986
COS-EP 400 RC	813732891	06 : 20 - 30	Nominativa	Arquivado	14/09/1987
COS EEP CC TI	816301778	06 : 20 - 30	Nominativa	Arquivado	08/08/1991
COS EEP CC T2	816301786	06 : 20 - 30	Nominativa	Arquivado	08/08/1991
COSIPISO	816760497	06 : 20 - 30	Nominativa	Registro	24/06/1992
USIGALVE-EEP	817554483	06 : 20 - 30	Nominativa	Registro	28/09/1993
USIGALVE-EEP-PC	817554491	06 : 20 - 30	Nominativa	Registro	28/09/1993
USIGALVE-PLUS-EEP	817554505	06 : 20 - 30	Nominativa	Registro	28/09/1993
USIGALVE-N	818327243	06 : 20 - 30	Nominativa	Registro	06/02/1995
USIFIRE	818327251	06 : 20 - 30	Nominativa	Registro	06/02/1995

AEROPORTO DA USIMINAS	819846252	NCL(8) 39	Mista	Registro	21/01/1997
COSEL	819740934	06 : 20 - 30	Nominativa	Arquivado	14/03/1997
COS EEP	819740942	06 : 20 - 30	Nominativa	Arquivado	14/03/1997
USICIVIL	819896896	40:15:00	Nominativa	Registro	14/03/1997
USICIVIL	819896900	37 : 05 - 40	Nominativa	Registro	14/03/1997
USIBRAS	819955280	06 : 20 - 30	Nominativa	Registro	09/06/1997
INTERAÇÃO	820431990	11:10	Mista	Arquivado	22/12/1997
USICORT	821885715	NCL(8) 06	Nominativa	Registro	15/07/1999
USILIGHT	822125889	NCL(8) 06	Nominativa	Registro	08/10/1999
USILIGHT	822185164	19:20	Mista	Arquivado	08/10/1999
USICORT	822185334	06 : 20 - 30	Mista	Arquivado	15/10/1999
USISAMPLE	826576931	NCL(8) 09	Mista	Arquivado	23/04/2004
USI-ABRA-L	827346492	NCL(8) 06	Nominativa	Arquivado	08/03/2005
USI-AR-400-L	827357621	NCL(8) 06	Nominativa	Arquivado	30/03/2005
USI-AR-360-L	827357630	NCL(8) 06	Nominativa	Arquivado	30/03/2005
USI-AR-360-VO-Q	827357648	NCL(8) 06	Nominativa	Arquivado	30/03/2005
USI-AR-360-Q	827357656	NCL(8) 06	Nominativa	Arquivado	30/03/2005
USIMINAS	827441339	NCL(8) 06	Mista	Arquivado	07/04/2005
USISAMPLE	900875089	NCL(9) 09	Nominativa	Ped.Com.	24/04/2008
USIMINAS	901437085	NCL(9) 06	Mista	Ped.Com.	04/02/2009
USIMINAS	901572365	NCL(9) 06	Nominativa	Ped.Com.	14/04/2009
UNIGAL USIMINAS	901861480	NCL(9) 06	Mista	Ped.Com.	13/08/2009
Automotiva Usiminas	901861456	NCL(9) 12	Mista	Ped.Com.	13/08/2009
DUFER USIMINAS	901861499	NCL(9) 06	Mista	Ped.Com.	13/08/2009
Fasal Usiminas	901861596	NCL(9) 06	Mista	Ped.Com.	13/08/2009

i) Duração

No Brasil adquire-se a propriedade de uma marca somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual ("INPI"), sendo assegurado ao seu titular o direito de uso exclusivo em todo o território nacional por 10 anos, contados da data de concessão do registro, prorrogáveis por períodos iguais e sucessivos. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas, aplicadas para a identificação de seus produtos e serviços.

ii) Território atingido

As marcas de titularidade da Companhia foram registradas no Brasil, não havendo marcas registradas no exterior.

iii) Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos.

No âmbito administrativo, os pedidos de registro de marca que estão sob análise do INPI podem ser negados. Ademais, mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio INPI) não tentem prejudicar os registros da Companhia ou das sociedades da Usiminas (com processos de nulidade ou caducidade, por exemplo). No âmbito judicial, embora a Companhia e as sociedades da Usiminas sejam titulares do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar a violação de direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. Atualmente, não existem oposições ou litígios envolvendo marcas relevantes de titularidade da Companhia ou de sociedades da Usiminas.

Ademais, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. Atualmente a Companhia e as sociedades da Usiminas estão adimplentes com o pagamento de todas as taxas relativas ao registro das marcas de sua titularidade.

iv) Possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor

A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia e sociedades da Usiminas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas no território brasileiro e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia ou sociedades da Usiminas não comprovarem ser as legítimas titulares das marcas que utilizam, haveria a possibilidade de sofrerem demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

Como exposto acima, a marca "Usiminas" é um dos ativos de maior valor da Companhia, razão pela qual, não obstante a perda da identidade corporativa, a perda do direito sobre a marca teria um impacto adverso relevante sobre seus negócios.

Concessões de lavra

As empresas mineradoras no Brasil só podem explorar e extrair recursos minerais conforme as concessões de Lavra fornecidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, uma autarquia do Ministério de Minas e Energia do governo brasileiro. O DNPM concede autorizações de pesquisa mineral ao requerente por um período inicial de três anos. Essas autorizações são prorrogáveis conforme decisão discricionária do DNPM por mais um período de um a três anos, desde que o requerente demonstre que a prorrogação se faz necessária para a conclusão adequada das atividades de pesquisa. As atividades locais de pesquisa devem começar em 60 dias, a partir da publicação oficial da autorização de pesquisa. Depois de concluir as atividades de pesquisa mineral no local, a empresa deverá submeter um relatório final (positivo ou negativo) ao DNPM. Se a pesquisa geológica revelar a existência de depósitos minerais que sejam economicamente exploráveis, a empresa requerente tem um ano (prazo que pode ser prolongado pelo DNPM) a partir da aprovação do relatório final de pesquisa pelo DNPM para apresentar Plano de Aproveitamento Econômico (PAE), onde deverão constar memorial explicativo do projeto, que detalha o método de lavra a ser adotado, o dimensionamento dos equipamentos, os aspectos econômicos envolvidos e as demais exigências legais do Código de Mineração. Após a aprovação do PAE pelo DNPM, e sua publicação no DOU, o empreendedor deverá apresentar Licença de Instalação, fornecida pelo órgão ambiental competente, em um prazo de 180 dias. Quando a concessão de lavra for publicada, o concessionário deverá requerer a Imissão de Posse da Jazida, a qual identifica os limites da concessão no campo, e iniciar as atividades de mineração dentro de seis meses. O DNPM fornece a concessão por um período indeterminado que durará até o esgotamento do depósito mineral. Os minerais extraídos, que são especificados na concessão de lavra, pertencem ao concessionário da mineração. Com a aprovação prévia do DNPM, o concessionário poderá transferi-la para uma parte não relacionada, que seja qualificada a possuir a concessão da mineração.

A Companhia possui também várias autorizações do DNPM, para funcionamento das atividades de mineração, e são elas:

Descrição de autorizações do DNPM	Validade	Território
Autorização de Pesquisa no município de Itatiaiuçu - processo DNPM nº 831.143/03	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Itatiaiuçu/Itaúna - processo DNPM nº 830.300/79	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Itatiaiuçu - processo DNPM nº 800.540/75	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Itatiaiuçu - processo DNPM nº 006.274/59	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Itatiaiuçu - processo DNPM nº 002.579/53	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Itatiaiuçu - processo DNPM nº 000.441/53	Indeterminado	Nacional

Concessão de Lavra no município de Itatiaiuçu/Itaúna - processo DNPM nº 805.221/77	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Itaúna/Mateus Leme - processo DNPM nº 815.055/73	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Itaúna - processo DNPM nº 831.056/81	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Itaúna - processo DNPM nº 830.373/78	Indeterminado	Nacional
Autorização de Pesquisa no município de Itatiaiuçu/Itaúna - processo DNPM nº 830.364/88	Indeterminado	Nacional
Requerimento de lavra no município de Itatiaiuçu/Mateus Leme - processo DNPM nº 830.443/83	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Itatiaiuçu - processo DNPM nº 000.268/63	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Itatiaiuçu - processo DNPM nº 800.743/74	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Itatiaiuçu - processo DNPM nº 802.804/71	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Itatiaiuçu/Mateus Leme - processo DNPM nº 803.154/78	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Mateus Leme - processo DNPM nº 815.054/73	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Mateus Leme - processo DNPM nº 001.681/59	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Itatiaiuçu - processo DNPM nº 001.005/60	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Mateus Leme - processo DNPM nº 000.288/63	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Itatiaiuçu - processo DNPM nº 831.153/80	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Itatiaiuçu - processo DNPM nº 830.301/79	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Itatiaiuçu - processo DNPM nº 830.342/82	Indeterminado	Nacional
Requerimento de Lavra no município de Itatiaiuçu - processo DNPM nº 830.106/85	Indeterminado	Nacional
Requerimento de Lavra no município de Itatiaiuçu/Mateus Leme - processo DNPM nº 831.075/85	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Mateus Leme - processo DNPM nº 814.668/73	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Igarapé/Itatiaiuçu/Mateus Leme - processo DNPM nº 830.049/79	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Mateus Leme - processo DNPM nº 830.473/81	Indeterminado	Nacional
Requerimento de Lavra no município de Itatiaiuçu/Mateus Leme - processo DNPM nº 830.149/81	Indeterminado	Nacional
Requerimento de Lavra no município de Igarapé/Mateus Leme - processo DNPM nº 803.274/78	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Itatiaiuçu - processo DNPM nº 007.716/57	Indeterminado	Nacional
Autorização de Pesquisa no município de Igarapé/Itatiaiuçu/Mateus Leme - processo DNPM nº 830.035/03	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Itatiaiuçu - processo DNPM nº 005.797/59	Indeterminado	Nacional
Requerimento de Lavra no município de Igarapé/Itatiaiuçu - processo DNPM nº 805.218/77	Indeterminado	Nacional
Requerimento de Lavra no município de Brumadinho/Igarapé - processo DNPM nº 830.343/82	Indeterminado	Nacional
Autorização de Pesquisa no município de Brumadinho/Igarapé - processo DNPM nº 834.338/94	Indeterminado	Nacional
Autorização de Pesquisa no município de Brumadinho/Igarapé - processo DNPM nº 831.182/88	Indeterminado	Nacional
Requerimento de Lavra no município de Brumadinho/Igarapé - processo DNPM nº 830.410/82	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Prudente de Morais/MG - processo DNPM nº 73/61	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Pirapora do Bom Jesus/SP - processo DNPM nº 802.561/76	Indeterminado	Nacional

Concessão de Lavra no município de Salto de Pirapora/SP - processo DNPM nº 007.535/63	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Salto de Pirapora/SP - processo DNPM nº 008.235/62	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Salto de Pirapora/SP - processo DNPM nº 008.234/62	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Salto de Pirapora/SP - processo DNPM nº 000.996/60	Indeterminado	Nacional
Concessão de Lavra no município de Pirapora do Bom Jesus/SP - processo DNPM nº 000.927/50	Indeterminado	Nacional

iii) Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos.

O governo brasileiro arrecada a CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) sobre as receitas decorrentes da venda de minerais da Companhia, líquidas de impostos, custos de seguro e custos de transportes. O não pagamento da CFEM pode colocar em risco as concessões de lavra descritas acima.

O Código de Mineração e as leis de mineração subordinadas, assim como a legislação e as regulamentações sobre a mineração impõem igualmente outras obrigações (inclusive financeiras) à Companhia em contrapartida à concessão de lavra. Por exemplo, as empresas mineradoras devem compensar os proprietários das terras pelos danos e perdas de recursos causados pelo uso e ocupação da terra (seja devido à exploração ou extração) e devem também partilhar com os proprietários da terra os resultados da exploração com base em 50% da CFEM. As mineradoras devem também compensar o governo por prejuízos causados às terras de domínio público. A maioria relevante de nossas minas e concessões de exploração mineral se encontram em terras que nos pertencem ou terras públicas para as quais detemos autorização de pesquisa ou, nos casos de concessão de lavra, o direito de uso destas terras.

Atualmente a Companhia está adimplente com o pagamento de quaisquer obrigações financeiras relacionadas às concessões de lavra de sua titularidade e desconhece a existência de litígios ou inadimplemento de obrigações que possam resultar na perda de referidas concessões.

As concessões de lavra também prevêem obrigações adicionais impostas à Companhia, que pode vir a por em risco as autorizações do DNPM, caso não cumprir com as obrigações determinadas por este órgão. Dentre as obrigações impostas pelo DNPM inclui-se a necessidade de apresentação anual, até o dia 15 de março de cada ano, do Relatório Anual de Lavra para todas as concessões de lavra.

No caso das Autorizações de Pesquisa, A Companhia apresentou tempestivamente todos os Relatórios Finais de Pesquisa Positivos e está aguardando o final da análise pelo DNPM.

Para os processos em fase de Requerimento de Lavra, a Companhia está aguardando a obtenção da licença ambiental para apresentá-las ao DNPM e, na sequência, obter a concessão de lavra.

iv) Possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor

No caso de perda de concessões do DNPM, a Usiminas teria suas atividades de mineração paralisadas nas respectivas áreas. A paralisação total dos empreendimentos só ocorreria após a perda de todas as concessões em nome da empresa, sendo que o risco de perda de concessões é muito pequeno, decorrendo do abandono de todas as obrigações para com o DNPM, mesmo assim somente após a abertura de processo administrativo contra o titular, ao qual ainda cabe recurso.

A perda de todas as concessões, cujo risco é muito pequeno conforme mencionado acima, podem impactar os custos do minério de ferro para a companhia, uma vez que este montante de minério de ferro a ser compensado, provavelmente, seria adquirido no mercado, a um custo unitário maior que o de produção própria.

c) As sociedades em que o emissor tenha participação e a respeito delas informar:

Denominação Social	Sede	Código CVM	Controlada/ Coligada	Participação %	Valor Contábil da Participação (PL) Em R$ mil			Valor de Mercado da Participação, conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício sócia (para empresas com ações negociadas em mercados organizados de valores mobiliários) Em R$ milhares	Valorização ou (desvalorização) da participação, de acordo com o valor contábil			Valorização ou desvalorização da participação, de acordo com o valor de mercado			Dividendos recebidos Em R$ mil		
					31/12/2009	2008	31/12/2007	31/12/2009	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
Automotiva Usiminas S.A.	Ipatinga - MG	Não é companhia aberta	Controlada	100	101.209	103.775	88.593	**N/A**	(2.566)	15.182	14.461	N/A	N/A	N/A	717	0	0
Cosipa Commercial Ltd.	Ilhas Cayman	Não é companhia aberta	Controlada	100	0	53.603	0	N/A	(53.603)	53.603	0	N/A	N/A	N/A	Não houve	Não houve	Não houve
Cosipa Overseas Ltd.	Ilhas Cayman	Não é companhia aberta	Controlada	100	19.606	34.243	24.825	N/A	(14.637)	9.418	(1.493)	N/A	N/A	N/A	Não houve	Não houve	Não houve
Fasal Trading Brasil S.A.	Belo Horizonte - MG	Não é companhia aberta	Controlada	50	7.371	0	0	N/A	7.371	0	0	N/A	N/A	N/A	Não houve	Não houve	Não houve
Modal Terminal de Graneis Ltda	Itaúna - MG	Não é companhia aberta	Controlada	50	2.280	2.305	0	N/A	(25)	2.305	0	N/A	N/A	N/A	872	160	Não houve

Soluções em Aços Usiminas S.A.	Belo Horizonte - MG	Não é companhia aberta	Controlada	68,877893	786.564	0	0	N/A	786.564	0	0	N/A	N/A	N/A	Não houve	Não houve	Não houve
Unigal Usiminas Ltda	Belo horizonte - MG	Não é companhia aberta	Controlada	70	555.603	333.800	162.120	N/A	221.803	171.680	53.607	N/A	N/A	N/A	Não houve	Não houve	Não houve
Usiminas Commercial Ltd.	Ilhas Cayman	Não é companhia aberta	Controlada	100	0	87.650	0	N/A	(87.650)	87.650	0	N/A	N/A	N/A	Não houve	Não houve	Não houve
Usiminas Europa S.A.	Dinamarca	Não é companhia aberta	Controlada	100	1.508.011	2.178.986	1.427.851	N/A	)670.975)	751.135	(41.518)	N/A	N/A	N/A	Não houve	Não houve	Não houve
Usiminas international Ltd.	Luxemburgo	Não é companhia aberta	Controlada	100	194.830	257.048	187.644	N/A	(62.218)	69.404	(25.623)	N/A	N/A	N/A	Não houve	Não houve	Não houve
Usiminas Mecânica S.A.	Ipatinga - MG	Não é companhia aberta	Controlada	99,99	607.934	562.773	495.692	N/A	45.161	67.081	57.230	N/A	N/A	N/A	20.854	27.543	17.619
Usirrol – Usiminas Court Tec. Em Acabamento Superficial Ltda	Ipatinga - MG	Não é companhia aberta	Controlada	50	4.465	3.856	3.317	N/A	609	539	(285)	N/A	N/A	N/A	Não houve	Não houve	1000
MRS Logística S.A.	Rio de janeiro - RJ	1794-9	Coligada	11,1343	224.211	207.706	134.949	N/A	16.505	72.757	4.660	N/A	N/A	N/A	55.189	Não houve	55.201
Terminal de Cargas Sarzedo Ltda.	Sarzedo - MG	Não é companhia aberta	Coligada	22,222	4.002	2.094	0	N/A	1.908	2.094	0	N/A	N/A	N/A	111	Não houve	Não houve
Usifast Logística Industrial S.A.	Contagem - MG	Não é companhia aberta	Coligada	25	6.918	0	0	N/A	6.918	0	0	N/A	N/A	N/A	Não houve	Não houve	Não houve
Codeme Engenharia S.A.	Betim – MG	Não é companhia aberta	Coligada	30,7692	Participação adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010	Participação adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010	Participação adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010	N/A	Participação adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010	Participação adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010	Participação adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010	N/A	N/A	N/A	Participação adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010	Participação adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010	Participação adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010
MetForm S.A.	Betim - MG	Não é	Coligada	30.7692	Participação	Participação	Participação	N/A	Participação	Participação	Participação	N/A	N/A	N/A	Participação	Participação	Participação

		companhia aberta			adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010	adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010	adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010		adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010	adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010	adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010				adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010	adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010	adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010
Metalcentro Ltda.	Ipatinga - MG	Não é companhia aberta	Controlada	2,5	0	0	0	N/A	0	0	0	N/A	N/A	N/A	0	0	0
Rios Unidos Logística e Transportes de Aço Ltda.	Guarulhos - SP	Não é companhia aberta	Controlada	68,877893	Participação adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010	Participação adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010	Participação adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010	N/A	Participação adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010	Participação adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010	Participação adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010	N/A	N/A	N/A	Participação adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010	Participação adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010	Participação adquirida no exercício social a ser encerrado em 2010
Mineração Usiminas S.A.	Itatiaiuçu - MG	Não é companhia aberta	Controlada	70%	Empresa Constituída no exercício social a ser encerrado em 2010	Empresa Constituída no exercício social a ser encerrado em 2010	Empresa Constituída no exercício social a ser encerrado em 2010	N/A	Empresa Constituída no exercício social a ser encerrado em 2010	Empresa Constituída no exercício social a ser encerrado em 2010	Empresa Constituída no exercício social a ser encerrado em 2010	N/A	N/A	N/A	Empresa Constituída no exercício social a ser encerrado em 2010	Empresa Constituída no exercício social a ser encerrado em 2010	Empresa Constituída no exercício social a ser encerrado em 2010

Observação – N/A significa: Não aplicável, as ações de emissão da sociedade não são admitidas a negociação em mercados organizados.

(iii) Atividades das Controladas

Automotiva Usiminas S.A.– dedica-se à industrialização e comercialização de peças estampadas de aço.

Cosipa Commercial Ltd. – tem como objetivo otimizar a captação de recursos no mercado externo.

Cosipa Overseas Ltd. – tem como objetivo otimizar as operações de comércio exterior da Companhia, visando facilitar as compras de matérias-primas importadas, a exportação de produtos siderúrgicos e, também, como via de captação de recursos no mercado internacional, para financiamento dos investimentos da Companhia.

Fasal Trading Brasil S.A. – possui a atividade principal promover negociações como uma *Trading Company* exclusiva dos produtos siderúrgicos no exterior, atendendo aos mercados da América Latina, Central, Europa e outros. A Fasal Trading Brasil S.A. detém participação na Fasal Trading Corporation, sociedade constituída nos Estados Unidos da América, que tem como atividade principal promover negociações como uma *Trading Company* exclusiva dos produtos siderúrgicos da Usiminas no exterior, atendendo aos mercados da América Latina, Central, Europa e outros.

Modal Terminal de Granéis Ltda. – tem como objetivo social a operação de terminais de cargas rodoviários e ferroviários, armazenamento e manuseio de minérios e produtos siderúrgicos e transporte rodoviário de cargas.

Soluções em Aço Usiminas S.A. – o objeto principal é a transformação de produtos siderúrgicos, além de atuar como centro de distribuição. A Soluções Usiminas fornece ao mercado produtos diferenciados e de maior valor agregado, concentrando-se no atendimento a clientes de pequeno e médio porte. A Soluções Usiminas detém participação na Tubomac S.A. – Tubos e Materiais de Construção, cujas atividades são baseadas no comércio atacadista e varejista de materiais de construção e produtos siderúrgicos.

Unigal Usiminas Ltda. – tem o objetivo de transformar bobinas laminadas a frio em bobinas galvanizadas por imersão a quente, principalmente, para atender à indústria automobilística. A Unigal, cuja fábrica está localizada em Ipatinga, Minas Gerais, possui capacidade instalada para galvanização de 480 mil toneladas de aço por ano.

Usiminas Commercial Ltd. – possui o objetivo de captar recursos no exterior para a Controladora.

Usiminas Europa S.A. – tem como propósito de deter investimentos da Companhia na Ternium S.A., que tem como tem como objetivo investir em companhias que manufaturem, processem e distribuam aços planos e longos, produzindo matérias-primas para diversas indústrias. Atualmente, a Ternium S.A. possui participações nas seguintes siderúrgicas: Siderar (Argentina), Hylsa (México).

Usiminas International Ltd. – tem como propósito de deter investimentos da Companhia na Usiminas Portugal Serviços de Consultoria Ltd. localizada na Ilha da Madeira, que tem como propósito deter os investimentos da Companhia no exterior.

Usiminas Mecânica S.A. – tem como atividade principal a fabricação de equipamentos e instalações para os setores de produção do aço, petróleo, petroquímico, hidroelétrico, mineração, transporte ferroviário, cimento, papel e celulose, recuperação de peças, rolos, cilindros da indústria pesada, estampagem e cortes em chapas para peças automotivas seriadas, caçambas estacionárias, e, ainda, de controle ambiental. A Usiminas Mecânica possui participação na Metalcentro, descrita abaixo.

Usiroll Usiminas Court. Tecnologia em Acabamento Superficial Ltda. – dedica-se à prestação de serviços, especialmente para retificação de cilindros e rolos.

MRS Logística S.A. – presta serviços de transporte ferroviário e logístico na região sudeste do Brasil. A participação da Companhia na MRS representa um investimento estratégico para a otimização do fornecimento de matérias primas, transporte de produtos acabados e transporte de cargas de terceiros, relacionado principalmente à operação dos terminais marítimos da Companhia.

Terminal de Cargas Sarzedo Ltda. – tem como atividades principais o armazenamento de cargas em geral, a administração e operação de terminal rodo-ferroviário de cargas, depósito, carga e descarga, remoção, arrumação, serviços complementares, transporte rodoviário e movimentação de cargas em geral.

Usifast Logística Industrial S.A. – é um operador logístico multimodal de atuação nacional. A Usifast acumula também grande experiência em logística portuária, administração de terminais, bem como a administração de estações aduaneiras – Portos Secos – oferecendo serviços de Porto Seco Industrial.

Codeme Engenharia S.A. – Tem como objetivo construções em estruturas de aço.

MetForm S.A. – Tem como objetivo a industrialização e comercialização de telhas metálicas, steeldeck e sistemas de cobertura.

Metalcentro Ltda. – Tem como objetivo a construção de estruturas metálicas.

Rios Unidos Logística e Transportes de Aço Ltda – Tem como objetivo a prestação de serviços de transportes rodoviários.

Mineração Usiminas S.A – Tem como objetivo a exploração de minério de ferro.

(xii) razões para aquisição e manutenção da participação na controlada/coligada:

Além das razões descritas no item acima, a Companhia adquiriu/constituiu ou mantém participações nas empresas controladas ou coligadas relacionadas no item acima, visando a segregação de patrimônios para a exploração de diferentes segmentos e oportunidades de mercado, com a consequente ampliação de seu ramo de atividade, conforme atividade desempenhada por cada uma das sociedades descritas acima.

9.2. Outras informações que a Companhia julga relevantes.

A Companhia entende que não haver outras informações relevantes a serem prestadas neste item 9 do Formulário de Referência.

10. Comentário dos diretores

A Companhia, consoante o disposto no art. 9º, inciso III, da Instrução CVM 481/09 e com base no item 10 do Formulário de Referência, apresenta os comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, conforme disposto a seguir:

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que as condições financeiras e patrimoniais da companhia são suficientes para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

Seu capital de giro é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, pelo menos, para os próximos doze meses.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis conservadores de alavancagem, quais sejam:

R$ mil	31/03/2010	2009	2008	2007
Dívida líquida	3.267.800	2.870.472	3.184.665	(951.636)
Patrimônio líquido	15.577.984	15.218.798	15.028.943	12.474.331
Nível de alavancagem	0,21	0,19	0,21	(0,08)

O endividamento líquido ao final dos exercícios de 2007, 2008 e 2009 era de (R$952 milhões), R$3.185 milhões, e R$2.870 milhões, respectivamente. A relação entre dívida líquida e EBITDA era 1,9 vez em 31 de dezembro de 2009; 0,5 vez em 31 de dezembro de 2008; e (0,2) vez em 31 de dezembro de 2007.

i. Hipóteses de resgate

O estatuto social da Companhia não contém disposição a respeito, devendo ser observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia informa que não existe intenção para realização de tal evento.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Em caso de resgate, a Companhia adotará fórmula, observadas as disposições legais.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia possui uma confortável situação financeira frente aos compromissos financeiros assumidos. Em 31/12/2009, a Companhia possuía um caixa de R$ 3,1 bilhões. Sua dívida apresenta um prazo médio de 6 anos e apenas 14% está concentrada no curto prazo. Os vencimentos estão bem distribuídos ao longo dos anos, não havendo grandes concentrações de vencimentos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui uma política de manutenção de um caixa mínimo para assegurar um nível confortável de liquidez. Os financiamentos são contratados tendo em vista um plano de investimentos a ser feito nos anos seguintes. Essa política conservadora visa a evitar necessidades urgentes de financiamento para capital de giro, uma vez que tais operações são contratadas com confortável antecedência, visando a aproveitar os melhores momentos do mercado.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Conforme descrito no item acima, a política da Companhia é a manutenção de um nível de caixa confortável através da contratação de financiamentos de longo prazo. Adicionalmente, a Companhia possui uma linha de crédito rotativa com o BNDES no valor de R$ 900 milhões e uma Standby Facility de US$ 300 milhões que pode ser sacada a qualquer momento.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31/12/2009, o Conglomerado Usiminas possuía as seguintes operações de financiamentos relevantes:

- Contrato de empréstimo da Usiminas com o BNDES no valor de R$ 493 milhões (sendo que R$ 84 milhões já foram utilizados) disponível para saque até 2010.

- Limite de Crédito da Usiminas com o BNDES no valor de R$900 milhões (sendo que R$ 570 milhões já foram utilizados) disponível para saque até 2011.

- Contrato de empréstimo da Usiminas com o KfW no valor de EUR 23,6 milhões com vencimento em 2012.

- Contrato de empréstimo da Usiminas com o KfW no valor de EUR 33,2 milhões com vencimento em 2012.

- Contrato de empréstimo da Usiminas com o KfW no valor de EUR 27,8 milhões com vencimento em 2015.

- Contrato de empréstimo da Usiminas com o JBIC e bancos comerciais japoneses no valor de US$200 milhões com vencimento em 2010.

- Contrato de empréstimo da Usiminas com o JBIC e bancos comerciais japoneses no valor de US$100 milhões com vencimento em 2016.

- Contrato de empréstimo da Usiminas com o JBIC e bancos comerciais japoneses no valor de US$240 milhões com vencimento em 2017.

- Contrato de empréstimo da Usiminas com o JBIC e bancos comerciais japoneses no valor de US$550 milhões com vencimento em 2018.

- Pré-Pagamento de Exportação da Usiminas com o BNP Paribas no valor de US$40 milhões com vencimento em 2012.

- Pré-Pagamento de Exportação da Usiminas com o Safra no valor de US$50 milhões com vencimento em 2011.

- Pré-Pagamento de Exportação da Usiminas com o BAWAG PSK no valor de US$ 144,3 milhões com vencimento em 2012.

- Pré-Pagamento de Exportação da Usiminas com o Credit Suisse no valor de US$70 milhões com vencimento em 2014.

- Pré-Pagamento de Exportação da Usiminas com um clube de bancos no valor de US$150 milhões com vencimento em 2013.

- Pré-Pagamento de Exportação da Usiminas com um sindicato de bancos no valor de US$ 600 milhões com vencimento em 2013.

- Emissão de Eurobonds através da subsidiária Cosipa Commercial no valor de US$ 200 milhões com vencimento em 2016.

- Emissão de Eurobonds através da subsidiária Usiminas Commercial no valor de US$ 400 milhões, vencimento em 2018.

- Emissão de debêntures da Usiminas no valor de R$ 500 milhões com vencimento em 2013.

- Emissão de debêntures da Usiminas no valor de R$ 600 milhões com vencimento em 2020.

- Contrato de empréstimo da subsidiária Unigal com o JBIC e bancos comerciais japoneses no valor de US$ 140 milhões com vencimento em 2018.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31/12/2009, a Companhia possui linhas de financiamento disponíveis e não desembolsadas, conforme a seguir:

- Standby Facility da Usiminas com um sindicato de bancos no valor de US$300 milhões com vencimento em 2012.

- Revolving Facility da Usiminas com um sindicato de bancos no valor de US$700 milhões com vencimento em 2010.

- Contrato de empréstimo da Usiminas com o banco IDB no valor de US$200 milhões com vencimento em 2017.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em 31/12/2009, a Companhia possui apenas uma dívida subordinada, sendo ela a emissão de debêntures no valor de R$500 milhões com vencimento em 2013.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Nos contratos financeiros, as restrições impostas à Companhia são as seguintes:

- limitação de alienação de ativos permanentes em relação ao valor do ativo permanente consolidado.

- limitação de alienação de recebíveis provenientes de exportações em relação ao valor da receita líquida de exportação.

- limitação de alienação de recebíveis provenientes de vendas domésticas em relação ao valor da receita líquida de vendas no mercado interno.

- limitação da Dívida Total em relação ao EBITDA.

- limitação da Dívida Total em relação a Divida Total somada ao Patrimônio Líquido.

- limitação da Dívida Líquida em relação ao EBITDA.

- limitação das despesas de juros em relação ao EBITDA.

- restrições a alterações no controle acionário.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31/12/2009, a companhia ainda possuía o montante de R$760 milhões e US$1.662 milhões em linhas de créditos disponíveis com diversas instituições financeiras, e que podem ser utilizados quando necessário.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações significativas nas demonstrações financeiras foram comentadas no item 10.2. abaixo.

10.2. Os diretores devem comentar sobre:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Usiminas é gerada principalmente pela venda de produtos siderúrgicos, como chapas grossas, laminados a quente, laminados a frio, placas, galvanizados, entre outros. A Usiminas apresenta também em suas demonstrações financeiras consolidadas receitas provenientes de transformação do aço e bens de capital.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A receita bruta consolidada da Usiminas atingiu R$ 14,8 bilhões em 2009, redução de 30% no comparativo com 2008. Esse desempenho é decorrente da conjugação do menor volume de vendas no mercado interno e de menores preços praticados tanto no mercado interno

quanto no externo. A receita líquida no mercado interno foi 32,75% inferior à de 2008, e no mercado externo o desempenho também foi negativo, em 16,7%.

A crise financeira mundial refletiu no desaquecimento da demanda global, principalmente no primeiro semestre do ano, quando a Usiminas registrou queda de 41% no volume de vendas e paralisou três dos cinco altos-fornos. Com a retomada verificada na economia no segundo semestre, a Companhia decidiu por religar dois altos-fornos em julho, mas não foi suficiente para compensar o primeiro semestre, encerrando o ano com redução de 21,7% no volume comercializado em 2009.

A receita líquida totalizou R$ 10,9 bilhões no ano e também apresentou redução de 30% em relação a 2008, o que foi decorrente tanto do menor volume comercializado quanto da queda do preço médio. Os produtos laminados a frio e galvanizados imersão a quente ampliaram sua participação na receita. A receita líquida de laminados/beneficiados por tonelada, relativa às vendas das usinas de Ipatinga e de Cubatão em 2009, apresentou uma redução de 13,9% em relação a 2008, passando de R$ 1.991/tonelada para R$ 1.714/tonelada.

No mercado interno, os produtos que se destacaram na geração de receita em 2009 foram os laminados a quente e laminados a frio, as chapas grossas e os galvanizados por imersão a quente. No mercado externo, os segmentos que apresentaram crescimento da receita foram o de chapas grossas e o de laminados.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

O setor siderúrgico foi altamente impactado pela retração na economia mundial em 2009. Já no primeiro trimestre do ano, a queda nas vendas foi de 30%, e o setor operava com pouco mais da metade de sua capacidade máxima. No segundo semestre, já com alguns setores, como o de autopeças, dando sinais de recuperação, surgiram os primeiros sinais de melhora.

Ainda assim, a indústria siderúrgica fechou 2009 com queda de 21,9% no consumo de aço e 20,8% na produção, de acordo com estimativa do Instituto Aço Brasil. As importações subiram cerca de 3,3%, mas a arrecadação no mercado externo caiu cerca de 36%, em função da redução dos preços praticados internacionalmente.

O segmento de chapas grossas, em que a Usiminas é produtora exclusiva no Brasil, foi o mais afetado, o que transformou o segundo trimestre de 2009 no pior da história da Companhia. Para adequar a produção à demanda, foram desligados três dos cinco altos-fornos. Como consequência, a produção de aço, de 5,64 milhões de toneladas, teve queda de 30% em relação a 2008.

Distribuição de Vendas por Produto - Consolidado

Mil toneladas	4T09		4T08		3T09		Var. 4T09/ 4T08	2009		2008		Var. 2009/ 2008
VENDAS FÍSICAS TOTAIS	**1.703**	**100%**	**1.458**	**100%**	**1.694**	**100%**	**17%**	**5.621**	**100%**	**7.176**	**100%**	**-22%**
Chapas Grossas	331	19%	339	23%	277	16%	-2%	1.099	20%	1.774	25%	-38%
Laminados a Quente	519	30%	408	28%	488	29%	27%	1.674	30%	2.197	31%	-24%
Laminados a Frio	500	29%	357	25%	468	28%	40%	1.551	28%	1.729	24%	-10%
Eletrogalvanizados	65	4%	42	3%	63	4%	55%	203	4%	242	3%	-16%
Galvaniz. Imersão a Quente	102	6%	94	6%	125	7%	9%	419	7%	448	6%	-6%
Produtos Processados	42	2%	44	3%	38	2%	-5%	146	3%	219	3%	-33%
Placas	144	10%	174	12%	235	14%	-17%	529	8%	567	8%	-7%

As vendas chegaram a 5,62 milhões de toneladas, o que representa uma redução de 22% se comparadas com 2008, quando foram vendidas 7,2 milhões de toneladas.

Receita Liquida por Tonelada

R$ / ton	4T09	3T09	2T09	1T09	4T08	3T08	2T08	1T08	4T07
Chapas Grossas	1.712	1.570	1.860	2.475	2.993	2.486	2.112	1.892	1.887
Laminados a Quente	1.472	1.477	1.707	1.991	2.202	1.951	1.622	1.447	1.455
Laminados a Frio	1.671	1.539	1.862	2.058	2.391	2.151	1.836	1.676	1.720
Eletrogalvanizados	2.208	2.093	2.286	2.558	2.552	2.399	2.237	2.068	2.076
Galvanizados Imersão a quente	2.440	2.253	2.344	2.572	2.817	2.525	2.328	2.245	2.161
Produtos Processados	2.413	2.250	1.647	2.386	2.557	2.224	1.958	1.913	1.972
Placas	790	649	700	1.087	1.551	1.444	902	850	774
Total Geral	**1.623**	**1.493**	**1.781**	**2.146**	**2.416**	**2.138**	**1.910**	**1.649**	**1.666**

Mercado Interno

Mesmo com a recuperação do final do ano, houve uma redução de 32% nas vendas no mercado interno em relação a 2008. Os clientes nacionais absorveram 72% da produção de aço da Usiminas, mais de 4 milhões de toneladas.

Vendas da Usiminas por segmento - 2009

Setor Econômico	Quantidade (mil t)	%
Automotivo	1.418	35
Industrial	1.010	25
Grande Rede	1.615	40
Total do Mercado Interno	**4.043**	**100**

Mercado Externo

As exportações corresponderam a 28% das vendas físicas, quase 1,6 milhão de toneladas em 2009, aumento de 29% em relação ao ano anterior. Depois dos clientes da América Latina, os principais compradores da Usiminas foram os chineses, coreanos do sul e norte-americanos.

Exportações - Principais Mercados em 2009

País	Quantidade (mil ton)	Participação %
China	221	14%
Coreia do Sul	139	9%
Chile	139	9%
EUA	138	9%
Argentina	126	8%
Espanha	106	7%
México	102	6%
Colômbia	76	5%
Outros	532	33%
Total	**1.579**	**100%**

Sendo as exportações equivalentes a 9% da receita líquida da Controladora e a 17% da receita líquida do Consolidado, a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que pode comprometer os resultados esperados. Esse risco é gerenciado por meio da estratégia da Companhia de utilizar as suas exportações para cumprir o pagamento de suas obrigações no exterior (importações) utilizando-as como hedge natural.

Com o objetivo de minimizar o risco referente aos preços dos seus produtos, a Companhia também utiliza a contratação de proteções que garantem a taxa nas operações de compra e venda de moeda estrangeira (operações de Non Derivable Fowards - NDF). A contratação de operações de NDF busca a proteção econômica de exportações e importações nos fluxos da Companhia. No exterior, as operações de NDF são amparadas por contratos da ISDA.

Em termos consolidados, cerca de 17% da receita líquida do Conglomerado Usiminas resulta das vendas ao mercado externo. Dessa forma, a Companhia possui um hedge natural, de uma fonte estável em moeda forte, que representou cerca de US$918.049 mil no exercício de 2009.

No acumulado do exercício de 2009, a valorização do real frente ao dólar acumulou 25,5%, enquanto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2008 a desvalorização foi da ordem de 31,9%. O endividamento da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2009 era composto por 59% em moeda estrangeira, principalmente em Dólar, e basicamente por esta razão os resultados da Companhia foram afetados positivamente em R$ 804 milhões no período indicado.

c) Impactos da inflação, da variação de preços, dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O custo dos produtos vendidos (CPV) da Usiminas foi de R$ 8,8 bilhões em 2009, apresentando queda de 8,8% em relação ao ano anterior, principalmente, decorrente do menor volume vendido e da reclassificação dos custos com a ociosidade dos equipamentos, de R$ 570 milhões, para a linha de outras despesas operacionais.

As despesas operacionais totalizaram R$ 1,2 bilhão, valor 12,8% superior às de 2008. O desempenho reflete, principalmente, o reconhecimento do custo de ociosidade, compensado parcialmente pela reversão de contingências judiciais, superávit atuarial (atualização dos cálculos atuariais) e outros.

As despesas com vendas totalizaram R$ 284,1 milhões em 2009. Esse desempenho reflete, principalmente, gastos com pessoal e encargos sociais e com serviços de terceiros.

As despesas gerais e administrativas evoluíram de 2,3% da receita líquida para 4,2% em 2009, totalizando R$ 456,3 milhões, em função de maiores gastos com consultorias.

Outras receitas e despesas operacionais apresentaram uma despesa de R$ 421,2 milhões, 1% acima de 2008.

O resultado financeiro líquido de 2009 foi de uma receita de R$ 803,5 milhões, ante a despesa de R$ 1,2 bilhão em 2008. Esse desempenho decorre basicamente das receitas cambiais de R$ 970 milhões em 2009, ante a despesa cambial de R$ 925 milhões em 2008, reflexo, por sua vez, da valorização do real em relação ao dólar de 25,5% em 2009 e da desvalorização do real em relação ao dólar de 31,9% em 2008.

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira, principalmente em dólar norte-americano. Dessa forma, nossos resultados podem ser significativamente afetados pela variação das taxas de câmbio US$/R$.

Os contratos de swap da Companhia no Brasil são registrados na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP. No exterior, são amparados por contratos da International Swaps and Derivatives Association, Inc. – ISDA.

Como medida preventiva e de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração tem adotado como política ter alguns ativos no exterior vinculados à correção cambial, conforme demonstrado a seguir:

Em reais mil

	Controladora		**Consolidado**	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Ativos em moeda estrangeira				
Caixa e equivalentes de caixa		13.941		32.791
Contas a receber – clientes mercado externo e empresas ligadas	352.503	139.599	305.806	386.898

Títulos e valores mobiliários	252.936	280.521	395.654	473.050
Depósitos em garantia			87.823	190.186
Adiantamentos a fornecedores	2.221		2.225	2.787
Instrumentos financeiros (i)	126.911	21.400	(92.591)	(223.362)
Investimentos (ii)	1.729.819		1.259.140	1.837.636
	2.464.390	455.461	1.958.057	2.699.986
Passivos em moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos	(3.720.974)	(3.136.109)	(3.511.445)	(4.608.309)
Fornecedores	(10.105)	(4.466)	(38.995)	(85.805)
Adiantamento de clientes	(29.750)		(33.044)	(2.964)
Contas a pagar			(94.369)	
	(3.760.829)	(3.140.575)	(3.677.853)	(4.697.078)
Exposição líquida	(1.296.439)	(2.685.114)	(1.719.796)	(1.997.092)

(i) Resultado líquido das operações de *swap.*
(ii) Refere-se a investimento na Ternium.

Em conjunto com a posição líquida de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2009, anteriormente demonstrada, deve-se considerar o saldo líquido, previsto para o ano de 2010, entre as contas de exportação e importação da Controladora e suas controladas. Em termos consolidados, cerca de 17% da receita líquida do Conglomerado Usiminas resulta das vendas ao mercado externo. Dessa forma, a Companhia possui um hedge natural, de uma fonte estável em moeda forte, que representou cerca de US$918.049 mil (não revisado) no exercício de 2009.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos no passivo circulante e no passivo não circulante podem ser demonstradas conforme abaixo:

Em reais mil

	Controladora				**Consolidado**			
	2009	**%**	**2008**	**%**	**2009**	**%**	**2008**	**%**
Empréstimos e financiamentos								
Pré-fixada	1.312.425	23	1.137.624	25	1.130.632	21	1.944.104	29
TJLP	513.151	9	117.930	3	601.696	11	762.908	11
libor	2.323.376	41	1.988.292	43	2.297.605	41	2.552.526	38
CDI	259.562	5	232.286	5	301.359	5	272.688	4
Outras	87.844	2	13.159		87.844	2	30.185	0
	4.496.358	80	3.489.291	76	4.419.136	80	5.562.411	83
Debêntures								
CDI	1.118.669	20	1.128.851	24	1.118.669	20	1.128.851	17
	5.615.027	100	4.618.142	100	5.537.805	100	6.691.262	100

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para o gerenciamento de riscos referentes às oscilações das taxas de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, como a fixação da taxa da libor em alguns casos. O objetivo é proteger os riscos referentes às oscilações das taxas de juros nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para o gerenciamento de riscos referentes às oscilações das taxas de empréstimos e financiamentos em moeda local. No exterior, os contratos de empréstimos e financiamentos são amparados por contratos da ISDA.

Em 2009, os juros sobre empréstimos e financiamentos da Companhia, impactaram seus resultados negativamente no montante de R$ 288 milhões, e em 2008 este montante foi de R$

265 milhões. A variação dos juros no ano de 2009 em relação ao ano anterior, foi principalmente em função dos efeitos cambiais. As taxas de juros contratadas não tiveram variação significativa no período.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas demonstrações financeiras do emissor e seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2009, para dar maior visibilidade aos seus negócios e modernizar seus processos, as áreas de atuação da Companhia foram agrupadas em quatro unidades: mineração e logística, siderurgia, transformação do aço e bens de capital. Esta reorganização estrutural por que passa a Usiminas busca modernizar processos e prepará-la para o futuro, garantir a liderança na produção de aço, investir em novos negócios e verticalizar os processos industriais, para oferecer soluções e produtos de maior valor agregado. A Companhia entende que esta reorganização não traz impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

i. Soluções Usiminas

Em 2009, a Usiminas consolidou as empresas de distribuição e centros de serviços, controladas pela Usiminas, quais sejam: Rio Negro Usiminas (nova denominação de Dufer S.A., após a incorporação da Rio Negro Comércio e Indústria de Aço S.A.), Zamprogna, Fasal, Usial e a unidade industrial "Usicort", as quais compõem a unidade de negócios denominada "Soluções Usiminas".

A Usiminas tem participação de 68,9% na Soluções Usiminas, e os demais acionistas são Metal One Corporation, com participação de 20% e família Sleumer, com participação de 11,1%.

A estruturação da Soluções Usiminas foi concluída em 31 de dezembro de 2009, consolidando-a como um relevante competidor nos mercados de Distribuição, Serviços e Tubos do País, contando com 14 unidades industriais estrategicamente distribuídas nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Pernambuco.

Através da Soluções Usiminas, a Usiminas complementará a sua presença nos diversos setores consumidores de aço com a ampliação do portfólio de produtos e serviços e permitirá um melhor entendimento das necessidades dos clientes, além da captura de ganhos de eficiência.

A Soluções Usiminas atenderá os segmentos automobilístico, de autopeças, construção civil, distribuição, eletroeletrônico, máquinas e equipamentos, utilidades domésticas, entre outros.

ii. Contrato de Associação com as sociedades Codepar S.A. e Isa Participações S.A.

Alinhado ao seu plano estratégico de agregar valor aos seus produtos e aos seus eixos de negócios, a Usiminas celebrou, em 24 de fevereiro de 2010, um Contrato de Associação com as sociedades Codepar S.A. e Isa Participações S.A., estabelecendo as bases para a subscrição, pela Usiminas, de ações de emissão das companhias Codeme Engenharia S.A. e Metform S.A. ("Companhias"), conferindo à Usiminas a participação equivalente a 30,7692% do capital de cada uma das Companhias. Fato Relevante acerca desse novo investimento foi divulgado pela Companhia e amplia a participação da Usiminas de forma significativa no mercado de construção civil.

As operações mencionadas nos itens "i" e "ii" acima não trouxeram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) Eventos ou operações não usuais

Não há.

10.4 Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações financeiras da Companhia de alguma forma. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(i) Pronunciamentos

CPC 15 - Combinação de negócios;

CPC 16 - Estoques;

CPC 17 - Contratos de construção;

CPC 18 - Investimentos em coligadas;

CPC 19 - Participação em empreendimento controlado em conjunto;

CPC 20 - Custos de empréstimos;

CPC 21 - Demonstração intermediária;

CPC 22 - Informação por segmento;

CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros;

CPC 24 - Eventos subseqüentes;

CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes;

CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis;

CPC 27 - Ativo imobilizado;

CPC 28 - Propriedade para investimento;

CPC 30 - Receitas;

CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada;

CPC 32 - Tributos sobre o lucro;

CPC 33 - Benefícios a empregados;

CPC 34 - Exploração e avaliação de recursos minerais;

CPC 35 - Demonstrações separadas;

CPC 36 - Demonstrações consolidadas;

CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade;

CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração;

CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação;

CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação;

CPC 43 - Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40.

(ii) Interpretações

ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil;

ICPC 06 - *Hedges* de investimentos líquidos em uma operação no exterior;

ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos;

ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial;

ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28;

ICPC 11 - Recebimento em transferência de ativos de clientes;

ICPC 12 - Mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares.

A seguir, a Companhia faz referência às normas identificadas como aquelas que poderão (ou deverão) impactar suas demonstrações financeiras de forma mais relevante:

CPC 22 - Informação por segmento

Em 31 de julho de 2009, a CVM aprovou o Pronunciamento Técnico – 22, por meio da Deliberação nº 582/09, que trata de informações por segmento, orientando que a entidade deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócio nos quais está envolvida e os ambientes econômicos em que opera. A companhia irá divulgar informações por segmento de negócios, a partir do exercício de 2010.

CPC 27 - Ativo imobilizado

Em 31 de julho de 2009, a CVM aprovou o Pronunciamento Técnico – 27, por meio da Deliberação nº 583, que trata de ativo imobilizado, em que definiu que o valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A obrigação da revisão periódica determinada pelo Pronunciamento Técnico CPC 13, item 54, a ser efetuada durante o exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2009, cuja aplicação em 2009 foi tratada de forma excepcional deverá ser efetuada na abertura do exercício social, iniciado a partir de 1º de janeiro de 2010, conforme consta na Interpretação Técnica ICPC 10 do CPC - Aplicação inicial ao ativo imobilizado emitida em 22 de dezembro de 2009.

A Companhia contratou uma firma especializada para elaboração de um laudo de avaliação da vida útil de seus ativos imobilizados. Este trabalho encontra-se em sua fase final, não sendo possível presentemente avaliar seus impactos.

CPC 33 - Benefícios a empregados

Em 7 de outubro de 2009, a CVM aprovou o Pronunciamento Técnico – 33, por meio da Deliberação nº 600, que trata de benefícios a empregados, revogando a Deliberação CVM nº 371/00, de 13 de dezembro de 2000. O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Esta norma tem correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 19, que serão utilizadas nas demonstrações contábeis com base nas normas internacionais. O cálculo atuarial pelo IAS 19 difere do atualmente divulgado em conformidade com a Deliberação CVM nº 371/00, principalmente no que diz respeito à alocação do ganho/perdas não reconhecidos. A Companhia está avaliando os eventuais impactos pela adoção deste pronunciamento.

ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos

Em 7 de outubro de 2009, a CVM aprovou a Interpretação Técnica – 08 por meio da Deliberação nº 601, que trata sobre a contabilização da proposta de pagamento de dividendos, alterando a forma como esta proposta era contabilizada pelas normas contábeis brasileiras, sendo assim, orienta que, visando a atender à conceituação de obrigação presente que consta do item 8 desta Interpretação, a parcela do dividendo mínimo obrigatório, que se caracterize efetivamente como uma obrigação legal, deve figurar no passivo da entidade. Mas, a parcela da proposta dos órgãos da Administração à assembleia

de sócios que exceder a esse mínimo obrigatório deve ser mantida no patrimônio líquido, em conta específica, do tipo "dividendo adicional proposto", até a deliberação definitiva que vier a ser tomada pelos sócios. Afinal, esse dividendo adicional ao mínimo obrigatório não se caracteriza como obrigação presente na data do balanço, já que a assembleia dos sócios ou outro órgão competente poderá, não havendo qualquer restrição estatutária ou contratual, deliberar ou não pelo seu pagamento ou por pagamento por valor diferente do proposto.

(iii) Correções efetuadas no texto de CPCs emitidos

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu o documento "Revisão nº 01 de Pronunciamentos Técnicos e Orientação Técnica", referente aos Pronunciamentos CPC 02, CPC 03, CPC 16, CPC 26 e CPC 36 e à Orientação Técnica OCPC 01, com o objetivo de corrigir e aprimorar a redação de alguns pronunciamentos já editados para, no programa de convergência com as normas internacionais, melhor alinhá-los a essas normas.

Esse documento foi aprovado pela Deliberação CVM nº 624, de 28 de janeiro de 2010, para entrar em vigor na data da sua publicação, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2009.

Dessa forma, em decorrência da revisão do Pronunciamento Técnico CPC 02, que trata dos efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis, as controladas no exterior da Usiminas, que não se caracterizam como entidades independentes, passarão a ter seus ativos, passivos e resultados integrados somente às demonstrações financeiras consolidadas da matriz no Brasil. As demonstrações financeiras de 2009, apresentadas sob o título de CONTROLADORA, correspondem somente aos saldos contábeis da Usiminas.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n°. 11.638, alterada pela Medida Provisória - MP n°. 449, de 4 de dezembro de 2008, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essa Lei e MP tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "*International Accounting Standard Board - IASB*".

As mudanças na Lei das Sociedades por Ações trouxeram os seguintes principais impactos nas demonstrações financeiras da Companhia a partir de 2008:

(1) Aplicações em títulos e valores mobiliários: os títulos para negociação e os títulos disponíveis para venda passaram a ser avaliados ao valor justo em contrapartida ao resultado do exercício e ao patrimônio líquido, respectivamente.

(2) Instrumentos financeiros derivativos - a Companhia passou a registrar os instrumentos financeiros derivativos ao valor justo.

(3) Ajuste a valor presente – determinadas contas a receber de clientes e outras contas a pagar de controladas foram ajustadas a valor presente.

(4) Arrendamento financeiro – certos bens arrendados foram registrados no imobilizado e o correspondente saldo devedor na rubrica "Empréstimos e financiamentos".

(5) Reavaliação – a Companhia optou por adotar a prática de estornar o saldo em aberto de reavaliação constituída pela controlada Usiminas Mecânica.

(6) Investimentos no exterior – considerando que a moeda funcional da investida Ternium é o dólar norte-americano (US$), portanto, diferente da moeda funcional da Companhia – Reais, o efeito decorrente da variação cambial sobre o saldo inicial do referido investimento e sobre o resultado do exercício passou a ser registrado no patrimônio líquido na conta "Ajustes acumulados de conversão".

(7) Avaliação de investimentos – o investimento no Minas Industrial – Fundo de Investimento Imobiliário ("Minas Industrial"), cuja participação da Companhia é de 33,73%, anteriormente avaliado pelo método de custo, passou a ser avaliado por equivalência patrimonial.

(8) As controladas da Companhia no exterior que não possuem autonomia ou corpo gerencial próprio foram consideradas como extensão da atividade no Brasil e seus ativos, passivos, receitas e despesas, em 31 de dezembro de 2008, foram reconhecidos diretamente na Usiminas, na moeda funcional da Usiminas (Reais).

(9) A partir de janeiro de 2008 os encargos financeiros incorridos na captação de recursos junto a terceiros devem ser apropriados ao resultado pelo prazo do contrato.

Conforme permitido pelo pronunciamento CPC 13 - Adoção inicial da Lei 11.638/07 e da MP 449/08, a administração da Companhia optou por seguir estritamente o parágrafo 1°. do artigo 186 da Lei n°. 6.404/76. Nesse sentido, a data de transição é a abertura de 1°. de janeiro de 2008 (31 de dezembro de 2007).

Não houve mudanças adicionais nas práticas contábeis da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2007.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As mudanças de práticas contábeis acima descritas afetaram o patrimônio líquido na data de transição, o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 e o resultado do exercício de 2008 (líquido dos efeitos fiscais), nos montantes indicados a seguir:

Em reais mil	**Patrimônio Líquido**		**Resultado do Exercício**
	31/12/2008	**31/12/2007**	**31/12/2008**
Saldo original	15.143.193	12.531.748	3.748.493
Instrumentos financeiros (b)	(8.463)	11.237	(19.700)
Ajuste a valor presente (c)	378	971	(593)
Arrendamento mercantil – *Leasing* (d)	(974)	(855)	(119)
Reserva de reavaliação (e)	(23.426)	(24.129)	703
Variação cambial – empresas no exterior (f)			(480.003)
Saldo pela Lei 11.638/07	15.110.708	12.518.972	3.248.781

Para efeito de comparabilidade, as demonstrações financeiras de 2008, que atendiam à Deliberação CVM nº 534/08, na qual as empresas Usiminas Commercial Ltd., Usiminas Europa S.A. e Usiminas International Ltd., tiveram seus saldos contábeis reconhecidos diretamente na Usiminas, foram reclassificadas nos montantes indicados a seguir. Não ocorreram impactos na apuração do resultado do exercício e no patrimônio líquido anteriormente divulgado.

			Em reais mil
	Saldo Originalmente Apresentado	**Reclassificação**	**Saldo Reclassificado**
Ativo			
Circulante	7.268.651	(215.558)	7.053.093
Não circulante	15.684.302	410.590	16.094.892
Total do ativo	22.952.953	195.032	23.147.985
Passivo			
Circulante	2.205.640	(9.191)	2.196.449
Não circulante	5.636.605	204.223	5.840.828
Patrimônio líquido	15.110.708		15.110.708
	22.952.953	195.032	23.147.985

Adicionalmente, foi esclarecido pela Orientação OCPC 02 que, nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por diferença entre valor justo e valor contábil, apurado na aquisição de

investimentos em controladas e coligadas, deve ser classificado no subgrupo de Investimentos. Dessa forma, o ágio foi reclassificado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008, conforme também indicado a seguir:

	Em reais mil 2008
Saldo do investimento originalmente apresentado	8.469.015
Reclassificações	
Caixa e equivalentes de caixa	1.044
Títulos e valores mobiliários	192.529
Impostos a recuperar	139
Demais ativos	21.846
Valores a receber de empresas ligadas	(1.597)
Ágio classificado no intangível	441.587
Empréstimos e financiamentos	292.789
Instrumentos financeiros	(97.583)
Demais contas a pagar	(174)
	9.319.595

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não há.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As provisões para contingências, relacionadas a processos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

A Companhia e algumas de suas controladas participam de planos de pensão, administrados por entidades fechadas de previdência privada, que provêm a seus empregados pensões e outros benefícios pós-emprego. A Companhia e algumas de suas controladas registram como passivo atuarial, no passivo circulante e não circulante, o valor da dívida contratada junto a essas entidades para cobertura da insuficiência de reservas, sempre que este for superior ao valor calculado por atuários independentes.

O passivo apurado pelos atuários independentes, relacionado aos planos de pensão de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento aproximam-se dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos empregados relacionados.

Para o plano de contribuição definida (Cosiprev), a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Exceto pela parcela relacionada a benefício definido, representada pelos pecúlios de invalidez e morte, para os quais é efetuado cálculo atuarial por atuário independente, após efetuadas as contribuições, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Para o plano de contribuição variável (Usiprev), a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. A Companhia possui obrigações atuariais relacionadas aos benefícios previstos no regulamento, que na fase de pagamento possuem natureza de benefício definido para as quais é efetuado cálculo atuarial por atuário independente. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia, no exterior, que não possuem autonomia ou corpo gerencial próprio são consideradas como extensão da atividade no Brasil e são reconhecidas na Controladora pelo método de equivalência patrimonial. A moeda funcional dessas empresas é a mesma da Usiminas (reais). Os itens monetários são convertidos usando-se a taxa cambial da data do balanço. Os itens não-monetários são mensurados ao custo histórico usando-se a taxa cambial da data da transação. As receitas e despesas são convertidas por taxa média de determinado período quando não ocorre flutuação significativa nas taxas de câmbio.

Os gastos com a recuperação ambiental são registrados como parte dos custos dos respectivos ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos e levam em conta as estimativas da Administração da Companhia de futuros gastos trazidos a valor presente.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o teste de recuperação é feito independentemente de haver evidência de perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, quando essa se fizer necessária ou for requerida, os ativos devem ser agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subseqüentemente, remensurados ao seu valor justo, sendo essas variações lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

Os diretores entendem que a Companhia possui controles internos adotados em suas diversas áreas que historicamente tem se demonstrado suficientes para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, com a atuação de comitês (melhor descritos no item 12 deste Formulário de Referência) que atuam em conjunto com os demais órgãos da Companhia

na identificação e verificação de eventuais deficiências nos controles internos. Quando identificadas eventuais imperfeições em referidos controles, são imediatamente estabelecidos planos, em base mensal, para sanar referida irregularidade.

Não obstante, conforme descrito no item 5.2."f" deste Formulário de Referência, em 2010, a Companhia dará início ao projeto de Avaliação dos Controles relacionados as regras da Sarbannes-Oxley (Projeto SOX), o que contribuirá consideravelmente no aprimoramento dos controles internos da Companhia.

Os auditores externos da Usiminas, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007, não identificaram recomendações ou deficiências em relação aos controles internos da Companhia, que pudessem ser consideradas significativas e ou com impactos sobre as demonstrações financeiras.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Em 1º de fevereiro de 2008, a Companhia efetuou a distribuição pública de 5.000 (cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, sendo essa a Quarta Emissão Pública de Debêntures e a primeira no âmbito de seu Segundo Programa de Distribuição de Debêntures. Estas debêntures, no valor total de R$500.000 mil, têm vencimento final em 1 de fevereiro de 2013, sendo que 50% do valor do principal vence em 1 de fevereiro de 2012, e são remuneradas por 100% do CDI e sobretaxa de 0,42% ao ano, remuneração esta que será paga semestralmente a partir da data de sua emissão.

Os recursos obtidos com a emissão das debêntures emitidas em 1º de fevereiro de 2008 no valor de R$500.000 mil, foram utilizados para fins corporativos gerais. Tais recursos foram utilizados nos projetos de investimento da Companhia bem como para reforçar sua posição de caixa.

Em 29 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou sua Quinta Emissão Pública de Debêntures, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, lote único e indivisível. A emissão, constituída de 1 (uma) debênture, no valor de R$600.000 mil, será amortizada em três parcelas anuais iguais, sendo o seu vencimento final em 29 de dezembro de 2020. A debênture renderá juros remuneratórios pós-fixados, pagos semestralmente a partir da data de sua emissão, correspondentes à taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (100% do CDI), acrescida de um spread equivalente a 0,50% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2009, os encargos sobre as debêntures no montante de R$18.669 mil, estão registrados no passivo circulante (31 de dezembro de 2008 – R$28.851 mil).

Os recursos obtidos com a emissão das debêntures emitidas em 29 de dezembro de 2008 no valor de R$600.000 mil foram destinados a investimentos em infra-estrutura de acordo com o regulamento do Fundo FI-FGTS, administrado pela Caixa Econômica Federal – na qualidade de debenturista.

Em 11 de janeiro de 2008, a Usiminas Commercial - subsidiária integral da Companhia - efetuou a emissão de Eurobonds no valor de US$400.000 mil com vencimento em 18 de janeiro de 2018. A amortização é feita em uma única parcela e os juros são pagos semestralmente a uma taxa de 7,25% ao ano. A operação conta com a garantia de pagamento da Companhia.

Os recursos obtidos com os Eurobonds acima foram utilizados para fins corporativos gerais. Tais recursos foram utilizados nos projetos de investimento da Companhia bem como para reforçar sua posição de caixa.

Em 2007 e 2009 a Companhia não efetuou oferta pública de valores mobiliários.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicações divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvio de aplicação dos recursos.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve desvio de aplicação dos recursos.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais

A companhia possui um contrato de arrendamento operacional com a Vale S.A. ("Vale") no valor de R$ 6 milhões, referente à utilização de duas locomotivas na Usina de Ipatinga. O prazo deste contrato é de 36 meses, encerrando-se em 30/06/2012.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços

A Companhia possui os seguintes contratos operacionais relevantes para compras futuras:

Contratos de Fornecimento de Minério de Ferro

O principal fornecedor de minério de ferro para a Usiminas Ipatinga é a Vale, que fornece aproximadamente 60% do total de minério de ferro utilizado pela usina. O restante do abastecimento é feito com minério próprio. A Vale mantém com a Usiminas contratos de venda de minério de ferro e de logística de transporte do minério Usiminas pela FCA – Ferrovia Centro Atlântico.

Em Cubatão, 75% do abastecimento são feito com minério próprio, 5% da Vale, 10% Samarco e 10% CSN.

Os contratos de fornecimento citados acima encontram-se concluídos ou fase final de negociação.

Contratos de Fornecimento de Carvão

O carvão mineral utilizado nas atividades de siderurgia provém apenas do exterior, devido inexistência de carvão com as especificações necessárias para a aplicação no processo de fabricação do coque metalúrgico no Brasil.

A Usiminas celebrou aproximadamente 17 contratos de compra de carvão importado, correspondentes a aproximadamente 4,7 milhões de toneladas, equivalentes a 100% do volume de carvão previsto para o atendimento das atividades das duas usinas siderúrgicas (em Ipatinga e Cubatão) até junho de 2010. Além disto, foi realizada a compra de coque verde de petróleo no mercado nacional e internacional em substituição ao carvão.

Os contratos negociados apresentaram preços pré-definidos para seu período de vigência, sendo que as datas de vencimento de 25% do volume negociado estão concentradas no mês de março de 2009 e de 75% do volume restante negociados no mês de junho de 2009. Os contratos apresentam características similares entre si, diferindo basicamente quanto à quantidade, preço e especificações do carvão a que se referem. Os cronogramas de entrega são definidos pela Usiminas trimestralmente e informados aos seus fornecedores.

Dentre os principais fornecedores de carvão no ano de 2009, destacam-se a Jim Walter Resources, a BHP Billiton Mitsubishi Alliance, Patriot Coal, Teck e Jellinbah, responsáveis por cerca de 60% do fornecimento de carvão para a Usiminas no referido período.

Em 2009, houve diversificação de fontes alternativas de abastecimento, tais como Colômbia e Venezuela.

Como fator relevante destaca-se a realização inédita de uma negociação eletrônica (Leilão) para aquisição de carvão americano em Março/2010.

Os contratos em vigência somam o montante de US$788 milhões e compreendem o período de 01/04/2008 a 30/09/2010.

Contratos de Fornecimento de Coque

Exceto pelo coque produzido nas próprias usinas siderúrgicas, o coque utilizado nas atividades de siderurgia provém principalmente do exterior. Entretanto, é grande a oferta de coque no mercado internacional, sendo a China a maior exportadora de coque no mundo, com 70% do mercado.

Devido à crise financeira, com consequente queda significativa de sua produção de aço, a Usiminas não apresentou déficit na relação produção/consumo de coque em 2009 para aquisição no mercado.

Os contratos em vigência somam o montante de US$588 milhões e compreendem o período de 01/04/2008 a 31/10/2010.

Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica

No ano de 2002, o Conglomerado Usiminas iniciou estudos para a migração de seu contrato de fornecimento de energia elétrica do sistema cativo para o sistema de mercado livre.

Mercado Cativo: Adquire energia da concessionária local; A energia é faturada através de tarifas de demanda e consumo; As tarifas são reguladas pela ANEEL, com reajustes anuais em datas diferenciadas para cada distribuidora; *Gestão do Contrato:* Passiva – não permite compras de outros consumidores.

Mercado Livre: Adquire energia livremente no mercado do fornecedor de sua escolha; São firmados contratos bilaterais, em que se negocia preço, volumes forma de reajuste, forma de pagamento, etc.; O consumidor deve firmar um contrato de uso do sistema, CUSD (Contrato de uso do sistema de distribuição) se estiver ligado à rede de distribuição da concessionária local ou o CUST (Contrato de uso do sistema de transmissão) se estiver ligado à rede básica. As tarifas para cada tipo de contrato são reguladas pela ANEEL com reajustes anuais em datas diferenciadas para cada distribuidora; A Distribuidora local deve oferecer o mesmo nível de qualidade de serviços para seus Consumidores Livres e Cativos; Gestão do Contrato: Ativa - permite compras de energia de vários fornecedores para curto, médio e longo-prazo.

Em outubro de 2003, o Conglomerado Usiminas assinou contrato com a CEMIG para o fornecimento de energia elétrica para suas unidades em Ipatinga e Cubatão, (01 de Janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2009) no total de 353 MW médios. O índice de reajuste deste contrato será o IGP-M acumulado a cada 12 meses.

Em junho de 2007, o Conglomerado Usiminas prorrogou seu contrato de fornecimento e energia elétrica por mais 5 anos (01 de Janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2014) no total de 308,5 MW médios.

No final de 2009, a Usiminas iniciou a negociação desse contrato para revisar as condições contratuais e prorrogar o prazo contratual para 10 anos (01 de Janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2019). Esse novo contrato esta em fase final de negociação com um montante de aproximadamente 302,00 MW médios para os anos iniciais.

Os contratos em vigência somam o montante de R$795 milhões e compreendem o período de 01/01/2005 a 31/12/2019.

Contrato de Fornecimento de Gás com a COMGÁS

A Cosipa, hoje conhecida como usina de Cubatão, e a COMGÁS celebraram em 13 de maio de 2002, contrato para o fornecimento de gás canalizado industrial para o período de 21 de abril de 2002 a 20 de novembro de 2007. Este contrato já se encontra renovado para o

período de 21 de novembro de 2007 a 20 de novembro de 2012. Após este prazo, caso Cubatão tenha uma oferta para utilização de outra fonte alternativa de energia em condições econômicas melhores que as do contrato com a COMGÁS, é assegurado a Cubatão utilizar dessa fonte alternativa de energia, tendo em vista que a COMGÁS tem exclusividade para comercialização de gás até maio de 2011. Com a mudança da legislação, após esse prazo será possível adquirir gás de outros fornecedores.

O contrato prevê o fornecimento a Cubatão compreende a totalidade de 176.656.000 m³/ano ou 14.388.000m³/mês de gás à tarifa teto estabelecida em portaria emitida pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP vigente à época.

Com o projeto de extensão do gasoduto para a região do Vale do Aço, será possível o início de fornecimento de gás natural para a usina de Ipatinga. No final de 2009, a Usiminas iniciou a negociação do contrato de fornecimento de gás natural com a Gasmig. Esse contrato está em fase final de negociação e deverá ser assinado no primeiro semestre de 2010.

O contrato prevê inicialmente um volume de 900.000 m³/mês para substituição do uso do gás LP na usina com inicio de fornecimento previsto para Julho/2010.

Os contratos em vigência somam o montante de R$435 milhões e compreendem o período de 18/04/2002 a 18/11/2012.

iv. Contratos de construção não terminada

Não há.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, despesas, resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

As despesas do contrato de arrendamento operacional citado acima é apropriado aos resultados da Companhia mensalmente pelo prazo do contrato.

Os custos dos contratos de fornecimentos são imputados ao resultado à medida que são consumidos no processo de produção.

b) Natureza e o propósito da operação

O propósito da Companhia em manter estes contratos é de garantir os fornecimentos necessários para o processo de produção.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas, e dos direitos gerados a favor do emissor em decorrência da operação.

Conforme comentado no item 10.8.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O volume total de investimentos da Usiminas e das controladas e coligadas no ano de 2009 foi de R$2.075.395 mil sendo:

- Usinas de Ipatinga, Projeto Santana do Paraíso e Cubatão: R$1.707.325 mil

- Controladas e Coligadas: R$368.070 mil

Os investimentos nas Usinas estão concentrados em aumento da produção de laminados, melhoria da qualidade, redução de custos, manutenção, atualização tecnológica de equipamentos e proteção ambiental.

Os projetos de investimentos seguem seu curso normal de detalhamento técnico, tomada de preços, assinatura de contratos e execução das obras, conforme cronograma estabelecido.

Os principais investimentos concluídos em 2009 foram:

- Reforma do Alto Forno nº 2 da Usina de Ipatinga;

- Nova Central Termelétrica da Usina de Ipatinga, que proporcionará a geração de 60 MW de energia elétrica utilizando a sobra de gases combustíveis e substituir o sistema de geração de vapor de processo por extração de processo de vapor na turbina.

O Plano de Investimentos do Conglomerado Usiminas de 2010 a 2014 está orçado em R$8.770.038 mil e os principais investimentos nas unidades industriais estão detalhados abaixo:

Ipatinga:

Nova Coqueria (nº 3): produção de 750.000 toneladas por ano de coque a partir do 1º trimestre de 2010, visando proporcionar a auto-suficiência na produção de coque. Projeto contratado com a Minmetals/Acre (China). Fabricação dos equipamentos concluída. Em fase de testes. Início de operação programado para 12 de abril de 2010 (Bateria nº 5) e 16 de junho de 2010 (Bateria nº 6).

Expansão da Laminação de Chapas Grossas: atingir a produção de 1.350.000 toneladas por ano processando 1.500.000 toneladas placa/ano. Licitação pra fornecimento dos equipamentos concluída. Contrato com a Mitsubishi em assinatura. Entrada em operação prevista para o 4º trimestre de 2012.

Melhoria da Qualidade de Chapas Grossas:

A entrada em operação do Resfriamento Acelerado (CLC) de Chapas Grossas está programada para 29 de agosto de 2010, visando melhoria de qualidade. Os equipamentos estão em fase final de fabricação pela Nippon Steel. As obras civis e a montagem já estão em andamento. A 2ª parada da linha de chapas grossas para as obras do CLC está programada de 06 de abril de 2010 a 02 de maio de 2010 (27 dias) e a 3ª parada está programada de 04 de agosto de 2010 a 29 de agosto de 2010 (26 dias)

Unidade de Desgaseificação à Vácuo Tipo RH na Aciaria nº 2:

Aumento de produção de 800.000 toneladas por ano de placas de maior valor agregado. Em fase de projeto básico pela NSE e Usiminas Mecânica. Início de operação previsto para o 2º trimestre de 2011.

Forno Panela na Aciaria nº 2:

Aumento de produção de 800.000 toneladas por ano de placas de maior valor agregado. Em fase de recebimento das propostas técnica e comercial pela Usiminas Mecânica. Início de operação previsto para o 1º trimestre de 2012.

Reconstrução da Coqueria nº 2:

A Coqueria nº 2, operando desde 1974 (bateria 3) e 1978 (bateria 4), apresenta necessidade de uma reforma de âmbito geral, uma vez que vem sofrendo, ao longo do tempo, progressiva degradação de sua estrutura metálica e refratária. Em vista desta situação, a equipe da Usiminas realizou uma avaliação destas condições e, pelos resultados desta inspeção que constatou a aceleração da degradação das baterias, optou-se por realizar a reforma a frio das mesmas. Após a entrada em operação da Bateria nº 6 da Coqueria nº 3 em 31 de julho de 2010, a Bateria nº 3 da Coqueria nº 2 irá parar em 15 de agosto de 2010 durante 18 meses para reforma, voltando a operar em janeiro de 2012 e a Bateria nº 4 da Coqueria nº 2 irá parar durante 18 meses para reforma, de fevereiro de 2012 a julho de 2013 .

UNIGAL:

Nova Linha de HDG: produção de 550.000 tonenladas por ano de galvanizados a quente a partir do 1º trimestre de 2011. Equipamentos contratados junto a Nippon Steel e em fase de fabricação. Obras civis das bases do equipamento em andamento. Fabricação das estruturas e montagem do edifício em andamento pela Usiminas Mecânica. Montagem dos equipamentos iniciado em março de 2010.

Nova Usina de Placas – Santana do Paraíso

Devido à retração na demanda do consumo de aço a partir do último trimestre de 2008, os atuais movimentos do mercado e a nova realidade internacional, a Usiminas cancelou as negociações técnicas e comerciais relativas ao fornecimento dos equipamentos da Usina de Santana do Paraíso. A Usiminas está estudando alternativas para a implantação da nova planta.

Cubatão:

Linha de Tiras a Quente nº 2: produção de 2,3 milhões de toneladas por ano de laminados a quente a partir do 2º trimestre de 2011 na 1ª fase, 3,8 milhões de toneladas por ano na 2ª fase e 4,8 milhões de toneladas por ano na 3ª fase.

Laminador: equipamentos contratados junto com a Mitsubish e em fase de fabricação.

Forno de Reaquecimento: equipamentos contratados junto a Tenova e em fase de fabricação.

Laminador de Encruamento: equipamentos contratados junto a Danieli e em fase de fabricação.

Obras civis das bases do edifício e dos equipamentos em andamento.

Fabricação das estruturas e montagem do edifício em andamento pela Usiminas Mecânica. Montagem dos equipamentos iniciado em março de 2010.

Linha de Decapagem nº 3: Instalação de uma Linha de Decapagem de 1.400.000 toneladas por ano, com possibilidade de expandir a produção até 1.700.000 toneladas por ano a partir do 3º trimestre de 2011. Equipamentos contratados junto a Andritz e em fase de projeto e fabricação. Início das obras civis previsto para o 2º trimestre de 2010.

Soluções Usiminas:

Ampliação da Planta de Taubaté (4ª Fase): press blank line em fabricação pela Sumikura com embarque previsto para outubro de 2010. Início das obras civis do edifício programado para junho de 2010. Início de operação da planta programado para abril de 2011.

Usiminas Mecânica:

A Usiminas Mecânica instalará na sua unidade de Ipatinga uma nova unidade de fundição até o 4º trimestre de 2011. Os objetivos do projeto são modernizar e ampliar a Fundição da Usiminas Mecânica de forma a aumentar a produção e enobrecer o mix de produtos aproveitando a oportunidade de novos negócios. Equipamentos para as Linhas de Moldagem Manual e Mecanizada contratados junto a IMF. Demais equipamentos em fase de licitação. Início das obras programado para junho de 2010.

Automotiva Usiminas:

Em implantação o Projeto para expansão da capacidade de produção com a ampliação da linha de armação/soldagem, onde serão construídos galpões e instalação de toda a infraestrutura para abrigar a linha de Body Shop de uma indústria automobilística, a ser lançado no mercado. Em fase de fabricação das estruturas e construção da fundação dos pilares. Equipamento principal em fase de fabricação. Término de implantação do projeto previsto para o 1º trimestre de 2011.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Usiminas tem como política diversificar e contratar financiamentos de longo prazo para suprir suas necessidades e de suas empresas controladas e coligadas. A administração da Companhia adota uma posição conservadora de captação de recursos, contratando os empréstimos e financiamentos com antecedência em relação aos investimentos previstos para os anos seguintes. Dentre as fontes de financiamento, destacam-se as operações com bancos, operações com agências de fomento e operações no mercado de capitais. Dois dos principais financiadores de projetos de investimentos da Companhia são o Sistema BNDES e o banco japonês JBIC. Em 2009, foram utilizados R$114.950 mil do Sistema BNDES e R$574.667 mil do JBIC, totalizando R$689.617 mil. De 2010 a 2014, estão previstos financiamentos da ordem de R$2.350.026 mil, sendo R$1.314.764 mil do Sistema BNDES e R$1.035.262 mil do JBIC.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Aquisição de 100% das ações da Zamprogna S/A, Importação, Comércio e Indústria, no dia 02 de março de 2009.

Aquisição de 30,7692% das ações das empresas Codeme Engenharia S/A e Metform S/A, no dia 24 de fevereiro de 2010.

c) Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Desenvolvimento de aços de alta resistência para o setor automotivo e sua engenharia de aplicação; desenvolvimento de aços para fins elétricos, de alta e média eficiência; desenvolvimento de aços para fins balísticos; desenvolvimentos de aços para os setores naval e offshore e sua engenharia de aplicação; desenvolvimento de aços para tubos; desenvolvimento de aços revestidos com ligas de zinco com características melhoradas de resistência à corrosão atmosférica; desenvolvimento de aços para conformação a quente.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Até 31/12/2009, a Companhia havia gasto o montante de R$ 17 milhões com as pesquisas relacionadas acima.

iii. Projetos em desenvolvimentos já divulgados

Os principais projetos em desenvolvimentos são: Desenvolvimento de Aços API laminado a quente com Alto Nb; chapa elétrica de grão não orientado semi-processado de alta eficiência; desenvolvimento de aços de alta resistência para o setor automotivo (envolvendo

três diferentes graus/concepções); desenvolvimento de aços API com garantia a atmosfera "sour" (Chapas Grossas); aço de alta resistência para aplicação em rodas automotivas leves; desenvolvimento de aço laminado a quente de alta resistência para aplicação em implementos rodoviários; desenvolvimento de aço com elevada resistência à abrasão e alta tenacidade.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em relação aos projetos em desenvolvimento indicados no item acima, o montante estimado para o desenvolvimento em escala industrial, considerando a produção industrial para desenvolvimento de novos produtos, no ano de 2009, foi de cerca de R$2 milhões.

10.11. Fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional, e que não foram identificados ou comentados nos demais itens.

Não há.

11. Projeções

A Companhia exerce a faculdade de não apresentar as informações relativas ao item 11 do Anexo 24 da Instrução CVM n.º 480/09 pois não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

12. Assembleia geral e administração

12.1. Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regime interno, indicando:

a) Atribuições de cada órgão e comitê

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração, constituído atualmente por 9 membros efetivos, e os respectivos suplentes, e pela Diretoria, composta atualmente pelo Diretor-Presidente e 4 Vice-Presidentes, contando, ainda, com a assessoria de Comitês criados pelo conselho de administração. As atribuições de cada órgão são detalhadas a seguir:

Diretoria

Compete à Diretoria definir a organização básica da Companhia, estabelecer as diretrizes para seus executivos e praticar os atos necessários à consecução do objeto social da Companhia. Sua atuação tem por objetivo zelar pela alta qualidade dos produtos e serviços oferecidos aos clientes da Usiminas e assegurar a competitividade, promovendo a sustentabilidade socioeconômica e ambiental das regiões onde atua. Seus membros são eleitos pelo Conselho de Administração e possuem mandatos de 2 anos, com possibilidade de reeleição. A Diretoria Estatutária é dividida entre a Presidência, a Vice-Presidência de Finanças, Tecnologia da Informação e Relações com Investidores, Vice-Presidência Industrial, Vice-Presidência de Negócios, e Vice-Presidência de Relações Especiais.

Compete à Diretoria, pelo voto da maioria de seus membros: a) aprovar a organização básica e o Regimento Interno da Companhia; b) expedir as normas e regulamentos para o bom funcionamento dos serviços, respeitando o disposto no Estatuto e no Regimento Interno; c) manter o controle geral da execução de suas deliberações, bem como da avaliação dos resultados da atividade da Companhia; d) autorizar, respeitadas as deliberações do Conselho de Administração, todos os atos relativos a alienações ou onerações de bens do ativo permanente da Companhia e seus empréstimos e financiamentos, inclusive e especialmente a aquisição, alienação, permuta e locação de bens móveis e imóveis não utilizados nas suas Usinas; e) elaborar, para submissão ao Conselho de Administração, os orçamentos anual e

plurianual, os projetos de expansão e modernização e os planos de investimentos; f) aprovar as tabelas de salários, os planos de cargos e o quadro de pessoal; g) elaborar o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e os demais documentos a apresentar ao Conselho de Administração, para submissão à Assembleia Geral Ordinária; h) propor ao Conselho de Administração a abertura, transferência ou fechamento de escritórios, filiais, dependências ou outros estabelecimentos, no País ou no exterior; i) deliberar sobre as demais matérias que não se incluam na competência privativa de seus membros, nem na da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, nem tenham por este sido avocadas.

Conselho de Administração

Cabe ao Conselho de Administração da Companhia estabelecer a orientação geral dos negócios e decidir sobre questões estratégicas. A Companhia assegura aos seus empregados a participação no Conselho de Administração a ser indicado pela Caixa dos Empregados da Usiminas enquanto a mesma detiver pelo menos 10% das ações ordinárias de emissão da Companhia.

São atribuições do Conselho de Administração: a) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar-lhes, na forma deste Estatuto, as atribuições; b) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, e solicitar informações sobre contratos e atos que envolvam ou possam vir a envolver a Companhia; c) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, na forma da lei; d) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria; e) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, estabelecendo as diretrizes básicas da ação executiva, inclusive no tocante aos aspectos técnicos de produção, comercialização, gestão administrativa de pessoal e financeira, e de expansão, e zelar pelo estrito cumprimento das mesmas; f) estabelecer os critérios para o controle do desempenho empresarial da Companhia; g) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os projetos de expansão e programas de investimento, bem assim acompanhar sua execução e desempenho; h) aprovar a estrutura administrativa da Companhia e estabelecer sua política salarial; i) autorizar a participação em outras sociedades e deliberar sobre a representação da Companhia em suas Assembleias ou reuniões de sócios e sobre quaisquer matérias a ela submetidas; j) autorizar a prática de qualquer ato de gestão extraordinária não compreendido, por Lei ou por este Estatuto, na competência de outros órgãos societários; k) fixar, quando entender conveniente ou oportuno, critérios de valor envolvido, tempo de duração, extensão de efeitos e outros, pelos quais determinados atos da Companhia, inclusive os de alienação ou oneração de bens de seu ativo permanente, investimentos e operações de financiamento ou empréstimo, só possam ser praticados após sua prévia autorização; l) autorizar a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, e fixar os termos para a conversão, o resgate antecipado e demais condições de colocação de debêntures conversíveis ou não, quando autorizadas pela Assembleia Geral, e bem assim, "commercial papers", bônus e demais títulos destinados a distribuição, primária ou secundária, em mercado de capitais; m) homologar o plano de auditoria interna; n) aprovar a nomeação, por proposta da Diretoria, do responsável pela Auditoria Interna, que deverá ser empregado da Companhia, legalmente habilitado, vinculado ao Presidente do Conselho de Administração; o) escolher e destituir os auditores independentes; p) estabelecer a política de aplicação de incentivos fiscais; q) autorizar a abertura, transferência ou encerramento de escritórios, filiais, dependências ou outros estabelecimentos da Companhia; r) aprovar a indicação do Secretário-Geral do Conselho, que será empregado da Companhia, por proposta da Diretoria; s) deliberar sobre a distribuição de dividendos à conta de lucros apurados em balanço anual ou intermediário e/ou de juros sobre capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral; t) deliberar sobre a criação, modificação e/ou extinção de planos de benefício que possam afetar o cálculo atuarial da Caixa dos Empregados da Usiminas; u) avocar, para seu exame e fixação de critérios e normas a serem observados pela Diretoria e empregados, e deliberar sobre matéria de interesse social que não se inclua nas competências privativas da Assembleia de Acionistas ou da Diretoria.

O funcionamento do Conselho de Administração é regulado por um Regimento Interno e pode, para melhor desempenho de suas funções, criar comitês com objetivos definidos, integrado por pessoas por ele designadas, entre conselheiros, diretores, empregados, representantes de acionistas, consultores externos e outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

Comitês do Conselho de Administração (não estatutários):

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia possui dois comitês internos – Auditoria e Recursos Humanos – que têm por objetivo assessorar, instruir e subsidiar a tomada de decisões do Conselho com relação a temas específicos. Cada um dos Comitês é formado por até quatro integrantes, todos membros do próprio Conselho de Administração (titulares ou suplentes), e de suas reuniões podem participar administradores, funcionários, especialistas ou quaisquer outras pessoas que contribuam para o melhor esclarecimento dos assuntos tratados. Cada comitê possui um Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração, que determina suas regras de funcionamento, responsabilidades e atribuições.

São as competências e responsabilidades de cada comitê:

Comitê de Auditoria: a) Verificar se a Companhia possui um conjunto adequado de controles internos para gerenciamento de riscos dos processos, analisando os controles existentes, e transmitir as suas conclusões e recomendações ao Conselho de Administração; b) Acompanhar os planos de ação propostos pela Auditoria Interna e referendados pela Administração, monitorando as implantações das ações consideradas relevantes, avaliando sua eficácia, e informando suas conclusões e recomendações ao Conselho de Administração; c) Comparar as práticas contábeis da Companhia com outras empresas do setor, e recomendar ao Conselho de Administração a implantação de eventuais ajustes e melhorias; d) Em prazo compatível com o processo de orçamento, avaliar o Plano de Auditoria e o orçamento da Auditoria Interna para o exercício seguinte, e transmitir as suas conclusões e recomendações ao Conselho de Administração; e) Participar do processo de seleção para contratação da Auditoria Externa, encaminhando as suas conclusões ao Conselho; f) Analisar e revisar os termos das ITR – Informações Trimestrais de Resultados e das DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas, previamente à sua publicação, e apresentar suas conclusões e recomendações ao Conselho; e g) Revisar os procedimentos da Companhia para análise de questionamentos e denúncias internas e externas a respeito de cumprimento de normas legais, éticas ou de governança corporativa; e monitorar formalmente as ações tomadas pela Companhia em reação aos questionamentos e denúncias de alta relevância, apresentando as suas conclusões e recomendações ao Conselho de Administração.

Comitê de Recursos Humanos: a) Auxiliar o Conselho na análise das políticas, estruturas e práticas de remuneração de executivos adotadas por empresas nacionais e estrangeiras, de porte e setores comparáveis ao da Companhia; b) Examinar, discutir e formular recomendações ao Conselho de Administração quanto às políticas de remuneração direta e indireta dos administradores da Companhia; ao pagamento de remuneração, bônus, benefício e incentivos aos administradores; e à definição de pacotes especiais de recrutamento e desligamento de administradores; c) Analisar propostas de estrutura organizacional encaminhadas pela administração, quando estas implicarem em criação ou e/ou eliminação de posição de Diretor e/ou quando afetarem de forma relevante o custo de mão de obra e submeter suas conclusões ao Conselho de Administração; d) Acompanhar a evolução geral da carreira dos executivos da Companhia e o plano de sucessão proposto pela administração, e encaminhar suas observações ao Conselho de Administração; e e) Monitorar o desempenho dos índices de saúde e segurança no trabalho da Companhia, compará-los aos índices de empresas similares nacionais e estrangeiras, e transmitir suas conclusões e recomendações ao Conselho.

Comitê Executivo (Comex). O Comitê Executivo é formado pelos principais executivos da Companhia e tem o intuito de discutir e apresentar ações alinhadas exclusivamente à estratégia dos negócios e valores da Usiminas, tendo sido criado para dar mais agilidade ao processo de tomada de decisões. As principais atribuições do Comitê Executivo são: a) planejamento, elaboração e revisão da estratégia corporativa e das unidades de negócios; b) elaboração e aprovação do Orçamento Anual; c) monitoramento da performance operacional; d) gestão da performance financeira; e) direcionamento das áreas críticas das empresas Usiminas; f) desenvolvimento de talentos

Adicionalmente, a Companhia mantém uma série de comitês multisetoriais, que possuem pautas específicas e são responsáveis por estudar temas estratégicos e subsidiar decisões da Diretoria, além de promover a sinergia entre as diversas áreas. São os comitês: Estratégia e Investimento; Recursos Humanos; Suprimentos; Inovação; Tecnologia da Informação;

Financeiro e Tributário; e Conformidade. Para o ano de 2010 está prevista a criação do Comitê de Sustentabilidade.

Comitê de Inovação: O Comitê tem como função assessorar a Diretoria da Companhia na definição da política e diretrizes de estratégias de inovação. São suas atribuições a: a) validação do plano de ações e orçamento para inovação; b) definição de recursos financeiros por projeto; c) Decisão *make or buy* de tecnologias; d) definição de objetivos da propriedade industrial; e) consultoria na definição das métricas de inovação; f) aprovação da lista de temas estratégicos potenciais de inovação refinada; g) definição do balanceamento de projetos, considerando o atual portfólio; h) Definição do scale up de novos produtos; i) aprovação do lançamento de novos produtos e recomendação de seus preços; j) definir um responsável para cada projeto a ser desenvolvido, dentre os membros do Comitê de Inovação; k) validação de ajustes no portfólio e no fluxograma de projetos; l) validação de ajustes de portfólio durante balanceamento; m) Coordenação geral da negociação com parceiros.

Comitê Financeiro e Tributário: Atribuições Funcionais: a) examinar, discutir e formular recomendações ao COMEX quanto à política Financeira e Tributária da Empresa, incluindo, mas não se limitando às aplicações e operações financeiras, mercado de capitais, investimentos financeiros, captação e gestão de caixa e de riscos financeiros; b) acompanhar a implantação da política financeira aprovada pelo Conselho de Administração, a fim de assegurar que estão sendo atendidas; c) avaliar periodicamente os resultados da política financeira implementada pela Companhia recomendar sua revisão, quando for o caso, a fim de assegurar o atendimento dos objetivos definidos; e d) assessorar o COMEX nos assuntos específicos de sua competência e de acordo com as solicitações efetuadas pelo mesmo.

Comitê de Estratégia e Investimento: o Comitê de Estratégia e Investimento tem como função assessorar a Diretoria da Empresa na definição da política e diretrizes de estratégia e investimento, visando otimizar a alocação do capital da Usiminas de acordo com as metas corporativas estabelecidas. São suas atribuições: a) analisar e recomendar a estratégia do médio e longo prazo e os investimentos das Empresas Usiminas para o COMEX; b) investigar e relatar, para o COMEX, atrasos e desvios de investimentos em andamento; c) relatar e comentar os "pós-audits" dos investimentos concluídos; d) estabelecer as premissas do planejamento estratégico e dos investimentos.

Comitê de Conformidade: O Comitê de Conformidade tem como função analisar e deliberar sobre todas as denúncias recebidas através do Canal Aberto, que possam revelar atos de fraude, corrupção, suborno, assédio, etc. no âmbito das empresas da Usiminas. São suas atribuições: a) análise e deliberação de todas as denúncias recebidas através do Canal Aberto; b) após a deliberação pelo Comitê, encaminhamento de cada denúncia recebida à área responsável por sua apuração (na maioria das vezes a própria Auditoria); c) retorno ao denunciante do resultado da apuração das denúncias procedentes, caso o mesmo tenha usado os meios que possibilitem tal retorno (intranet ou internet).

Comitê de Suprimentos: São as atribuições do Comitê de Suprimentos: a) determinar as políticas e procedimentos de Compras para todo a Usiminas; b) determinar a estratégia de suprimentos; c) monitorar performance de suprimentos; d) facilitar e monitorar a implantação de iniciativas relacionadas à estratégia de suprimentos; e e) determinar, junto com Comitê de Finanças, Riscos e Crédito ações para mitigar riscos relacionados a suprimentos.

Comitê de Tecnologia da Informação: São as atribuições do Comitê de Tecnologia da Informação: a) determinar a estratégia e as política de TI; b) avaliar investimentos; c) facilitar e monitorar a implantação de iniciativas relacionadas à estratégia de Tecnologia da Informação; d) determinar junto com comitê de riscos ações para mitigar riscos relacionados a Tecnologia da Informação

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, tem como principais atribuições, observadas as disposições legais, fiscalizar os atos dos administradores, examinar e opinar sobre as demonstrações financeiras do exercício social e reportar as suas conclusões aos acionistas da Companhia.

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal tem funcionamento permanente, conforme item 12.1.(a) acima.

Os Comitês de Auditoria e Recursos Humanos foram criados em 9 de maio de 2007.

Os demais comitês foram criados nas datas abaixo indicadas:

. Comitê Executivo, em 03 de Novembro de 2008

. Estratégia e Investimento, em 29 de abril de 2009

. Suprimentos, em 09 de novembro de 2009

. Inovação, em 09 de novembro de 2009

. Tecnologia da Informação, em 09 de novembro de 2009

. Financeiro e Tributário, em 10 de julho de 2009

. Conformidade, em 29 de junho de 2009

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Os órgãos da administração são avaliados anualmente pelo Conselho de Administração. Conforme disposto no artigo 16º do Regimento Interno do Conselho de Administração cabe ao Presidente do Conselho promover, pelo menos anualmente, a avaliação de desempenho da Companhia e dos órgãos de administração desta, as quais poderão ser feitas em reuniões ordinárias ou extraordinárias sem a presença de quaisquer dos Diretores, ainda que o Diretor-Presidente tenha sido eleito membro do Conselho. Na ocasião, é avaliado se foram alcançadas as metas definidas por indicadores quantitativos (ex.: EBITDA, Fluxo de Caixa Livre, Lucro Líquido, entre outros) e qualitativos de cada órgão, atrelados à performance global da Companhia, bem como o cumprimento de metas globais e individuais. Anualmente, o Conselho de Administração, com base em recomendação de seu Comitê de Recursos Humanos, promove a revisão do conjunto de indicadores e metas a fim de adequá-los às práticas de mercado, à conjuntura econômica global, aos interesses dos acionistas e, também, objetivando incentivar a performance sustentável da empresa no longo prazo. Os comitês e o Conselho de Administração não são avaliados.

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete privativamente ao Diretor-Presidente: a) presidir as reuniões da Diretoria, onde terá, além de seu voto, o voto de desempate; b) representar a Companhia nos atos de representação singular, em juízo ou fora dele, podendo designar outro diretor para tal função; c) coordenar e orientar a atividade de todos os demais diretores, nas suas respectivas áreas de competência; d) atribuir, a qualquer dos diretores, atividades e tarefas especiais, independentemente daquelas que lhes couber ordinariamente; e) zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria.

Competem aos demais membros da Diretoria: exercer as atribuições que a Lei, o Estatuto Social e o Conselho de Administração lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, orientando e supervisionando as atividades específicas sob sua responsabilidade e executando encargos específicos que lhes forem atribuídos pelo Diretor Presidente.

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

A performance dos membros da Diretoria da Usiminas é avaliada ao final de cada exercício social pelo Conselho de Administração da Companhia, com o apoio de seu Comitê de Recursos Humanos. Na ocasião, é avaliado se foram alcançados os indicadores qualitativos dos membros

da diretoria estatutária, bem como o cumprimento de metas globais e individuais. Os membros dos comitês e do Conselho de Administração não são avaliados.

12.2. Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a) Prazos de convocação

A Companhia adota os prazos de convocação de assembléias estipulados na legislação societária. A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as assembleias gerais sejam convocadas mediante três publicações no Diário Oficial da União ou do Estado em que esteja situada a sede da companhia, e em outro jornal de grande circulação. As publicações são atualmente feitas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, veículo oficial do Governo do Estado de Minas Gerais, no Jornal Estado de Minas e no Jornal Valor Econômico, sendo a primeira convocação realizada, no mínimo, 15 dias antes da assembleia, e a segunda convocação realizada com oito dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, em determinadas circunstâncias, determinar que a primeira convocação para assembleias gerais de acionistas seja feita com até 30 dias de antecedência da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas.

b) Competências

A Companhia não adota práticas ou políticas diferenciadas relativamente às competências da Assembleia Geral estipuladas na legislação societária. Compete à Assembleia Geral, deliberar sobre as seguintes matérias, sem prejuízo de outras matérias de sua competência: (a) reformar o estatuto social; (b) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da Companhia, ressalvado o disposto no inciso II do art. 142 da Lei das Sociedades por Ações; (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (d) autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no § 1o do art. 59 da Lei das Sociedades por Ações; (e) suspender o exercício dos direitos do acionista (art. 120 da Lei das Sociedades por Ações); (f) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (g) autorizar a emissão de partes beneficiárias; (h) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e (i) autorizar os administradores a confessar falência e requerer recuperação judicial ou propor plano de recuperação extrajudicial.

c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Eletrônicos: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br, www.usiminas.com.

Físico: Sede social da Companhia, localizada na Rua Prof. José Vieira de. Mendonça 3011, em Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais.

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

Além das regras gerais estipuladas na legislação societária, o inciso "vii" do artigo 3º do Regimento Interno do Conselho de Administração, prevê que dentro de seu escopo de atuação o conselho deve estabelecer a orientação geral dos negócios da Companhia e decidir sobre questões estratégicas, visando, dentre outras diretrizes, prevenir e administrar situações de conflito de interesses ou de divergência de opiniões, de maneira que o interesse da Companhia sempre prevaleça. Eventuais conflitos de interesses devem ser previa e formalmente declarados, devendo o acionista conflitado abster-se de participar, discutir e votar a respectiva matéria, em conformidade com a legislação brasileira. A natureza e extensão do interesse conflitado serão consignados em ata.

e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não adota práticas ou políticas diferenciadas relativamente à solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto, além daquelas estipuladas na legislação societária. A Companhia admite que, desde que o representante esteja validamente constituído e que a procuração contenha a instrução de voto a ser proferido, este representante pode votar em nome do acionista.

f) Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

A Companhia não adota práticas ou políticas diferenciadas relativamente às formalidades para aceitação de instrumentos de procuração estipuladas na legislação societária. Conforme prevê a Lei 6.404/76, o acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos. A Companhia solicita a seus acionistas que se fizerem representar por meio de procurador, que enviem o instrumento de procuração com 48 horas de antecedência da realização da Assembleia, para comprovação da legitimidade da representação exercida, e não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

g) Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

A Companhia não mantém fóruns na internet destinados a receber e compartilhar comentários sobre as pautas das Assembleias.

h) Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não possui mecanismos de transmissão ao vivo de vídeo e/ou áudio das Assembleias

i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não há mecanismos específicos destinados a permitir a inclusão de propostas formuladas por acionistas na ordem do dia. A Companhia poderá atender tais solicitações, caso apresentadas, em cada caso específico.

12.3. Em forma de tabela, informar as datas e jornais de publicação:

2009

Evento/Jornal	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais	Estado de Minas	Valor Econômico
Aviso aos acionistas comunicando a disponibilização das demonstrações financeiras	Dispensado	Dispensado	Dispensado
Convocação da Assembleia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras	14/04/2010 15/04/2010 16/04/2010	14/04/2010 15/04/2010 16/04/2010	14/04/2010 15/04/2010 16/04/2010
Ata da Assembleia geral ordinária que apreciou as	23/06/2010	22/06/2010	22/06/2010

demonstrações financeiras			
Demonstrações financeiras	24/03/2010	24/03/2010	24/03/2010

2008

Evento/Jornal	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais	Estado de Minas	Gazeta Mercantil
Aviso aos acionistas comunicando a disponibilização das demonstrações financeiras	20/02/2009 21/02/2009 27/02/2009	20/02/2009 21/02/2009 23/02/2009	20/02/2009 25/02/2009 26/02/2009
Convocação da Assembleia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras	10/03/2009 11/03/2009 12/03/2009	10/03/2009 11/03/2009 12/03/2009	10/03/2009 11/03/2009 12/03/2009
Ata da Assembleia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras	08/04/2009	08/04/2009	08/04/2009
Demonstrações financeiras	19/03/2009	19/03/2009	19/03/2009

2007

Evento/Jornal	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais	Estado de Minas	Gazeta Mercantil
Aviso aos acionistas comunicando a disponibilização das demonstrações financeiras	27/03/2008 28/03/2008 29/03/2008	27/03/2008 28/03/2008 29/03/2008	27/03/2008 28/03/2008 31/03/2008
Convocação da Assembleia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras	11/04/2008 12/04/2008 15/04/2008	10/04/2008 11/04/2008 14/04/2008	10/04/2008 11/04/2008 14/04/2008
Ata da Assembleia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras	23/05/2008	23/05/2008	23/05/2008
Demonstrações financeiras	09/04/2008	09/04/2008	09/04/2008

12.4. Descrever as regras, políticas, e práticas relativas ao conselho de administração:

a) Frequência das reuniões

O Conselho de Administração da Companhia reúne-se ordinariamente quatro vezes ao ano, seguindo calendário previamente estabelecido e, extraordinariamente, sempre que necessário aos interesses sociais.

Nos últimos exercícios sociais, as reuniões do Conselho de Administração da Companhia foram realizadas nas datas abaixo indicadas:

2009	2008	2007
18/2/2009	20/2/2008	05/03/2007
3/4/2009	26/3/2008	14/03/2007
13/4/2009	29/4/2008	09/05/2007
17/4/2009	10/06/2008	29/06/2007
13/5/2009	12/06/2008	08/08/2007
22/7/2009	7/7/2008	07/11/2007
21/10/2009	13/8/2008	10/12/2007
22/12/2009	30/9/2008	-X-
30/12/2009	9/10/2008	-X-
-X-	20/10/2008	-X-
-X-	30/10/2008	-X-
-X-	12/11/2008	-X-
-x-	17/12/2008	-x-

b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabelecem restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Os votos proferidos pelos membros do conselho de administração indicados pelos acionistas detentores do bloco de controle estão vinculados ao procedimento descrito no item 15.5. deste formulário de referência.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

O Regimento Interno do Conselho de Administração determina, dentre outras obrigações, que eventual interesse particular ou conflitante com o da Companhia seja previa e formalmente declarado. Nesse caso, o Conselheiro deve abster-se de participar, discutir e votar na respectiva reunião, devendo a natureza e extensão do conflito ser consignados em ata. Além disso, foi criado no início de 2009 o Portal do Conselho, um ambiente de acesso restrito e exclusivo dos Conselheiros Titulares da Usiminas, onde são armazenados documentos e informações de seu interesse. O Portal permite que documentos e assuntos específicos sejam disponibilizados apenas a determinados grupos, de forma a preservar a reserva e confidencialidade necessárias em observância às regras aplicáveis às hipóteses de conflitos de interesses e relações entre partes relacionadas.

12.5. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre os acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem:

Não Aplicável. Inexiste cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre os acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem:

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

1) Conselho de Administração – Membros Titulares – Biênio 2010/2012

a. nome	Albano Chagas Vieira
b. idade	57 anos
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	024.802.606-23
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	30 de Abril de 2010
g. data da posse	30 de abril de 2010
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Aloísio Macario Ferreira
b. idade	50 anos
c. profissão	Bancário e Economiário
d. CPF ou número do passaporte	540.678.557-53
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	30 de Abril de 2010
g. data da posse	30 de Abril de 2010
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Recursos Humanos.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Fumihiko Wada
b. idade	62 anos
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TZ0231735
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	30 de Abril de 2010
g. data da posse	30 de Abril de 2010
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Israel Vainboim
b. idade	65 anos
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	090.997.197-87
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	30 de Abril de 2010
g. data da posse	30 de Abril de 2010
h. prazo do mandato	2 anos

i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro dos Comitês de Recursos Humanos e de Auditoria.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Francisco Caprino Neto
b. idade	49 anos
c. profissão	Engenheiro Metalúrgico
d. CPF ou número do passaporte	049.976.298-39
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	30 de abril de 2010
g. data da posse	30 de abril de 2010
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Coordenador do Comitê de Recursos Humanos.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Luiz Anibal de Lima Fernandes
b. idade	67
c. profissão	Engenheiro Mecânico Eletricista
d. CPF ou número do passaporte	006.380.806-49
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	30 de abril de 2010
g. data da posse	30 de abril de 2010
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Auditoria.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca
b. idade	40 anos
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	790.197.496-68
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	30 de abril de 2010
g. data da posse	30 de abril de 2010
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Auditoria.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Rômel Erwin de Souza
b. idade	57 anos
c. profissão	Engenheiro Metalúrgico
d. CPF ou número do passaporte	222.313.666-49
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	30 de abril de 2010
g. data da posse	30 de abril de 2010
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Diretor de Contas da Companhia e membro do Comitê de Recursos Humanos.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Toru Obata
b. idade	58 anos
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TH8991463
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	30 de Abril de 2010
g. data da posse	30 de Abril de 2010
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

2) Conselho de Administração – Membros Suplentes – Biênio 2010/2012

a. nome	Gustavo Pellicciari de Andrade
b. idade	38 anos
c. profissão	Engenheiro Civil
d. CPF ou número do passaporte	173.345.128-55
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	30 de abril de 2010
g. data da posse	30 de abril de 2010
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Delcio Duque de Moraes
b. idade	64
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	051.287.306-20
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	30/04/2010
g. data da posse	30/04/2010
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	José Oscar Costa de Andrade
b. idade	63 anos
c. profissão	Engenheiro Metalúrgico - Aposentado
d. CPF ou número do passaporte	097.284.656/53
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	30/04/2010
g. data da posse	30/04/2010
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Luciano Francisco Alves
b. idade	33 anos
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	256.736.768-32
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	30 de Abril de 2010
g. data da posse	30 de Abril de 2010
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Paulo Villares Musetti
b. idade	54 anos
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	014.416.598-89
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	30 de Abril de 2010
g. data da posse	30 de Abril de 2010
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Renato Vallerini Júnior
b. idade	64 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	007.357.366-34
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	30 de abril de 2010
g. data da posse	30 de abril de 2010
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Nobuhiro Yamamoto
b. idade	47 anos
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TH7742875
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	30 de Abril de 2010
g. data da posse	30 de Abril de 2010
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Toshimi Sugiyama
b. idade	51 anos

c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TZ0412892
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	30 de Abril de 2010
g. data da posse	30 de Abril de 2010
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Recursos Humanos e Coordenador do Comitê de Auditoria.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Yoichi Furuta
b. idade	51 anos
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TH6520391
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	30 de Abril de 2010
g. data da posse	30 de Abril de 2010
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

3) Conselho Fiscal – Membros Titulares – Mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2011

a. nome	Marco Antônio Bersani
b. idade	57 anos
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	428.486.878-00
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	30 de abril de 2010
g. data da posse	30 de abril de 2010
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2011
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

a. nome	Adalgiso Fragoso de Faria
b. idade	50 anos
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	293.140.546-91
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	30 de abril de 2010
g. data da posse	30 de abril de 2010
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2011
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Carlos Roberto Nassif Campolina
b. idade	57 anos
c. profissão	Matemático
d. CPF ou número do passaporte	162.898.466-04
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	30 de abril de 2010
g. data da posse	30 de abril de 2010
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2011
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Masato Ninomiya
b. idade	61 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	806.096.277-91
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	30 de abril de 2010
g. data da posse	30 de abril de 2010
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2011
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

4) Conselho Fiscal – Membros Suplentes - Mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2011

a. nome	Pedro Lopes da Trindade Filho
b. idade	67
c. profissão	Bancário e Economiário
d. CPF ou número do passaporte	007.421.396-20
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	30 de abril de 2010
g. data da posse	30 de abril de 2010
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2011
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

a. nome	Antonio Joaquim Ferreira Custódio
b. idade	63 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	449.329.288-15
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	30/04/2010
g. data da posse	30/04/2010
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2011
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Lyoji Okada
b. idade	74 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	045.908.487-91
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	30 de abril de 2010
g. data da posse	30 de abril de 2010
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2011
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Moacyr Pimenta Brant Filho
b. idade	56 anos
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	154.862.656-20
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	30 de abril de 2010
g. data da posse	30 de abril de 2010
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2011
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

5) Diretoria

a. nome	Wilson Nélio Brumer
b. idade	60 anos
c. profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou número do passaporte	049.142.366-72
e. cargo eletivo ocupado	Diretor Presidente
f. data de eleição	30 de abril de 2010
g. data da posse	30 de abril de 2010
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, conforme mecanismo descrito no item 15.5."e"

a. nome	Omar Silva Júnior
b. idade	62 anos
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	061.477.806-97
e. cargo eletivo ocupado	Diretor Vice-Presidente Industrial
f. data de eleição	30 de abril de 2010
g. data da posse	30 de abril de 2010
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

a. nome	Ronald Seckelmann
b. idade	53 anos
c. profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou número do passaporte	894.486.428-49
e. cargo eletivo ocupado	Diretor Vice-Presidente de Finanças, Relações com Investidores e Tecnologia da Informação
f. data de eleição	30 de abril de 2010
g. data da posse	30 de abril de 2010
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê Financeiro e Tributário
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

a. nome	Sergio Leite de Andrade
b. idade	55 anos
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	233.336.777-68
e. cargo eletivo ocupado	Diretor Vice-Presidente de Negócios
f. data de eleição	30 de abril de 2010
g. data da posse	30 de abril de 2010
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

a. nome	Yasuo Takeda
b. idade	61
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	TH 3374411
e. cargo eletivo ocupado	Diretor Vice-Presidente de Relações Especiais
f. data de eleição	24 de junho de 2010
g. data da posse	24 de junho de 2010
h. prazo do mandato	Até 30 de abril de 2012
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, conforme mecanismo descrito no item 15.5."e"

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

A Companhia não possui comitês estatutários. Seguem abaixo as informações relativas aos comitês Financeiro e Tributário, de Recursos Humanos e de Auditoria.

Comitê de Recursos Humanos:

a. nome	Francisco Caprino Neto
b. idade	49 anos
c. profissão	Engenheiro Metalúrgico
d. CPF ou número do passaporte	049.976.298-39

e. cargo eletivo ocupado	Coordenador
f. data de eleição	31 de maio de 2010.
g. data da posse	31 de maio de 2010. Os membros são nomeados através de aprovação por voto majoritário dos membros do Conselho de Administração, não havendo formalidades de tomada de posse.
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro Titular do Conselho de Administração.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Israel Vainboim
b. idade	65 anos
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	090.997.197-87
e. cargo eletivo ocupado	Membro efetivo
f. data de eleição	31 de maio de 2010.
g. data da posse	31 de maio de 2010. Observamos que não há formalidade de posse para membros deste comitê; assim, a Companhia considera a data de eleição para este fim.
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro Titular do Conselho de Administração e membro efetivo do Comitê de Auditoria
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Rômel Erwin de Souza
b. idade	57 anos
c. profissão	Engenheiro Metalúrgico
d. CPF ou número do passaporte	222.313.666-49
e. cargo eletivo ocupado	Membro efetivo
f. data de eleição	31 de maio de 2010
g. data da posse	31 de maio de 2010. Observamos que não há formalidade de posse para membros deste comitê; assim, a Companhia considera a data de eleição para este fim.
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Contas da Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Toshimi Sugiyama
b. idade	51 anos
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TZ0412892
e. cargo eletivo ocupado	Membro efetivo
f. data de eleição	31 de maio de 2010.
g. data da posse	31 de maio de 2010. Observamos que não há formalidade de posse para membros deste comitê; assim, a Companhia considera a data de eleição para este fim.
h. prazo do mandato	2 anos

i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro Suplente do Conselho de Administração e membro efetivo do Comitê de Auditoria.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Aloísio Macario Ferreira
b. idade	50 anos
c. profissão	Bancário e Economiário
d. CPF ou número do passaporte	540.678.557-53
e. cargo eletivo ocupado	Membro efetivo
f. data de eleição	31 de maio de 2010
g. data da posse	31 de maio de 2010. Observamos que não há formalidade de posse para membros deste comitê; assim, a Companhia considera a data de eleição para este fim.
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro Titular do Conselho de Administração.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Comitê de Auditoria:

a. nome	Toshimi Sugiyama
b. idade	51 anos
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TZ0412892
e. cargo eletivo ocupado	Coordenador
f. data de eleição	31 de maio de 2010
g. data da posse	31 de maio de 2010. Observamos que não há formalidade de posse para membros deste comitê; assim, a Companhia considera a data de eleição para este fim.
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro Suplente do Conselho de Administração e membro efetivo do Comitê de Recursos Humanos
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Israel Vainboim
b. idade	65 anos
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	090.997.197-87
e. cargo eletivo ocupado	Membro efetivo
f. data de eleição	31 de maio de 2010
g. data da posse	31 de maio de 2010. Observamos que não há formalidade de posse para membros deste comitê; assim, a Companhia considera a data de eleição para este fim.
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro Titular do Conselho de Administração e membro efetivo do Comitê de Recursos Humanos
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Luiz Anibal de Lima Fernandes

b. idade	67
c. profissão	Engenheiro Mecânico Eletricista
d. CPF ou número do passaporte	006.380.806-49
e. cargo eletivo ocupado	Membro efetivo
f. data de eleição	31 de maio de 2010
g. data da posse	31 de maio de 2010. Observamos que não há formalidade de posse para membros deste comitê; assim, a Companhia considera a data de eleição para este fim.
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro Titular do Conselho de Administração.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca
b. idade	40 anos
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	790.197.496-68
e. cargo eletivo ocupado	Membro efetivo
f. data de eleição	31 de maio de 2010
g. data da posse	31 de maio de 2010. Observamos que não há formalidade de posse para membros deste comitê; assim, a Companhia considera a data de eleição para este fim.
h. prazo do mandato	2 anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro Titular do Conselho de Administração
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Comitê Financeiro e Tributário:

a. nome	Ronald Seckelmann
b. idade	54 anos
c. profissão	Administrador
d. CPF ou número do passaporte	894.486.428-49
e. cargo eletivo ocupado	Membro efetivo
f. data de eleição	10 de julho de 2009
g. data da posse	10 de julho de 2009. Observamos que não há formalidade de posse para membros deste comitê; assim, a Companhia considera a data de eleição para este fim.
h. prazo do mandato	Indeterminado
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Diretor Vice-Presidente de Finanças, Tecnologia da Informação e Relações com Investidores
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

a. nome	Rogério Águeda
b. idade	49 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	664.177.427-00
e. cargo eletivo ocupado	Membro efetivo
f. data de eleição	10 de julho de 2009
g. data da posse	10 de julho de 2009. Observamos que não há formalidade

	de posse para membros deste comitê; assim, a Companhia considera a data de eleição para este fim.
h. prazo do mandato	Indeterminado
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Diretor Jurídico
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

a. nome	Ricardo Wagner Righi de Toledo
b. idade	52 anos
c. profissão	Administrador
d. CPF ou número do passaporte	299.492.466-87
e. cargo eletivo ocupado	Membro efetivo
f. data de eleição	10 de julho de 2009
g. data da posse	10 de julho de 2009. Observamos que não há formalidade de posse para membros deste comitê; assim, a Companhia considera a data de eleição para este fim.
h. prazo do mandato	Indeterminado
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Diretor de Planejamento Estratégico, Fusões, Aquisições e Alianças
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

a. nome	Luiz Alberto Noronha
b. idade	58 anos
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	129.599.606-53
e. cargo eletivo ocupado	Membro efetivo
f. data de eleição	10 de julho de 2009
g. data da posse	10 de julho de 2009. Observamos que não há formalidade de posse para membros deste comitê; assim, a Companhia considera a data de eleição para este fim.
h. prazo do mandato	Indeterminado
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Gerente de Planejamento Fiscal e Tributário
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

a. nome	Eduardo Moreira Pereira
b. idade	43 anos
c. profissão	Administrador
d. CPF ou número do passaporte	690.752.556-91
e. cargo eletivo ocupado	Membro efetivo
f. data de eleição	10 de julho de 2009
g. data da posse	10 de julho de 2009. Observamos que não há formalidade de posse para membros deste comitê; assim, a Companhia considera a data de eleição para este fim.
h. prazo do mandato	Indeterminado
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Superintendente de Finanças
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

a. nome	Cristina Morgan Cavalcanti Drummond

b. idade	36 anos
c. profissão	Administradora
d. CPF ou número do passaporte	891.364.546-72
e. cargo eletivo ocupado	Membro efetivo
f. data de eleição	10 de julho de 2009
g. data da posse	10 de julho de 2009. Observamos que não há formalidade de posse para membros deste comitê; assim, a Companhia considera a data de eleição para este fim.
h. prazo do mandato	Indeterminado
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Gerente Financeiro
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

a. nome	Eduardo Lery
b. idade	60 anos
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	079.802.996-04
e. cargo eletivo ocupado	Membro efetivo
f. data de eleição	10 de julho de 2009
g. data da posse	10 de julho de 2009. Observamos que não há formalidade de posse para membros deste comitê; assim, a Companhia considera a data de eleição para este fim.
h. prazo do mandato	Indeterminado
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Diretor de Relações Institucionais
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal:

a) Currículos

Conselho de Administração – Membros Titulares

Albano Chagas Vieira. Formado em Engenharia Mecânica pela PUC do Rio de Janeiro, com pós-graduação em Metalurgia de Soldagem na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Atendeu, na Áustria, a mestrado *in-house* em *Business Administration.* Foi diretor executivo da Arcelor Aços Planos no Brasil, superintendente geral de desenvolvimento da Acesita S.A., presidente do conselho de administração da Vega do Sul S.A. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia.

Aloísio Macario Ferreira. Bancário e Economiário, com MBA em Modelagem Avançada de Avaliação de Empresas, MBA, MBA em Gestão de Bancos Comerciais e de Investimentos, MBA em Previdência Complementar, Bacharelado em Ciências Contábeis. Foi analista sênior, gerente executivo e gerente de equipe no Banco do Brasil / PREVI - acionista da Companhia; Conselheiro de Administração no Banco do Brasil / PREVI; Conselheiro de Administração da CPFL Piratininga; Conselheiro de Administração da INEPAR Indústria e Construções; Conselheiro de Administração da Brasil Telecom Participações S/A; Conselheiro de Administração da CPFL Geração; Conselheiro de Administração da TELPART S/A; Conselheiro de Administração da NEWTEL S/A; Conselheiro Fiscal da AMBEV – Cia de Bebidas das Américas; assessor do Banco do Brasil.

Fumihiko Wada. Graduado em Administração de Empresas pela Universidade de Keio do Japão. No Japan Bank for International Cooperation, foi Diretor Geral, Diretor Geral do Departamento de Empréstimos V, Tesoureiro e Controller, Diretor Geral de Recursos Humanos, Diretor Executivo Residente das Américas; na Marubeni Corporation foi Vice Presidente Sênior, Executivo Corporativo Sênior do Departamento Regional de Estratégia e Coordenação, Presidente do Comitê de Promoção de Negócios de Meio Ambiente, Consultor Corporativo;

Consultor Corporativo da Nippon Steel e Nippon Usiminas Co. Ltd.; Presidente-CEO da Nippon Usiminas Co. Ltda. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia.

Israel Vainboim. Graduado em Engenharia Mecânica pela Escola Nacional de Engenharia do Rio de Janeiro e Pós Graduado em Administração de Empresas, obtendo o título de MBA pela Stanford University, Califórnia, Estados Unidos. Foi Presidente e membro do Conselho de Administração do Unibanco; Presidente das Empresas Holding do grupo Moreira Salles; Diretor Presidente da Cia. Siderúrgica de Tubarão; membro do Conselho Consultivo da Korn/Ferry International; membro do Conselho de Administração da Alcoa Latin América; membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom; membro do Comitê Consultivo para Mercado de Capitais do FMI; membro do Conselho de Administração do Novo Banco Itaú Unibanco; membro do Conselho de Administração da Souza Cruz S/A; membro dos Conselhos de Administração e Executivo da Embraer; membro do Conselho de Administração da Cia Iochpe-Maxion; membro do Conselho Deliberativo e Vice Presidente da Diretoria do Hospital Albert Einstein em São Paulo; membro do Conselho Consultivo Internacional da General Atlantic Partners, E.U.A. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia.

Francisco Caprino Neto. Graduado e mestre em Engenharia Metalúrgica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Foi Chefe de Departamento de Engenharia de Processos da Siderúrgica J.L. Aliperti S.A.; Coordenador de Processos Metalúrgicos da Aços Villares S.A.; Assessor de Planejamento e Controle da Siderúrgica J.L. Aliperti S.A.; Gerente de Planejamento da Camargo Corrêa S.A., Diretor Superintendente da Camargo Corrêa S.A. e Diretor Superintendente da Camargo Corrêa Investimentos em Infra-estrutura S.A. (ambas compõem o Grupo de Controle da Companhia); Diretor Superintendente e Diretor Técnico e Administrativo da VBC Energia S.A.; Presidente da Divisão Concessões da Camargo Corrêa S.A. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia.

Luiz Anibal de Lima Fernandes. Engenheiro Mecânico e Eletricista pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. Após a graduação, concluiu os seguintes cursos: Estudos dos Sistemas Elétricos pela UFMG, Business Policy (Arthur D Little/INDI), Estratégias de Marketing pela Fundação João Pinheiro; Sistema de Informações para Executivos pela IBM; Programa de Desenvolvimento Avançado para Executivos pela Fundação Dom Cabral/INSEAD. Foi Diretor-Superintendente da VBC Energia S/A; Sócio-Diretor da L.A & Associados - Participações e Negócios Ltda.; Diretor Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Diretor de Desenvolvimento da Acesita S/A (Grupo Arcelor); Sócio-Diretor da Energia & Finanças Consultoria S/A; Diretor de Desenvolvimento da Mendes Junior Participações S/A; Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores e Membro do Conselho de Administração da Eletrobrás; Diretor de Controle da Siderbrás; Diretor de Finanças e Relações com Investidores da CEMIG; Presidente e Membro do Conselho Deliberativo do BDMG; Presidente do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais; Presidente do Conselho de Administração e Diretor Superintendente da BRASAGRO; Presidente da MGI – Minas Gerais Participações Ltda.; Membro do Conselho de Política Financeira do Estado de Minas Gerais; Presidente da Associação Brasileira dos Bancos de Desenvolvimento – ABDE; Diretor Administrativo e Financeiro da GASMIG – Companhia de Gás de Minas Gerais. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia.

Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca. Possui MBA Executivo em Finanças pela IBMEC Business School, Especialização em Administração Financeira pela Fundação Dom Cabral e Ciências Econômicas pela PUC/MG. Tem experiência como superintendente de planejamento e análise de investimentos, analista de planejamento econômico financeiro, e analista de custos e orçamento. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia.

Rômel Erwin de Souza. Engenheiro Metalurgista pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi Professor de Física do 1º e 2º Graus; Coordenador da Área de Ciências Exatas de Curso Supletivo e Pré-Vestibular; Na Usiminas, foi Engenheiro da Área de Decapagem a Ácido Sulfúrico; Engenheiro da Área de Recozimento de Tiras Laminadas a Frio; Gerente da seção de Encruamento; Gerente de Produção Industrial; Gerente Geral da Usina; Diretor do Complexo de Ipatinga e Diretor de Contas; Diretor da USIROLL; Membro da Comissão Dirigente da UNIGAL; Diretor Suplente do Conselho da Siderar, sendo as três últimas empresas integrantes do grupo econômico da Companhia. Presidente da Fundação São Francisco Xavier – FSFX. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia.

Toru Obata. Bacharel em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Tóquio. No Grupo Nippon Steel, parte do Grupo de Controle da Companhia, foi Gerente Sênior do escritório da Nippon Steel Corporation em Nova Iorque; Gerente Sênior da divisão de Carvão e Combustível; Gerente de Grupo do Departamento II de Carvão e Combustível e da Divisão I de Matérias-Primas; Gerente de Grupo do Departamento I de Minério de Ferro e da Divisão II de Matérias-Primas; Gerente Geral do escritório da Nippon Steel Corporation em Sidney; Gerente Geral da Divisão de Gestão das Empresas Afiliadas; Gerente Geral da Divisão II de Matérias-Primas; Diretor da Nippon Steel Corporation. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia.

Conselho de Administração – Membros Suplentes

*Gustavo Pellicciari de Andrade.*Graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Pós graduação/MBA em Administração pelo CEAG/FGV. Foi Gerente de Planejamento Estratégico na Holding do Grupo Camargo Corrêa; Superintendente de Planejamento Estratégico na Construtora Camargo Corrêa; Diretor de Participações da Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura (CCII). Atualmente é membro do Conselho de Administração (suplente) da Companhia.

Delcio Duque de Moraes. Formado em Administração de Empresas pela PUC- MINAS; Mestrado em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas; Graduação em Ciências Econômicas pela PUC-MINAS. Foi Gerente de Crédito do Banco do Brasil – PREVI; Professor de Contabilidade Avançada da UNIPAC. Atualmente é membro do Conselho de Administração (suplente) da Companhia.

José Oscar Costa de Andrade. Engenheiro Metalúrgico com Especialização em Matérias Primas e operações de Altos Fornos, Curso de Engenharia Metalúrgica. Foi Engenheiro de Análise de Investimentos; Chefe de Departamento de Metalurgia e Inspeção; Chefe de Unidade Técnica; Engenheiro Metalúrgico da Unidade de Metalurgia de Gusa. Atualmente é Membro do Conselho de Administração (suplente) da Companhia.

Luciano Francisco *Alves*. Engenheiro de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo; Especialização em Finanças e Administração de Empresas, pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Foi Gerente de Sistemas de Gestão e Novos Negócios - Votorantim Siderurgia; Gerente de Desenvolvimento de Negócios e Participações - Groupe Casino (França); Consultor de Desenvolvimento de Novos Negócios - Votorantim Metais; Consultor - Roland Berger Strategy Consultants; Analista Financeiro na área de Private Equity - FVF Participações; Analista Financeiro na área de Private Equity, Venture Capital e M&A - Stratus Investimentos. Atualmente é Membro do Conselho de Administração (suplente) da Companhia.

Paulo Villares Musetti. Engenheiro Metalurgista pela Escola de Engenharia Mauá, Jornalista pela Fundação Casper Líbero, Pós Graduado em Administração e Finanças - CEAG - Fundação Getúlio Vargas, TIO - Training for International Operations - IFL – Sigtuna, PGA - Programa de Gestão Avançada – Fundação Dom Cabral - Brasil e Insead – França. Foi Diretor de Negócio - Votorantim Siderurgia – VS; Presidente (CEO) - Armco do Brasil S.A.; Diretor de Operações - Armco do Brasil S.A.; Vice Presidente Executivo - Companhia Metalúrgica Prada; Diretor da Unidade de Mercado Automotivo - Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e Diretor Executivo Comercial da GalvaSud (JV entre a CSN e a Thyssen Krupp Stahl da Alemanha); Diretor Comercial - Companhia Siderúrgica Nacional – CSN; Diretor da Unidade de Laminados e Embalagens - Companhia Siderúrgica Nacional – CSN; Diretor Executivo da Villares Metals S.A; Diretor de Unidade de Negócio. Atualmente é membro do Conselho de Administração (suplente) da Companhia.

Renato Vallerini Júnior. Formado em Direito e Ciências Humanas pela Universidade Federal de Minas Gerais, Especialização em Comércio internacional pela AOTS e Mitsui &Co. Ltd. - Tokyo. Trabalhou pela primeira vez na Usiminas em 1967, tendo ocupado diversos cargos. Trabalhou para o Banco Francês e Italiano no Brasil de 1964 a 1967. Foi nomeado diretor de comercialização - mercado externo da Usiminas em 2006, posição que ocupava na Cosipa desde 1993. Atualmente, é membro suplente do Conselho de Administração (suplente) da Companhia.

Nobuhiro Yamamoto. Formado em Economista pela faculdade de Economia Keio University. Foi Gerente, Departamento de Aquisições, Planta de Nagoya da Nippon Steel Corporation; Gerente, Divisão de Matérias Primas I da Nippon Steel Corporation; Gerente Sênior, Escritório de Nova Iorque, Nippon Steel Corporation U.S.A.; Gerente Sênior, Divisão de Desenvolvimento de Negócios no Exterior da Nippon Steel Corporation. Atualmente é membro do Conselho de Administração (suplente) da Companhia.

Toshimi Sugiyama. Formado em Economia pela Universidade de Nagoya, no Japão. Foi Gerente do Departamento de Tubos da nippon Steel Corporation. Além de membro suplente do Conselho de Administração, atualmente, é presidente da Nippon Steel Empreendimentos Siderúrgicos Ltda.

Yoichi Furuta. Bacharel em Direito pela Tokyo University, Master of Business Administration, Harvard Business School. Foi Gerente, Departamento de Produtos Automotivos Lisos da Nippon Steel Corporation; Gerente de Grupo, Departamento de Produção de Chapas e Bobinas, planta de Kimitsu da Nippon Steel Corporation; Gerente de Grupo, Departamento de Placas e Produtos Longos, Divisão de Marketing Global da Nippon Steel Corporation; Gerente de Grupo, Departamento de Planejamento e Coordenação, Divisão de Marketing Global da Nippon Steel Corporation; Gerente Geral, escritório de Chicago, Nippon Steel U.S.A. Inc.; Gerente Geral, Divisão de Chapas de Aço Elétrica da Nippon Steel Corporation; Gerente Geral, Divisão de Desenvolvimento de Negócios no Exterior da Nippon Steel Corporation. Atualmente é membro do Conselho de Administração (suplente) da Companhia.

Conselho Fiscal – Membros Titulares

Marco Antônio Bersani. Graduado em Ciências Econômicas pela Fundação Dr. Clóvis Salgado, possui MBA Administração Financeira pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Especialização em Análise de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas e MBA Executivo em Finanças, pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBME. Foi Gerente Executivo, Assessor da Presidência e Gerente de Divisão do Banco do Brasil; Presidente do Conselho Fiscal do BB – Banco Popular do Brasil S/A. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da Companhia.

Adalgiso Fragoso de Faria. Graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-MG, possui MBA em Finanças Corporativas pelo IBIMEC, Política Econômica e Finanças de Empresas pela Fundação Mineira de educação e Cultura (FUMEC). Foi Diretor Financeiro e Administrativo da SP Vias Concessionária de Rodovias S/A; Analista Econômico Financeiro da Andrade Gutieerrez S/A; Diretor da Camargo Corrêa S/A, membro do Grupo de Controle da Usiminas; Membro do Conselho Fiscal da CPFL Energia S/A; Membro do Conselho Fiscal da CCR Cia de Concessões Rodoviárias S/A; Membro do Conselho Fiscal da São Paulo Alpargatas S/A. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da Companhia.

Carlos Roberto Nassif Campolina. Graduado em Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte, FAFI, pós-graduado em Gestão de Comércio Exterior e Negócios Internacionais pela FGV, em Finanças avançadas IBMEC, em STC (*Skills, Tools and Competency*) Executivo pela Fundação Dom Cabral/Kellogg University – Chicago. Na Companhia, foi Analista Econômico Financeiro, Gerente de Operações Financeiras, Superintendente de Finanças, Diretor Financeiro da Caixa dos Empregados da Usiminas. Atualmente é membro do Conselho Fiscal.

Masato Ninomiya. Doutor e mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Tóquio, no Japão, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Bacharel em Letras pela Faculade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo. Professor doutor do departamento de direito internacional da Faculdade de Direito de São Paulo e tradutor público juramentado das línguas japonesa e inglesa. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da Companhia.

Conselho Fiscal – Membros Suplentes

Pedro Lopes da Trindade Filho. Graduação em ciências econômicas pela PUC – MG. Foi Gerente de Agência do Banco do Brasil / PREVI; Superintendente ad Secretaria Estadual da Industria e

Comércio de MG; Diretor Comercial da Cooperativa de Consumo dos Funcionários do Banco do Brasil. Atualmente é membro do Conselho Fiscal (suplente) da Companhia.

Antônio Joaquim Ferreira Custódio. Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, é advogado e sócio do escritório de advocacia Campos Arruda e Ferreira Custódio. Foi responsável pelo departamento minerário e integrante do departamento jurídico da Votorantim Participações S.A. Atualmente, é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

Lyoji Okada. Formado em Direito pela Faculdade Nacional de Direito (São Paulo). Exerceu a advocacia em várias empresas, dentre as quais a Ishikawajima, NEC, Nippon Steel, Mitsubishi, Hitachi, Marubeni, Kawasaki Steel, Nisho-Iwai, C. Itoh, Banco de Tokyo, Banco Sumitomo, Banco América do Sul, NTT, Toyo-Menka, Toyo, Idemitsu, Okura, Nippon Kaiji Kiyokai, Consulado Geral do Japão, Câmara do Comércio e Industria Japonesa do Rio de Janeiro, Associação Nikkei do Rio de Janeiro e uma série de grandes empresas nacionais e internacionais. Trabalha como titular da Lyoji Okada – Advocacia Empresarial S.C., em consultorias em empresas nacionais e internacionais e em questões judiciais. Atualmente, é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

Moacyr Pimenta Brant Filho. Economista, formado pela UFMG, Especialista em Finanças pela Fundação Dom Cabral. Foi Gerente de Estudos de Mercado da Área Comercial da Companhia; Superintendente da Secretaria de Planejamento da Secretaria de Trabalhos de MG; Membro do Conselho Deliberativo da Caixa dos Empregados da Usiminas. Atualmente é membro suplente do Conselho fiscal da Companhia.

Diretoria

Wilson Nélio Brumer. Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – FUMEC, em Belo Horizonte (Minas Gerais). Foi Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado de Minas Gerais, presidente da CVRD (1990 a 1992), da Acesita S.A. (1992 a 1998) e da BHP Billiton no Brasil (1998 a 2002), além de ter exercido o cargo de membro de conselhos de diversas companhias e associações, inclusive da Usiminas. Foi diretor em diversas empresas do Grupo Votorantim, e atualmente, é coordenador do Grupo de Fomento Estratégico do Estado de Minas Gerais, presidente do Conselho de Administração da CEMIG, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG, da Rio Minas Energia Participações S.A. – RME e da Light S.A., e vice-presidente do conselho de administração do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG, além de presidente do conselho superior do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI. É Diretor Presidente da Companhia.

Omar Silva Júnior. Formado em Engenharia Elétrica pelo Instituto Politécnico da Universidade Católica de Minas Gerais, tendo feito pós-graduação em Administração de Empresas pela Fundação Dom Cabral. Foi membro do Conselho de Administração da Cosipa, tendo sido presidente desta por 7 anos. Desde 1972 na Usiminas, ocupou diversos cargos. Foi nomeado diretor industrial da Usiminas em 2005. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Vice-Presidente Industrial da Companhia.

Ronald Seckelmann. Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, tendo participado do Seminário Internacional *Competitive Strategy* em Harvard Business School. Foi Analista Financeiro da Cargill Agrícola S.A.; Gerente de Controladoria Divisional da Alcoa Alumínio S.A.; Diretor de Planejamento e Controle da Cia. Vidraria Santa Marina S.A. (Grupo Saint-Gobain); Diretor de Administração e Finanças da Igaras Papéis e Embalagens S.A.; Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Klabin S.A.; Diretor Vice-Presidente de Finanças e Controle da Bertin S.A. Atualmente é Diretor Vice-Presidente de Finanças, Relações com Investidores e Tecnologia da Informação da Companhia.

Sergio Leite de Andrade. Graduado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ e Mestre em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Na Companhia, foi Engenheiro pesquisador, Engenheiro do Controle Integrado de Chapas Grossas, Chefe da Unidade de Metalurgia de Aciaria e Laminação de Placas, Chefe da Unidade de Padronização e Coordenação, responsável pelo Controle Integrado dos Produtos Chapas Grossas, Laminados a Quente e Laminados a Frio, Gerente (Superintendente) do

Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, Gerente (Superintendente) Técnico Industrial; Presidente da Comissão de Qualidade; Superintendente de Marketing. Atualmente é Diretor Vice-Presidente de Negócios da Companhia.

Yasuo Takeda. Graduado em Engenharia, Universidade de Tóquio. No Grupo Nippon Steel, parte do Grupo de Controle da Companhia, foi Gerente Sênior do escritório na Europa; Gerente de Grupo do Departamento de controle de produção; Assistênte da Gerencia Geral, da Divisão de controle de Produção da planta de Hirohata; Superintendente de aciaria da planta de Hirohata; Gerente Geral da Divisão de controle de Produção da planta de Hirohata; Superintendente Geral Adjunto da Planta de Nagoya; Diretor Representante e Vice Presidente Executivo da Nippon Steel Corporation; Vice Presidente de Relações Especiais da Companhia.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. Condenação criminal

Não há condenação criminal para cada um dos administradores e membros do conselho fiscal.

ii. Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não há condenação em processo administrativo da CVM para cada um dos administradores e membros do conselho fiscal.

iii. Qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa, para cada um dos administradores e membros do conselho fiscal.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores e membros do conselho fiscal do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia.

b) Administradores e membros do conselho fiscal do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores e membros do Conselho Fiscal do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

c) Administradores e membros do conselho fiscal do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores e membros do Conselho Fiscal do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia.

d) Administradores e membros do conselho fiscal do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissora

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores e membros do Conselho Fiscal do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável. Inexistem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

i) O membro titular do Conselho de Administração Francisco Caprino Neto ocupa cargo em companhia que faz parte do Grupo de Controle do emissor;

ii) O membro titular do Conselho de Administração Fumihiko Wada ocupa cargo em companhia que faz parte do Grupo de Controle do emissor;

iii) O membro titular do Conselho de Administração Toru Obata ocupa cargo em companhia que faz parte do Grupo de Controle do emissor;

iv) O membro titular do Conselho de Administração Albano Chagas Vieira ocupa cargo em companhia que faz parte do Grupo de Controle do emissor;

v) O membro titular do Conselho de Administração Israel Vainboim presta serviços a uma companhia que faz parte do Grupo de Controle do emissor;

vi) O membro titular do Conselho de Administração Rômel Erwin ocupa cargo em Entidade que faz parte do Grupo de Controle do emissor;

vii) O membro titular do Conselho de Administração Rita Horta Rebelo de Assis ocupa cargo em Entidade que faz parte do Grupo de Controle do emissor;

viii) O membro suplente do Conselho de Administração Toshimi Sugiyama ocupa cargo em companhia que faz parte do Grupo de Controle do emissor;

ix) O membro suplente do Conselho de Administração Nobuhiro Yamamoto ocupa cargo em companhia que faz parte do Grupo de Controle do emissor;

x) O membro suplente do Conselho de Administração Gustavo Pellicciari de Andrade ocupa cargo em companhia que faz parte do Grupo de Controle do emissor;

xi) O membro suplente do Conselho de Administração Luciano Francisco Alves ocupa cargo em companhia que faz parte do Grupo de Controle do emissor;

xii) O membro suplente do Conselho de Administração Paulo Villares Mussetti ocupa cargo em companhia que faz parte do Grupo de Controle do emissor;

xiii) O membro suplente do Conselho de Administração Yoichi Furuta ocupa cargo em companhia que faz parte do Grupo de Controle do emissor;

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável. Inexistem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

A Companhia possui Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Conselheiros (D&O), que cobre eventuais condenações pecuniárias imputadas aos administradores da Companhia em virtude de processos judiciais ou extrajudiciais surgidos na vigência do contrato, relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo as eventuais despesas de defesa.

12.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia garante o controle e o monitoramento das boas práticas de Governança Corporativa com o auxílio de dois mecanismos: a Superintendência de Auditoria Interna, que atua preventivamente para garantir o controle e a redução de riscos; e o Canal Aberto, criado em 2009 para receber as denúncias de clientes, fornecedores, investidores e colaboradores sobre irregularidades observadas nas operações da Companhia. Dessa forma, a Usiminas atua de forma coesa e transparente, o que garante mais segurança e confiabilidade nas operações da Companhia.

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

O Conselho de Administração da Companhia, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos, estabeleceu em 2009 uma nova política de remuneração para os membros da sua Diretoria estatutária. Referida política tem como base as práticas de mercado, que levam em conta a agregação de valor para a Companhia, seus acionistas e demais *stakeholders*, apurada através do cumprimento de metas quantitativas e qualitativas atreladas à performance global da empresa. O seu objetivo é reconhecer adequadamente a contribuição de cada membro do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria frente à realização dos objetivos estratégicos, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

Não há remuneração para os membros dos Comitês da Usiminas.

b) Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Para os Diretores Estatutários: o valor total da remuneração anual fixa e variável é determinado através de decisão do Conselho de Administração, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos, conforme estudo de mercado apresentado anualmente. A remuneração fixa é paga em 12 (doze) parcelas ao longo do ano. A remuneração variável, atrelada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas relacionadas à performance global da empresa, é paga a título de bônus da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) em dezembro do respectivo exercício suportadas por uma estimativa do cumprimento das metas e o saldo remanescente após apuração final dos parâmetros de performance com base no Balanço Anual Auditado e aprovado pelo Conselho de Administração.

Para os Diretores Não Estatutários: a remuneração (fixa e variável) é definida pelo Diretor-Presidente de acordo com práticas de mercado e atrelada ao desempenho individual de cada membro.

Para o Conselho de Administração: a remuneração fixa anual é equivalente a 10% (dez por cento) da parcela fixa da remuneração anual estabelecida para o Diretor-Presidente da Companhia, a ser paga mensalmente a cada um dos Conselheiros. Para o Presidente do Conselho é paga uma remuneração equivalente a 30% (trinta por cento) da parcela fixa da remuneração anual estabelecida para o Diretor-Presidente, em parcelas mensais. Não há prática de remuneração variável.

Para o Conselho Fiscal: a remuneração mensal dos membros efetivos é fixada em 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração atribuída aos Diretores Estatutários da Companhia, nos termos do parágrafo 3º do art. 162 da Lei nº 6.404/76. Não há prática de remuneração variável.

A política de remuneração (fixa e/ou variável) tem por objetivo reconhecer adequadamente a contribuição de cada membro dos Conselhos e Diretoria frente à realização dos objetivos estratégicos, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

A empresa oferece os seguintes benefícios (exclusivamente para os Diretores) : Assistência Médica e Odontológica, Seguro de Vida e Previdência Privada (opcional). Para a Diretoria Estatutária, além dos benefícios acima, é oferecido carro com motorista. Não são oferecidos benefícios para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A empresa não adota para nenhum dos órgãos descritos acima: benefícios pós emprego, benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total – conforme acima

Para os Diretores Estatutários a composição é a seguinte: 50% remuneração fixa e 50% remuneração variável (valor máximo), sendo que a remuneração variável é paga conforme cumprimento de metas.

Para os Diretores Não Estatutários, temos a seguinte composição: 61% como remuneração fixa e 39% como remuneração variável.

A Companhia não adota para nenhum dos níveis acima: benefícios pós emprego, benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Remuneração Fixa – a metodologia utilizada para cálculo/reajuste da remuneração fixa dos administradores da Companhia baseia-se em uma avaliação das práticas de mercado e da conjuntura econômica vigente. Tal metodologia visa a assegurar que a política adotada pela empresa seja competitiva e esteja em linha com o mercado e com os interesses dos acionistas da Usiminas.

Remuneração Variável – a metodologia aplicável à remuneração variável tem como base o estabelecimento de indicadores quantitativos (ex.: Ebitda, Fluxo de Caixa Livre, Lucro Líquido, entre outros) e qualitativos atrelados à performance global da empresa e ao cumprimento de metas coletivas e individuais. Anualmente, o Conselho de Administração, com base em recomendação de seu Comitê de Recursos Humanos, promove a revisão do conjunto de indicadores e metas a fim de adequá-los às práticas de mercado, à conjuntura econômica global, aos interesses dos acionistas e, também, objetivando incentivar a performance sustentável da empresa no longo prazo.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia entende que a remuneração de seus executivos (Diretoria Estatutária e demais Diretores), composta de parcela fixa e variável atende aos princípios de mercado e

permite a avaliação do desempenho de seus executivos com base na performance global da empresa.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa leva em consideração o reconhecimento da contribuição de cada membro frente à realização dos objetivos estratégicos da Companhia, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

A remuneração variável leva em consideração indicadores quantitativos e qualitativos, determinados anualmente com base em estudos de mercado e aspectos conjunturais da economia global. São Indicadores quantitativos: Margem Ebitda, Fluxo de Caixa Livre e Lucro Líquido. Os Indicadores qualitativos estão atrelados à performance financeira e não financeira da Companhia.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia entende que a política de remuneração condicionada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas (conforme explicitado no item anterior), permite que a evolução de cada uma das dimensões de seu interesse institucional seja adequadamente medida a partir de indicadores de desempenho aos quais são atribuídos pesos da ponderação. A concentração de tais pesos da ponderação é alocada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos que leva em consideração aspectos conjunturais e a agregação de valor para a Companhia, seus acionistas e demais *stakeholders*.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Segundo a ótica da empresa, temos como política:

Curto prazo: a remuneração está baseada no monitoramento de mercado do salário base de cada cargo, conforme painel de empresas congêneres.

Médio Prazo: está alinhada com o acompanhamento de metas de desempenho definidas anualmente para cada negócio e que visam a alavancar a performance global da empresa. As metas são repactuadas anualmente.

Longo Prazo: estamos avaliando a implementação dessa modalidade de remuneração para a Diretoria Executiva.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável. A remuneração de todos os executivos da empresa é suportada integralmente pela Usiminas.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2008 (*) (**)

Orgão	No membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	TOTAL
		Salário ou Pró-Labore	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (Honorários)	Bônus	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros				
Diretoria Estatutária	9	N/A	R$ 99.074,81	N/A	R$ 5.558.632,14	R$ 15.921.294,68	N/A	N/A	N/A	R$ 2.037.702,28	N/A	N/A	N/A	R$ 23.616.703,91
Conselho de Administração	9	N/A	R$ -	N/A	R$ 1.375.490,23	R$ 4.005.454,52	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	R$ 5.380.944,75
Conselho Fiscal	4	N/A	R$ -	N/A	R$ 300.238,72	R$ -	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	R$ 300.238,72
Total	22	N/A	R$ 99.074,81	N/A	R$ 7.234.361,09	R$ 19.926.749,20	N/A	N/A	N/A	R$ 2.037.702,28	N/A	N/A	N/A	R$ 29.297.887,38

Exercício social encerrado em 31/12/2009 (*)

Orgão	No membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do	Remuneração baseada em ações	TOTAL
		Salário ou Pró-Labore	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (Honorários)	Bônus	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros				
Diretoria Estatutária	9	N/A	R$ 263.686,03	N/A	R$ 4.509.168,60	R$ 5.258.466,53	N/A	N/A	N/A	R$ 1.841.321,34	N/A	N/A	N/A	R$ 11.872.642,50
Conselho de Administração	9	N/A	R$ -	N/A	R$ 1.709.861,26	R$ -	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	R$ 1.709.861,26
Conselho Fiscal	4	N/A	R$ -	N/A	R$ 372.404,04	R$ -	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	R$ 372.404,04
Total	22	N/A	R$ 263.686,03	N/A	R$ 6.591.433,90	R$ 5.258.466,53	N/A	N/A	N/A	R$ 1.841.321,34	N/A	N/A	N/A	R$ 13.954.907,80

Remuneração prevista para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2010 (*)

A Companhia apresenta abaixo, uma previsão de pagamentos a serem efetuados em 2010 para os órgãos destacados, podendo este valor variar até o limite de R$ 30 milhões, o qual foi definido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Previsão para pagamento em 2010

Orgão	No membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	TOTAL
		Salário ou Pró-Labore	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (Honorários)	Bônus	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros				
Diretoria Estatutária	5	N/A	R$ 130.000,00	N/A	R$ 6.360.000,00	R$ 10.000.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	R$ 16.490.000,00
Conselho de Administração	7	N/A	N/A	N/A	R$ 1.402.476,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	R$ 1.402.476,00
Conselho Fiscal	4	N/A	N/A	N/A	R$ 506.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	R$ 506.000,00
Total	16	N/A	R$ 130.000,00	N/A	R$ 8.268.476,00	R$ 10.000.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	R$ 18.398.476,00

(*) valores nominais brutos sem encargos sociais
(**) Em 2008, foram pagos aos administradores (conselheiros e diretores) parcelas da verba global de R$ 24,0 milhões, aprovada na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 29/4/2008, além de parte dos pagamentos referentes à verba global de R$ 37,5 milhões aprovada na AGO de 10/4/2007.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2009	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros	9	9	4
Bônus	R$	R$	R$
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. E de acordo com as metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	24.000.000,00(*)	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não existe. É de no máximo o valor informado acima (*)	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	5.258.466,53	N/A	N/A

Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	5.258.466,53	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.
(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O limite para pagamento incluindo a remuneração fixa, é a verba anual definida em Assembleia Geral Ordinária, que no caso de 2.009 foi de R$ 24 milhões.
(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

Exercício 2010

Para 2010, as premissas para os indicadores e metas, a princípio, poderão ser as mesmas adotadas em 2009, sujeitas às variações necessárias para refletir à conjuntura econômico-financeira global:

Exercício social a ser encerrado em 31/12/2010	**Diretoria Estatutária**	**Conselho de Administração (**)**	**Conselho Fiscal (**)**
Número de membros	9	9	4
Bônus	R$	R$	R$
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	30.000.000,00(*) (*)	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	(*)	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido		N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.
(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O limite para pagamento incluindo a remuneração fixa, é a verba anual definida em Assembleia Geral Ordinária, que no caso de 2.010 é de R$ 30 milhões.
(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

A Companhia não adota, nem adotou no último exercício social, plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

		Quantidade de Valores Mobiliários em 31/12/2009		
Empresa	**Valor Mobiliário**	**Conselho de Administração**	**Diretoria**	**Conselho Fiscal**
Usiminas	Ação Ordinária	32	376	500
Usiminas	Ação Preferencial Classe A	10.956	591	4.050

13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

A Companhia não adota, nem adotou nos últimos 3 exercícios sociais, plano de remuneração baseado em ações.

13.7. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

A Companhia não adota plano de remuneração baseado em ações,não havendo opções em aberto para a aquisição de ações de emissão da Companhia pelos membros do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

A Companhia não adota, nem adotou nos últimos 3 exercícios sociais, plano de remuneração baseado em ações.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A Companhia não adota, nem adotou nos últimos 3 exercícios sociais, plano de remuneração baseado em ações.

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Órgão	No membros	Nome do Plano	Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Condições para se aposentar antecipadamente	valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições
Diretor-Presidente	1	BRADESCO	Nenhum participante atual está em condições de se aposentar.	Nenhum participante atual está em condições de se aposentar antecipadamente.	R$ 201.449,28	R$ 154.699,98	A única opção para resgate antecipado ocorre na ocasião do desligamento de participante que ainda não se aposentou, sendo que é possível sacar apenas o total de suas contribuições ao plano.
Conselho de Administração (*)	3	PB1 / USIPREV	02 componentes estão aposentados e outro não reúne condições para se aposentar	02 componentes estão aposentados e outro não reúne condições para se aposentar antecipadamente	R$ 1.138.532,51	R$ 15.388,49	A única opção para resgate antecipado ocorre na ocasião do desligamento de participante que ainda não se aposentou, sendo que é possível sacar apenas o total de suas contribuições ao plano.
Diretoria Estatutária	3	PB1 / USIPREV	01 componente está aposentado e os outros não reúnem condições para se aposentar	01 componente está aposentado e os outros não reúnem condições para se aposentar antecipadamente	R$ 1.795.484,16	R$ 118.069,20	A única opção para resgate antecipado ocorre na ocasião do desligamento de participante que ainda não se aposentou, sendo que é possível sacar apenas o total de suas contribuições ao plano.

(*) Estes conselheiros faziam parte da Diretoria anterior e por isso possuem o plano.

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal[1]:

- Órgão
- número de membros
- valor da maior remuneração individual
- valor da menor remuneração individual

[1] Para averiguação dos valores a serem inseridos neste item, utilizar os critérios estabelecidos no item 13.2.

- valor médio de remuneração individual

Exercício social encerrado em 31/12/2008 – Valores Anuais (*)

Orgão	No membros	Remuneração Individual Total - Anual		
		Menor	Maior	Médio
Diretoria Estatutária	10	R$ 232.156,48	R$ 6.654.473,83	R$ 2.905.073,63
Conselho de Administração	10	R$ 14.143,86	R$ 1.475.929,04	R$ 538.094,48
Conselho Fiscal	4	R$ 23.590,32	R$ 75.059,68	R$ 33.359,86

Exercício social encerrado em 31/12/2009 – Valores Anuais (*)

Orgão	No membros	Remuneração Individual Total - Anual		
		Menor	Maior	Médio
Diretoria Estatutária	9	R$ 650.981,66	R$ 3.723.952,14	R$ 1.319.182,50
Conselho de Administração	9	R$ 153.776,85	R$ 459.000,00	R$ 189.984,58
Conselho Fiscal	4	R$ 93.101,01	R$ 93.101,01	R$ 93.101,01

(*) valores nominais sem encargos sociais.

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, tendo em vista não existirem os instrumentos indicados.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Conselho de Administração: 88%

Conselho Fiscal: 60%

Diretoria Estatutária: 100%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os administradores e membros do conselho fiscal não recebem, nem receberam nos últimos 3 exercícios sociais, remuneração que não em razão da função que ocupam na Companhia.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável, por não haver, nem ter havido nos últimos 3 exercícios sociais, pagamentos aos membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, pelos nossos controladores, ou controladas e coligadas.

13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes.

Não Há.

14. Recursos humanos

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia fechou o ano de 2009 com 29.603 funcionários, sendo que desse montante, 13.175 pertencem a Companhia e 16.428 pertencem as suas empresas controladas e coligadas.

Do total do efetivo próprio, 95% encontram-se concentrados na região sudeste, onde estão situadas as usinas I e II, localizadas em Ipatinga/MG e Cubatão/SP respectivamente, além das empresas Automotiva Usiminas, localizada em Pouso Alegre/MG, Unigal Usiminas e Usiminas Mecânica, ambas também localizadas em Ipatinga/MG.

Número de colaboradores por tipo de emprego

			Usiminas
	Exercício social encerrado em 31/12/2009	**Exercício social encerrado em 31/12/2008**	**Exercício social encerrado em 31/12/2007**
Diretoria	37	34	19
Gerência	200	235	232
Superior	1.639	1.558	1.383
Médio	2.894	3.212	2.898
Administrativo	431	720	668
Operacional	7.974	12.108	9.337
	13.175	**17.867**	**14.537**
			Controladas
Diretoria	6	4	2
Gerência	194	140	134
Superior	381	565	541
Médio	2.248	1.718	1.469
Administrativo	1.556	923	822
Operacional	12.043	8.567	7.575
	16.428	**11.917**	**10.543**

Número de colaboradores por região

	Usiminas		
	Exercício social encerrado em 31/12/2009	**Exercício social encerrado em 31/12/2008**	**Exercício social encerrado em 31/12/2007**
Região Sul	15	14	14
Região Sudeste	13.157	17.850	14.520
Região Centro-Oeste	-	-	-
Região Nordeste	3	3	3
Região Norte	-	-	-
	13.175	**17.867**	**14.537**

	Controladas		
	2009	**2008**	**2007**
Região Sul	779	43	45
Região Sudeste	14.909	8.542	8.807
Região Centro-Oeste	-	-	-
Região Nordeste	60	27	27
Região Norte	680	3.305	1.664
	16.428	**11.917**	**10.543**

b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

O número de terceirizados na Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 era de 18.060 terceirizados. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 este número era de 12.216 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 era de 16.222.

A Companhia não possui atualmente uma estrutura de informações para terceirizados, onde é possível buscar tais informações por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica.

c) Índice de rotatividade

A taxa de rotatividade da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foi de 37,3% e corresponde ao desligamento de 6.121 colaboradores. Nas empresas controladas a rotatividade neste mesmo ano foi de 21,6% e corresponde ao desligamento de 2.848 colaboradores.

A taxa de rotatividade da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 foi de 57,9% e corresponde ao desligamento de 6.894 colaboradores. Nas empresas controladas a rotatividade neste mesmo ano foi de 4,4% e corresponde ao desligamento de 783 colaboradores.

A taxa de rotatividade da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 foi de 35,1% e corresponde ao desligamento de 3.704 colaboradores. Nas empresas controladas a rotatividade neste mesmo ano foi de 4,4% e corresponde ao desligamento de 642 colaboradores.

d) Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Para informações sobre passivos e contingências trabalhistas da Companhia, ver item 4.3 a 4.7 deste formulário de referência.

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Devido à redução na demanda, a Companhia realizou, em acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga e com o Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista, um Programa de Desligamento Voluntário ("PDV"), de 4 a 22 de maio de 2009. Foram inscritos 506 empregados da Companhia (usinas de Ipatinga e de Cubatão e da sede, em Belo Horizonte), número inferior ao considerado necessário para adequar a Companhia aos ambientes de negócios. Foi necessário, portanto, o desligamento de mais 1.908 colaboradores nas duas usinas (Ipatinga e Cubatão).

Após término dos desligamentos referentes ao PDV, a Companhia assinou acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga (Sindipa) no qual ela se comprometia a suspender as demissões na unidade de Ipatinga no prazo de 30 dias, a partir de 5 de junho, data do acordo. Ainda constou deste Acordo a desistência por parte do sindicato da ação judicial para suspensão das demissões e revisão das dispensas ocorridas.

Para minimizar o impacto social dos desligamentos, a Companhia ofereceu gratificações financeiras além das verbas legais, para os funcionários dispensados. Além disso, estes funcionários puderam continuar usufruindo do plano de saúde (assistência médica e odontológica para titulares e dependentes) da Companhia por seis meses após a rescisão do contrato. Na seleção dos funcionários a serem desligados após 22 de maio de 2009, a Companhia optou por aqueles que já estavam aposentados ou já podiam entrar com o pedido de aposentadoria e que, portanto, teriam outra fonte de renda que não o salário.

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a) Política de salários e remuneração variável

A política de remuneração da Companhia objetiva garantir a competitividade dos salários, benefícios e incentivos de curto prazo, bem como a atração e retenção dos recursos humanos necessários para a obtenção dos resultados estratégicos do negócio, sempre baseados em valores do mercado congênere.

O plano de remuneração é fundamentado em descrições de cargos/postos de trabalho, hierarquizados tecnicamente por meio de metodologia HAY que considera características bem definidas quanto a exigências e pré-requisitos, conhecimentos, habilidades, complexidade, responsabilidades e principais relações internas e externas, agrupados segundo tais características, sendo atribuídas faixas salariais a tais grupos, com referenciais mínimos e máximos, tendo como parâmetro o resultado médio por cargo/posto de trabalho de pesquisa salarial elaborada em um universo de empresas congêneres ou do mesmo porte (mercado selecionado – definido pela diretoria).

Planos de Participação nos Lucros

Em conformidade com a legislação federal brasileira, as companhias que operam no Brasil têm permissão para compartilhar lucros com os empregados, com isenção de pagamento das contribuições sociais, a partir do exercício fiscal de 1995. Em 1995, a Companhia instituiu um plano de participação nos lucros para seus empregados, atrelando o valor que será distribuído aos empregados, na distribuição de dividendos aos acionistas e limitando este montante a 4 folhas de pagamento mensais ao ano. De acordo com o programa, a parcela do lucro de cada empregado está relacionada aos resultados operacionais e financeiros da Companhia. O pagamento é efetuado na hipótese dos objetivos definidos pela administração serem atingidos pela unidade de processamento ou industrial na qual o empregado trabalha e com base no desempenho individual do empregado. Os sindicatos que representam os empregados manifestaram concordância com referido plano de participação nos lucros.

b) Política de benefícios

A política de benefícios é administrada na forma de vantagens e facilidades oferecidas a todos os colaboradores das Empresas Usiminas, com o intuito de proporcionar-lhes segurança e

bem-estar, tanto no ambiente interno quanto no externo. É oferecido aos empregados um pacote de benefícios, incluindo assistências médica, hospitalar e odontológica, auxílio alimentação, vale transporte, auxílio creche, participação no programa de educação e desenvolvimento profissional, seguro de vida em grupo, plano de previdência privada e participação nos lucros e resultados. Como parte de sua Política de Recursos Humanos, a Companhia oferece seguro de vida em grupo e seguro contra acidentes pessoais e invalidez a todos os empregados e diretores.

Planos de Previdência

A Companhia oferece aos seus colaboradores planos de previdência complementar, os quais são administrados pela CAIXA - Caixa do Empregados da Usiminas e pela FEMCO (Fundação Cosipa de Seguridade Social). O objetivo principal destes planos é complementar os benefícios de aposentadoria concedidos pelo Governo Federal aos colaboradores da Companhia e outras sociedades indicadas a seguir e das próprias CAIXA e FEMCO. As contribuições aos mencionados planos são efetuadas pelas respectivas patrocinadoras e pelos empregados, com base em estudos atuariais.

A Companhia, por meio da CAIXA, oferece dois planos de previdência complementar para seus empregados, sendo um plano de benefício definido e outro de contribuição variável, chamado USIPREV.

O plano de benefício definido da CAIXA foi iniciado em 1972, sendo suas patrocinadoras a Companhia, UMSA (Usiminas Mecânica S/A), Fundação São Francisco Xavier, Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Usiminas e Empresas Coligadas em Ipatinga Ltda. – Coopeco, Consul, Associação dos Empregados do Sistema Usiminas – AEU, Corretora de Seguros Timbiras Ltda. e a própria CAIXA, e que desde novembro de 1996 não aceita novos participantes.

Em agosto de 1998, entrou em operação o plano USIPREV para os empregados que começaram a trabalhar após novembro de 1996. Esse plano também permitiu migração dos participantes do antigo plano, e em 1998, 80,4% dos participantes do plano antigo haviam migrado para o plano USIPREV. Além das sociedades indicadas anteriormente, a Unigal também é patrocinadora do USIPREV. Em 31 de dezembro de 2009, o plano USIPREV possuía 17.451 participantes ativos e aposentados ou pensionistas, enquanto o plano antigo contava, ainda, com 9.563 participantes remanescentes ativos, aposentados ou pensionistas.

As contribuições à CAIXA durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para os dois planos de benefícios totalizaram R$12.293 mil (31 de dezembro de 2008 – R$11.608 mil).

As patrocinadoras contribuíram com R$117 milhões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 como contribuição extraordinária relacionada à uma reserva técnica insuficiente determinada no final de 1994 (plano de amortização, que prevê pagamentos anuais, durante 19 anos, aprovado pelo Ministério da Previdência Social, e que vigorará por mais 13 anos).

Em 31 de dezembro de 2009, o plano USIPREV possuía ativos líquidos de R$4.781 milhões.

A Companhia, através da FEMCO, também oferece dois planos de previdência complementar para seus empregados, sendo um plano de benefício definido e outro de contribuição definida, chamado COSIPREV. As patrocinadoras de ambos os planos são, atualmente, a Companhia e a própria FEMCO.

O plano de benefício definido foi iniciado em 1975 e, desde dezembro de 2000, não aceita novos participantes.

Em dezembro de 2000, foi criado o plano COSIPREV para os empregados que começaram a trabalhar após aquele mês. Tal plano, em semelhança ao plano USIPREV, também permitiu migração dos participantes do antigo plano, e em 2000, 81% dos participantes do plano antigo havia migrado para o COSIPREV. Em 31 de dezembro de 2009, o plano COSIPREV possuía 4.645 participantes ativos, assistidos e autopatrocinados/diferido, enquanto o plano de benefício definido contava, ainda, com 8.357 participantes remanescentes ativos, participantes aposentados ou pensionistas.

Ressalta-se que, de acordo com as regras que regulam a FEMCO, relativamente ao plano de benefício definido que esta administra, a Companhia é obrigada a custear qualquer insuficiência nas reservas necessárias para o pagamento de quaisquer benefícios para os participantes.

As contribuições à FEMCO para os dois planos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 totalizaram R$12.853 mil (31 de dezembro de 2008 – R$15.930 mil).

Ainda durante o exercício de 2009, a Companhia efetuou contribuições extraordinárias para o plano de benefício definido no valor de R$32 milhões, para ajuste na constituição da provisão matemática para cobertura com as despesas do fundo relativas a serviços passados.

Em 31 de dezembro de 2009, o plano COSIPREV possuía ativos líquidos de R$1.037 milhões.

Além do exposto acima, a Companhia também observa e cumpre todas as definições decorrentes dos Acordos Coletivos de Trabalho em suas diversas unidades.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

Não Aplicável. A Companhia não oferece a seus empregados planos de remuneração baseados em ações.

14.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos

O relacionamento da Companhia com os diversos sindicatos com que se relaciona é baseado sempre na transparência, respeito, ética e diálogo constantes. A Companhia objetiva manter canais permanentes de diálogo, de forma que os eventuais impasses sejam solucionados amigavelmente e os conflitos evitados.

Temos no ano, 7 datas-base formalizadas para negociação formal junto aos sindicatos, abrangendo, assim, 7 meses no ano, sendo 3 da Companhia (maio, agosto e novembro) e 7 das controladas da Companhia (Abril – Usiminas Mecânica S.A. Cubatão/Metalúrgicos; Maio – Soluções em Aço Usiminas S.A. Porto Alegre e Usiminas Mecânica S.A. Ourilândia; Agosto – Usiminas Mecânica S.A. Cubatão/Construção Civil; Setembro – Soluções em Aço Usiminas S.A. Taubaté; Outubro - Automotiva Usiminas e Soluções em Aço Usiminas S.A. Betim; Novembro – Usiminas Mecânica S.A. Ipatinga, Soluções em Aço Usiminas S.A. São Paulo, Soluções em Aço Usiminas S.A. Guarulhos e Automotiva Usiminas Campo Limpo Paulista e Dezembro – Soluções em Aço Usiminas S.A. Recife). Nestas ocasiões de negociação formal, somos signatários tanto de Acordos Coletivos de Trabalho, negociados diretamente entre a Companhia e os Sindicatos Profissionais, quanto de Convenções Coletivas de Trabalho, negociadas entre os Sindicatos Patronais que nos representam e os respectivos Sindicatos Profissionais.

Os outros momentos de negociação e relacionamento se referem a temas diversos, tanto de interesse dos trabalhadores, quanto de interesse da própria Companhia, como é o caso das reuniões de atualização dos sindicatos sobre os resultados da Companhia, novas ações e planos para o futuro.

A complexidade da negociação sindical das empresas da Companhia significa uma extensão territorial de 6 Estados, 14 cidades e respectivos 14 principais sindicatos.

15. Controle

15.1. Identificar o acionista ou grupo de acionistas controladores, indicando em relação a cada um deles: *(a) nome; (b) nacionalidade; (c) CPF/CNPJ; (d) quantidade de ações detidas, por classe e espécie; (e) percentual detido em relação à respectiva classe ou espécie; (f) percentual detido em relação ao total do capital social; (g) se participa de acordo de acionistas*

Acionista	CNPJ	Nacionalidade	Participa de Acordo de Acionistas	Data da ultima alteração	Ação Ordinária	% Participação mesma espécie / classe	Ações Preferenciais Classe A	% Participação mesma espécie / classe	Ações Preferenciais Classe B	% Participação mesma espécie / classe	% em relação ao capital social total
Nippon Usiminas Co. Ltd.	05.527.337/0001-75	Japonesa	Sim	16/04/2009	59.984.894	23,74	1.415.416	0,56	0	0,00	12,11
Nippon Steel Corporation	05.473.413/0001/07	Japonesa	Sim	16/04/2009	9.410.178	3,72	153.963	0,06	0	0,00	1,89
Mitsubishi Corporation do Brasil S/A	61.090.619/0001-29	Brasileira	Sim	16/04/2009	3.724.772	1,47	0	0,00	0	0,00	0,73
Metal One Corporation	05.733.199/0001-80	Japonesa	Sim	16/04/2009	379.624	0,15	0	0,00	0	0,00	0,07
Votorantim Participações S/A	61.082.582/0001-97	Brasileira	Sim	16/04/2009	13.330.027	5,28	0	0,00	0	0,00	2,63
Votorantim Siderurgia Participações S/A	08.380.790/0001-90	Brasileira	Sim	16/04/2009	19.473.438	7,71	0	0,00	0	0,00	3,84
Camargo Corrêa S/A	01.098.905/0001-09	Brasileira	Sim	16/04/2009	21.999.471	8,71	0	0,00	0	0,00	4,34
Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A	61.522.521/0001-02	Brasileira	Sim	16/04/2009	7.210.684	2,85	0	0,00	0	0,00	1,42
Camargo Corrêa investimentos em infraestrutura S/A	02.372.232/0001-04	Brasileira	Sim	16/04/2009	3.593.308	1,42	0	0,00	0	0,00	0,71
Caixa dos Empregados da Usiminas	16.619.488/0001-70	Brasileira	Sim	16/04/2009	25.582.321	10,13	0	0,00	0	0,00	5,05

O quadro acima apresenta o total de ações vinculadas e não vinculadas ao bloco de controle da Companhia.

(h) se o acionista for pessoa jurídica, lista contendo as informações referidas nos subitens "a" a "d" acerca de seus controladores diretos e indiretos, até os controladores que sejam pessoas naturais, ainda que tais informações sejam tratadas como sigilosas por força de negócio jurídico ou pela legislação do país em que forem constituídos ou domiciliados o sócio ou controlador

Nippon Usiminas CO., LTD.
Ações em unidades
Data base: 30/04/2010

Acionista	Nacionalidade	CNPJ	Ações Ordinárias		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Steel Corporation - NSC	Japonesa	Não inscrito	268,874	89.35	268,874	89.35
Japan International Cooperation Agency - JICA	Japonesa	Não inscrito	30.092	10,00	30.092	10,00
Mitsubishi Corporation	Japonesa	Não inscrito	1.948	0,65	1.948	0,65
Total			**300.914**	**100,00**	**300.914**	**100,00**

(1) Nippon Steel Corporation – NSC, é uma companhia aberta, listada na Bolsa de Tokyo – Japão. Se trata da empresa controladora do Grupo Nippon Steel, que tem como principal negócio a produção de aço, além de atender aos setores de Engenharia, Construção, Química, Tecnologia de Sistemas e outros, através de diversas outras subsidiárias. A Nippon Steel Corporation tem como principais acionistas os seguintes:

Principais Acionistas	%
Japan Trustee Services Bank, Ltd.	10,0%
Sumitomo Metal Industries, Ltd.	4,2%
CBHK-Korea Securities Depository	3,5%
Nippon Life Insurance Company	3,4%
The Master Trust Bank of Japan, Ltd.	3,2%
Mizuho Corporate Bank, Ltd.	2,7%
Trust & Custody Services Bank, Ltd.	2,1%
Meiji Yasuda Life Insurance Company	2,1%
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd.	2,0%
Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co., Ltd.	1,4%

(2) JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão, do inglês Japan International Cooperation Agency, é um órgão do Governo Japonês responsável pela implementação de Cooperação técnica, Empréstimo ODA (*Official Development Assistance*) e Cooperação Financeira Não Reembolsável do Japão com os países em desenvolvimento, visando a melhoria das condições sócio-econômicas dos habitantes desses países. Para tanto, a JICA possui escritórios em quase 100 países, além da matriz em Tóquio e centros de treinamento em várias regiões do Japão.

(3) Mitsubishi Corporation é uma companhia aberta, listada na Bolsa de Tokyo – Japão. Possui negócios divididos nas áreas de Inovação, Finanças, Indústrias, Logística e Desenvolvimento, Energia, Maquinas, Química, Metais, Construção, Alimentos e outros, através de diversas outras subsidiárias, em diversos países. A Mitsubishi Corporation tem como principais acionistas os seguintes:

Principais Acionistas	%
Japan Trustee Services Bank,Ltd.	6,9%
Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co.,Ltd.	5,5%
Meiji Yasuda Life Insurance Company	4,4%
The Master Trust Bank of Japan, Ltd.(Trust Account)	4,2%
The Master Trust Bank of Japan, Ltd.(Mitsubishi Heavy Industries)	3,0%
The Chase Manhattan Bank, N.A. - London	2,0%
State Street Bank and Trust	1,6%
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd.	1,6%
The Nomura Trust and Banking Co.Ltd.	1,3%

Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. – CNPJ 61.090.619/0001-29

A Mitsubishi Corporation do Brasil S.A., tem como principais acionistas a Mistubishi Corporation com 83,18% de participação no capital Social, e a Mitsubishi International Corporation Norte Americana, com participação de 16,82% no capital Social. A Mitsubishi International Corporation Norte Americana, tem como principal e único acionista a Mitsubishi Corporation com 100% de participação no Capital Social da mesma.

Metal One Corporation

AÇÕES EM UNIDADES
DATA BASE : 30/04/2010

Acionista	Nacionalidade	CNPJ	Ações Ordinárias		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%
Mitsubishi Corporation	Japonesa	Não Inscrito	1.200.000	60,00	1.200.000	60,00
Sojitz Corporation	Japonesa	Não Inscrito	800.000	40,00	800.000	40,00
Total			**2.000.000**	**100,00**	**2.000.000**	**100,00**

Os principais acionistas da Mitsubishi Corporation estão relacionados acima. A Sojitz Corporation tem como principais acionistas:

Principais Acionistas	%
Japan Trustee Services Bank,Ltd.	11,4%
The Master Trust Bank of Japan, Ltd.	2,8%
Trust & Custody Services Bank, Ltd.	1,7%
State Street Bank and Trust Company	1,4%
Melon Bank, N.A., na qualidade de representante da Melon Omnibus US Pension	1,1%
The Chase Manhattan Bank, N.A. London S.L. Omnibus Account	0,9%
Juniper	0,9%
State Street bank West Client Omnibus	0,8%
Melon Bank, N.A. Treaty Client Omnibus	0,8%
Nomura Singapore Limited Account Nominee FJ 1309	0,7%

Votorantim Participações S.A. – CNPJ 61.082.582/0001-07

Ações em unidades
Data base: 30/04/2010

Acionista	Nacionalidade	CNPJ/MF ou CPF	Ações Ordinárias		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%
Hejoassu Administração S.A.	Brasileira	61.194.148/0001-07	5.304.772.481	98,60	5.304.772.481	98,60
Neyde Ugolini de Moraes	Brasileira	277.585.978-02	19.026.623	0,35	19.026.623	0,35
Antonio Ermírio de Moraes	Brasileira	004.806.578-15	19.026.623	0,35	19.026.623	0,35
Ermírio Pereira de Moraes	Brasileira	499.217.118-49	19.026.623	0,35	19.026.623	0,35
Maria Helena Moraes Scripilliti	Brasileira	174.502.828-58	19.026.623	0,35	19.026.623	0,35
Carlos Ermírio de Moraes	Brasileira	021.946.058-27	1	Menor do que 0,01%	1	Menor do que 0,01%
José Ermírio de Moraes Neto	Brasileira	817.568.288-49	1	Menor do que 0,01%	1	Menor do que 0,01%
José Roberto Ermírio de Moraes	Brasileira	029.080.178-81	1	Menor do que 0,01%	1	Menor do que 0,01%
Carlos Eduardo Moraes Scripilliti	Brasileira	104.056.958-70	1	Menor do que 0,01%	1	Menor do que 0,01%
Claudio Ermírio de Moraes	Brasileira	116.005.728-12	1	Menor do que 0,01%	1	Menor do que 0,01%
Clóvis Ermírio de Moraes Scripilliti	Brasileira	023.290.828-19	1	Menor do que 0,01%		Menor do que 0,01%
Fábio Ermírio de Moraes	Brasileira	083.358.948-25	1	Menor do que 0,01%	1	Menor do que 0,01%

Luís Ermírio de Moraes	Brasileira	051.558.168-23	1	Menor do que 0,01%	1	Menor do que 0,01%
Total			**5.380.878.981**	**100,00**	**5.380.878.981**	**100,00**

Hejoassu Administração S.A. – CNPJ 61.194.148/0001-07
Ações em unidades
Data base : 30/04/2010

Acionista	**Nacionalidade**	**CNPJ/MF**	**Ações Ordinárias**		**Total**	
			Quantidade	**%**	**Quantidade**	**%**
JEMF Participações S.A.	Brasileira	05.062.394/0001-26	400.000	25,00	400.000	25,00
AEM Participações S.A .	Brasileira	05.062.403/0001-89	400.000	25,00	400.000	25,00
ERMAN Participações S.A .	Brasileira	05.062.376/0001-44	400.000	25,00	400.000	25,00
MRC Participações S. A .	Brasileira	05.062.355/0001-29	400.000	25,00	400.000	25,00
Total			**1.600.000**	**100,00**	**1.600.000**	**100,00**

JEMF Participações S.A. – CNPJ 05.062.394/0001-26
Ações em unidades
Data base : 30/04/2010

Acionista	**Nacionalidade**	**CNPJ/MF ou CPF**	**Ações Ordinárias**		**Ações Preferenciais**		**Total**	
			Quantidade	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
José Ermínio de Moraes Neto	Brasileiro	817.568.288-49	228.243.033	33,33	0	0	228.243.033	33,33
José Roberto Ermínio de Moraes	Brasileiro	029.080.178-81	228.243.033	33,33	0	0	228.243.033	33,33
Neide Helena de Moraes	Brasileira	041.978.048-30	228.243.034	33,34	0	0	228.243.034	33,34
AEM Participações S.A .	Brasileira	05.062.403/0001-89	0	0,00	300	33,33	300	Menor do que 0,01%
ERMAN Participações S.A .	Brasileira	05.062.376/0001-44	0	0,00	300	33,33	300	Menor do que 0,01%
MRC Participações S.A .	Brasileira	05.062.355/0001-29	0	0,00	300	33,33	300	Menor do que 0,01%
Total			**684.729.100**	**100,00**	**900**	**100,00**	**684.730.000**	**100,00**

AEM Participações S.A. – CNPJ 05.062.403/0001-89
Ações em unidades
Data base: 30/04/2010

Acionista	**Nacionalidade**	**CNPJ/MF ou CPF**	**Ações Ordinárias**		**Ações Preferenciais**		**Total**	
			Quantidade	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Antonio Ermírio de Moraes	Brasileiro	004.806.578-15	684.729.100	100,00	0	0	684.729.100	100,00
JEMF Participações S.A .	Brasileira	05.062.394/0001-26	0	0,00	300	33,33	300	Menor do que 0,01%
ERMAN Participações S.A .	Brasileira	05.062.376/0001-44	0	0,00	300	33,33	300	Menor do que 0,01%
MRC Participações S.A.	Brasileira	05.062.355/0001-29	0	0,00	300	33,33	300	Menor do que 0,01%
Total			**684.729.100**	**100,00**	**900**	**100,00**	**684.730.000**	**100,00**

Erman Participações S.A. – CNPJ 05.062.376/0001-44
Ações em unidades
Data base : 30/04/2010

Acionista	**Nacionalidade**	**CNPJ/MF ou CPF**	**Ações Ordinárias**		**Ações Preferenciais**		**Total**	
			Quantidade	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Ermírio Pereira de Moraes	Brasileiro	499.217.118-49	684.729.100	100,00	0	0,00	684.729.100	100,00
JEMF Participações S.A .	Brasileira	05.062.394/0001-26	0	0,00	300	33,33	300	Menor do que 0,01%
AEM Participações S.A .	Brasileira	05.062.403/0001-89	0	0,00	300	33,33	300	Menor do que 0,01%
MRC Participações	Brasileira	05.062.355/0001-29	0	0,00	300	33,33	300	Menor do que 0,01%
Total			**684.729.100**	**100,00**	**900**	**100,00**	**684.730.000**	**100,00**

MRC Participações S.A. – CNPJ 05.062.355/0001-29
Ações em unidades
Data base : 30/04/2010

Acionista	Nacionalidade	CNPJ/MF ou CPF	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Maria Helena Moraes Scripilliti	Brasileira	174.502.828-58	684.729.100	100,00	0	0,00	684.729.100	100,00
JEMF Participações S.A .	Brasileira	05.062.394/0001-26	0	0,00	300	33,33	300	Menor do que 0,01%
AEM Participações S.A .	Brasileira	05.062.403/0001-89	0	0,00	300	33,33	300	Menor do que 0,01%
ERMAN Participações	Brasileira	05.062.376/0001-44	0	0,00	300	33,33	300	Menor do que 0,01%
Total			**684.729.100**	**100,00**	**900**	**100,00**	**684.730.000**	**100,00**

Votorantim Siderurgia Participações S.A. – CNPJ 08.380.790/0001-90

Ações em unidades
Data base: 30/04/2010

Acionista	Nacionalidade	CNPJ/MF ou CPF	Ações Ordinárias		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%
Hejoassu Administração S.A.	Brasileira	61.194.148/0001-07	500	0,01	500	0,01
Votorantim Industrial S.A.	Brasileira	03.407.049/0001-51	837.950.000	99,99	837.950.000	99,99
Total			**837.950.500**	**100,00**	**837.950.500**	**100,00**

Votorantim Industrial S.A. – CNPJ 03.407.049/0001-51
Ações em unidades
Data base: 30/04/2010

Acionista	Nacionalidade	CNPJ/MF ou CPF	Ações Ordinárias		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%
Votorantim Participações S.A.	Brasileira	61.082.582/0001-07	11.395.743.831	99,99	11.395.743.831	99,99
José Roberto Ermírio de Moraes	Brasileira	029.080.178-81	1	Menor do que 0,01%	1	Menor do que 0,01%
Fábio Ermírio de Moraes	Brasileira	083.358.948-25	1	Menor do que 0,01%	1	Menor do que 0,01%
Total			**11.395.743.833**	**100,00**	**11.395.743.833**	**100,00**

Camargo Corrêa S.A. – CNPJ 01.098.905/0001-09

Ações em unidades
Data base: 30/04/2010

Acionista	Nacionalidade	CNPJ/MF ou CPF	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Participações Morro Vermelho S.A	Brasileira	43.080.225/0001-08	48.941	99,99	93,099	99,999	142.039	99,995
Carlos Pires Oliveira Dias	Brasileira	578.464.058-53	1	Menor que 0,01	1	Menor que 0,01	2	0,01
Fernando de Arruda Botelho	Brasileira	067.384.608-30	1	Menor que 0,01	0	0	1	Menor que 0,01
Luiz Roberto Ortiz Nascimento	Brasileira	424.594.868-04	1	Menor que 0,01	0	0	1	Menor que 0,01
Albrecht Curt Reuter-Domenech	Americano	213.551.208-70	1	Menor que 0,01	0	0	1	Menor que 0,01

Vitor Sarquis Hallack	Brasileira	194.332.476-04	1	Menor que 0,01	0	0	1	Menor que 0,01
Total			**48.946**	**100,00**	**93.100**	**100,00**	**142.046**	**100,00**

Participações Morro Vermelho S.A. – CNPJ 43.080.225/0001-08
Ações em unidades
Data base: 30/04/2010

Acionista	**Nacionalidade**	**CNPJ/MF**	**Ações Ordinárias**		**Ações Preferenciais**		**Total**	
			Quantidade	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
RCABON Empreendimentos e Participações S.A.	Brasileira	09.594.448/0001-55	749.998	33,33	0	0,00	749.998	11,11
RCABPN Empreendimentos e Participações S.A.	Brasileira	09.594.459/0001-35	0	0,00	1.498.080	33,29	1.498.080	22,19
RCNON Empreendimentos e Participações S.A.	Brasileira	09.594.570/0001-21	749.998	33,33	0	0,00	749.998	11,11
RCNPN Empreendimentos e Participações S.A.	Brasileira	09.594.480/0001-30	0	0,00	1.498.080	33,29	1.498.080	22,19
RCPODON Empreendimentos e Participações S.A.	Brasileira	09.594.541/0001-60	749.998	33,33	0	0,00	749.998	11,11
RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A.	Brasileira	09.594.468/0001-26	0	0,00	1.498.080	33,29	1.498.080	22,19
RRRPN Empreendimentos e Participações S.A..	Brasileira	09.608.284/0001-78	0	0,00	5.760	0,13	5.760	0,09
Outros			6	Menor que 0,01	0	0,00	6	Menor que 0,01
Total			**2.250.000**	**100,00**	**4.500.000**	**100,00**	**6.750.000**	**100,00**

RCABON Empreendimentos e Participações S.A. – CNPJ nº 09.594.448/0001-55
Ações em unidades
Data base: 30/04/2010

Acionista	**Nacionalidade**	**CPF**	**Ações Ordinárias**		**Ações Preferenciais**		**Total**	
			Quantidade	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Rosana Camargo de Arruda Botelho	Brasileira	535.804.358-68	749.850	100,00	0	0,00	749.850	99,98
Outros			0	0,00	150	100	150	0,02
Total			**749.850**	**100,00**	**150**	**100**	**750.000**	**100**

RCABPN Empreendimentos e Participações S.A - CNPJ nº 09.594.459/0001-35
Ações em unidades
Data base: 30/04/2010

Acionista	**Nacionalidade**	**CPF**	**Ações Ordinárias**		**Ações Preferenciais**		**Total**	
			Quantidade	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Rosana Camargo de Arruda Botelho	Brasileira	535.804.358-68	1.499.890	100,00	0	0,00	1.499.890	99,99
Outros			0	0,00	110	100,00	110	0,01
Total			**1.499.890**	**100,00**	**110**	**100,00**	**1.500.000**	**100**

RCNON Empreendimentos e Participações S.A. - CNPJ nº 09.594.570/0001-21
Ações em unidades
Data base: 30/04/2010

Acionista	**Nacionalidade**	**CPF**	**Ações Ordinárias**		**Ações Preferenciais**		**Total**	
			Quantidade	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Renata de Camargo Nascimento	Brasileira	535.804.608-97	749.850	100,00	0	0,00	749.850	99,98
Outros			0	0,00	150	100,00	150	0,02
Total			**749.850**	**100,00**	**150**	**100,00**	**750.000**	**100**

RCNPN Empreendimentos e Participações S.A. - CNPJ nº 09.594.480/0001-30
Ações em unidades
Data base: 30/04/2010

Acionista	Nacionalidade	CPF	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Renata de Camargo Nascimento	Brasileira	535.804.608-97	1.499.890	100	0	0	1.499.890	99,99
Outros			0	0	110	100	110	0,01
Total			**1.499.890**	**100**	**110**	**100**	**1.500.000**	**100,00**

RCPODON Empreendimentos e Participações S.A. - CNPJ nº 09.594.541/0001-60
Ações em unidades
Data base: 30/04/2010

Acionista	Nacionalidade	CPF	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	Brasileira	153.204.398-81	749.850	100,00	0	0,00	749.850	99,98
Outros			0	0,00	150	100,00	150	0,02
Total			**749.850**	**100,00**	**150**	**100,00**	**750.000**	**100,00**

RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A. - CNPJ nº 09.594.468/0001-26
Ações em unidades
Data base: 30/04/2010

Acionista	Nacionalidade	CPF	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	Brasileira	153.204.398-81	1.499.890	100,00	0	0,00	1.499.890	99,99
Outros			0	0,00	110	100,00	110	0,01
Total			**1.499.890**	**100,00**	**110**	**100,00**	**1.500.000**	**100,00**

RRRPN Empreendimentos e Participações S.A. - CNPJ nº 09.608.284/0001-78
Ações em unidades
Data base: 30/04/2010

Acionista	Nacionalidade	CPF	Ações Ordinárias		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	Brasileira	535.804.358-68	1.980	33,33	1.980	33,33
Renata de Camargo Nascimento	Brasileira	535.804.608-97	1.980	33,33	1.980	33,33
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	Brasileira	153.204.398-81	1.980	33,34	1.980	33,34
Total			**5.940**	**100,00**	**5.940**	**100,00**

Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. – CNPJ 61.522.512/0001-02

Ações em unidades
Data base: 30/04/2010

Acionista	Nacionalidade	CNPJ/MF ou CPF	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Camargo Corrêa S.A.	Brasileira	01.098.905/0001-09	317.865	99,99	87.772	99,98	405.637	99,99
Carlos Pires Oliveira Dias	Brasileira	578.464.058-53	1	Menor que 0,01	4	0,01	5	Menor que 0,01
Fernando de Arruda Botelho	Brasileira	067.384.608-30	1	Menor que 0,01	0	0,00	1	Menor que 0,01
Luiz Roberto Ortiz Nascimento	Brasileira	424.594.868-04	1	Menor que 0,01	0	0,00	1	Menor que 0,01
Pietro F. Giavina-Bianchi	Brasileira	610.511.528-87	1	Menor que 0,01	0	0,00	1	Menor que 0,01
Manoel B.M. Paes de Barros	Brasileira	591.314.548-87	1	Menor que 0,01	0	0,00	1	Menor que 0,01

Albrecht Curt Reuter-Domenech	Americano	213.551.208-70	0	0	1	0,00	1	Menor que 0,01
Vitor Sarquis Hallack	Brasileira	194.332.476-04	0	0	1	0,00	1	Menor que 0,01
Marcelo Pires Oliveira Dias	Brasileira	258.510.388-96	0	0	1	0,00	1	Menor que 0,01
Antônio Miguel Marques	Brasileira	279.996.456-72	0	0	1	0,00	1	Menor que 0,01
Total			**317.870**	**100,00**	**87.780**	**100,00**	**405.650**	**100,00**

Camargo Corrêa Invest. em Infraestrutura S.A. – CNPJ 02.372.232/0001-04
Ações em unidades
Data base: 30/04/2010

Acionista	**Nacionalidade**	**CNPJ/MF ou CPF**	**Ações Ordinárias**		**Total**	
			Quantidade	**%**	**Quantidade**	**%**
Camargo Corrêa S.A.	Brasileira	01.098.905/0001-09	685.162.736	99,99	685.162.736	99,99
Carlos Pires Oliveira Dias	Brasileira	578.464.058-53	1	Menor que 0,01	1	Menor que 0,01
Fernando de Arruda Botelho	Brasileira	067.384.608-30	1	Menor que 0,01	1	Menor que 0,01
Luiz Roberto Ortiz Nascimento	Brasileira	424.594.868-04	1	Menor que 0,01	1	Menor que 0,01
Albrecht Curt Reuter-Domenech	Brasileira	213.551.208-70	1	Menor que 0,01	1	Menor que 0,01
Vitor Sarquis Hallack	Brasileira	194.332.476-04	1	Menor que 0,01	1	Menor que 0,01
Francisco Caprino Neto	Brasileira	049.976.298-39	1	Menor que 0,01	1	Menor que 0,01
Total			**685.162.742**	**100,00**	**685.162.742**	**100,00**

Caixa dos Empregados da Usiminas

É o fundo de pensão dos empregados da Usiminas, constituído e organizado de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil.

15.2. Em forma de tabela, lista contendo as informações abaixo sobre os acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representam o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações e que não estejam listados no item 15.1:

Acionista	CNPJ	Nacionalidade	Participa de Acordo de Acionistas	Data da ultima alteração	Ação Ordinária	% Participação mesma espécie / classe	Ações Preferenciais Classe A	% Participação mesma espécie / classe	% Participação Total
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	033.754.482/0001-24	Brasileira	Não	16/04/2009	26.384.794	10,44	3.131.974	1,23	0,62
Lazard Asset Management LLC	Não inscrito	Norte Americana	Não	05/10/2009	0	0	25.441.964	10,01	5,0191
AllianceBernstein L.P.	Não inscrito	Norte Americana	Não	14/07/2009	0	0	13.672.151	5,39	2,6972

As empresas Lazard Asset Management LLC e AllianceBernstein, nos informaram que, na qualidade de administradores de carteiras de investimentos e/ou gestores de fundos, detêm as quantidades de ações de emissão da Companhia mencionadas acima, conforme artigo 12 da Instrução nº 358 da CVM, datada de 03 de janeiro de 2002. O objetivo das participações societárias acima mencionadas é estritamente de investimento, não objetivando alteração do controle acionário ou da estrutura administrativa da Usiminas.

15.3. Em forma de tabela, descrever a distribuição do capital, conforme apurado na última assembleia geral de acionistas:

Acionista	Numero de Acionistas	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total – Data base:
		Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Pessoas físicas	45.997	5.053.488	36.168.633	32.593	41.254.714
Pessoas jurídicas	1.551	208.222.108	164.403.664	6.391	372.632.163
Investidores institucionais	1.562	39.354.746	53.646.801	4.671	93.006.218
Ações em circulação	48.231	86.676.280	240.607.784	48.155	327.332.219

15.4. Caso o emissor deseje, inserir organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2

A Companhia exerce a faculdade de não apresentar o organograma de seus acionistas.

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia, indicar:

a) Partes

Nippon Usiminas Co. Ltd., Nippon Steel Corporation, Mitsubishi Corporation do Brasil S.A., Metal One Corporation, Votorantim Participações S.A., Votorantim Siderurgia Participações S.A., Camargo Corrêa S.A., Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. e Caixa dos Empregados da Usiminas.

b) Data de celebração

06 de novembro de 2006.

c) Prazo de vigência

15 anos a contar de 06 de novembro de 2006

d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Segundo o Acordo de Acionistas ("Acordo"), a Companhia é administrada por um grupo de controle assim composto: (a) "Grupo Nippon", formado pelas Companhias Nippon Usiminas Co. Ltd. (Nippon Usiminas), Nippon Steel Corporation (NSC), Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. e Metal One Corporation; (b) "Grupo V/C", formado pelas Companhias Votorantim Participações, Votorantim Siderurgia Participações, Camargo Corrêa, Camargo Correa Investimentos em Infraestrutura, Construções e Comércio Camargo Correa; (c) "Grupo CAIXA", representado pela Caixa dos Empregados da Usiminas. O percentual de ações votantes da Companhia detidas pelo grupo de controle formado por meio do Acordo é de 63,9%.

Não obstante qualquer dos signatários poder deter Ações que não estejam sujeitas ao acordo de acionistas (ou seja, que não se qualificam como Ações Vinculadas), os signatários do Acordo de Acionistas comprometeram-se no sentido de que, cada um deverá votar com todas e quaisquer das mencionadas Ações detidas pelo mesmo, e deverá assegurar que suas afiliadas votarão com todas e quaisquer das mencionadas Ações detidas por tais afiliadas, de acordo com a decisão tomada pelos Acionistas conforme o mecanismo de orientação do voto descrito abaixo.

Com relação ao exercício do direito de voto, antes de cada Assembleia Geral de Acionistas e de cada Reunião do Conselho de Administração, os acionistas realizarão uma reunião prévia, para estabelecer uma posição única a ser tomada pelos signatários do Acordo em Assembleia Geral ou membros do Conselho em Reunião indicados pelos acionistas controladores. Assim, o Acordo determina que os Acionistas exerçam seus direitos de voto inerentes às ações vinculadas, como se eles fossem um único bloco. Ademais, cada signatário do Acordo se obrigou a fazer com que o membro do Conselho por ele nomeado vote da mesma maneira que os demais membros nomeados pelos outros Acionistas nas Reuniões do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração indicados pelos signatários do Acordo de Acionistas serão responsáveis pela convocação da Reunião Prévia e deverão envidar seus melhores esforços para que tais reuniões possam ser realizadas pelo menos 7 dias antes da reunião do Conselho de Administração ou das Assembleias Gerais de Acionistas.

As principais deliberações deverão ser aprovadas por, pelo menos, 85% dos acionistas integrantes do bloco de controle, conforme descritas abaixo. Os signatários do Acordo de Acionistas (ou membros do conselho de administração por este eleitos) deverão votar contra qualquer matéria que não tenha sido deliberada em Reunião Prévia.

a. aumento do capital social da Companhia através de subscrição, e determinação dos respectivos preços de emissão das ações (inclusive por meio de parâmetros);

b. redução do capital social da Companhia;

c. alteração do objeto social da Companhia;

d. emissão de valores mobiliários conversíveis em ações;

e. emissão de novas classes de ações ou alteração das preferências das classes de ações existentes;

f. reorganização societária da Usiminas por meio de fusão com outra sociedade, incorporação de ou em outra sociedade, ou cisão;

g. participação em um grupo de sociedades ou em um consórcio de qualquer natureza, ou celebração de um contrato de aliança estratégica abrangente;

h. dissolução, liquidação, recuperação judicial, admissão de falência ou composição e extinção do estado de liquidação ou de recuperação judicial;

i. fixação da política de dividendos da Usiminas e alterações posteriores a tal política;

j. aprovação do orçamento anual (conta de lucros e perdas, até a linha de receita líquida após os tributos);

k. aprovação do orçamento plurianual dos investimentos e suas respectivas revisões anuais;

l. obtenção ou concessão de empréstimos ou financiamentos, outorga de garantias ou a aprovação de qualquer ato que resulte no aumento do valor do endividamento que exceda a dois terços do patrimônio líquido da Companhia;

m. aquisição ou transferência dos ativos permanentes ou novos investimentos que excedam a 5% do patrimônio líquido da Companhia;

n. qualquer dispêndio de capital que exceda R$50 milhões, a ser realizado em uma única transação ou em uma série de transações combinadas ou relacionadas; e

o. qualquer alteração no Estatuto Social da Companhia que envolva questões relativas à matéria ou ao objetivo da implementação do *quorum* especial.

As deliberações dos signatários do Acordo de Acionistas nas Reuniões Prévias relativas às matérias descritas acima, bem como as deliberações formais subsequentes pelo órgão societário competente da Usiminas não resultam em qualquer obrigação monetária a referidos signatários, inclusive a obrigação de outorga de garantias.

Se, a qualquer tempo, a discussão das matérias relacionadas aos itens (c), (f), (g), (m) e (o) acima, envolver a possível aquisição da maioria dos direitos de voto de, ou uma reorganização

societária da Usiminas através da incorporação de ou em, ou a fusão com, qualquer sociedade na América do Sul envolvida em atividades de mineração de minério de ferro e/ou produção de aço plano ("Operações Especiais"), então, mediante solicitação de um ou mais signatários do Acordo de Acionistas, detendo (de forma agregada) pelo menos 7,5% da totalidade das ações vinculadas ao Acordo de Acionistas, tal questão deverá ser discutida em uma Reunião Prévia e, somente nessas hipóteses, se os signatários do Acordo de Acionistas não chegarem a um consenso em tal Reunião Prévia, a decisão relacionada à Operação Especial deverá ser submetida a uma nova Reunião Prévia, a ser realizada no prazo de 30 dias a contar da data da primeira Reunião Prévia, na qual a mencionada Operação Especial deverá ser submetida à votação.

Durante o período entre as duas mencionadas Reuniões Prévias, os representantes dos Acionistas deverão, em boa-fé, envidar seus melhores esforços para alcançar um consenso com relação à Operação Especial na nova Reunião Prévia. Se não houver um consenso, a decisão deverá ser tomada de acordo com as regras padrão de aprovação e vinculará todos os Acionistas. Os signatários do Acordo de Acionistas se comprometeram a manter todas as informações relacionadas à Operação Especial estritamente confidenciais para não prejudicar os interesses da Usiminas na mencionada Operação Especial e para não criar qualquer responsabilidade à Usiminas e aos signatários do Acordo de Acionistas em virtude da divulgação da Operação Especial. Os signatários do Acordo de Acionistas ainda concordam que o período entre as duas Reuniões Prévias deverá ser reduzido se assim exigido pelo prazo para decidir sobre qualquer Operação Especial.

e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Caberá à Nippon Usiminas a nomeação de três membros do Conselho de Administração , ao Grupo V/C, três membros , à CAIXA, dois membros , totalizando oito membros representativos dos acionistas controladores. A nomeação do Diretor Presidente da Usiminas ficará a cargo da Nippon Usiminas e do Grupo V/C, em conjunto, na seguinte sequência: o primeiro foi nomeado pelo Grupo V/C; o segundo pela Nippon; e o terceiro em consenso entre a Nippon, o Grupo V/C e o Grupo CAIXA, e assim sucessivamente. Caberá, ainda, à Nippon Usiminas, o direito de indicar outro membro da Diretoria da Usiminas, sem designação específica.

Deverá ser realizada uma Reunião Prévia para a indicação, destituição e substituição dos membros do Conselho de Administração, do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor-Presidente da Usiminas, e para o exame, aprovação e rejeição dos candidatos indicados pelo Diretor-Presidente para integrar a Diretoria. O número de membros do Conselho de Administração a ser eleito pela Assembléia Geral de Acionistas não deverá exceder a 15 (quinze). Para cada membro do Conselho de Administração, um suplente deverá ser eleito para substituí-lo(la) na ausência ou incapacidade de tal membro. A Nippon, o Grupo V/C e o Grupo CAIXA terão o direito de indicar, cada um, o número abaixo indicado de membros do Conselho de Administração enquanto o percentual de participação das Ações Vinculadas detido pelos mesmos (ou no caso da Nippon, pelo Grupo Nippon) na totalidade das Ações Vinculadas não for inferior ao percentual abaixo indicado:

Nippon: 3 membros 25,0%

Grupo V/C: 3 membros 25,0%

Grupo CAIXA: 2 membros 15,0%

Na hipótese de o percentual de participação das ações vinculadas ao Acordo de Acionistas detido pelo Grupo Nippon ou pelo Grupo V/C se tornar inferior a 25% ou tal percentual detido pelo Grupo CAIXA se tornar inferior a 15%, o número de membros do Conselho de Administração a ser indicado pelo mesmo (ou no caso do Grupo Nippon, pela Nippon) deverá ser revisto considerando a proporção dos percentuais de participação entre as partes do Acordo de Acionistas. O signatário do Acordo de Acionistas que indicar o membro do Conselho de Administração terá o direito de exigir, a seu critério, a destituição ou a substituição a qualquer tempo de tal membro do Conselho de Administração. Qualquer vacância em virtude de morte, renúncia ou destituição de qualquer membro do Conselho de Administração deverá ser preenchida por uma pessoa indicada pelo Acionista que havia indicado o membro original do Conselho de Administração.

Após o prazo do atual mandato de Presidente e pelo prazo de vigência do Acordo de Acionistas, o Presidente deverá ser nomeado de acordo com a seguinte sequência: o primeiro deverá ser nomeado pelo Grupo V/C; o segundo deverá ser nomeado pela Nippon; e o terceiro deverá ser nomeado pelo consenso entre a Nippon, o Grupo V/C e o Grupo CAIXA. A mesma seqüência de nomeações deverá ser repetida sucessivamente, pelo prazo deste Acordo, sendo que o quarto presidente deverá ser nomeado pelo Grupo V/C; o quinto pela Nippon; o sexto pelo consenso entre a Nippon, o Grupo V/C e o Grupo CAIXA; o sétimo pelo Grupo V/C, o oitavo pela Nippon e assim sucessivamente. Na hipótese de o percentual de participação das Ações Vinculadas detido pelo Grupo Nippon ou Grupo V/C se tornar inferior a 25%, o direito de nomear o Presidente do Conselho de Administração por tal grupo (ou, no caso do Grupo Nippon, pela Nippon) deverá ser revisto, levando-se em consideração a proporção das participações entre as três partes. Caso o percentual de participação das Ações Vinculadas detido pelo Grupo Nippon, Grupo V/C ou Grupo CAIXA se torne inferior a 15%, tal grupo (ou, no caso do Grupo Nippon, a Nippon) deixará de ter o direito de nomear o presidente do conselho de administração.

Após o cumprimento das disposições acerca do direito de preferência de outros signatários do Acordo de Acionistas, na hipótese de o Grupo CAIXA alienar e transferir todas as suas Ações Vinculadas (e quaisquer Ações Vinculadas adicionais detidas pelo Grupo CAIXA à época da transferência), a um terceiro que não seja signatário do Acordo de Acionistas, o referido cessionário terá direito de apresentar à Nippon e ao Grupo V/C o nome de uma pessoa escolhida pelo cessionário para ser Presidente do Conselho de Administração a cada terceiro mandato sucessivo (ou seja, no terceiro, sexto, nono, décimo segundo mandato e assim por diante), ficando entendido que a nomeação de tal terceiro estará sujeita à aprovação do Grupo V/C e da Nippon.

A Nippon e o Grupo V/C terão o direito de indicar por consenso o Diretor-Presidente da Usiminas, sujeito à Resolução Especial tomada em Reunião Prévia. A destituição ou a substituição do Diretor-Presidente exigirá Resolução Especial tomada em Reunião Prévia. Na hipótese de o Diretor-Presidente então indicado não ser um dos membros do Conselho de Administração, os signatários do Acordo de Acionistas deverão, sem prejuízo aos direitos da Nippon, do Grupo V/C, e do Grupo CAIXA, indicar tal Diretor-Presidente como um membro adicional do Conselho de Administração da Usiminas, se assim aprovado por Resolução Especial em uma Reunião Prévia.

Cada Acionista deverá votar com todas as suas Ações na Assembleia Geral de Acionistas em favor da (a) eleição das pessoas indicadas para o cargo de membro do Conselho de Administração na forma do Acordo de Acionistas, (b) eleição da pessoa indicada para o cargo de Presidente do Conselho de Administração na forma do Acordo de Acionistas; e (c) eleição, destituição ou substituição do Diretor-Presidente na forma do Acordo de Acionistas.

Se o voto múltiplo for exigido na Assembleia Geral de Acionistas para a eleição dos membros do Conselho de Administração, os Acionistas deverão exercer seus direitos de voto de forma a eleger o maior número possível de membros do Conselho de Administração, respeitando as disposições do Acordo de Acionistas.

A Diretoria deverá ser constituída por um Diretor-Presidente e por 2 a 6 membros adicionais, sem designação específica.

A Nippon terá o direito de indicar 1 membro da Diretoria (em acréscimo ao direito de indicar o Diretor-Presidente), sem especificar sua atribuição, enquanto a Nippon for parte deste Acordo.

Diretor-Presidente deverá nomear os membros da Diretoria (exceto a pessoa indicada pela Nippon), cuja indicação deverá estar sujeita à Resolução Especial tomada em Reunião Prévia. A destituição ou a substituição de tais membros da Diretoria exigirá Resolução Ordinária tomada em Reunião Prévia.

Cada signatário do Acordo de Acionistas se compromete a fazer com que os membros do Conselho de Administração indicados pelo mesmo votem na reunião do Conselho de Administração em favor da (a) eleição das pessoas indicadas para membro da Diretoria e (b) destituição ou substituição dos membros da Diretoria.

f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

(i) Transferência de ações.

Como regra geral, e sem prejuízo das disposições específicas abaixo, nenhum signatário do Acordo deverá transferir a totalidade ou parte de suas Ações Vinculadas, bem como constituir qualquer espécie de gravame ou garantia, sem o prévio consentimento por escrito dos outros acionistas.

O Acordo autoriza qualquer de seus signatários a transferir todas ou de parte de suas Ações Vinculadas à Afiliadas, mediante notificação prévia nesse sentido aos demais signatários do Acordo e à Companhia, desde que, cumulativamente, a Afiliada faça adesão integral ao Acordo em relação às ações transferidas e o signatário do Acordo cedente garanta o cumprimento pela Afiliada das obrigações previstas no Acordo. Ainda no caso de transferência à Afiliada, o signatário do Acordo cedente e a Afiliada serão considerados de forma única no tocante ao exercício de qualquer direito de preferência previsto no Acordo.

(ii) Direito de Preferência entre os Acionistas do Grupo

Qualquer Acionista do Grupo Nippon, do Grupo V/C ou do Grupo CAIXA poderá transferir a totalidade ou parte de suas Ações Vinculadas à quaisquer dos acionistas signatário do Acordo, desde que previamente notifique os demais e à Companhia por escrito.

(iii) Direito de Preferência dos Acionistas do Grupo

Qualquer acionista do Grupo Nippon, do Grupo V/C ou do Grupo CAIXA que desejar transferir, direta ou indiretamente, a totalidade ou parte de suas Ações Vinculadas à outra Pessoa (que não do mesmo Grupo ou Afiliada) ("Cessionário"), deverá notificar por escrito os demais signatários do Acordo e à Companhia, informando sua intenção de cessão, o nome do potencial adquirente e se o mesmo está de alguma forma envolvido em qualquer negócio concorrente com a Usiminas ou suas Afiliadas, o número de ações que deseja negociar ("Ações Negociáveis") e respectivo preço, e todos os demais termos e condições pertinentes à cessão.

A Usiminas deverá informar os demais signatários do Acordo, por escrito, a data em que recebeu tal notificação.

Os signatários do Acordo terão direito de preferência na aquisição das Ações Negociáveis, pelo respectivo preço de aquisição e consoante os demais termos e condições informados na notificação.

No prazo de 60 dias após o recebimento da Notificação pela Usiminas ("Prazo"), cada signatário do Acordo deverá enviar notificação à Usiminas e aos demais acionistas manifestando de forma irrevogável seu interesse ou não na aquisição das Ações Negociáveis, diretamente ou por meio de Afiliadas ("Notificação"). A ausência de notificação será entendido como desinteresse do Acionista em adquirir as Ações Negociáveis.

Se mais de um Acionista exercer a opção de preferência, a aquisição se dará por participação *pro rata*, a qual será calculada considerando-se a totalidade das Ações Vinculadas detidas por tal Acionista (e suas Afiliadas) dentro do Grupo a que pertence, desconsideradas as Ações Vinculadas detidas pelo Acionista Cedente (ou dentro de outro Grupo de Acionistas, ou em relação a Acionistas que não Pertencem ao Grupo, conforme o caso). Se um ou mais signatários do Acordo do Grupo desejar adquirir as Ações Negociáveis, e desde que todas as Ações Negociáveis sejam adquiridas pelos acionistas do Grupo, cada um de tais acionistas do Grupo deverá adquirir sua participação *pro rata* das ações conforme indicado na notificação que enviaram ao Acionista Cedente – e eventuais sobras, caso tenham manifestado interesse na aquisição da totalidade das Ações Negociáveis.

No exercício de preferência de aquisição de Ações Negociáveis, será dada prioridade aos Acionistas do Grupo, desde que adquiram a totalidade das Ações Negociáveis.

Se, e somente se, os Acionistas do Grupo não adquirirem a totalidade das Ações Negociáveis, os Acionistas de Outro Grupo, que tenham manifestado sua intenção na aquisição das referidas Ações, poderão adquiri-las, desde que tal aquisição refira-se à totalidade das Ações Negociáveis.

Se, e somente se, os Acionistas de Outro Grupo não adquirirem a totalidade das Ações Negociáveis, os Acionistas que Não Pertencem deverão adquiri-las, em conformidade com a notificação.

A aquisição, em qualquer dos casos acima, deverá ser concluída no prazo de 30 dias após o término do Prazo.

Se, e somente se, a totalidade das Ações Negociáveis não for adquirida, conforme o acima exposto, então o acionista cedente poderá transferir a totalidade das Ações ao Cessionário, desde que:

(a) a referida transferência seja concluída no prazo de 60 dias após o fim do Prazo;

(b) a referida transferência seja efetuada pelo preço de aquisição e de acordo com os termos e condições previstos na Notificação;

(c) o Cessionário assuma expressamente todos os direitos e as obrigações do Acordo e, no caso de um Cessionário que não seja signatário do Acordo este deverá se tornar uma parte deste Acordo e deverá vincular suas Ações Vinculadas ao presente Acordo e ser um signatário do Acordo que Não Pertence ao Grupo;

(d) não obstante o disposto no item (d) acima, caso o Cessionário que não seja um Acionista adquira a totalidade das Ações Negociáveis detidas por Acionista do Grupo CAIXA, do Grupo Nippon ou do Grupo V/C e das Afiliadas de tais Acionistas, o Cessionário deverá ser um membro de tal grupo e assumir todos os direitos e obrigações do Acionista cedente, na qualidade de membro do referido grupo, nos termos do Acordo; e

(e) o Cessionário tenha obtido todas as Autorizações Governamentais necessárias.

Se as mencionadas Ações Vinculadas não forem transferidas dentro do Prazo estabelecido no item iii.a acima, o Acionista cedente deverá novamente atender as disposições referentes ao direito de preferência previstas no Acordo antes de qualquer outra transferência ou de transferência subseqüente de tais Ações Vinculadas.

(iv) Direito de Preferência aplicável aos Acionistas que Não Pertencem ao Grupo.

Qualquer signatário do Acordo que Não Pertença ao Grupo que desejar transferir, direta ou indiretamente, a totalidade ou parte de suas Ações Vinculadas à outra Pessoa (que não Afiliada) ("Cessionário do Item IV"), deverá notificar por escrito os demais signatários do Acordo e à Usiminas, informando sua intenção de cessão, o nome do potencial adquirente e se o mesmo está de alguma forma envolvido em qualquer negócio concorrente com a Usiminas ou suas Afiliadas, o número de ações que deseja negociar ("Ações Negociáveis do Item IV") e respectivo preço, e todos os demais termos e condições pertinentes à cessão.

A Usiminas deverá informar os demais signatários do Acordo, por escrito, a data em que recebeu tal notificação.

Os signatários do Acordo terão direito de preferência na aquisição das Ações Negociáveis do Item IV do Acordo, pelo respectivo preço de aquisição e consoante os demais termos e condições informados na notificação.

No prazo de 60 dias após o recebimento da Notificação pela Usiminas ("Prazo do Item IV"), cada signatário do Acordo deverá enviar notificação à Usiminas e aos demais acionistas manifestando de forma irrevogável seu interesse ou não na aquisição das Ações Negociáveis, diretamente ou por meio de Afiliadas. A ausência de notificação será entendida como desinteresse do signatário do Acordo em adquirir as Ações Negociáveis ("Notificação do Item IV").

Se mais de um signatário do Acordo exercer a opção de preferência, a aquisição se dará por participação *pro rata*, a qual será calculada considerando-se a totalidade das Ações Vinculadas detidas por tal Acionista (e suas Afiliadas) dentro do Grupo CAIXA, do Grupo Nippon e do Grupo V/C, ou dentro do grupo dos Acionistas que Não Pertencem ao Grupo, desconsideradas as Ações Vinculadas detidas pelo Acionista Cedente. Se um ou mais acionistas do Grupo Nippon, do Grupo V/C e/ou do Grupo CAIXA desejar adquirir as Ações

Negociáveis do Item IV, e desde que todas as referidas Ações Negociáveis do Item IV, cada um deles deverá adquirir sua participação *pro rata* das Ações Negociáveis do Item IV conforme indicado na notificação que enviaram ao Acionista Cedente que Não Pertence ao Grupo – e eventuais sobras, desde que a totalidade das referidas Ações Negociáveis do Item IV seja adquirida por um ou mais Acionistas do Grupo CAIXA, do Grupo Nippon, e do Grupo Votorantin.

No exercício de preferência de aquisição de Ações Negociáveis do Item IV, será dada prioridade aos Acionistas do Grupo Nippon, do Grupo C/V, e do Grupo CAIXA, desde que adquiram a sua totalidade.

Se, e somente se, Acionistas do Grupo Nippon, do Grupo C/V, e do Grupo CAIXA não adquirirem a totalidade das Ações Negociáveis do Item IV, então o cedente Acionista que Não Pertence ao Grupo poderá transferir a totalidade das Ações Negociáveis do Item IV ao Cessionário do Item IV, desde que:

A aquisição, em qualquer dos casos acima, deverá ser concluída no prazo de 30 dias após o término do Prazo do Item IV.

(a) a referida transferência seja concluída no prazo de 60 dias após o fim do Prazo do Item IV;

(b) a referida transferência seja efetuada pelo preço de aquisição e de acordo com os termos e condições previstos na Notificação do Item IV;

(c) o Cessionário do Item IV assuma expressamente todos os direitos e as obrigações do Acordo e, no caso de um Cessionário que não seja um Acionista, este deverá se tornar uma parte deste Acordo e deverá vincular suas Ações Vinculadas ao presente Acordo e ser um Acionista que Não Pertence ao Grupo;

(d) o Cessionário do Item IV tenha obtido todas as Autorizações Governamentais necessárias.

Se as mencionadas Ações Vinculadas do Item IV não forem transferidas dentro do Prazo no Item IV.(a) acima, o Acionista cedente que Não Pertence ao Grupo deverá novamente atender as disposições referentes ao direito de preferência previstas no Acordo antes de qualquer outra transferência ou de transferência subseqüente de tais Ações Vinculadas.

g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Vide Item 15.5.(d) e (e) deste Formulário de Referência.

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Conforme Fato Relevante publicado em 16 de abril de 2009, referente à alienação da participação acionária da Vale – Companhia Vale do Rio Doce, os acionistas Nippon Co Ltd., Nippon Steel Corporation, Votorantim Participações S.A., Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. – incorporadora da MC Development do Brasil S.A., signatária do Acordo de Acionistas – e Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. – afiliada da Camargo Corrêa S.A., signatária do Acordo de Acionistas – exerceram o direito de preferência na aquisição da participação acionária da Vale, equivalente a 5,89% das ações ordinárias da Companhia, na proporção de suas respectivas participações. A Caixa dos Empregados da Usiminas optou por não exercer seu direito de preferência.

Ainda no ano de 2009 a acionista Mitsubishi Corporation do Brasil adquiriu a totalidade das ações do acionista Carlos Jorge Loureiro, que, em razão de tal operação, deixou de ser um acionista do grupo de controle da Companhia.

No início do ano de 2010 a acionista Camargo Corrêa S.A. adquiriu a totalidade das ações detidas pela Camargo Corrêa Cimentos S.A., que, em razão de tal operação, deixou de ser uma acionista do grupo de controle da Companhia.

A composição do Grupo de Controle na data de encerramento dos últimos 3 últimos exercícios sociais era a seguinte:

Grupo de Controle									
	2007			2008			2009		
Acionista	Número de Ações Vinculadas	Percentual no Total de Ações Ordinárias	Percentual Total de Ações	Número de Ações Vinculadas	Percentual no Total de Ações Ordinárias	Percentual Total de Ações	Número de Ações Vinculadas	Percentual no Total de Ações Ordinárias	Percentual Total de Ações
Nippon Usiminas	24.215.509	21,57%	10,75%	54.484.894	21,57%	10,75%	59.984.894	23,74%	11,83%
Nippon Steel Corporation	1.917.211	1,71%	0,85%	4.313.724	1,71%	0,85%	6.046.878	2,39%	1,19%
MC Development	1.346.405	1,20%	0,60%	3.029.410	1,20%	0,60%	-	-	-
Mitsubishi Corporation do Brasil S/A	-	-	-	-	-	-	3.724.772	1,47%	0,73%
Metal One	168.722	0,15%	0,07%	379.624	0,15%	0,07%	379.624	0,15%	0,07%
Carlos Loureiro	109.229	0,10%	0,05%	245.764	0,10%	0,05%	-	-	-
Grupo Nippon	**27.757.076**	**24,72%**	**12,32%**	**62.453.416**	**24,72%**	12,32%	**70.136.168**	**27,76%**	**13,84%**
Votorantim Participações S/A	12.982.292	11,56%	5,76%	29.210.157	11,56%	5,76%	13.330.027	5,28%	2,63%
Votorantim Siderurgia Participações S/A	-	-	-	-	-	-	19.473.438	7,71%	3,84%
Camargo Corrêa S/A	12.982.292	11,56%	5,76%	1.968.750	0,78%	0,39%	1.968.750	0,78%	0,39%
Camargo Corrêa Cimentos S/A	-	-	-	20.030.721	7,93%	3,95%	20.030.721	7,93%	3,95%
Construções e Com. Camargo Corrêa S/A	-	-	-	7.210.684	2,85%	1,42%	7.210.684	2,85%	1,42%
Camargo Corrêa Investimentos em Estrut. S/A	-	-	-	-	-	-	3.593.308	1,42%	0,71%
Grupo V/C	**25.964.584**	**23,12%**	**11,53%**	**58.420.312**	**23,12%**	11,53%	**65.606.928**	**25,97%**	**12,94%**
Caixa dos Empregados da Usiminas (CEU)	11.369.823	10,13%	5,05%	25.582.321	10,13%	5,05%	25.582.321	10,13%	5,05%
Grupo CEU	**11.369.823**	**10,13%**	**5,05%**	**25.582.321**	**10,13%**	5,05%	**25.582.321**	**10,13%**	**5,05%**
CVRD (sem grupo)	6.608.608	5,89%	2,93%	14.869.366	**5,89%**	2,93%	-	-	-
Total	**71.700.091**	**63,86%**	**31,83%**	**161.325.415**	**63,86%**	**31,83%**	**161.325.417**	**63,86%**	**31,83%**

15.7. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes.

16. Transações com partes relacionadas

16.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam do assunto

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo as previstas no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 da BM&FBOVESPA.

Além das obrigações previstas em lei, a Companhia adota procedimentos específicos para a realização de operações com partes relacionadas. De acordo com o Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, em caso de conflito de interesses os conselheiros deverão: (i) declarar tal conflito; (ii) abster-se de participar discutir e votar o assunto; (iii) fazer consignar o conflito em ata da respectiva reunião.

Além disso, é vedado aos conselheiros: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Foi criado no início de 2009 o Portal do Conselho, um ambiente de acesso restrito e exclusivo dos Conselheiros Titulares da Usiminas, onde são armazenados documentos e informações de seu interesse. O Portal permite que documentos e assuntos específicos sejam disponibilizados apenas a determinados grupos, de forma a preservar a reserva e confidencialidade necessárias

em observância às regras aplicáveis às hipóteses de conflitos de interesses e relações entre partes relacionadas.

16.2. Informar, em relação às transações com partes relacionadas que, de segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas nos 3 últimos exercícios sociais ou estejam em vigor no exercício social corrente:

Nome das Partes Relacionadas	Relação das partes com a Companhia	Data da Transação	Objeto do Contrato	Montante Envolvido (em milhares de Reais, exceto quando indicado)	Saldo Existente em Reais mil			Montante da Parte Relacionada	Garantias e Seguros	Duração	Rescisão ou extinção	Empréstimos e Dividas	
					31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007					Natureza e Razões	Taxa de juros
Usiminas Portugal	Controlada	24 de abril de 2006	Contrato de Empréstimo	95.766	95.766	128.535	97.421	95.766	Não há	19 de maio de 2011	Não Há	Capital de Giro	0,5% + Libor a.a.
Nippon Usiminas	Controlador	27 de março de 1997	Contrato de Empréstimo	348.240	17.412	70.110	88.565	348.240	Hipoteca Laminador de Tiras a Frio	29 de março de 2010	Inadimplemento Contratual	Imobilizado (financiamento do investimento em Laminador de Tiras a Frioem Ipatinga)	1,48% + Libor a.a.
Nippon Usiminas	Controlador	31 de janeiro de2006	Contrato de Empréstimo	168.200	156.184	156.184	156.184	168.200	Hipoteca Termelétrica em Ipatinga	16 de janeiro de 2016	Inadimplemento Contratual	Imobilizado (financiamento do investimento em termelétrica em Ipatinga)	1,475% e 2,35% + Libor a.a.
Nippon Usiminas	Controlador	28 de maio de2007	Contrato de Empréstimo	417.888	300.577	560.860	425.112	417.888	Hipoteca Coqueria em Ipatinga	mar/17	Inadimplemento Contratual	Imobilizado (financiamento do investimento em coqueria em Ipatinga)	1,23% e 0,83% + Libor a.a.
Cosipa Overseas Ltd.	Controlada	11 de maio de 2000	Contrato de Empréstimo	75.376	62.814	118.030	115.019	251.255	Não há	15 de janeiro de 2012	Inadimplemento Contratual	Capital de Giro	1,75% e 2,50% + Libor a.a.
Usiminas Commercial	Controlada	18 de janeiro de 2008	Contrato de Empréstimo	807.884	807.884	1.108.162	-	807.884	Não há	17 de janeiro de 2018	Inadimplemento Contratual	Capital de Giro.	4,1165% a.a.
Cosipa Commercial	Controlada	14 de junho de 2006	Contrato de Empréstimo	428.845	428.845	588.240	361.129	428.845	Não há	14 de junho de 2016	Inadimplemento Contratual	Capital de Giro	4,275% a.a.
MRS Logística S/A	Coligada	16/12/2003	MANUT. DE VAGÕES (A PARTIR DE 01.10.06)	7.744	6.202	4.908	3.163	7.744	Não há	15/12/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
MRS Logística S/A	Coligada	19/08/2004	FRETE COMPLEMENTAR ESCOA FERRO CONSUMO	41.800	27.712	21.167	7.867	41.800	Não há	15/07/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
MRS Logística S/A	Coligada	07/01/2010	FRETE TRANSF ENTRE CENTROS FERROV. EXPOR	1.500.000	-	-	-	1.500.000	Não há	31/12/2014	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
MRS Logística S/A	Coligada	12/05/2005	FRETE TRANSF ENTRE CENTROS FERRO IMOBIL	254.996	121.159	67.599	34.676	254.996	Não há	12/05/2015	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
MRS Logística S/A	Coligada	01/11/2004	FRETE TRANSF ENTRE CENTROS FERRO CONSUM	24.800	14.729	10.640	7.216	24.800	Não há	15/07/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.

Nippon Steel Corporation	Controlador	12/12/2005	SUPERVISÃO DE MONTAGEM	81.760	81.760	81.760	81.760	81.760	Não há	28/02/2012	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Nippon Steel Engineering Co. Ltd.	Controlador	03/04/2008	ACCELERATED PLATE COOLING SYSTEM	7.411.410	-	-	-	7.411.410	Não há	30/06/2011	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Nippon Steel Engineering Co. Ltd.	Controlador	03/04/2008	SUPERVISÃO RESFR.ACELERADO CLC	522.203	-	-	-	522.203	Não há	30/06/2011	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Nippon Steel Engineering Co. Ltd.	Controlador	01/02/2010	PLACA REFRIGERACAO JBXX0650000056	718.000	-	-	-	718.000	Não há	31/12/2011	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Nippon Steel Engineering Co. Ltd.	Controlador	19/04/2010	NO. 3 RH VACUUM DEGASSING UNIT	1.612.380	-	-	-	1.612.380	Não há	31/12/2011	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Nippon Steel Engineering Co. Ltd.	Controlador	07/08/2008	LINHA DE GALVANIZAÇÃO A QUENTE	25.000.000	5.056.348	25.000.000	-	25.000.000	Não há	30/12/2012	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Nippon Steel Engineering Co. Ltd.	Controlador	07/08/2008	SUPERVISÃO DE MONTAGEM E COMISSIONAMENTO	1.000.000	45.500	45.500	-	1.000.000	Não há	31/12/2012	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Rios Unidos Logistica Transport. Aço Ltda	Controlada	17/02/2010	FRETE ABASTEC RODOV INDUSTRIALIZACAO	3.407	-	-	-	3.407	Não há	31/12/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Rios Unidos Logistica Transport. Aço Ltda	Controlada	26/06/2009	FRETE TRANSF ENTRE CENTROS RODO INDUSTR	17.117	14.191	-	-	17.117	Não há	30/06/2012	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Rios Unidos Logistica Transport. Aço Ltda	Controlada	28/07/2009	FRETE ABASTEC RODOV INDUSTRIALIZACAO	31.500	27.012	-	-	31.500	Não há	27/07/2012	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Rios Unidos Logistica Transport. Aço Ltda	Controlada	07/04/2009	PRESTAÇÃO SERVIÇO DE TRANSPORTE	6.060	3.832	-	-	6.060	Não há	06/04/2011	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Soluções em Aços Usiminas S/A	Controlada	01/08/2009	BLANK REGULAR	17.551	12.391	-	-	17.551	Não há	31/12/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Soluções em Aços Usiminas S/A	Controlada	22/12/2009	BLANK CILINDRO GÁS	4.952	4.838	-	-	4.952	Não há	15/01/2011	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou

													garantia.
UNIGAL LTDA	Controlada	03/01/2005	GALVANIZAÇÃO DE PRODUTOS DA USIMINAS	2.000.000	1.248.346	1.610.487	1.901.460	2.000.000	Não há	19/05/2016	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
USIFAST - Logística Industrial S/A	Coligada	18/02/2010	FRETE ABASTEC RODOV INDUSTRIALIZACAO	3.893	-	-	-	3.893	Não há	31/12/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
USIFAST - Logística Industrial S/A	Coligada	26/06/2009	FRETE TRANSF ENTRE CENTROS RODO CONSUMO	73.200	60.689	-	-	73.200	Não há	30/06/2012	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
USIFAST - Logística Industrial S/A	Coligada	16/04/2010	FRETE ESCOAMENTO MINÉRIO	21.522	-	-	-	21.522	Não há	31/03/2013	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
USIFAST - Logística Industrial S/A	Coligada	01/06/2005	FRETE OUTRAS REMESSAS RODOVIA IMOBILIZAD	34.179	6.118	12.237	18.372	34.179	Não há	31/12/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
USIFAST - Logística Industrial S/A	Coligada	01/06/2008	Usicon - Manutenção/operação.	14.685	4.680	-	-	14.685	Não há	01/06/2011	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
USIFAST - Logística Industrial S/A	Coligada	28/07/2009	FRETE ABASTEC RODOV INDUSTRIALIZACAO	1.634	1.150	1.946	2.492	1.634	Não há	27/07/2012	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
USIFAST - Logística Industrial S/A	Coligada	02/05/2005	FRETE ESCOAMENTO RODOVIARIO	16.965	1.615	5.986	8.987	16.965	Não há	31/12/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
USIFAST - Logística Industrial S/A	Coligada	27/07/2009	Serviço de desembaraço Aduaneiro	5.530	5.044	-	-	5.530	Não há	30/08/2012	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
USIFAST - Logística Industrial S/A	Coligada	27/07/2006	FRETE ABASTEC RODOV CONSUMO	90.000	30.518	31.146	59.843	90.000	Não há	30/09/2011	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	27/04/2010	FORNEC. PEÇAS E SERVIÇOS -N VAGÕES	7.005	-	-	-	7.005	Não há	31/03/2029	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	17/07/2009	Serviços de Pintura - NM	66.660	52.998	-	-	66.660	Não há	31/12/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.

Usiminas Mecânica S/A	Controlada	14/08/2009	Locação de Máquinas e Equip. - LAU RENT	302.000	284.360	-	-	302.000	Não há	31/12/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	05/03/2010	RH ICMS 8,8% IPI 0	158.000	-	-	-	158.000	Não há	31/12/2011	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	23/02/2010	SUBSTITUIÇÃO DOS STAVES AF2	3.000	-	-	-	3.000	Não há	31/12/2013	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	29/05/2009	MONTAGEM ELETROMECANICA E TESTES	8.294	3.008	-	-	8.294	Não há	30/03/2011	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	28/09/2009	SERVIÇO MANUTENÇÃO ELÉTRICA	30.000	27.507	-	-	30.000	Não há	31/08/2019	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	01/08/2009	SERV. MANUT.-PREV- SEMANAL RED.E ACIARIA	67.369	47.833	-	-	67.369	Não há	31/12/2019	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	30/03/2001	BLANK PARA RODA	61.634	3.652	12.833	19.138	61.634	Não há	15/01/2011	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	01/08/2006	BLANK PARA ESTRUTURA DE TORRE DE ACO	5.498	716	2.516	-	5.498	Não há	15/01/2011	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	30/12/2008	BLANK CIRCULAR A FRIO	5.067	1.440	5.061	-	5.067	Não há	15/01/2011	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	08/03/2007	CARCACA MANCAL A70B262DEM219	41.838	7.371	22.719	-	41.838	Não há	28/02/2011	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	25/05/2009	MOTOR ELET IND BOB 25KW 6P 440V B3E 2E	22.000	20.825	-	-	22.000	Não há	15/04/2029	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	14/09/2009	CHAPA DESGASTE R80E212DEM009 3	1.500	1.442	-	-	1.500	Não há	15/04/2029	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	01/07/2004	MANUT. EM TUBULAÇÕES	19.469	3.184	2.362	6.170	19.469	Náo há	15/08/2009	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou

													garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	22/04/2010	CARCACA CONVERTEDOR 4E5 CC2001M20185	1.288	-	-	-	1.288	Não há	30/10/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	01/04/2009	ROTOR BRITADOR PRIMARIO	11.250	10.569	-	-	11.250	Não há	31/03/2029	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	01/04/2009	AVENTAL ROLO ENVOLTURA HH0501M1003878 A	45.250	42.512	-	-	45.250	Não há	31/03/2029	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	01/04/2009	INDUZIDO	45.250	42.512	-	-	45.250	Não há	31/03/2029	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	01/04/2009	MESA BOBINADEIRA KK1402M	44.250	41.572	-	-	44.250	Não há	31/03/2029	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	01/04/2009	CUBO ACOPLAMENTO	60.000	56.369	-	-	60.000	Não há	31/03/2029	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	01/04/2009	RODA - USINADA (UMSA)	20.000	18.790	-	-	20.000	Não há	31/03/2029	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
USIROLL Usiminas Court Tecnologia	Controlada	01/09/2003	CILINDRO LAM LW TRAB CROMATIZ C.USIROLL	51.922	30.326	34.966	38.152	51.922	Não há	31/12/2019	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
USIROLL Usiminas Court Tecnologia	Controlada	01/10/2000	CROMATIZAÇÃO CILINDROS ATÉ 500/MÊS	3.298	700	1.315	1.942	3.298	Não há	31/12/2020	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Votorantim Metais Zinco S/A	Controlador	21/06/2007	ZINCO LINGOTE 295,0 X 340,0 X 1650,0MM	198.834	-	-	-	198.834	Não há	30/06/2009	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Votorantim Metais Zinco S/A	Controlador	21/06/2007	ZINCO LINGOTE 295,0 X 340,0 X 1650,0MM	53.279	-	-	-	53.279	Não há	30/06/2009	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Votorantim Metais Zinco S/A	Controlador	21/06/2007	ZINCO LINGOTE 40,0 X 50,0 X 325,0MM	6.931	-	-	-	6.931	Não há	30/06/2009	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.

Votorantim Metais Zinco S/A	Controlador	21/06/2007	ZINCO LINGOTE 38,0 X 80,0 X 510,0MM	2.647	-	-	-	2.647	Não há	30/06/2009	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Votorantim Metais Zinco S/A	Controlador	21/06/2007	ZINCO GRANULADO ZN >OU=99.995% GAL	133.109	-	-	-	133.109	Não há	30/06/2009	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Votorantim Metais Zinco S/A	Controlador	04/08/2008	ACIDO SULFURICO CONCENTRACAO 98%	1.279	-	-	-	1.279	Não há	31/08/2009	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Camargo Corrêa Cimentos S/A	Controlador	16/10/2006	RESIDUO - BORRA OLEOSA	2.010	-	-	-	2.010	Não há	20/05/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
MRS Logística S/A	Coligada	12/05/2008	FRETE ABASTEC FERROV INDUSTRIALIZACAO	47.000	-	-	-	47.000	Não há	30/05/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Nippon Steel Engineering Co. Ltd.	Controlador	03/12/2007	BACK UP ROLLS FOR HL WITH BEARINGS (BUR)	240.000	-	-	-	240.000	Não há	01/06/2009	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Rios Unidos Logistica Transport. Aço Ltda	Controlada	15/03/2009	FRETE ESCOAMENTO RODOVIARIO	1.286	-	-	-	1.286	Não há	14/03/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Rios Unidos Logistica Transport. Aço Ltda	Controlada	05/07/2002	RETORNO SUCATA/SOBRAS DE BENEFICIADOR	2.685	-	-	-	2.685	Não há	01/01/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Rios Unidos Logistica Transport. Aço Ltda	Controlada	20/02/2009	TRANSPORTE ABASTECIMENTO RODOVÍARIO	2.772	-	-	-	2.772	Não há	20/02/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Rios Unidos Logistica Transport. Aço Ltda	Controlada	15/03/2009	TRANSPORTE ABASTECIMENTO RODOVÍARIO	3.274	-	-	-	3.274	Não há	14/03/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Rios Unidos Logistica Transport. Aço Ltda	Controlada	13/02/2003	FRETE ESCOAMENTO RODOVIARIO	6.054	-	-	-	6.054	Não há	30/05/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Rios Unidos Logistica Transport. Aço Ltda	Controlada	12/11/2008	FRETE ABASTEC RODOV CONSUMO	1.000	-	-	-	1.000	Não há	17/02/2009	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Rios Unidos Logistica Transport. Aço Ltda	Controlada	31/10/2008	FRETE COMPLEMENT ABAST ROD INDUSTRIALIZ	4.900	-	-	-	4.900	Não há	15/11/2009	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou

													garantia.
USIFAST - Logística Industrial S/A	Coligada	10/07/2009	FRETE ABASTEC RODOV INDUSTRIALIZACAO	2.937	-	-	-	2.937	Não há	31/12/2009	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
USIFAST - Logística Industrial S/A	Coligada	25/03/2009	FRETE ABASTEC RODOV INDUSTRIALIZACAO	3.240	-	-	-	3.240	Não há	31/03/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
USIFAST - Logística Industrial S/A	Coligada	01/11/1996	OP. MANUTENÇÃO CAP. EDUARDO - 16º ADIT.	1.111	-	-	-	1.111	Não há	01/05/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
USIFAST - Logística Industrial S/A	Coligada	23/08/2005	Transp. Int. Produtos Siderúrgicos	1.200	-	-	-	1.200	Não há	30/06/2009	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
USIFAST - Logística Industrial S/A	Coligada	27/07/2006	TRANSPORTE INTERNO - PATIO CARVAO - C2,	6.152	-	-	-	6.152	Não há	15/01/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
USIFAST - Logística Industrial S/A	Coligada	18/06/2003	Transp. Int. Produtos Siderúrgicos	38.460	-	-	-	38.460	Não há	15/05/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
USIFAST - Logística Industrial S/A	Coligada	31/03/2006	LOCAÇÃO DE TRATORES E CARRETAS	5.515	-	-	-	5.515	Não há	15/05/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	12/11/2009	Serviços de Montagem Sala Elétrica	8.014	-	-	-	8.014	Não há	31/03/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	27/02/2009	Locação de Guindaste - Transdata	175.789	-	-	-	175.789	Não há	31/05/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	15/06/2009	GUNNING AF2 - SERV. ELETROMEC	16.613	-	-	-	16.613	Não há	30/10/2009	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	15/04/2008	Montagem TRT - Locação de Guindaste	9.208	-	-	-	9.208	Não há	15/04/2009	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	15/10/2008	FABRICAÇÃO E TRANSPORTE CARCAÇA DO CONVE	8.604	-	-	-	8.604	Não há	31/12/2009	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.

Usiminas Mecânica S/A	Controlada	01/11/2003	MONT./ DESMONT. MLC 4 - SET/06	24.382	-	-	-	24.382	Não há	15/06/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	01/07/2003	MANUTENÇÃO EM TUBULAÇÃO - NOV/2006	26.863	-	-	-	26.863	Não há	31/03/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	01/01/1996	KIT CONJ SOLDA REC ROLOS D250X1206MM	87.190	-	-	-	87.190	Não há	31/05/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	15/07/2009	FABRICAÇÃO E TROCA CONVERTEDOR 4 ACIA R	1.232	-	-	-	1.232	Não há	30/04/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	04/11/2009	Servs. Eletromec. AF1	5.686	-	-	-	5.686	Não há	30/04/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Votorantim Cimentos Brasil Ltda	Controlador	16/05/2007	BORRA OLEOSA - SUCATA	1.714	-	-	-	1.714	Não há	29/04/2010	Inadimplemento Contratual	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Automotiva Usiminas	Controlada	Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2009	Venda de Produtos Siderúrgicos	70.270	-	-	-	70.270	Não há	Exercício findo em 31 de dezembro de 2009	Não Há	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Camargo Corrêa S.A.	Controlador	Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2009	Venda de Produtos Siderúrgicos	269.526	-	-	-	269.526	Não há	Exercício findo em 31 de dezembro de 2009	Não Há	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Construções e Comércio Camargo Corrêa	Controlador	Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2009	Vendas de Produtos Siderúrgicos	8.547	-	-	-	8.547	Não há	Exercício findo em 31 de dezembro de 2009	Não Há	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Companhia Siderúrgica Paulista - COSIPA	Controlada	Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2009	Venda de Produtos Siderúrgicos	249.853	-	-	-	249.853	Não há	Exercício findo em 31 de dezembro de 2009	Não há	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Cosipa Overseas	Controlada	Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2009	Venda de Produtos Siderúrgicos	345.956	-	-	-	345.956	Não há	Exercício findo em 31 de dezembro de 2009	Não há	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Dufer S/A	Controlada	Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2009	Venda de Produtos Siderúrgicos	228.363	-	-	-	228.363	Não há	Exercício findo em 31 de dezembro de 2009	Não há	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Fasal S/A	Controlada	Durante o exercício social findo em 31 de dezembro	Venda de Produtos Siderúrgicos	973.190	-	-	-	973.190	Não há	Exercício findo em 31 de dezembro de 2009	Não há	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou

		de 2009												garantia.
Fasal Trading S/A	Controlada	Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2009	Venda de Produtos Siderúrgicos	304.245	-	-	-	304.245	Não há	Exercício findo em 31 de dezembro de 2009	Não há	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Metal One Corporation	Controlador	Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2009	Venda de Produtos Siderúrgicos	26.930	-	-	-	26.930	Não há	Exercício findo em 31 de dezembro de 2009	Não há	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Rio Negro	Controlada	Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2009	Venda de Produtos Siderúrgicos	1.945.797	-	-	-	1.945.797	Não há	Exercício findo em 31 de dezembro de 2009	Não há	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Rios Unidos	Controlada	Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2009	Venda de Produtos Siderúrgicos	1.616	-	-	-	1.616	Não há	Exercício findo em 31 de dezembro de 2009	Não há	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Soluções em Aços Usiminas S/A	Controlada	Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2009	Venda de Produtos Siderúrgicos	88.125	-	-	-	88.125	Não há	Exercício findo em 31 de dezembro de 2009	Não há	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Unigal	Controlada	Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2009	Venda de Produtos Siderúrgicos	518	-	-	-	518	Não há	Exercício findo em 31 de dezembro de 2009	Não há	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Usiminas Mecânica S/A	Controlada	Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2009	Venda de Produtos Siderúrgicos	674.500	-	-	-	674.500	Não há	Exercício findo em 31 de dezembro de 2009	Não há	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.
Zamprogna	Controlada	Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2009	Venda de Produtos Siderúrgicos	296.441	-	-	-	296.441	Não há	Exercício findo em 31 de dezembro de 2009	Não Há	Não é operação de empréstimo ou garantia.	Não é operação de empréstimo ou garantia.

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionadas no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Em caso de conflito de interesses, a Companhia adota as regras mencionadas no item 16.1 para tratar desses conflitos.

Ademais, em conformidade com a Lei de Sociedade por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

As operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

No entanto, a Companhia não tem como comprovar a comutatividade das operações a não ser divulgando os dados dessas operações para a devida verificação de sua afirmação feita no parágrafo acima pelos investidores e demais interessados.

17. Capital social

17.1. Composição capital social

Posição em 30 de abril de 2010

Espécie / Classe	Quantidade Ações	Capital Subscrito (R$)	Capital Integralizado (R$)	Prazo para Integralização	Capital Autorizado (R$)
Ordinárias	252.630.342	6.055.435.920,47	6.055.435.920,47	Não aplicável, o capital está totalmente integralizado	Não aplicável, não há capital autorizado.
Preferenciais /Classe A	254.214.598	6.093.409.825,80	6.093.409.825,80	Não aplicável, o capital está totalmente integralizado	Não aplicável, não há capital autorizado.
Preferenciais /Classe B	48.155	1.154.253,74	1.154.253,74	Não aplicável, o capital está totalmente integralizado	Não aplicável, não há capital autorizado.
TOTAL	**506.893.095**	**12.150.000.000,00**	**12.150.000.000,00**	**Não aplicável, o capital está totalmente integralizado**	**Não aplicável, não há capital autorizado.**

Exceto pelas ações preferenciais classe B, que poderão, a qualquer tempo e a exclusivo critério do acionista, ser convertidas em ações preferenciais classe A, a Companhia não emitiu títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações.

17.2. Em relação aos aumentos de capital do emissor, indicar:

Evolução do capital no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007:

Em 27 de novembro de 2007, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia deliberou um aumento do capital social no valor de R$ 2.700.000.000,00, correspondente a 50% em do capital social imediatamente anterior, por incorporação de reservas, com aumento do número de ações, conforme detalhado no quadro abaixo. No mesmo ato, deliberou bonificação em ações ordinárias e preferenciais classes "A" e "B" na proporção de 50% para cada ação possuída, ao custo unitário atribuído as ações bonificadas é de R$ 23,969551, em

conformidade com o parágrafo 1º do art. 25 da IN/SRF 25/2001 e conforme tabela do item 17.3. abaixo.

Evolução do capital no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008:

Em 29 de abril de 2008, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia deliberou aumento do capital social no valor de R$ 4.050.000.000,00, correspondente a 50% do capital social imediatamente anterior, por incorporação de reservas, com aumento do número de ações, conforme detalhado no quadro abaixo. No mesmo ato, deliberou bonificação em ações ordinárias e preferenciais classes "A" e "B" na proporção de 50% para cada ação possuída, conforme tabela do item 17.3 abaixo.

Evolução do capital em 31 de dezembro de 2009:

Não houve aumento de capital no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2009.

				Quantidade de valores mobiliários emitidos							
Data da Deliberação	**Órgão que deliberou**	**Data da Emissão**	**Valor total do aumento**	**Ações Ordinárias**	**Ações Preferenciais Classe A**	**Ações Preferenciais Classe B**	**Preço de emissão**	**Forma de Integralização**	**Critério utilizado para determinação do valor de emissão**	**Subscrição particular ou pública**	**% de aumento do capital em relação ao capital social anterior**
27/11/2007	AGE	27/11/2007	R$ 2.700.000	56.140.076	56.332.628	170.206	0	Reserva de Capital (valor excedente na subscrição de ações R$ 1.682.018 e Incentivos Fiscais R$ 149.524) e Reservas para investimentos/ Capital giro (R$ 868.458) Reserva Legal (R$ 316.706) e Reservas para investimentos/ Capital giro (R$ 3.733.294)	Bonificação de ações sem valor nominal	Particular	50%
29/04/2008	AGE	29/04/2008	R$ 4.050.000	84.210.114	84.466.143	288.108	0		Bonificação de ações sem valor nominal	Particular	50%

17.3. Em relação aos desdobramentos, grupamentos e bonificações, informar em forma de tabela:

Não foram realizados quaisquer desdobramentos ou grupamentos de ações nos últimos três exercícios sociais. No entanto, foram aprovadas 2 bonificações, conforme descritas no item 17.2. acima e na tabela abaixo:

Bonificação aprovada pela Assembleia Geral em 27/11/2007:

Espécie / classe	Quantidade de Ações antes da aprovação	Quantidade de Ações após a aprovação
Ordinárias	112.280.152	168.420.228
Preferenciais / Classe A	112.614.979	168.922.469
Preferenciais / Classe B	390.689	586.033
Total	**225.285.820**	**337.928.730**

Bonificação aprovada pela Assembleia Geral em 29/04/2008:

Espécie / classe	Quantidade de Ações antes da aprovação	Quantidade de Ações após a aprovação
Ordinárias	168.420.228	252.630.342
Preferenciais / Classe A	168.925.741	253.388.612
Preferenciais / Classe B	582.761	874.141
Total	**337.928.730**	**506.893.095**

17.4. Em relação às reduções de capital do emissor, indicar:

Não houve redução de capital nos três últimos exercícios sociais.

17.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em 2007 foram convertidas 6.959 ações preferenciais classe B em preferenciais classe A. Em 2008 foram convertidas 127 ações preferenciais classe B em preferenciais classe A. Em 2009 foram convertidas 1.302 ações preferenciais classe B em preferenciais classe A. A conversão descrita acima não altera o valor patrimonial da ação de emissão da Companhia. Entretanto, a Companhia entende que a conversão resulta em maior liquidez para os acionistas que exerceram o respectivo direito, pela amplitude do mercado na classe "A.

Além das informações expostas acima, não há outras relevantes.

18. Valores Mobiliários

18.1. Descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida:

a) Direito a dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.

O estatuto social da Companhia prevê dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, sendo que os titulares de ações preferenciais receberão dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. Ainda, os titulares de as ações preferenciais de classe B gozarão de prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia. Os titulares de ações preferenciais de classe A gozarão da mesma prioridade, porém, somente após o atendimento da prioridade conferida às ações preferenciais classe B.

As ações preferenciais têm direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, de quaisquer bonificações votadas em Assembleia Geral.

Compete à Assembleia Geral Ordinária da Companhia deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. O estatuto social da Companhia autoriza a Assembleia Geral deliberar a distribuição de dividendos por conta de reserva de lucros preexistentes ou de lucros acumulados de exercícios anteriores, depois que o dividendo obrigatório mencionado acima tiver sido atribuído aos acionistas.

O estatuto ainda prevê que a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários, podendo, o Conselho de Administração, deliberar a distribuição de dividendos, inclusive de dividendos intermediários, à conta de lucro apurado naqueles balanços ou no último balanço anual.

b) Direito a voto

Cada ação ordinária dá direito a 1 voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto.

c) Conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando

i. Condições:

As ações preferenciais classe B poderão, a qualquer tempo e a exclusivo critério do acionista detentor de referidas ações, ser convertidas em ações preferenciais classe A. As ações preferenciais não poderão ser convertidas em ordinárias.

ii. Efeitos sobre o Capital Social:

Não afeta o capital social, exceto o número de ações por classe, em caso de conversão de ações preferenciais classe B em classe A.

d) Direitos no reembolso do capital

Liquidação

Os titulares de ações preferenciais classe B gozarão de prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia. Os titulares de ações preferenciais classe A gozarão da mesma prioridade, porém, somente após o atendimento da prioridade conferida às ações preferenciais classe B.

Retirada/Recesso

O valor de reembolso a ser pago pela Companhia, nos casos previstos em lei, será estipulado com base no valor econômico da Companhia, a ser apurado em avaliação, realizada por três peritos ou empresa especializada, indicados pelo Conselho de Administração e escolhidos pela Assembleia Geral em deliberação tomada por maioria absoluta de votos, observado o disposto no artigo 45 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Resgate

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as ações da Companhia podem ser resgatadas mediante determinação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária que representem, no mínimo, 50% do capital social. O resgate das ações deverá ser pago com lucros acumulados, reserva de lucros ou reserva de capital. Na hipótese de o resgate não abranger a totalidade das ações, será feito mediante sorteio.

e) Direito a participação em oferta pública por alienação de controle

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de alienação de controle da Companhia, todos os titulares de ações ordinárias têm direito de incluir suas ações em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pelo adquirente do controle, bem como a receber, no mínimo, 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

f) Restrições à circulação

Além das restrições descritas no item 15.5.f deste Formulário de Referência, relativas ao acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, não existem restrições à circulação das ações.

g) Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Além das condições descritas no item 15.5. e deste Formulário de Referência, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações e no estatuto social; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

h) Outras características relevantes

Não existem características relevantes adicionais.

i) Emissores estrangeiros devem identificar as diferenças entre as características descritas nos itens "a" a "i" e aquelas normalmente atribuídas a valores mobiliários semelhantes emitidos por emissores nacionais, diferenciando quais são próprias do valor mobiliário descrito e quais são impostas por regras do país de origem do emissor ou do país em que seus valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, pelo fato de a Companhia ser emissor nacional.

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não existem regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não existem exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto.

18.4. Em forma de tabela, informar volume de negociações bem como maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, em cada um dos trimestres dos 3 últimos exercícios sociais:

Ações Ordinárias – USIM3

Cotação das Ações

A tabela abaixo apresenta o volume, a cotação mínima e máxima de negociação das Ações Ordinárias da Companhia na BM&FBOVESPA, por trimestre, nos últimos 3 exercícios sociais:

No trimestre	Volume de negociação (R$)	Maior cotação (R$)	Menor cotação (R$)
1º trimestre 2007	357.728.095,00	53,73	39,56
2º trimestre 2007	1.992.197.419,00	58,20	48,00
3º trimestre 2007	1.760.281.250,00	64,44	45,33
4º trimestre 2007	2.201.425.647,00	68,53	50,93
1º trimestre 2008	2.219.145.491,00	73,70	48,01
2º trimestre 2008	2.507.860.742,00	97,51	68,67
3º trimestre 2008	1.797.167.072,00	74,80	34,64
4º trimestre 2008	1.001.977.918,00	38,62	17,54
1º trimestre 2009	949.975.920,00	30,60	20,89
2º trimestre 2009	1.411.542.360,00	42,30	25,84
3º trimestre 2009	1.764.690.073,00	56,70	35,16
4º trimestre 2009	1.677.977.298,00	52,00	42,10

Fonte: BM&FBOVESPA

Ações Preferenciais Classe A – USIM5

Cotação das Ações

A tabela abaixo apresenta o volume, a cotação mínima e máxima de negociação das Ações Preferenciais Classe A da Companhia na BM&FBOVESPA, por trimestre, nos últimos 3 exercícios sociais:

No trimestre	Volume de negociação (R$)	Maior cotação (R$)	Menor cotação (R$)
1º trimestre 2007	6.843.690.024,00	44,40	31,36
2º trimestre 2007	7.194.420.750,00	49,96	39,96
3º trimestre 2007	8.526.192.581,00	58,09	39,82
4º trimestre 2007	8.702.273.869,00	62,22	49,66
1º trimestre 2008	10.532.358.622,00	70,73	46,75
2º trimestre 2008	11.217.614.906,00	95,80	65,79
3º trimestre 2008	10.065.977.857,00	77,95	36,16
4º trimestre 2008	5.505.190.895,00	40,90	18,65
1º trimestre 2009	5.629.315.927,00	32,75	22,70
2º trimestre 2009	8.097.796.032,00	43,44	28,52
3º trimestre 2009	8.604.988.367,00	50,13	35,02
4º trimestre 2009	7.844.626.635,00	54,60	44,39

Fonte: BM&FBOVESPA

Ações Preferenciais Classe B – USIM6

Cotação das Ações

A tabela abaixo apresenta o volume, a cotação mínima e máxima de negociação das Ações Preferenciais Classe B da Companhia na BM&FBOVESPA, por trimestre, nos últimos 3 exercícios sociais:

No trimestre	Volume de negociação (R$)	Maior cotação (R$)	Menor cotação (R$)
1º trimestre 2007	77.590,00	40,00	35,56
2º trimestre 2007	178.676,00	47,56	43,21
3º trimestre 2007	307.528,00	53,16	48,48
4º trimestre 2007	62.000,00	60,00	57,77
1º trimestre 2008	43.002,00	63,33	50,01
2º trimestre 2008	80.816,00	93,05	64,01
3º trimestre 2008	45.678,00	89,49	52,94
4º trimestre 2008	65.234,00	29,40	20,00
1º trimestre 2009	-	-	-
2º trimestre 2009	34.452,00	31,32	31,32
3º trimestre 2009	38.803,00	44,52	41,99
4º trimestre 2009	34.157,00	49,01	48,51

Fonte: BM&FBOVESPA

ADS Nível 1 Preferencial A - USNZY

Cotação das ADS

A tabela abaixo apresenta os volumes, a cotação mínima e máxima de negociação das ADS *Nível 1 Preferencial A* da Companhia na NASDAQ Stock Market, por trimestre, nos últimos 3 exercícios sociais:

USNZY US Equity					
No trimestre	Volume	Maior cotação (US$)	Menor cotação (US$)	Volume negociado (US$)	Volume negociado (R$)
1º trimestre 2007	2.039.317,00	29,17	42,66	76.209.621,92	160.691.552,46
2º trimestre 2007	1.186.838,00	39,26	52,16	54.879.145,25	108.761.260,35
3º trimestre 2007	1.215.407,00	39,23	64,78	64.962.508,99	124.578.095,97
4º trimestre 2007	1.525.630,00	38,32	72,28	88.281.865,80	157.684.369,82
1º trimestre 2008	2.775.350,00	35,35	58,12	139.487.381,44	242.416.263,54
2º trimestre 2008	3.597.123,00	44,36	70,91	181.548.634,48	300.650.980,75
3º trimestre 2008	2.866.475,00	17,85	45,24	94.217.961,01	157.103.596,33
4º trimestre 2008	3.272.101,00	7,07	19,79	33.905.180,51	77.188.273,14
1º trimestre 2009	2.093.785,00	9,60	14,07	25.724.397,10	59.456.588,16
2º trimestre 2009	3.985.739,00	12,25	21,80	69.382.104,52	143.818.638,48
3º trimestre 2009	4.378.734,00	17,32	27,15	103.576.929,14	193.478.197,95
4º trimestre 2009	2.976.078,00	24,83	31,46	85.566.931,10	148.773.593,26

Fonte: Bloomberg

ADS (144A) Preferencial classe A - USNMY

Não houve negociação dos ADS (144A) Preferencial classe A - USNMY da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais.

ADS (144A) Ordinária - USDML

Não houve negociação dos ADS (144A) Ordinária USDML da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais.

ADS (Nível 1) Ordinária - USDMY

Não houve negociação dos ADS (Nível 1) Ordinária USDMY da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais.

Debêntures

Cotação das Debêntures de 4ª emissão

A tabela abaixo apresenta o volume, a cotação mínima e máxima de negociação das debêntures de 4ª. emissão da Companhia na BM&FBOVESPA, por trimestre, nos últimos 3 exercícios sociais:

No trimestre	Volume de negociação	Maior cotação (R$)	Menor cotação (R$)
1º trimestre 2007	-	-	-
2º trimestre 2007	-	-	-
3º trimestre 2007	-	-	-
4º trimestre 2007	-	-	-
1º trimestre 2008	1	100,01	100,01
2º trimestre 2008	3	100,08	100,01
3º trimestre 2008	-	-	-
4º trimestre 2008	-	-	-
1º trimestre 2009	-	-	-
2º trimestre 2009	-	-	-
3º trimestre 2009	-	-	-
4º trimestre 2009	-	-	-

Cotação das Debêntures de 5ª emissão

Não houve negociação das debêntures de 5ª. emissão da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais.

18.5. Descrever outros valores mobiliários emitidos que não sejam ações:

Debêntures:

A Companhia realizou 5 emissões de debêntures, das quais 2 encontram-se em circulação e 3 já foram liquidadas pela Companhia, em seus respectivos vencimentos.

Debêntures de 4ª emissão da Companhia

a) Identificação do valor mobiliário

Debêntures não conversíveis em ações.

b) Quantidade

5.000 debêntures simples.

c) Valor

Valor nominal unitário na data da emissão de R$ 100.000,00

d) Data da emissão

03 de março de 2008.

e) restrições à circulação

Não existem restrições à circulação.

f) Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando:

As debêntures não são conversíveis em ações, tampouco conferem aos seus titulares o direito de subscrever ou adquirir ações de emissão da Companhia.

g) Possibilidade de resgate, indicando:

As debêntures desta emissão não estão sujeitas a resgate.

i. Hipóteses de resgate

As debêntures desta emissão não estão sujeitas a resgate.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

As Debêntures desta emissão não estão sujeitas a resgate.

h) Quanto aos valores mobiliários que são de dívida, indicar:

i) Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado

O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de fevereiro de 2013, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado descritas abaixo.

Hipóteses de Vencimento Antecipado

As obrigações da Companhia constantes dos instrumentos relacionados à 4ª emissão poderão ser declaradas antecipadamente exigíveis na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

i) Pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação judicial;

ii) Extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência da Companhia, e/ou de qualquer de suas controladas relevantes, ou trânsito em julgado de decretação de falência ou declaração de insolvência;

iii) Pedido de falência, não elidido no prazo legal, da Companhia ou de qualquer de suas controladas relevantes, em valor igual ou superior a cinquenta milhões de reais;

iv) Falta de pagamento pela Companhia do principal das Debêntures e/ou da remuneração nas respectivas datas de vencimento, caso não sanado em até um dia útil;

v) Disposição de ativos da Companhia que afete de forma negativa e relevante sua capacidade de pagamento, em revisão pela agência de *rating* da Emissão para grau de risco inferior a brA da Standard & Poors ou equivalentes pela Moody's America Latina ou Fitch Ratings;

vi) Declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia ou de qualquer de suas controladas relevantes, em valor individual ou total, igual ou superior a cinquenta milhões de reais;

vii) Se a Companhia ou qualquer de suas controladas relevantes deixarem de pagar, no

vencimento, quantia igual ou superior, em valor individual ou total, a cinquenta milhões de reais, relacionada a acordo ou contrato de qual sejam partes como mutuarias ou garantidoras, salvo se o não pagamento for resultante de contestação da exigibilidade do montante pela Companhia em âmbito judicial;

viii) Protestos de títulos contra a Companhia, ou contra qualquer de suas controladas relevantes, cujo valor total inadimplido, individual ou total, ultrapasse cinquenta milhões de reais, salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia ou suas controladas relevantes, ou se (ii) no prazo de cinco dias úteis contados da ocorrência do protesto, for impetrada medida judicial cabível a fim de cancelá-lo ou suspendê-lo;

ix) Falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanado, no primeiro a expirar em trinta dias contados (i) da comunicação do referido descumprimento pela Companhia ao agente fiduciário, ou (ii) do recebimento pela Companhia de comunicação do referido descumprimento;

x) Se houver alteração ou modificação do objeto social da Companhia que resulte em (i) direito de retirada e/ou (ii) alteração nas atividades comerciais;

xi) Provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia nos termos da dos contratos que regem a operação (a Escritura de Emissão e o Contrato de Colocação);

xii) Distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

xiii) Transformação da Companhia em sociedade limitada;

xiv) Não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades da Companhia e/ou controladas relevantes, exceto se dentro do prazo de 15 dias da data de tal evento, a Companhia comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades;

xv) Não cumprimento de qualquer decisão transitada em julgado, final e irrecorrível, contra a Companhia e/ou uma de suas controladas relevantes, em valor unitário ou agregado superior a cinquenta milhões de reais corrigido, ou seu contra-valor em outras moedas, no prazo de até trinta dias contados da data estipulada para seu cumprimento;

xvi) Transferência ou outra forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na Escritura, sem previa anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas, especialmente convocadas para este fim;

xvii) Alteração da classificação de risco da Companhia que resulte em *rating* inferior a brA da Standard & Poors ou em rating equivalente por outra agencia de classificação de risco;

xviii) Prática pela Companhia de quaisquer atos em desacordo com o seu Estatuto Social e a escritura de emissão,

xix) Deixar de manter qualquer dos índices consolidados financeiros relacionados a seguir a serem verificados semestralmente após a divulgação das informações semestrais e anuais regularmente apresentadas pela Companhia (i) dívida líquida EBITDA igual ou inferior a 3,75; e (ii) EBITDA por despesas financeiras igual ou superior a 2,75.

Vencimento Antecipado Automático

A ocorrência dos eventos listados nas alíneas (i), (ii), (iii), (iv), (vi), (vii), (xiii), e (xiv) do subitem Hipóteses de Vencimento Antecipado acima, acarretará o vencimento antecipado automático das debêntures, independentemente de qualquer consulta aos titulares das debêntures de 4ª emissão da Companhia.

Vencimento Antecipado mediante Assembleia Geral de Debenturistas

Na ocorrência de qualquer dos eventos não listados como hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, o agente fiduciário deverá convocar, em 48 horas, Assembleia Geral de Debenturistas de 4ª emissão da Companhia, para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

A Assembleia Geral de Debenturistas de 4ª emissão da Companhia acima mencionada poderá, por deliberação de Debenturistas representando, no mínimo, 66% das Debêntures em Circulação em primeira convocação, ou maioria simples em segunda convocação, determinar que o agente fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures. Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas ou não havendo deliberação na data originalmente estabelecida para a sua

realização e/ou quorum necessário para tanto, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao agente fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

ii. Juros

As Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário em sua página da internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* de 0,42% ao ano, base 252 dias úteis, incidente sobre o valor nominal unitário ainda não amortizado, a partir da data de emissão e a última data de pagamento da remuneração, coincidindo com a data de vencimento e pagos ao final de cada período de capitalização.

iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto

As Debêntures de 4ª emissão da Companhia não possuem garantias.

iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado

As Debêntures são da espécie subordinada.

v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

●· à distribuição de dividendos

Poderá ocorrer a antecipação do vencimento se a Companhia efetuar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, estando em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

●· à alienação de determinados ativos

Poderá ocorrerá a antecipação do vencimento se a Companhia dispuser de ativos de forma que afete negativa e relevantemente sua capacidade de pagamento, em revisão pela agencia de *rating* da Emissão para grau de risco inferior a brA da Standard & Poors ou equivalentes pela Moody s America Latina ou Fitch Ratings.

●· à contratação de novas dívidas

Não há restrição à contratação de novas dívidas.

· à emissão de novos valores mobiliários

Não há restrição à emissão de novos valores mobiliários.

vi. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato

Principais dados do Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 4, sala 514, bloco 04

Rio de Janeiro – RJ At.: Sr. Maurício da Costa Ribeiro

Telefone: (21) 3385-4572

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: marcelo@pentagonotrustee.com.br / pentagono@pentagonotrustee.com.br

O contrato com o agente Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e valores Mobiliários, tem início na data da escritura de emissão das debêntures (28 de janeiro de 2008), com vigência até o término do prazo da emissão (01 de fevereiro de 2013). É estipulada uma remuneração cobrada anualmente pela Pentágono no montante de R$ 15 mil, ajustado anualmente pelo IGPM. Não há obrigações relevantes impostas à Companhia.

i. Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras,

tanto por parte da Companhia quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou inaplicabilidade por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas, que deverá ser realizada na forma e prazos estipulados na Lei das Sociedades por Ações e na Escritura, para estes definirem, de comum acordo com a Companhia, o novo parâmetro a ser aplicado, devendo refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia de Debenturistas, a referida Assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo da remuneração.

Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Companhia e os Debenturistas representando, no mínimo, 66% das Debêntures em Circulação, a Companhia optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao agente fiduciário, no prazo de 10 dias contados da data da realização da respectiva Assembleia: (a) a Companhia deverá realizar o resgate antecipado, e consequentemente, cancelar a totalidade das Debêntures, no prazo de 30 dias contados da data de realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos da Escritura, acrescido da remuneração devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e canceladas será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou (b) a Companhia deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização pela Companhia, a periodicidade do pagamento da remuneração continuará sendo aquela pré-estabelecida, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada a Taxa Substitutiva. Caso a Taxa Substitutiva seja referenciada em prazo diferente de 252 dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 dias úteis.

A Assembleia Geral de Debenturistas poderá por deliberação (i) de 66% das debêntures em circulação em primeira convocação ou (ii) de maioria simples dos presentes em segunda convocação determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das debêntures.

Nas deliberações da assembleia, a cada debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto na escritura, as alterações nas características e condições das debêntures e da emissão deverão ser aprovadas por debenturistas que representem no mínimo 66% das debêntures em circulação, observado que alterações na remuneração e/ou garantias e/ou prazo de vencimento e/ou repactuação, resgate ou amortização das debêntures e /ou dispositivos sobre quorum previstos na escritura deverão contar com aprovação de debenturistas representando 90% das debêntures em circulação.

j. Outras características relevantes

Não existem outras características consideradas relevantes.

- *Debênture de 5ª emissão da Companhia*

a) Identificação do valor mobiliário

Debêntures não conversíveis em ações.

b) Quantidade

1 Debênture.

c) Valor

Valor nominal unitário na data da emissão de R$ 600.000.000,00.

d) Data da emissão

29 de dezembro de 2008.

e) restrições à circulação

Não existem restrições à circulação.

f) Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando:

As debêntures não são conversíveis em ações, tampouco conferem aos seus titulares o direito de subscrever ou adquirir ações de emissão da Companhia.

g) Possibilidade de resgate, indicando:

As debêntures desta emissão não estão sujeitas a resgate.

i. Hipóteses de resgate

As debêntures desta emissão não estão sujeitas a resgate.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

As debêntures desta emissão não estão sujeitas a resgate.

h) Quanto aos valores mobiliários que são de dívida, indicar:

i) Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado

O vencimento das Debêntures ocorrerá em 29 de dezembro de 2020, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado descritas abaixo.

Hipóteses de Vencimento Antecipado

As obrigações da Companhia constantes dos instrumentos relacionados à 5ª emissão poderão ser declaradas antecipadamente exigíveis na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

(a) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Companhia ou por qualquer de suas Controladas Relevantes;

(b) extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência da Companhia, e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes bem como em casos de fusão ou incorporação envolvendo a Companhia, salvo se a operação de fusão ou incorporação (i) não afetar a capacidade de pagamento da Companhia e (ii) a entidade sobrevivente for a própria Companhia, ou decretação de falência ou declaração de insolvência da Companhia, e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes;

(c) pedido de falência não elidido no prazo legal, da Companhia ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, independentemente do valor, ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei;

(d) falta de pagamento, pela Companhia, do principal da Debênture e/ou da Remuneração nas respectivas datas de vencimento, caso não sanado em até 01 dia útil;

(e) disposição de ativos da Companhia que afete de forma comprovadamente negativa e relevante sua capacidade de pagamento em revisão pela agência de *rating* da Emissão para um grau de risco inferior a brA da Standard and Poor's ou equivalente de qualquer outra agência de *rating* definida em Assembleia de Debenturistas;

(f) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, em montante individual ou total igual ou superior a R$ 50.000.000,00, atualizado pelo IGP-M acumulado entre a Data de Emissão e a data de divulgação do referido índice imediatamente anterior ao Evento de Inadimplemento;

(g) se a Companhia, ou qualquer de suas Controladas Relevantes, deixarem de pagar, na data de vencimento, considerado eventual período de cura, quantia igual ou superior, em valor individual ou total, a R$ 50.000.000,00, atualizado pelo IGP-M acumulado entre a Data de Emissão e a data de divulgação do referido índice imediatamente anterior ao Evento de Inadimplemento, relacionada a acordo ou contrato de qual sejam partes como mutuarias ou garantidoras, salvo se o não pagamento for resultante de contestação da exigibilidade do montante pela Companhia em âmbito judicial, devidamente comprovado;

(h) protestos de títulos contra a Companhia, ou contra qualquer de suas Controladas Relevantes, cujo valor total inadimplido, individual ou total, ultrapasse R$ 50.000.000,00, atualizado pelo IGP-M acumulado entre a Data de Emissão e a data de divulgação do referido índice imediatamente anterior ao Evento de Inadimplemento, ou, salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia, ou suas Controladas

Relevantes, ou se (ii) no prazo máximo de 5 dias úteis contados da ocorrência do referido protesto, for impetrada a medida judicial cabível a fim de cancelá-lo ou suspendê-lo;

(i) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura de emissão, não sanado em 30 (trinta) dias contados: (i) da comunicação do referido descumprimento pela Companhia ao Agente Fiduciário, ou (ii) do recebimento pela Companhia de comunicação do referido descumprimento, a ela enviada pelo Agente Fiduciário ou por qualquer terceiro; o que ocorrer primeiro. Os prazos acima referidos não se aplicam às obrigações para as quais já tenha sido estipulado prazo específico;

(j) se houver alteração ou modificação do objeto social da Companhia, que resulte em (i) direito de retirada, nos termos do artigo 137 da Lei da Sociedades Anônimas, e/ou (ii) alteração substancial adversa em suas atividades comerciais;

(k) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia nos termos da escritura de emissão;

(l) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na escritura de emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(m) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(n) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, outorgas e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, exceto se, dentro do prazo de 15 dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Companhia comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Companhia até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;

(o) não cumprimento de qualquer decisão transitada em julgado, final e irrecorrível, contra a Companhia e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes, em valor unitário ou agregado superior a R$50.000.000,00, atualizado pelo IGP-M acumulado entre a Data de Emissão e a data de divulgação do referido índice imediatamente anterior ao Evento de Inadimplemento, ou seu contra-valor em outras moedas, no prazo legal para seu cumprimento;

(p) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia das obrigações assumidas na escritura de emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para este fim;

(q) alteração da classificação de risco da Companhia que resulte em *rating* inferior a brA da Standard and Poor's ou equivalente de qualquer outra agência de *rating* definida em Assembleia de Debenturistas;

(r) prática, pela Companhia de quaisquer atos em desacordo com seu Estatuto Social e a Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia perante o Debenturista;

(s) deixar de manter qualquer dos índices consolidados financeiros relacionados a seguir, a serem verificados semestralmente pelo Agente Fiduciário, no ato da divulgação das informações semestrais e anuais regularmente apresentadas pela Companhia: (os "Índices Financeiros").

(i) Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,50; e

(ii) EBITDA por Despesas Financeiras igual ou superior a 3,00.

(t) a não realização dos Investimentos até o término do Período de Investimento (conforme definido no item "j" abaixo);

(u) o não envio do Relatório Semestral de Investimentos, caso não sanado em até 15 dias corridos após o final previsto na Escritura de Emissão (30 dias após o término de cada semestre fiscal);

(v) a Companhia utilizar as notas fiscais/faturas comprobatórias dos Investimentos, como base de outro relatório de comprovação de investimento de outro provedor de recursos, ocorrendo a duplicação do lastro do financiamento;

(x) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte na perda, pela Companhia ou qualquer de suas Controladas Relevantes de propriedade ou posse direta de seus ativos, ou na incapacidade de gestão de seus negócios, desde que tal desapropriação, confisco ou medida, afete substancialmente a capacidade de pagamento, pela Companhia, de suas obrigações relativas à Debênture;

(z) realização pela Companhia ou de suas Controladas Relevantes de investimentos que ocasionem o descumprimento dos Índices Financeiros a que se refere a alínea "s" acima;

(aa) ocorrência de qualquer procedimento de sequestro, arresto ou penhora de ativos da Companhia ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, que venham a afetar de forma Substancial Adversa as

atividades da Companhia, exceto se tal procedimento for suspenso, sobrestado, revertido ou extinto no prazo de até 60 dias contados de seu início, e

(bb) venda, cessão ou qualquer outro tipo de transferência, pela Companhia ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, de bens relevantes do ativo permanente (incluindo imobilizado e investimentos) que venham a afetar de forma Substancial Adversa as atividades da Companhia, exceto as operações realizadas no curso ordinário dos negócios.

Vencimento Antecipado Automático

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a), (b), (c), (d), (f), (g), (m) e (n) acima ou o descumprimento da Cláusula 3.5.2 da escritura de emissão (a não realização do registro da escritura de emissão no competente cartório de Registro de Títulos e Documentos, do Estado de Minas Gerais, no prazo de 20 dias a contar da data de assinatura da escritura de emissão), acarretará o vencimento antecipado automático da Debênture, independentemente de notificação do Agente Fiduciário neste sentido e/ou de qualquer consulta ao Debenturista, e/ou de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Companhia, quando então o vencimento antecipado será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário.

Vencimento Antecipado mediante Assembleia Geral de Debenturistas

Na ocorrência de quaisquer dos eventos não classificados como de Vencimento Antecipado Automático, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 5 dias úteis em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado da Debênture. Uma vez realizada a convocação o Agente Fiduciário deverá enviar cópia da mesma à Companhia no mesmo dia de sua publicação. Na hipótese de haver apenas um Debenturista, a convocação para Assembleia Geral de Debenturistas ficará dispensada, desde que devidamente comprovado o envio do comunicado ao Debenturista.

A Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação (i) de 66% das Debêntures em Circulação em primeira convocação, ou (ii) de maioria simples dos presentes em segunda convocação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures. Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, ou em não havendo (i) deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, e/ou quorum necessário para tanto, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes da Debênture.

ii. Juros

A Debênture renderá juros remuneratórios pós-fixados correspondentes à Taxa DI, acrescida de um *spread* equivalente a 0,50% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, pagos semestralmente.

iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto

As debêntures desta emissão não possuem garantias.

iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado

As debêntures desta emissão são da espécie quirografária.

v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

●· à distribuição de dividendos

Poderá ocorrer a antecipação do vencimento se a Companhia efetuar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, estando em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na escritura de emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

●· à alienação de determinados ativos

Poderá ocorrer a antecipação do vencimento se a Companhia dispuser de ativos de forma que afete negativa e relevantemente sua capacidade de pagamento, em revisão pela agencia de *rating* da emissão de debêntures para grau de risco inferior a brA da Standard & Poors ou equivalentes pela Moody s America Latina ou Fitch Ratings.

●· à contratação de novas dívidas

Não há restrição à contratação de novas dívidas.

●· à emissão de novos valores mobiliários

Não há restrição à emissão de novos valores mobiliários.

vi. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato

Principais dados do Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205

Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Gustavo Dezouzart

Tel.: 21 2493.7003

Fax: 21 2493.4746

E-mail: agente@oliveiratrust.com.br e gustavo@oliveiratrust.com.br

O contrato com o agente fiduciário Oliveira Trust tem início na data da escritura de emissão das debêntures (15 de dezembro de 2008), com vigência até o término do prazo da emissão (19 de dezembro de 2020). É estipulada uma remuneração cobrada trimestralmente pela Oliveira Trust no montante de R$ 4 mil, reajustado anualmente pelo IGPM. Não há obrigações relevantes impostas à Companhia.

i. Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista neste item, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Companhia quanto pelo Debenturista, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação (o "Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na escritura de emissão), para definir, de comum acordo com a Companhia, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (a "Taxa Substitutiva").

Assembleia de Debenturistas

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, deliberar em sede de Assembleia de Debenturistas sobre matéria de seu interesse. A Assembleia de Debenturistas desta emissão poderá ser convocada pela Companhia, pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas. Aplicar-se-á à Assembleia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembleia Geral de Acionistas.

A Assembleia de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

Todas as alterações nas características e condições da Debênture e da emissão deverão ser aprovadas pelos Debenturistas, em sede de Assembleia de Debenturista. Nas deliberações da Assembleia de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto quorum qualificado em lei ou na escritura de emissão de debêntures.

Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas Assembleias de Debenturistas.

j. Outras características relevantes

Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio desta emissão serão destinados a investimentos em projetos de infra-estrutura dentro do território do Brasil ("Investimentos"), referentes a diversos negócios atualmente detidos e a serem desenvolvidos pela Companhia, conforme plano de investimentos descrito abaixo ("Plano de Investimentos"). Não serão considerados Investimentos as despesas relacionadas à

manutenção, custeio e consumo da Companhia e/ou de suas coligadas, controladas e subsidiárias. Durante o período de investimentos, a Companhia poderá submeter outros investimentos para serem feitos, sujeitos à aprovação do Debenturista.

RELAÇÃO DE INVESTIMENTOS

(Valores em milhões de R$)

Item	2009 1º Sem	2009 2º Sem	2010 1º Sem	2010 2º Sem	TOTAL
1. Usina Santana do Paraíso	**19.7**	**74.0**	**143.9**	**258.6**	**496.2**
1.1. Sistema Elétrico	-	57.3	83.1	143.7	284.1
1.1.1. Engenharia, Supervisão e Obras Civis	-	1.3	3.4	-	4.8
1.1.2. Equipamentos e Montagem	-	56.0	79.7	143.7	279.4
1.2. Equipamentos Ferroviários (Carro Torpedo, Locomotivas e Vagões)	19.6	16.7	26.7	52.6	115.7
1.2.1. Engenharia, Supervisão e Obras Civis	19.6	16.7	-	24.4	60.7
1.2.2. Equipamentos e Montagem	-	-	26.7	28.3	55.0
1.3. Estação de Tratamento de Esgoto e Sistemas Ambientais	-	-	0.1	0.2	0.3
1.3.1. Engenharia, Supervisão e Obras Civis	-	-	-	-	-
1.3.2. Equipamentos e Montagem	-	-	0.1	0.2	0.3
1.4. Captação, Tratamento e Distribuição de Água Potável e Industrial	-	-	6.3	29.0	35.3
1.4.1. Engenharia, Supervisão e Obras Civis	-	-	-	8.3	8.3
1.4.2. Equipamentos e Montagem	-	-	6.3	20.7	27.0
1.5. Redes de Distribuição de Água Potável, Industrial, Esgoto e Pluvial	-	-	27.7	33.1	60.7
1.5.1. Engenharia, Supervisão e Obras Civis	-	-	6.4	6.6	13.0
1.5.2. Equipamentos e Montagem	-	-	21.2	26.5	47.7
2. Mineração	**23.0**	**23.0**	**202.9**	**210.0**	**458.9**
2.1. Terminal Portuário	23.0	23.0	169.6	176.7	392.2
2.1.1. Implantação - Projeto, Equipamentos, Construção e Gerenciamento	3.0	3.0	169.6	176.7	352.2
2.1.2. Reabilitação Ambiental	20.0	20.0	-	-	40.0
2.2. Ramal Ferroviário	-	-	33.3	33.3	66.7
Total	**42.7**	**97.0**	**346.8**	**468.6**	**955.1**

Os Investimentos serão realizados até 31 de dezembro de 2010 ("Período de Investimentos") e deverão ser comprovados nos termos da escritura de emissão. Como forma de constatação da realização dos investimentos, a Companhia comprometeu-se a enviar ao Agente Fiduciário e ao Debenturista, no prazo de 30 dias contados do último dia de cada semestre fiscal da Companhia (ou, caso tais datas não sejam dias úteis na sede da Companhia, no dia útil imediatamente subsequente), relatório discriminando o valor de cada pagamento realizado, identificando o fornecedor e as respectivas notas comprobatórias da realização dos investimentos feitos pela Companhia ou por suas subsidiárias, até que o volume total investido nos investimentos corresponda ao valor da emissão de tais debêntures ("Relatório Semestral de Investimentos").

ADRs ou ADSs

A Companhia mantém um programa de ADR (*American Depositary Receipts*), também chamado de ADS (*American Depositary Shares*). Em setembro de 1994, foi realizada uma *Global Offering* no valor de US$ 480.035.400,00 em *American Depositary Shares*, a US$13,28 por ADS, para investidores institucionais qualificados, sob a regra 144A, no mercado norte-americano, com ADS lastreadas em ações preferenciais, negociadas no PORTAL. O lastro desses ADS passou a ser ações preferenciais classe A em 29 de janeiro 1999. Em setembro de 2001, foi iniciado o programa de ADS Nível 1, com títulos negociados no Mercado de Balcão *(OTC – Over the Counter)*, lastreados em ações preferenciais A. Em maio de 2007, começou o programa de ADS 144A lastreado em ações ordinárias, negociadas no PORTAL e, em novembro de 2007, o programa de ADS Nível 1 lastreado em ações ordinárias, negociadas no mercado de balcão *(OTC – Over the Counter)*, lastreados em ações ordinárias.

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação:

As ações de emissão da Companhia são admitidas à negociação na BM&FBOVESPA, no segmento do Nível 1 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA; as debêntures de 4ª emissão da Companhia são registradas para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures da CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e do BOVESPAFIX da BM&FBOVESPA. A debênture de 5ª emissão é registrada para negociação também na CETIP.

18.7. Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros:

Além de ADSs, conforme descritas no item 18.5 acima, as ações preferenciais classe A e ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no Latibex, conforme abaixo detalhado.

Latibex

Desde julho de 2005, a Companhia negocia suas ações preferenciais classe A na Bolsa de Valores de Madrid – Espanha, por meio do mercado internacional de valores latino americanos - Latibex, com o objetivo de facilitar o acesso às ações da Companhia pela comunidade financeira européia. Desde o lançamento até o final do exercício de 2009, as ações da Companhia estão entre as ações mais negociadas na Latibex.

a) País

Nos Estados Unidos "EUA", são negociados os American Depositary Receipt (ADRs) também chamado de ADS (*American Depositary Shares*), representativos de ações ordinárias e preferenciais.

Na Espanha, são negociados os seguintes valores mobiliários: ações preferenciais classe A e ordinárias.

Em Luxemburgo, são negociados os ADS (*American Depositary Shares),* representativos de ações preferenciais classe A.

b) Mercado

Nos EUA: ADS 144A no PORTAL e ADS Nível 1 no Mercado de Balcão (OTC – Over the Counter)

Na Espanha: Latibex - Mercado de Valores Latino-Americano

Em Luxemburgo: Bolsa de Luxemburgo

c) Entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação

Nos EUA: a entidade administradora dos títulos mencionados no item 18.7.(a) é NASDAQ Stock Market

Na Espanha: a entidade administradora dos títulos mencionados no item 18.7.(a) é Bolsas Y Mercados Españoles - BME

Em Luxemburgo: a entidade administradora dos títulos mencionados no item 18.7.(a) Euro MTF Market**.**

d) Data de admissão à negociação

Nos EUA:

ADS (144A) Preferencial, em 01/9/1994 (USNMY)

ADS (144A) Ordinária, em 02/05/2007 - (USDML)

ADS (Nível 1) Preferencial A em 25/09/2001 (USNZY)

ADS (Nível 1) Ordinária, em 20/11/2007 (USDMY)

Na Espanha:

Ações Preferencial classe A, em 5/7/2005 (XUSI)

Ações Ordinárias, em 3/5/2007 (XUSIO)

Em Luxemburgo:

ADS em 27/9/1994

e) Segmento de negociação

Nos Estados Unidos: PORTAL (ADS 144A) e Mercado de Balcão (ADS Nível 1).

Na Espanha: Não há segmento de negociação.

Em Luxemburgo: Não há segmento de negociação.

f) Data de início de listagem no segmento de negociação

Vide item 18.7.(d) acima.

g) Percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício social

EUA: Somente os ADS Nível 1 representativos de ações preferenciais classe A (USNZY) foram negociados no exterior no último exercício social: foram 13.434.336 ADS, representando 1,59% do volume total negociado das ações preferenciais classe A .

Espanha: Foram negociadas: 43.499.699 ações preferenciais classe A (XUSI) e 11.425.249 ações ordinárias (XUSIO), representando cerca de 5,16% e 6,16% respectivamente do volume total negociado.

Luxemburgo: não houve negociações no último exercício social.

h) Proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações

Proporção de 1 certificado de depósito para cada 1 ação de emissão da Companhia, para a respectiva espécie e classe de ação que serve de lastro para o ADS.

i) Banco depositário

Nos EUA, o banco depositário é BNY Mellon para todos os valores mobiliários**.**

Na Espanha, não há banco depositário.

Em Luxemburgo, o banco depositário é Dexia Banque International – Luxembourg.

j) Instituição custodiante

Bradesco S/A Corretora de Títulos e Valores Mobiliários – para todos os valores mobiliários que servem de lastro para os valores mobiliários emitidos no exterior**.**

18.8. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor nos 3 últimos exercícios sociais:

2009 – Não houve oferta pública de distribuição relativa a valores mobiliários da Companhia.

2008 – Oferta de distribuição pública primária de 5.000 debêntures simples de 4ª emissão da Companhia, de forma nominativa, escritural, não conversíveis em ação, em série única, da espécie subordinada, com valor nominal unitário de R$100.000,00 na Data de Emissão, qual seja, 1º de fevereiro de 2008, perfazendo o montante total de R$500.000.000,00. A Oferta foi aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 27 de dezembro de 2007, conforme mais detalhes constantes do item 18.5 deste Formulário de Referência.

2008 – Oferta pública de distribuição de 1 debênture simples de 5ª emissão da Companhia, de forma nominativa, escritural, não conversível em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na Data de Emissão, qual seja, 15 de dezembro de 2008, da 5ª emissão da Companhia, perfazendo o montante total de R$600.000.000,00. A Debênture constitui lote único e indivisível, destinado exclusivamente ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, com sede na Avenida Paulista, 2.300, 11º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.234.078/0001-45, investidor qualificado nos termos da legislação vigente, detentor de interesse único e indissociável. A oferta foi aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 17 de novembro de 2008. A ata desta Assembleia Geral Extraordinária foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 4018678, em 26 de novembro de 2008 e publicada no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional e no jornal Estado de Minas, em 15 de dezembro de 2008. A Emissão não apresenta registro junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em conformidade com a dispensa automática de registro prevista no artigo 5º, II, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM nº 400").

2007 – Oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia efetuada por terceiros (Vale e Previ), por meio da qual foram distribuídas 18.809.159 ações, sendo 20.000 ações sob a forma de GDSs (abaixo definido) ("Oferta Global"). A Oferta Global compreendeu, inicialmente, a distribuição de: (i) 12.034.078 ações de titularidade da Vale S.A. (ex Companhia Vale do Rio Doce) - "CVRD" e 4.365.191 ações de titularidade da PREVI, ao preço de R$110,00 por ação e US$54,36 por GDS, sendo no Brasil a colocação de 16.379.269 ações, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400 e, ainda, com esforços de colocação das ações nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados ("Investidores Institucionais Qualificados"), conforme definidos na *Rule 144A* ("Regra 144A"), editada pela *Securities and Exchange Comission* ("SEC"), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act of 1933* ("*Securities Act*") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, e nos demais países que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para *non U.S. Persons*, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e em conformidade com os procedimentos previstos na *Regulation S* ("Reg S"), editada pela SEC ("Investidores Estrangeiros" e, em conjunto com os Investidores Institucionais Qualificados, "Investidores Institucionais Estrangeiros"), desde que tais Investidores Institucionais Estrangeiros fossem registrados na CVM e investissem no Brasil nos termos da Lei 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada, ou da Resolução do

Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada e da Instrução nº 325 da CVM, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Oferta Brasileira"); e (ii) a distribuição de 20.000 ações, sob a forma de *Global Depositary Shares* ("GDSs"), representadas por *Global Depositary Receipts* emitidos segundo a Regra 144A ("GDRs 144A"), exclusivamente para investidores institucionais nos Estados Unidos da América, nos termos da Regra 144A, e/ou *Global Depositary Receipts* emitidos segundo a Reg S ("GDRs Reg S" e, em conjunto com os GDRs 144A, "GDRs"), para investidores institucionais e não institucionais, nos termos da Reg S, fora dos Estados Unidos da América e do Brasil, em conformidade com o disposto nas isenções de registro previstas na Regra 144A e Reg S, respectivamente, de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta Internacional" e, em conjunto com a "Oferta Brasileira", "Oferta Global"). Cada GDS corresponde a 1 (uma) ação ordinária.

Ademais, em 30 de abril de 2007, o Coordenador Líder (Banco Merrill Lynch De Investimentos S.A.) exerceu parcialmente a opção a ele concedida pelos acionistas vendedores para a aquisição de quantidade adicional de até 15% das ações inicialmente ofertadas, totalizando 2.409.890 ações, sendo 1.768.421 ações de titularidade da CVRD e 641.469 ações de titularidade da PREVI ("Ações Suplementares"), nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, de maneira a atender ao excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Ações Suplementares"). Considerando a aquisição da totalidade das ações inicialmente ofertadas, das Ações Suplementares e ações representadas pelas GDSs, foram, assim, distribuídas ao público o total de 18.809.159 ações, que representaram aproximadamente 38,3% do capital social da Companhia, perfazendo o total de: R$2.069.007.490,00.

Os termos e condições da distribuição das ações de titularidade dos acionistas vendedores no âmbito da Oferta Global foram devidamente aprovados em Conselho de Administração da CVRD em 24 de agosto de 2006 e pela Diretoria Executiva da PREVI em 05 de março de 2007. Total de ações efetivamente colocadas na Oferta: 18.809.159.

18.9. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro nos 3 últimos exercícios sociais:

A Companhia não efetuou ofertas públicas relativas a ações de emissão de terceiros.

18.10. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Adicionalmente às informações prestadas acima, a Companhia entende não haver informações relevantes adicionais que devem ser prestadas neste item 18 do Formulário de Referência.

19. Planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria

19.1. Planos de recompra de ações do emissor relativos aos 3 últimos exercícios sociais:

Não houve planos de recompra de ações nos 3 últimos exercícios sociais.

19.2. Em relação à movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria relativa aos 3 últimos exercícios sociais, em forma de tabela, segregando por tipo, classe e espécie, indicar a quantidade, valor total e preço médio ponderado de aquisição do que segue:

Valores mobiliários mantidos em tesouraria (ações) — **Em reais Mil**

	Quantidade		Preço Médio		Valor Total		
	Ações Ordinárias	Ações preferenciais Classe A	Ações Ordinárias (Em reais)	Ações preferenciais Classe A (Em Reais)	Ações Ordinárias	Ações preferenciais Classe A	Total Geral
Saldo inicial - Exercício Social encerrado em 31/12/2007	**561.482**	**5.346.746**	**17,82**	**17,82**	**10.007**	**95.288**	**105.295**
Bonificações	280.741	2.673.373	0	0	0	0	0
Alienações	0	0	0	0	0	0	0
Cancelamentos	0	0	0	0	0	0	0
Saldo final - Exercício Social encerrado em 31/12/2007	**842.223**	**8.020.119**	**17,82**	**17,82**	**10.007**	**95.288**	**105.295**
Saldo inicial - Exercício Social encerrado em 31/12/2008	**842.223**	**8.020.119**	**17,82**	**17,82**	**10.007**	**95.288**	**105.295**
Bonificações*	421.111	4.010.059	0	0	0	0	0
Alienações	0	0	0	0	0	0	0
Cancelamentos	0	0	0	0	0	0	0
Saldo final - Exercício Social encerrado em 31/12/2008	**1.263.334**	**12.030.178**	**17,82**	**17,82**	**10.007**	**95.288**	**105.295**
Saldo inicial - Exercício Social encerrado em 31/12/2009	**1.263.334**	**12.030.178**	**17,82**	**17,82**	**10.007**	**95.288**	**105.295**
Bonificações*	0	0	0	0	0	0	0
Alienações	0	0	0	0	0	0	0
Cancelamentos	0	0	0	0	0	0	0
Saldo final - Exercício Social encerrado em 31/12/2009	**1.263.334**	**12.030.178**	**17,82**	**17,82**	**10.007**	**95.288**	**105.295**

* Os valores constantes no exercício social findo em 31 de dezembro de 2007 e de 2008 o foram em decorrência das bonificações de ações descritas nos itens 17.2 e 17.3 deste Formulário de Referência.

19.3. Valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social, indicar, em forma de tabela, segregando por tipo, classe e espécie:

Data de aquisição	Classe / Espécie	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição	% em relação aos valores mobiliários em circulação da mesma classe e espécie
05/11/1997	Ordinárias	200.400	6,53	0,08%
05/11/1997	Preferenciais Classe A	2.028.700	6,99	0,84%
25/06/1998	Preferenciais Classe A	7.268.650	4,95	3,01%
29/01/1999	Ordinárias	361.082	Não Aplicável. Ações que foram detidas em tesouraria no curso da reestruturação societária da Usiminas/Cosipa concluída em 29 de janeiro de 1999, descrita no item 6.3 deste formulário de referência.	0,14%
27/03/2005	Preferenciais Classe A*	331.576	Não Aplicável. Ações que foram detidas em tesouraria no curso da reestruturação societária da Usiminas/Cosipa concluída em 29 de janeiro de 1999, descrita no item 6.3 deste formulário de referência.	37,99%
29/12/2003	Preferenciais Classe A	(4.282.180)	Não Aplicável, Ações Canceladas	(1,77%)
27/11/2007	Ordinárias	280.741	Não aplicável. Ações adquiridas por bonificação.	0,11%
27/11/2007	Preferenciais Classe A	2.673.373	Não aplicável. Ações adquiridas por bonificação.	1,11%
26/03/2008	Ordinárias	421.111	Não aplicável. Ações adquiridas por bonificação.	0,17%
26/03/2008	Preferenciais Classe A	4.010.059	Não aplicável. Ações adquiridas por bonificação.	1,66%
Total em 31/12/2009		**13.293.512**		

* As Ações Preferenciais Classe A resultam da conversão, pela Companhia, das ações preferenciais classe B detidas na reestruturação societária Usiminas e Cosipa concluída em 29 de janeiro de 1999 (conforme descrito no item 6.3. deste Formulário de Referência). Conforme descrito no item 18.1.c deste Formulário de Referência e previsto estatuto social

da Companhia, as ações preferenciais classe "B" são conversíveis em ações preferenciais classe "A", na proporção de 1:1.

Conforme apresentado no item 19.2, em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía em tesouraria: 1.263.334 Ações Ordinárias e 12.030.178 Ações Preferenciais Classe A, totalizando 13.293.512 ações.

19.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes.

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) envolvendo evolução das cotações das ações por ela emitidas, inclusive operações associadas a instrumentos como "Total Return Equity Swap" ou operações assemelhadas.

20. Política de negociação de valores mobiliários

20.1. Indicar se o emissor adotou política de negociação de valores mobiliários de sua emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária, informando: (a) data de aprovação; (b) pessoas vinculadas; principais características; (d) previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos.

A Política de Negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia ("Política de Negociação") foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de junho de 2002.

Para fins da Política de Negociação, os termos capitalizados terão os significados a eles atribuídos abaixo.

Ato ou Fato Relevante:	Qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos da administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro relacionado aos negócios da Companhia, que possa influenciar de modo ponderável: (a) na cotação dos Valores Mobiliários; (b) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os Valores Mobiliários; e (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de Valores Mobiliários.
Bolsas de Valores:	Bolsas de Valores e/ou entidades de mercado organizado, nacionais ou estrangeiras, nas quais os Valores Mobiliários sejam admitidos à negociação.
CVM:	Comissão de Valores Mobiliários.
Diretor de Relações com Investidores:	Administrador indicado pelo Conselho de Administração da Companhia, para o exercício de determinadas funções estatutariamente definidas, que será o responsável também pela execução e acompanhamento das políticas de negociação e divulgação estabelecidas pela Companhia.
Pessoas Vinculadas:	Em relação à Companhia, em conjunto ou individualmente, os acionistas controladores, diretos ou indiretos, membros do Conselho de Administração, Diretores e membros do Conselho Fiscal.
Valores Mobiliários:	Em seu sentido mais amplo, quaisquer ações, debêntures, bônus de subscrição, recibos e direitos de subscrição e notas promissórias, de emissão da Companhia, bem como quaisquer valores mobiliários a eles referenciados.

I. Dos Princípios

1.1. As Pessoas Vinculadas deverão agir perante a Companhia e quaisquer terceiros, agentes ou não do mercado de capitais, com observância do disposto na Política de Negociação e dos princípios de lealdade, probidade e veracidade.

1.2. As Pessoas Vinculadas deverão sempre levar em consideração seu papel em relação à sociedade em geral, à Companhia e seus empregados, e aos órgãos reguladores, nacionais ou estrangeiras.

1.3. É dever das Pessoas Vinculadas permitir o acesso de todos os investidores a Atos ou Fatos Relevantes, sendo vedada a utilização, por qualquer forma, em benefício próprio ou de terceiros, de qualquer Informação Privilegiada.

1.4. As Pessoas Vinculadas deverão garantir que a divulgação de informação sobre os negócios da Companhia ou de seus principais acionistas, se for o caso, no mercado nacional ou estrangeiro, seja feita de forma completa e oportuna, devendo abranger, ainda, a correta e precisa realidade do Ato ou Fato Relevante a ser divulgado.

II. Da Política de Negociação

2.1. As Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar os Valores Mobiliários de emissão da Companhia que possuam, nas seguintes hipóteses:

(a) antes da divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante;

(b) no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das Informações Trimestrais, Relatório Anual e as Demonstrações Contábeis; e

(c) no período compreendido entre a decisão tomada de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir dividendos ou bonificação em ações ou emitir outros Valores Mobiliários, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios.

2.1.1. As vedações acima mencionadas aplicar-se-ão também às Pessoas Vinculadas que se afastarem da Companhia antes da divulgação pública de Ato ou Fato Relevante relacionado a negócio ou fato surgido durante seu período de gestão e se estenderá pelo prazo de 6 (seis) meses após o seu afastamento.

2.1.2. A vedação de negociação com Valores Mobiliários antes da divulgação de Ato ou Fato Relevante também aplicar-se-á a quaisquer pessoas que tenham conhecimento dessas informações, principalmente às pessoas que tenham relação comercial com a Companhia, inclusive auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição.

2.2. Enquanto a respectiva operação não for divulgada, é vedado aos órgãos competentes da Companhia deliberar sobre a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia: (i) caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato relativo à transferência do controle acionário da Companhia, ou se houver sido outorgado opção ou mandato para o mesmo fim; ou (ii) se existir a intenção de promover incorporação, cisão, fusão, transformação ou reorganização societária envolvendo a Companhia.

III. Das Disposições Gerais

3.1. A observância do disposto na Política de Divulgação não exime as Pessoas Vinculadas de quaisquer outras obrigações impostas pela CVM ou por qualquer outra lei ou norma regulamentar.

3.2. Nos termos do § 3º, do art. 17, da Instrução CVM n° 358, de 03.01.2002 e da Política de Negociação da Companhia, o Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela execução e acompanhamento das normas da Política de Negociação.

3.3. Qualquer alteração das normas da Política de Negociação deverá ser comunicada à CVM e às Bolsas de Valores.

20.2. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Adicionalmente às informações prestadas acima, a Companhia entende não haver informações relevantes adicionais que devem ser prestadas neste item 20 do Formulário de Referência.

21. Política de divulgação de informações

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

Exceto pela política de divulgação abaixo descrita, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia relativos à divulgação de informações.

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotado pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A política de divulgação da Companhia foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de junho de 2002 ("Política de Divulgação").

Para fins da Política de Divulgação da Companhia, os termos capitalizados, terão os significados a eles atribuídos no item 20 deste formulário de referência.

I. Dos Princípios

1.1. As Pessoas Vinculadas deverão agir perante a Companhia e quaisquer terceiros, agentes ou não do mercado de capitais, com observância das normas da Política de Divulgação e dos princípios de lealdade, probidade e veracidade.

1.2. As Pessoas Vinculadas deverão sempre levar em consideração seu papel em relação à sociedade em geral, à Companhia e seus empregados, e aos órgãos reguladores, nacionais ou estrangeiras.

1.3. É dever das Pessoas Vinculadas permitir o acesso de todos os investidores a Atos ou Fatos Relevantes, sendo vedada a utilização, por qualquer forma, em benefício próprio ou de terceiros, de qualquer Informação Privilegiada.

1.4. As Pessoas Vinculadas deverão garantir que a divulgação de informação sobre os negócios da Companhia ou de seus principais acionistas, se for o caso, no mercado nacional ou estrangeiro, seja feita de forma completa e oportuna, devendo abranger, ainda, a correta e precisa realidade do Ato ou Fato Relevante a ser divulgado.

II. Da Política de Divulgação

2.1. Compete ao Diretor de Relações com Investidores a divulgação e a comunicação à CVM e às Bolsas de Valores de qualquer Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, de forma simultânea, em todos os mercados em que tais Valores Mobiliários sejam admitidos a negociação.

2.2. As Pessoas Vinculadas deverão comunicar ao Diretor de Relações com Investidores, para que este proceda de acordo com o disposto na Política de Divulgação, qualquer Ato ou Fato Relevante de que tiverem conhecimento em razão do exercício de suas funções na Companhia.

2.3. A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ser realizada, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores. Em

caso de impossibilidade de aplicação desta disposição em razão do horário de negociação dos mercados nacional e estrangeiro, deverá prevalecer o horário de funcionamento do mercado nacional.

2.3.1. Na hipótese de ser imperativa a divulgação de Ato ou Fato Relevante durante o horário de funcionamento das Bolsas de Valores, o Diretor de Relações com Investidores poderá, no momento da divulgação, solicitar a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários nas referidas entidades. A solicitação de que trata este subitem só será levada a efeito no Brasil se a suspensão também for acatada pelas Bolsas de Valores estrangeiras.

2.4. A divulgação referida no item 2.1. deverá ser realizada por meio de publicação em jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida, com indicação do endereço na rede mundial de computadores - *Internet* onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor idêntico ao remetido à CVM e às Bolsas de Valores.

2.5. O Diretor de Relações com Investidores deve comunicar à CVM e às Bolsas de Valores e divulgar ao mercado, se for o caso, qualquer Ato ou Fato Relevante que venha a divulgar no exterior, em razão da aplicação de normas ou determinações de entidades reguladoras do mercado de capitais ou das Bolsas de Valores estrangeiras.

2.6. As Pessoas Vinculadas que constatarem omissão do Diretor de Relações com Investidores na divulgação de qualquer Ato ou Fato Relevante somente se eximirão de suas responsabilidades pessoais se comunicarem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

III. Da Comunicação de Posição Acionária

3.1. Os membros do Conselho de Administração, Diretores, membros do Conselho Fiscal e/ou de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas que vierem a ser criados por disposição estatutária da Companhia, devem comunicar à CVM, à Companhia e às Bolsas de Valores nacionais a quantidade, as características e a forma de aquisição dos Valores Mobiliários e de valores mobiliários emitidos por sociedades controladoras ou controladas da Companhia, que sejam companhias abertas, ou a eles referenciados, de que sejam titulares, bem como quaisquer alterações posteriores em suas posições.

3.1.1. Na comunicação tratada no subitem anterior, deverão também ser indicados os Valores Mobiliários que sejam de propriedade do seu cônjuge, de seu companheiro, de qualquer dependente incluído na sua declaração de imposto sobre a renda e de sociedades por eles controladas direta ou indiretamente.

3.2. A comunicação de que trata este item III deve ser feita pelas pessoas mencionadas no subitem 3.1.: (i) no prazo de 30 (trinta) dias após a aprovação da Política de Divulgação; (ii) imediatamente após a investidura no cargo; e (iii) no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificarem as alterações das posições por elas detidas, indicando o saldo da posição no período.

IV. Exceção à Imediata Divulgação

4.1. Os Atos ou Fatos Relevantes poderão deixar de ser divulgados se os Acionistas Controladores ou os Administradores entenderem que sua revelação porá em risco interesse legítimo da Companhia.

4.2. Caso a informação relativa aos Atos ou Fatos Relevantes referida no subitem anterior escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade dos Valores Mobiliários negociados, tais Atos ou Fatos Relevantes devem ser imediatamente divulgados pelo Diretor de Relações com Investidores ou diretamente pelos Acionistas Controladores ou os Administradores.

V. Da Política de Manutenção de Sigilo

5.1. As Pessoas Vinculadas têm o dever de guardar sigilo sobre as Informações Privilegiadas às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao

mercado, bem como o dever de zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

5.2. As Pessoas Vinculadas deverão fazer com que pessoas que venham a prestar serviços à Companhia, incluindo auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, observem o disposto no subitem 5.1.

VI. Das Disposições Gerais

6.1. A observância do disposto na Política de Divulgação não exime as Pessoas Vinculadas de quaisquer outras obrigações impostas pela CVM ou por qualquer outra lei ou norma regulamentar.

6.2. Nos termos do § 3º, do art. 17, da Instrução CVM n° 358, de 03.01.2002 e da Política de Divulgação, o Diretor de Relações com Investidores ficará responsável pela execução e acompanhamento das normas da Política de Divulgação.

6.3. Qualquer alteração da Política de Divulgação deverá ser comunicada à CVM e às Bolsas de Valores.

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Conforme indicado no subitem 6.2 do item 21.2. acima, o Diretor de Relações com Investidores é principal responsável pela execução e acompanhamento da Política de Divulgação.

21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Adicionalmente às informações prestadas acima, a Companhia entende não haver informações relevantes adicionais que devem ser prestadas neste item 21 do formulário de referência.

22. Negócios extraordinários

22.1. Indicar aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor referente aos 3 últimos exercícios sociais

Não Aplicável.

22.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor referentes aos 3 últimos exercícios sociais

Em adição ao quanto informado nos itens 6 e 7 deste Formulário de Referência, a Usiminas iniciou em 2008, a grande reorganização estrutural, buscando modernizar processos industriais e preparar a Companhia para o futuro, manter a liderança na produção de aços planos na América Latina, investir em novos negócios e verticalizar seus processos industriais. Para atender a estratégia de verticalização e otimização dos custos produtivos, a Usiminas entrou na atividade de mineração (fevereiro de 2008) e adquiriu um terreno na baia de Sepetiba/RJ para a construção de um terminal portuário. Para oferecer soluções e produtos com valor agregado cada vez maior, ampliou a participação no beneficiamento e distribuição de aço. Essa reestruturação teve inicio com a renovação da marca, que procurou trazer modernidade e unicidade à imagem da Companhia. Em 2009, a nova visão da Usiminas "ser um grupo siderúrgico de alcance global, inovador e crescer de forma sustentável, para se posicionar entre os mais rentáveis do setor" com a reorganização de suas estratégias e objetivos,

descritos no seu Mapa Estratégico com a finalidade de dar transparência e objetividade a estratégia de futuro. No ano de 2009, a Companhia consolidou o agrupamento de suas áreas de atuação em quatro Unidades de Negócios: Mineração e Logística, siderúrgica, Transformação do Aço e Bens de Capital.

22.3. Identificar contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais referentes aos 3 últimos exercícios sociais

Nos últimos 3 exercícios sociais, a Companhia ou suas controladas não realizaram nenhum contrato relevante que não seja relacionado com suas atividades operacionais.

22.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Adicionalmente às informações prestadas acima, a Companhia entende não haver informações relevantes adicionais que devem ser prestadas neste item 22 do formulário de referência.